

QUESTÃO AGRÁRIA, COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA

volume 1

Henrique Novaes
Ângelo Diogo Mazin
Lais Santos
(organizadores)

QUESTÃO AGRÁRIA, COOPERAÇÃO E AGROECOLOGIA

volume 1

1ª edição
Outras Expressões
São Paulo – 2015

Copyright © 2015, by Outras Expressões

Conselho editorial: Conceição Paludo, Eliseu Sposito, Gaudêncio Frigotto, Juvelino Strozake, Luiz Carlos de Freitas, Maria Victória de Mesquita Benevides, Paulo Ribeiro Cunha, Rafael Litvin Villas Bôas, Ricardo Antunes e Walnice Nogueira Galvão

Revisão: *Dulcinéia Pavan*

Projeto gráfico: *Krits Studio*.

Diagramação e capa: *Zap Design*

Impressão e acabamento: *Intergraf*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Q5 Questão agrária, cooperação e agroecologia. / Henrique Novaes, Ângelo Diogo Mazin [e] Laís Santos (organizadores).—

1.ed.—São Paulo : Outras Expressões, 2015.
408 p.

Indexado em GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-64421-85-1

1. Questão agrária. 2. Cooperação. 3. Agroecologia.
4. Questão agrária – Brasil. I. Novaes, Henrique, org.
II. Mazin, Ângelo, org. III. Santos, Laís, org. IV. Título.

CDU 621.3

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Edital n° 19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural (MCTI/MDA-INCRA/CNPq/SNJ)

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: julho de 2015

OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

editora.expressaopopular.com.br

livraria@expressaopopular.com.br

www.facebook.com/ed.expressaopopular

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

PARTE 1 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A questão agrária no Brasil – as contribuições de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni	21
<i>Fabiana de Cássia Rodrigues</i>	

A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio	41
<i>Selma de Fátima Santos</i>	

Levantados do chão: questão agrária e a organização dos camponeses na luta pela terra	65
<i>Miguel Enrique Stedile</i>	

Breves apontamentos sobre a política de reforma agrária no Brasil, entre 2002 e 2012	81
<i>Angelo Diogo Mazin</i>	

PARTE 2 HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO, COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL

Elementos da história do trabalho associado.....	105
<i>Candido Giraldez Vieitez, Neusa Maria Dal Ri</i>	

A sociedade comunista na visão de Marx e Engels.....	129
<i>Newton Ferreira da Silva, Paulo Alves de Lima Filho</i>	

Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil.....	169
<i>Pedro Ivan Christoffoli</i>	

Cooperação e agroecologia: uma introdução crítica sobre o modelo de Ater	189
<i>Alex Yoshinori Kawakami, Lizane Lucia de Souza</i>	

PARTE 3
PRODUÇÃO DESTRUTIVA E AGROECOLOGIA

A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST.....	209
<i>Henrique T. Novaes, Lais Santos, João Henrique Pires, Antonio Claudio Prado Fuzer</i>	
Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho.....	231
<i>Wilson Mazalla Neto</i>	
Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis.....	263
<i>Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber</i>	
Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética.....	285
<i>Dominique Gubur</i>	

PARTE 4
MUNDIALIZAÇÃO, TRABALHO, GÊNERO
E JUVENTUDE DO CAMPO

A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares.....	301
<i>Rogério Fernandes Macedo</i>	
O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil.....	323
<i>Antonio Thomaz Junior</i>	
Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia.....	341
<i>Bruna Mendes de Vasconcellos</i>	
Perspectivas e desafios para a juventude rural.....	371
<i>Julieta T. Aier de Oliveira, Marcia Regina O. Andrade Sonia Maria P. P. Bergamasco</i>	
Sobre os autores.....	399

Apresentação

Os grupos de pesquisa Organizações & Democracia (Unesp/Marília) e o Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (São Paulo) têm se dedicado a inúmeras atividades de ensino, pesquisa e extensão junto aos movimentos sociais latino-americanos. Como intelectuais militantes, temos nos pronunciado sobre as questões centrais do sociometabolismo do capital e sobre a necessidade de construção de uma sociedade para além do capital.

A ofensiva do capital desde os anos 1960 tem resultado na intensificação da produção de mercadorias, através de novos produtos e processos, que poderia ser chamada de uma nova fase da “produção destrutiva” (István Mészáros). Para pegar apenas uma dimensão da produção destrutiva, calcula-se que o agronegócio brasileiro consome 70% da nossa água; ele se fundamenta também no trabalho explorado, no roubo de terras devolutas, na produção de monocultivos e venda de alimentos envenenados pelo uso de agrotóxicos, numa indústria bastante poderosa de transgênicos, adubos sintéticos, tratores/implementos agrícolas, numa bancada parlamentar bastante enraizada e num arsenal de propaganda fora do comum. No que se refere ao Complexo de Ensino Superior e Pesquisa, o agronegócio jogou para o escanteio as Universidades e Institutos que

realizavam pesquisas para os pequenos produtores, camponeses e movimentos sociais, fechou escolas rurais e readequou este complexo aos seus ditames.

A ofensiva do capital financeiro também tem gerado desemprego e subemprego estruturais, um novo ciclo de exploração ou superexploração do trabalho, bem como processos de favelização/condominização das cidades, aumento do analfabetismo e da fome. Ao mesmo tempo, ela destrói as pequenas conquistas no campo da saúde, educação e assistência social, da democratização da terra nos países latino-americanos e as grandes conquistas do Estado do Bem-Estar Social na Europa. No momento em que escrevemos esta apresentação, os trabalhadores docentes de cinco Estados da Federação estão lutando contra as péssimas condições de trabalho, especialmente por salários e plano de carreira. Inúmeros professores municipais decretaram greve e professores de universidades estaduais ou federais já estão acenando com novas paralisações. No Paraná, vivenciamos um verdadeiro massacre dos servidores públicos, especialmente dos professores que lutavam contra as manobras da previdência elaboradas pelo governador Beto Richa. A questão social novamente se tornou questão de polícia.

Neste livro, reunimos capítulos de membros destes grupos de pesquisa e convidados especialistas em questão agrária, cooperação e agroecologia e temas relacionados a eles, como juventude rural, gênero, extensão rural, trabalho, fome e educação, dentre outros. O livro faz parte de um projeto de ensino, pesquisa e extensão de uma chamada do CNPq, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), especialmente para oferecer um Curso Técnico em Agroecologia para os jovens assentados do Estado de São Paulo, construído em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de São Paulo.

O livro foi dividido em quatro partes: Questão agrária no Brasil; História da cooperação, cooperativismo e associativismo

rural; Produção destrutiva e agroecologia; Mundialização, trabalho, gênero e juventude do campo.

“A questão agrária no Brasil – a atualidade das contribuições de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni”, escrito por Fabiana Rodrigues, abre a parte I e aborda as contribuições fundamentais de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni para o debate sobre a questão agrária no Brasil. A autora entende que a questão agrária é definidora da correlação de forças que se estabelece entre capital e trabalho. A forma concentrada de apropriação das terras coloca numa situação de subserviência a população do campo e deprime as condições em que é ofertada a força de trabalho também nos centros urbanos. O objetivo do texto de Rodrigues é possibilitar uma visão panorâmica desses autores sobre o tema em questão, indicando as obras seminais sobre a questão agrária no Brasil.

“A questão agrária no Brasil: da revolução verde ao agronegócio” escrito por Selma de Fátima Santos, versa sobre as principais contradições do agronegócio na atualidade. O mesmo se apresenta como o principal responsável pelo desenvolvimento da economia brasileira, ressaltando a alta produtividade de *commodities*, a importante participação no Produto Interno Bruto e também o saldo positivo da balança comercial do país. Ele é considerado o *top* do desenvolvimento científico, tecnológico, com inovações no campo da engenharia genética, como a nanotecnologia, entre outros. Entretanto, é ocultado que tal projeto se fundamenta nas relações primitivas e arcaicas, como é o caso da superexploração do trabalho (inclusive o trabalho análogo ao escravo), avanço predatório/destrutivo sobre as fontes de recursos naturais provocando seu esgotamento, uso de agrotóxicos, uso irracional dos recursos hídricos, queimadas, destruição de florestas, avanço de monoculturas sobre as áreas de produção de alimentos, entre outros.

O terceiro capítulo, escrito por Miguel Enrique Stedile, “Levantados do chão: questão agrária e a organização dos campones-

ses na luta pela terra” discute a história da luta pela terra no Brasil a partir das formas organizativas adotadas por seus protagonistas – indígenas, escravos e camponeses – no embate com o latifúndio e a concentração de terras, ao mesmo tempo em que demonstra que a questão agrária esteve e está no centro dos conflitos sociais da história brasileira. Assim, a concentração de terras e a exclusão dos camponeses do acesso aos bens da natureza e dos meios para produção de sua sobrevivência são os elementos centrais ou estão, pelo menos, presentes em grande parte dos episódios de resistências, rebeliões e revoltas em cinco séculos. Para este pesquisador, a forma como a propriedade da terra foi organizada, seus usos e fins, assim como o modelo agrícola são determinantes para compreendermos a questão social brasileira, num país majoritariamente agrário até a década de 1970. Ao periodizar a luta pela terra e a questão agrária, o texto procura elencar quais são os ensinamentos apreendidos pelos camponeses da segunda metade do século XX que resultam na formação do Movimento Sem Terra (MST) e na sua organização e resistência há três décadas.

Angelo Diogo Mazin refletiu sobre a reforma agrária no atual desenvolvimento das relações capitalistas em breves apontamentos “Breves apontamentos sobre a política de reforma agrária no Brasil – 2002-2012”. O texto pretende fazer uma reflexão sobre a reforma agrária no modo de produção capitalista. Uma das características principais do capitalismo é a existência da propriedade privada, condição fundamental para a produção de mercadorias e, conseqüentemente, a mercantilização de todos os aspectos da vida. Para essa reflexão o texto está organizado em duas partes fundamentais que tratam das relações determinadas pelo capital e o papel da reforma agrária no capitalismo. Permeado por elementos da atualidade, o autor propõe uma reflexão: a reforma agrária, dado o atual desenvolvimento das forças do capital, só pode ser realizada a partir da superação da ordem capitalista?

A parte II reúne quatro capítulos que versam sobre a história da cooperação, do trabalho associado, do cooperativismo e

associativismo rural. Nela, Candido Vieitez e Neusa Dal Ri escreveram o capítulo “Elementos da história do trabalho associado” que aborda o tema do trabalho associado ou dos produtores associados, tendo como pressuposto que os verdadeiros produtores são os trabalhadores. Para eles, duas importantes características do trabalho associado são: primeira, que a cooperação realizada pelos trabalhadores em seu trabalho é uma cooperação para si e, segunda, que ele condensa a luta dos produtores pelo controle do processo de trabalho no âmbito dos empreendimentos econômicos. Desse modo, além das sinalizações mais gerais, eles examinam mais detidamente a luta pelo controle dos trabalhadores no processo que conduziu à Revolução Russa e à criação de organizações de trabalho associado (OTAs) na ordem social capitalista.

O capítulo de Newton Ferreira da Silva e Paulo Alves de Lima Filho foi denominado “A sociedade comunista na visão de Marx e Engels”. Para eles, muito além de uma simples utopia e do significado que passou a ter após as trágicas experiências pós-capitalistas dos países autointitulados socialistas do século XX – especialmente a URSS sob o comando discricionário de Stalin –, o comunismo permanece no horizonte dos revolucionários de todo o mundo como um modo de produção e de organização social que ainda tem muito a proporcionar à humanidade e ao desenvolvimento dos seres humanos. Estes pesquisadores visam apreender “os nós górdios não desatados que inviabilizaram a transição da sociedade do capital para a sociedade comunista e que decretaram a falência de todos os modelos autoproclamados socialistas do século XX”. Com isso, é imprescindível

retomar e evidenciar as bases desse novo sistema econômico, político e social teorizado por Karl Marx e Friedrich Engels. A despeito de não terem elaborado uma grande obra específica sobre a sociedade comunista – tal qual fez Marx com o capitalismo e o capital no livro *O capital* – os dois pensadores alemães deixaram espalhadas, ao longo dos anos e de vários trabalhos, formulações e elaborações

teóricas substanciosas que nos permitem uma incursão guiada neste seu legado.

Já Pedro Christoffoli no capítulo “Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil” discute a história do desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo no Brasil. Ele parte da concepção ampla de cooperação, como processo de trabalho associado e busca resgatar experiências históricas de associativismo no trabalho na agricultura brasileira.

“Cooperação e Agroecologia: uma introdução crítica sobre o modelo de Ater” foi escrito por Alex Yoshinori Kawakami e Lizane Lucia de Souza. Eles descreveram os impactos negativos dos sistemas agrícolas, baseados no uso de agrotóxicos, sementes transgênicas, uso intensivo do solo e desmatamentos. Eles observaram também que esse modelo de produção hegemônico excluiu os agricultores, principais sujeitos do processo de produção de alimentos. O capítulo traz alguns apontamentos sobre as alternativas emancipatórias de fortalecimento e desenvolvimento da produção agroecológica, através de metodologias de cooperação, no qual seu objetivo principal é buscar o desenvolvimento majoritariamente endógeno do campesinato. Por último, mas não menos importante, o capítulo traz o debate da Assistência e Extensão Rural (Ater), através de uma abordagem crítica sobre as formas em que se deram as políticas de Ater voltadas às famílias camponesas, finalizando com uma proposta: o método Camponês a Camponês.

A parte III – “Produção destrutiva e agroecologia” – também contém 4 capítulos. “Produção destrutiva, agroecologia e escolas de agroecologia do MST” foi escrito por Henrique Novaes e seus orientandos de mestrado Lais Santos, João Henrique Pires e Antonio Fuzer. Os autores refletem sobre a economia política da “revolução verde”, o debate da agroecologia e das escolas de agroecologia do MST. No capítulo, foi realizada uma crítica ao fetiche da revolução verde e uma descrição do proces-

so de concentração das terras nas mãos de poucos proprietários e de corporações transnacionais, o domínio da produção e distribuição das sementes, tratores, adubos sintéticos e agrotóxicos pelas corporações, o roubo de terras além dos inúmeros problemas socioambientais ocasionados por ela: câncer, destruição do sistema imunológico, aumento do desemprego, endividamento dos pequenos produtores. Os autores também observam que a concepção de agroecologia do MST, ultrapassa os significados de mera preservação do meio ambiente e/ou de produção orgânica. Mesmo com contradições, a agroecologia é um conceito político-econômico e cultural que mobiliza o MST, no sentido de forjar novas relações sociais que incluem: o trabalho associado; a utilização adequada dos agroecossistemas, a reconstrução da agricultura via reforma agrária popular, com gestão democrática e participativa nos sistemas cooperativados e agroecológicos de produção; a questão de gênero, a questão da desmercantilização e formação educacional para a agroecologia. Finalmente, eles observam que a entrada da agroecologia na agenda do MST levou à criação de várias escolas “técnicas” de agroecologia com alterações na forma e no conteúdo.

Wilson Mazalla Netto é o autor do capítulo “Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho”. Para ele, na última década, a agroecologia aliada à trajetória de luta e resistência camponesa, por meio dos movimentos sociais, passou a chamar atenção da sociedade como conjunto de formas organizativas, tecnológicas e culturais que podem contribuir na superação dos problemas sociais e ecológicos. As experiências, práticas e reflexões teóricas agroecológicas têm demonstrado potenciais emancipadores e possibilidades de enfrentamento ao novo e pujante momento do agronegócio, no qual os determinantes de opressão e exploração do capitalismo agrário se agudizaram. Tem como objetivo investigar se as experiências teóricas e práticas em agroecologia, vividas e construídas pelos agricultores camponeses dentro dos assentamentos e acampamentos de refor-

ma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), trazem novas formas de relação com o trabalho e com a natureza. Mazalla Neto identificou importantes elementos de enfrentamento da alienação dentre agricultores camponeses envolvidos na agroecologia, que apontam para o estabelecimento de uma relação mais *integralizadora* e autônoma com as experiências do trabalho e da produção e faz uma “síntese de aspectos emancipadores do trabalho, com destaque para o controle do processo e do tempo de trabalho, as múltiplas significações da natureza e o domínio tecnológico sobre o processo produtivo”.

Francisco Caporal e José Costabeber escreveram o capítulo “Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis”. O texto traz uma contribuição ao debate conceitual sobre agroecologia e, ao mesmo tempo, ajuda os formuladores e executores de programas de assistência técnica e extensão rural que venham a se basear numa nova política nacional de Ater, instituída no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eles destacam a importância de ações capazes de dar sustentação a um efetivo processo de transição agroecológica baseada nos princípios da agroecologia. Para eles, é necessário buscar uma maior precisão no uso dos conceitos para que as

estratégias de desenvolvimento sustentável e de construção de estilos de agriculturas sustentáveis possam lançar mão de todo o potencial técnico-científico que tem a agroecologia para impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e para reorientar ações de assessoria ou assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure a sustentabilidade socioambiental e econômica dos territórios rurais.

“Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética” foi escrito por Dominique Guhur. Face à despolitização da posição hegemônica no debate ambiental contemporâneo e à disputa em torno do conceito e da prática da agroecologia, o capítulo se ampara numa abordagem ma-

terialista dialética para a abordagem da questão ambiental ou ecológica, especialmente em suas manifestações na agricultura, apoiando-se também na crítica da Economia Política. Ela busca investigar, no funcionamento do modo de produção capitalista, a origem da exploração da natureza e dos seres humanos até o seu esgotamento. Guhur resgata os conceitos marxianos de forças destrutivas e de metabolismo homem x natureza para problematizar a visão corrente da agroecologia como um retorno a práticas “arcaicas” e “supersticiosas”, que se oporiam “à evolução das forças produtivas”, representadas pelas técnicas “modernas e avançadas” do agronegócio. Ela finaliza o capítulo com uma contribuição da agroecologia à questão ambiental, a partir do entendimento que vem sendo construído pela Via Campesina.

A parte IV “Mundialização, trabalho, gênero e juventude no campo” contém mais 4 capítulos. “A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares” foi escrito por Rogério Fernandes Macedo. Ele demonstra que a mundialização do capital levou à crise estrutural após a década de 1970, a qual impôs à classe trabalhadora global um séquito de catástrofes, decorrentes da produção destrutiva. Macedo defende que dentro do rol das catástrofes, existe uma que é mais dramática, isto é, a destruição da força de trabalho e, como não haveria de ser, de seus portadores: os trabalhadores. O pesquisador observa ainda que o capitalismo, sob a crise estrutural, foi convertido em um complexo sistêmico destrutivo, que mobiliza mecanismos variados de abrangência global. Para ele, dentro deste complexo existe outro, mais específico, que mobiliza os mecanismos da referida destruição ao bloquear as potenciais positividade da ampliação da produção e circulação de alimentos: trata-se do complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Ele afirma que as burguesias, regentes desse complexo específico, atuam como “verdugo dos trabalhadores, mobilizando largamente os mecanismos da fome crônica, da fome oculta e da

degradação dos hábitos alimentares para minar as energias vitais dos trabalhadores”. Assim, cria-se um verdadeiro genocídio, tal como demonstram os dados apresentados no capítulo.

Antonio Thomaz Júnior escreveu o capítulo “O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil”. Para o autor, “o trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espaço”. Ele observa os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe apreender a “dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica”.

O capítulo de Bruna Vasconcellos foi intitulado “Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia”. Vasconcellos observa que desde os anos 1980 as mulheres rurais emergem como sujeitos políticos da luta popular no campo e apesar das muitas conquistas de seu movimento, inclusive garantindo direitos trabalhistas iguais aos homens na Constituição de 1988, a invisibilidade de seu trabalho e de seu papel na luta segue atual, principalmente se observarmos os recorrentes esforços ainda sendo feitos para dar espaço e voz para suas pautas na academia e na militância. Incidindo sobre essa lacuna, o capítulo faz uma revisão do contexto das relações de gênero no campo, do histórico de mobilização e organização da luta das mulheres rurais, para chegar às suas mais recentes aproximações com o trabalho associado e com a agroecologia. Desde uma perspectiva feminista, esses projetos políticos de organização do trabalho e da vida representam a possibilidade de busca da autonomia econômica das mulheres, mas – sobretudo – carregam potencial de gerar ruptura na separação entre trabalho e espaços de produção e reprodução e, portanto, de transformação das bases materiais e culturais do sistema patriarcal. Por fim, ela destaca as contingências dessa potencialidade nas formas como hoje têm se desenvolvido as ex-

periências do trabalho associado e agroecologia e as rupturas que vem sendo protagonizadas pelo movimento de mulheres rurais nos padrões desiguais de gênero.

Julietta Oliveira, Marcia Regina Andrade e Sonia Maria Bergamasco encerram este livro com o capítulo “Perspectivas e desafios para a juventude rural”. Elas discutem as perspectivas para a juventude rural no contexto do desenvolvimento, viabilidade e reprodução da agricultura familiar e dos assentamentos rurais, assim como analisam as políticas públicas a ela dirigidas. Abordam também os diferentes conceitos e definições de juventude e juventude rural, tratando de sua complexidade, diversidade e heterogeneidade. Analisam os diferentes espaços sociais com os quais os jovens se relacionam e buscam a realização de seus sonhos e projetos de vida: escola, terra, trabalho e família. Foi levantada a discussão sobre sucessão geracional em famílias rurais quando muitos jovens vivenciam o dilema de continuarem vivendo e trabalhando no campo ou migrarem para os centros urbanos em busca de oportunidades que o rural não lhes oferece. Oliveira, Andrade e Bergamasco questionam também em que medida o Estado brasileiro tem garantido políticas públicas para a permanência dos jovens no campo. Para elas, nas comunidades e famílias, conflitos e contradições ora facilitam ora dificultam a permanência dos jovens. No entanto, a decisão de permanecer ou sair ocorre muito mais pelas vocações e desejos pessoais destes jovens do que pela falta de oportunidades e perspectivas no espaço rural.

Com estas contribuições, que consideramos fundamentais para o debate da Questão agrária, da agroecologia e da cooperação, esperamos que os leitores façam uma boa leitura.

Henrique T. Novaes
Ângelo Diogo Mazin
Lais Santos
(Organizadores)
Maio/2015

Parte 1

Questão agrária no Brasil

A questão agrária no Brasil – as contribuições de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni

Fabiana de Cássia Rodrigues

Introdução

Este texto aborda as contribuições fundamentais de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni para o debate sobre a questão agrária no Brasil. Entende-se que a questão agrária é definidora da correlação de forças que se estabelece entre capital e trabalho. O objetivo principal deste texto é possibilitar uma visão panorâmica desses autores sobre o tema em questão, indicando suas principais obras que constituam importante leitura sobre a questão agrária no Brasil.

No Brasil, a questão agrária é definidora da correlação de forças que se estabelece entre capital e trabalho. A forma concentrada de apropriação das terras coloca a população do campo numa situação de subserviência e deprime as condições em que é ofertada a força de trabalho também nos centros urbanos. De fato, é central a luta que se coloca pela terra, no entanto, as determinações mais profundas que empurram os trabalhadores para o embate estão fortemente vinculadas com a intensificação da exploração do trabalho.

Este entendimento sobre a questão agrária pode ser construído com base em três autores fundamentais para o estudo da temática. Consideramos básicas as seguintes contribuições: a de

Caio Prado Júnior (2000) (1966) (1979) e seu esforço de pensar a nossa formação histórica particular, ressaltando nosso passado colonial e os desafios advindos desta origem. Os trabalhos de Florestan Fernandes (2008) (2006) iluminam a reflexão sobre a questão agrária ao discutir a maneira pela qual ela é parte constitutiva do capitalismo brasileiro. Este autor defende que a questão agrária estaria relacionada com a manutenção do “atraso”, por meio de relações de produção baseadas na extrema exploração do trabalho, sob relações de trabalho que se assemelham à escravidão, por exemplo. E, por fim, a análise sobre a temática adquire maior clareza e substância com os trabalhos de Octavio Ianni (1979a) (1981) (1981a) (1978) (1984), que numa perspectiva muito próxima à de Florestan Fernandes, desenvolveu importantes pesquisas sobre a política agrária da ditadura e efetuou trabalhos de campo no mesmo período no Norte do país para avaliar as contradições sociais relativas às disputas por terra que se passavam nesta região.

Elementos fundamentais da contribuição de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni para a análise da questão agrária no Brasil

Caio Prado (2000) descreve em *Formação do Brasil Contemporâneo* um dos traços característicos de nossa formação histórica, conformado no que ele chamou de “o sentido da colonização”. A economia colonial foi organizada em torno das grandes explorações rurais, estruturada com base no latifúndio, no trabalho escravo e na produção de gêneros agrícolas destinados ao mercado externo. Em suas palavras:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem

o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (...). (Prado Jr., 2000, p. 20).

Embora o país tenha passado por profundas mudanças, especialmente no século XX com a industrialização e a urbanização, a economia do país se mantém ainda muito atrelada às características que suportavam a grande exploração agrícola da época colonial: grandes propriedades de terra, extrema exploração do trabalho e produção para o exterior.

Caio Prado ressaltou que o essencial e fundamental em nossa economia agrária dos anos de 1950 e 1960 era a grande exploração rural, na qual vigorava, em sua visão, predominantemente o trabalho livre, assim: “(...) o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário e não se liga a ela senão por esse esforço que cede ao seu empregador.” (Prado Jr., 1968, p. 60) Ele se contrapunha às teses hegemônicas no Partido Comunista do Brasil que defendiam prevalecer no campo relações feudais de produção, que ligavam o senhor feudal à massa camponesa por um conjunto de relações de dependência e subordinação pessoais. Logicamente esse debate só pode ser compreendido no contexto em que se inseria, nos momentos decisivos de nossa industrialização e da formação das classes sociais subjacente a esse processo. Nessas circunstâncias a questão agrária emergia como problemática premente de respostas e dizia respeito diretamente à correlação de forças que se estabeleceria entre as classes proprietárias e as classes subalternas.

O eixo da luta política em Caio Prado era a trabalhista, por melhores condições de trabalho e vida no campo, uma vez que as variadas formas de remuneração da força de trabalho no campo

brasileiro se equiparariam a uma relação de trabalho assalariada, capitalista, sendo falso imaginar em nossa realidade a transformação da população rural numa coletividade de camponeses pequenos produtores. A valorização do trabalho produziria uma série de consequências renovadoras na economia agrária brasileira, tais como a ampliação do mercado consumidor e o estímulo à produtividade agrícola. No entanto, a estratégia montada por ele não se restringia a essa luta; os problemas da pequena propriedade e as reivindicações por terra também eram contemplados. Por decorrência da valorização do trabalho, ao tornar inviável certas explorações de grande extensão, haveria a liberação de terras menos adequadas e estimularia o parcelamento das grandes propriedades. Eram propostas também medidas de ordem fiscal que ativariam um mercado de terras e permitiriam mais fácil acesso às pequenas propriedades.¹

O grande mérito e a atualidade de Caio Prado consistem em apontar que, no que possuía de mais fundamental, a questão agrária não correspondia a um problema restrito ao âmbito agrônômico ou técnico, mas dizia respeito a quais categorias e classes sociais se destinava a atividade produtiva no campo. Essa formulação aparece com clareza quando o autor critica a ideia de que a reforma agrária deveria ter como alvo o latifúndio improdutivo. Ao desfocar do problema crucial, ou seja, a apropriação da riqueza gerada no campo, a reforma agrária no latifúndio improdutivo escamotearia o problema agrário brasileiro, no que ele tem de essencial. Em suas palavras:

Não nos basta, contudo, saber o que o conceito de ‘latifúndio improdutivo’ inclui. Precisamos também considerar o que ele certamente não inclui, mas nem por isso desfavorece menos os interesses que uma reforma agrária tem

¹ Uma síntese sobre a estratégia de Caio Prado para enfrentar a questão agrária, nos anos de 1960, encontra-se em Rodrigues (2005). Ver também o trabalho de Rêgo (2000).

ou deve ter em vista. Não são positivamente ‘improdutivas’ as grandes propriedades ocupadas com a exploração canavieira e outras que têm os graves efeitos econômicos e sociais que analisamos anteriormente. Retornamos aqui a um ponto que procuramos desenvolver com grande cuidado pela importância que assume: a distinção necessária que se há de fazer na consideração de qualquer atividade produtiva da agropecuária brasileira, a saber, a distinção entre as categorias e classes sociais a que se destina essa produtividade. O problema humano e social sobreleva o agrônomo e antes de indagar do nível e padrão tecnológico da produção, devemos saber que categoria de indivíduos e em que proporções, essa produção vai beneficiar (Prado Jr., 1979, p. 79).

O aspecto que ressaltamos confere interesse na época presente, uma vez que a ditadura militar tão logo se estabeleceu no poder promulgou o Estatuto da Terra – Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. O Estatuto carrega exatamente essa ideia, que vigora até os tempos atuais, segundo a qual a reforma agrária estaria restrita a terras residuais, do latifúndio improdutivo ou terras devolutas. O Estatuto da Terra estava imbuído do espírito que pautou a política agrária da ditadura, relativa ao favorecimento do grande capital, no entanto, representou a primeira legislação sobre a reforma agrária no país, definindo seus marcos, seus limites, expresso nos parâmetros legais que restringiam a distribuição de terras, de forma a não afetar os interesses das “empresas rurais”.² Se, no que tange aos interesses das classes exploradas, ele não foi aplicado, a sua importância

² Uma vez que protegia de desapropriação os imóveis considerados “empresa rural”. No Artigo 4º, inciso IV, define-se “Empresa rural” como: “empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agriculturável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias”.

histórica está na definição dos limites da luta pela terra a partir de então.

A interpretação sobre a questão agrária em Caio Prado deve ser compreendida a partir da análise que ele faz sobre a particularidade do capitalismo brasileiro. Ela estaria na base dos problemas de uma nação em formação, relativos à precariedade da conjuntura mercantil e ao caráter originário da economia e sociedade brasileira, os quais dotavam o capitalismo brasileiro de uma instabilidade econômica e social crônica, expressa na frágil base em que se assentava o processo de industrialização. A instabilidade adviria da extrema vulnerabilidade de uma economia subdesenvolvida, com um mercado interno pouco desenvolvido que não permitia previsões de longo prazo. A insegurança dos monopólios internacionais frente a essas circunstâncias dotava a atividade econômica desses grupos de uma natureza fortemente especulativa, oportunista, sujeita a sobressaltos e alterações abruptas. Assim, a realidade brasileira estaria passível de uma reversão colonial a depender das intempéries do contexto internacional ao qual nos subordinamos.³ (Sampaio Jr., 1999).

Florestan Fernandes nos fornece arcabouço teórico que elucida as características que conferem a manutenção do capitalismo brasileiro: a heterogeneidade estrutural, expressa no subdesenvolvimento e a dependência externa. No cerne do

³ Quanto à extrema instabilidade da acumulação de capital destacada por Caio Prado, Sampaio Jr. (1999, p. 107) esclarece: “A impossibilidade de previsões razoavelmente seguras quanto à trajetória futura da economia faz com que a expectativa de longo prazo de valorização da riqueza capitalista se transforme em um caleidoscópio ultrasensível. Por isso, o modo de organização do capital tende a assumir a forma mais líquida possível e a racionalidade burguesa tende a adquirir um caráter particularmente especulativo. Enfim, o ponto fundamental de sua argumentação é que a extrema instabilidade do processo de mercantilização das economias periféricas não permite que o mercado interno se afirme como horizonte de acumulação e como instância de validação social do circuito de valorização do capital”.

subdesenvolvimento está a conservação do “atraso”, que se vincula à acumulação de capital, proporcionando excedentes para as classes burguesas internas e externas e, ao mesmo tempo, garante a perpetuação do desequilíbrio na correlação de forças que impede a presença ativa das classes subalternas na política. Para manter essa situação a burguesia brasileira se esforça para evitar qualquer ameaça ao padrão de dominação, impedindo que o seu controle sobre o Estado se deteriore. A essa luta constante contra a organização política dos de baixo, Florestan chamou de contrarrevolução permanente. Portanto, é a heterogeneidade estrutural do capitalismo sob a égide da burguesia brasileira que suporta o capitalismo dependente; ela assegura que os empreendimentos do grande capital tenham o maior ganho possível e não sejam ameaçados pelas classes exploradas.

No que tange à questão agrária, a análise de Florestan permite a compreensão sobre a perpetuação e, mesmo, a recriação da pequena propriedade, sob relações não capitalistas. Nos parece que buscando uma resposta para o debate da década de 1960 que opunha os que acreditavam haver no campo o predomínio de relações feudais e os que defendiam haver o predomínio de relações capitalistas, Florestan defende que relações “arcaicas”, “atrasadas”, longe de serem feudais e passíveis de superação, faziam parte do padrão de acumulação no capitalismo dependente, no qual o “atraso” se comportaria como meio da acumulação capitalista e determinante do padrão de dominação vigente. Essas circunstâncias garantiam um ambiente propício à atuação do grande capital que estaria assegurado quanto às elevadas taxas de exploração do trabalho e quanto à manutenção da ordem.

A manutenção de forças produtivas e de relações de produção anacrônicas, vigentes no campo brasileiro e baseadas na extrema exploração do trabalho, serviu de sustentação para o crescimento da economia urbana e industrial interna e tam-

bém para a transferência de excedentes para o exterior.⁴ Esse processo se aprofunda ao longo do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira:

É que o crescimento dos polos ‘modernos’, urbano-comerciais ou urbano-industriais, passou a depender de forma permanente da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no ‘campo’, em direção das cidades com funções metropolitanas. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos ‘polos dinâmicos’ da economia interna. (...) A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte da riqueza que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou de condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico (Fernandes, 2008, p. 176).

A manutenção de relações “arcaicas” na produção do campo criou circunstâncias que geraram uma economia agrária voltada para atender necessidades externas àqueles que nela trabalhavam, de onde as riquezas eram carregadas, deixando à míngua a sociedade ali existente.

A partir desta inspiração teórica, que enxerga os vínculos entre atraso e moderno como determinantes do capitalismo dependente, Octávio Ianni formula sua teoria sobre a questão

⁴ Francisco de Oliveira (2003, p. 69), em *A crítica à razão dualista*, realiza uma análise que atribui como especificidade particular de nosso capitalismo o fato de “reproduzir e criar uma larga ‘periferia’ onde predominam padrões não capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema”.

agrária. O capitalismo brasileiro seria marcado por um padrão de acumulação de capital, caracterizado pelo desenvolvimento desigual e combinado, o qual se fundamenta nas desigualdades e desequilíbrios, tanto regionais quanto os relativos à estrutura do subsistema brasileiro.⁵ Sobre as disparidades regionais, Ianni (1981a, p. 127) afirma:

(...) como sempre, os desenvolvimentos históricos da sociedade brasileira, em conjunto, e de suas regiões em especial, recolocam a questão da criação e recriação das desigualdades. Além das desigualdades entre as classes sociais, entre as raças e etnias, entre os homens e as mulheres, criam e recriam-se as desigualdades regionais. Mas essas desigualdades não se reproduzem nunca em termos do que os governantes federais e as burguesias regionais imaginam ser a dinâmica peculiar, curiosa, exótica do lugar: Nordeste, Piauí, Amazônia, Rio Grande do Sul, São Paulo. O que acontece é que essa dinâmica, que parece local, está sempre governada, altamente determinada, pela dinâmica da produção predominante na sociedade, no conjunto do sistema econômico brasileiro.

As desigualdades regionais são criadas e recriadas por possuírem um papel econômico e político fundamental, são elas que estão na base da pauperização absoluta das classes subordinadas, especialmente no campo. A manutenção dessas desigualdades ao longo da história do país foi possível devido à flexibilidade de nossa fronteira interna. Ianni (1984, p. 248) afirma que “Sob várias perspectivas, a história do Brasil parece ser a história de um po-

⁵ “Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades e desigualdades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas as formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo, cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e ideias” (Ianni, 1984, p. 243).

voamento que não termina.” Essas circunstâncias possibilitavam o arrefecimento das tensões sociais, fazendo perdurar os governos de cunho autoritário. O título de seu livro, que reúne vários artigos sobre o tema remete a essa idéia: *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. A extrema exploração do trabalho no campo e a manutenção ao longo do século XX dessas condições estão na base do Estado autoritário tão frequente na história de nosso país:

(...) Esta flexibilidade, esta imensa fronteira interna que o país tem, e que possibilita a movimentação de excedentes populacionais de áreas de tensão, tem sido um dos segredos (não é o único), um dos segredos de por que é possível a persistência de governos de cunho oligárquico. O poder estatal pode ser razoavelmente autoritário porque existe uma fronteira, existe uma flexibilidade interna que possibilita que excedentes populacionais das áreas-problema, de tensão, sejam transferidos para áreas de certo modo territórios ‘livres’; fronteiras com possibilidades de construir fazenda, latifúndio, sítio, posse, colônia e assim por diante. E essa flexibilidade, inegavelmente, ajuda as classes governantes à não resolução do problema do Nordeste; à não resolução do problema do Rio Grande do Sul (Ianni, 1984, p. 144).

As desigualdades e desequilíbrios também são vistas nas estruturas do subsistema brasileiro, nas relações existentes entre indústria e agricultura. Segundo Ianni (1984, p. 142), nossa sociedade foi profundamente marcada pelo campo. O período de intensificação da industrialização, nas décadas de 1950 e 1960, teria sido também resultado de “um ciclo da agricultura”, uma vez que grande parte dessa industrialização se realizou com recursos produzidos pela sociedade agrária. Houve um confisco de renda dos setores agropecuários para os setores urbanos. Mesmo o capital estrangeiro que financiou nossa industrialização foi pago com nossas exportações de café, cacau, açúcar.

A rigor, o proprietário do capital, principalmente a burguesia industrial, beneficia-se várias vezes da subordinação do

campo à cidade, da agricultura à indústria. Primeiro, pela garantia de suprimentos de gêneros alimentícios e matérias-primas. Segundo, devido à administração de preços pelo poder público, de acordo com os interesses da burguesia industrial. Administração essa que se mescla com as políticas governamentais de crédito, modernização tecnológica, quimificação e outras, em favor da indústria. Terceiro, pela produção de divisas com as exportações de gêneros e matérias-primas, exportações essas favorecidas pelo poder público; divisas essas das quais se beneficiam bancos e indústrias ou o grande capital financeiro. Quarto, pela garantia de reserva de força de trabalho no mundo agrário, o que representa sempre um manancial, tanto para a expansão da indústria como para deprimir os níveis de salários reais na cidade (Ianni, 1984, p. 247).

Nesse contexto, é o trabalhador agrícola que constitui o centro do sistema de relações estruturais que caracterizam a dupla subordinação em que se encontra a sociedade agrária brasileira, cujo papel consiste em fornecer excedentes para as cidades e para o exterior. Segundo Ianni, o campo brasileiro, especialmente após 1964, tornou-se um mundo de produção de excedentes: para as cidades, para a indústria nacional e para a exportação. Aquele que sustenta essa produção de excedentes, com o suor de seu trabalho diário é o trabalhador do campo, que constituiria o vértice de uma pirâmide invertida: “(...) no sentido em que o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco” (Ianni, 1984, p. 125).

Com a intensificação do processo de industrialização, a agricultura brasileira sofre profundas transformações, que se exacerbam no período da ditadura militar. Mas, não implicaram em crescente homogeneização das relações de produção e forças produtivas na agricultura ou regiões da economia rural:

(...) Ao contrário, criam-se e recriam-se as desigualdades e os desequilíbrios. Assim é que persistem e repetem-se diferentes formas de organização social e técnica da produção.

São diversas as formas de subordinação do trabalho ao capital. E isso envolve distintas modalidades de organização do processo produtivo (...) (Ianni, 1984, p. 168).

A história da agricultura brasileira no período de intensificação da industrialização no país é a história da subordinação das diferentes formas de organização do trabalho no campo ao capital. Essas formas poderiam ser agrupadas em duas: a subordinação formal do trabalho ao capital, que se expressaria nos processos em que o trabalho do camponês passa a ser tutelado pelo capital; e a subordinação real do trabalho ao capital, vinculada à proletarianização. Ianni não vê essas formas de subordinação como estanques, uma vez que posseiros expulsos do Nordeste podem, num momento, vender sua força de trabalho, subordinando-se diretamente ao capital, em outro instante podem migrar em busca de terras devolutas e subordinar-se de maneira formal ao capital, pelos mecanismos utilizados para colocar a produção familiar a serviço da grande indústria, do comércio e dos bancos.

(...) À medida que a agricultura se subordina ao capital, à medida que a agricultura se transforma em indústria, há uma progressiva subordinação formal e real do trabalho ao capital. No caso das formas camponesas de produção – familiar, parceria, arrendamento, colonato e outras – é evidente a subordinação formal do trabalho ao capital. No caso das formas empresariais de organização da produção, generaliza-se a subordinação real do trabalho ao capital (Ianni, 1984, p. 166-167).

Quanto à subordinação real, Ianni afirma que o proletariado rural cresceu ao longo das décadas, em todo o Brasil, tanto em termos quantitativos como qualitativos. “Estendeu-se a proletarianização, no sentido de trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, por tarefa, empreita, dia, semana ou mês” (Ianni, 1984, p. 162). Mesmo nas áreas pioneiras, como na Amazônia, esse processo avança, vinculando-se à expropriação de posseiros,

sitiantes, caboclos, índios e outras populações que anteriormente organizavam sua produção e consumo em termos familiares ou comunitários.⁶ A monopolização das terras devolutas, tribais e outras determina a expulsão daqueles que delas tiram seu sustento, conformando a acumulação originária de capital como processo estrutural e não apenas em termos de gênese. Desse modo, generaliza-se o divórcio entre os produtores e a propriedade dos meios de produção.

O sociólogo também chama atenção para o fato de que diminui o proletariado permanente, mas cresce o número de temporários. Estes trabalhadores frequentemente moram na cidade ou possuem vínculos com ela o que permite que se estabeleçam ligações com o proletariado urbano.

Quanto à subordinação formal do trabalho dos camponeses ao capital, interessa observar a discussão que Ianni (1978) realiza em *A luta pela terra*, cujo objeto de análise consistiu na história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia, no município de Conceição do Araguaia, Sul do Pará.⁷ A partir da década de 1970 evidencia-se o crescimento da subordinação formal do trabalho do camponês, do posseiro da região, ao capital. Conforme se desenvolve o capital industrial e o mercado interno, o camponês que, num período anterior podia subsistir alheio ao mercado, perde essa condição. Além de produzir excedentes que se destinam ao mercado, o camponês passa a direcionar parte do seu excedente para que possa adquirir aí boa parte dos itens que precisa para viver:

São várias as modalidades de expropriação do excedente econômico produzido pelo campesinato. Seja na venda ao

⁶ No livro *A luta pela terra*, Ianni realizou um intenso estudo sobre a história social da terra e da luta pela terra, numa região da Amazônia, no município de Conceição do Araguaia. O período abarcado foi 1897 a 1977.

⁷ Um estudo clássico sobre a subordinação formal do camponês ao capital, no sul do país, encontra-se em Santos (1978).

comerciante atacadista, seja na venda no varejo da feira, em todas as situações, o camponês se vê expoliado de uma parte ou de todo o excedente da sua produção. Em certos casos, ele se vê espoliado inclusive de uma parcela do produto destinado à própria subsistência da unidade familiar. Mas esse é apenas um aspecto da questão. Talvez o mais visível. Na realidade, o que está ocorrendo é, ao mesmo tempo, o seguinte: a expropriação do excedente do campesinato por parte do capital industrial mediatizado pelo capital comercial. Em outros termos, o campesinato se transforma em consumidor de produtos industriais. A crescente necessidade de comercialização do produto da unidade familiar camponesa é impulsionada pela crescente necessidade de mercadorias produzidas pela indústria, desde o medicamento até o rádio de pilha (...) (Ianni, 1978, p. 150).

Desse modo, a economia camponesa perde suas peculiaridades, deixando de ter como cerne o autoconsumo, quando a produção de excedentes era apenas uma atividade secundária. O camponês passa a submeter-se crescentemente ao jugo do capital por várias formas, por exemplo, por meio da comercialização de seus produtos, pelos bens que precisa adquirir no mercado. Nesse ponto encontra-se um momento crucial da análise do autor, pois pode-se visualizar a economia camponesa num quadro mais amplo de produção de mais valia, uma vez que ela:

(...) deixa de ser uma economia de produção de valores de uso e passa a ser uma economia de valores de troca. Nesse momento, ela passa a ser governada pela mais-valia, pelas exigências da produção de mais-valia. A unidade familiar camponesa transforma-se numa unidade do sistema econômico mais amplo de produção de mais-valia. E isso ocorre com a peculiaridade de que o sitiante, posseiro ou colono e seus familiares, transformam-se em produtores de mais-valia absoluta. Passam a produzir a mais-valia que resulta da extensão da jornada de trabalho. Trabalham de sol a sol, não mais apenas ou principalmente, para o autoconsumo, mas principalmente ou exclusivamente, para o co-

mércio. E tudo isso com um mínimo de tecnologia (Ianni, 1978, p. 151).

Essa análise permite a visão sobre o fundamento da questão agrária que se expressa no conflito entre capital e trabalho. Esse processo também ocorre no que o autor denomina de áreas de recamponesação, presentes principalmente nas culturas cuja produção direta não interessa à grande indústria. Ianni (1984, p. 152) ressalta o fato de que o campesinato é recriado no interior do capitalismo brasileiro, articulado com a acumulação de capital:

No que diz respeito ao campesinato: o capitalismo, ao mesmo tempo que destrói ou modifica formas camponesas, recria formas camponesas de organização do trabalho. (...) em muitas áreas ocorre frequentemente uma recriação de formas camponesas anteriores, mas já articuladas com a produção mercantil. Às vezes articuladas em uma escala muito mais avançada. Mas é inegável a persistência e, até, o crescimento do campesinato rural. (...) Cresce numa forma nova, articulada com a produção mercantil, subordinada ao grande empreendimento econômico de comercialização ou de produção e comercialização, que predomina no conjunto da agricultura.

O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, que abrange a acumulação originária, a monopolização da propriedade, a proletarização, leva, segundo Ianni, a uma nova fase de desenvolvimento, amadurecimento e articulação das classes sociais dominantes e subalternas. Assim como a ditadura colocou a região Amazônica, política e economicamente a serviço da burguesia, houve também uma “unificação” das classes, em âmbito nacional.

Tanto as relações capitalistas de produção se generalizaram e desenvolveram, como as contradições de classes inerentes a essas relações se generalizaram e desenvolveram, por todas as partes e regiões da formação social capitalista

brasileira. (...) *No conjunto, generaliza-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital*, mesmo em casos de caboclos, sitiantes, posseiros e índios. (...) Agora, o camponês e o operário rural não estão mais lá longe. Reentraram na história (Ianni, 1979, p. 249, grifo nosso).

Ianni não atribui maior ou menor peso às lutas proletárias ou às camponesas, mas as encara como parte de uma totalidade. Sua análise, em nossa visão, ajustada à realidade brasileira, ressalta o elemento básico que ambas possuem em comum. Ao privilegiar a subordinação formal e real do trabalho ao capital como resultado do crescimento intensivo e extensivo no campo, esta análise lança luz sobre o conflito básico do modo de produção capitalista existente entre capital e trabalho, presente na diversidade de lutas no campo brasileiro.

Considerações finais

Apesar das transformações por que passaram a economia e a sociedade brasileiras, a essência dos problemas examinados por Caio Prado, Florestan Fernandes e Octavio Ianni permanecem. Temos ainda os maiores latifúndios da face da terra. Durante a ditadura, em vez da realização da reforma agrária houve a criação de latifúndio de 5 milhões de hectares na Amazônia.

As características históricas do capitalismo no Brasil se acentuaram, no contexto de expansão do capital monopolista, que toma conta do campo brasileiro, controlando terras e estabelecendo seus empreendimentos. O grande capital também conta com a conivência e firme apoio do Estado. Nesse contexto, o “agronegócio” aprofunda seu controle sobre a produção no campo e estende-se por todo o território nacional, lançando mão de formas ainda mais perversas de exploração do trabalho.

Sobre a nossa participação na divisão internacional do trabalho, pode-se afirmar segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio somos o segundo maior produ-

tor mundial de etanol, o primeiro exportador mundial de etanol, o maior produtor e exportador mundial de açúcar e os bens agrícolas prevalecem na nossa pauta exportadora constituindo 60% de tudo que é exportado (MDIC, 2015).

Os usineiros já foram considerados pelo ex-presidente Lula os grandes heróis nacionais, afinal, são os maiores exportadores mundiais de etanol. Contudo, como esta cana é produzida? Quais são as relações de produção no campo brasileiro? Elas são pautadas pela máxima exploração da força de trabalho. Nos canaviais, os trabalhadores chegam a cortar 15 toneladas de cana ao dia e recebem três vezes menos do que recebiam em 1980; cerca de R\$2,50 por tonelada cortada. Esta situação exprime bem a imagem descrita por Octávio Ianni, referente à pirâmide invertida, é o trabalhador rural brasileiro, quem, com o suor do seu trabalho, produz a riqueza que depois se distribui entre muitos, sobrando-lhe muito pouco. Um dos carros-chefe da economia brasileira hoje, o agronegócio, é pautado na extrema exploração do trabalho.

Esta realidade não se restringe à cana-de-açúcar. Há um relatório, do ano de 2011, da Organização Internacional do Trabalho, disponível no *site* da CPT nacional, em que aparecem registros de trabalho escravo em fazendas não só de açúcar, mas de soja, pecuária, café, algodão. De 1995 a 2011, cerca de 40 mil trabalhadores foram libertados desta condição no país. Quais são estas condições? Condições de trabalho extremamente degradantes, trabalhadores vivem em barracos de lona, sem água potável, sem instalações sanitárias, sem descanso semanal, 18% são analfabetos, 45% analfabetos funcionais. Mais de 90% deles trabalham desde os onze anos de idade. Ou seja, configura um quadro de trabalho infantil. Há dados que mostram que entre 1970 e 1993, houve mais de 85 mil trabalhadores escravizados no Brasil (CPT, 2015).

Outro dado interessante desse relatório: normalmente associamos o trabalho escravo ao que tem de mais atrasado, à produ-

ção de natureza rudimentar, caracterizando atividade residual, não tendo relação com o agronegócio, sinônimo de modernidade. Seria um resquício de um passado que está sendo superado. No entanto, numa passagem do relatório são estabelecidas relações entre trabalho escravo e o uso de tecnologia nessas fazendas. O estudo da OIT observou que a maioria dos empregadores entrevistados, envolvidos com a escravidão contemporânea no Brasil, utilizavam tecnologias de ponta ou padrões tecnológicos intensivos, como por exemplo, reprodução assistida, inseminação artificial, incluindo a produção de clones (CPT, 2015).

Diante deste quadro, podemos afirmar a atualidade dos clássicos pensadores sobre a temática agrária indicada e a importância da retomada dessas leituras para uma análise mais profunda de nossos desafios históricos.

Referências bibliográficas

- CPT. “OIT divulga pesquisa sobre trabalho em condição de escravidão no Brasil”. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/854-oit-divulga-pesquisa-sobre-trabalho-em-condicao-de-escravidao-no-brasil?highlight=WyJvaXQqILDIwMTFd>>. Acesso em: maio 2015.
- FERNANDES, Florestan. Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil, in: FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.
- IANNI, Octávio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979a.
- _____. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981a.
- _____. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MDIC, Setor sucroenergético. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=4838>>. Acesso em: maio 2015.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979b.

- _____. *A revolução brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- RÊGO, Ruben. M. L. *Sentimento do Brasil. Caio Prado Júnior – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- RODRIGUES, Fabiana de C. O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional, entre 1950 e 1964. Em Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas. Campinas: IE – Unicamp (Dissertação de Mestrado), 2005.
- SAMPAIO Jr., Plínio de A. *Entre a Nação e a barbárie – Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio

Selma de Fátima Santos

Introdução

O presente texto pretende abordar algumas reflexões sobre as origens do agronegócio e sua recente expansão, principalmente nas últimas duas décadas, que se apresenta como um modelo de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, orientado pela divisão internacional do trabalho bem como refletir sobre a função que cabe ao Brasil de produzir matéria-prima (*commodities*) para as demandas do capital no globo terrestre.

As mudanças que ocorreram são concebidas, de maneira geral na sociedade brasileira, como um momento novo da agricultura em que o agronegócio hegemonizou um domínio cada vez mais crescente sobre as áreas de monocultivo de certos produtos (como cana-de-açúcar, soja, laranja, eucalipto, pastagens para gado de corte, entre outros). Hegemonizou-se o consenso na sociedade, através de intensas campanhas ideológicas no sentido de legitimar a visão do senso comum de que o agronegócio, além de produzir comida, superou o antigo e atrasado latifúndio e opera através de modernas empresas que têm como foco a sustentabilidade e o compromisso com a responsabilidade social.

Legitimou-se, também, o consenso de que o projeto de reforma agrária que vise mudanças qualitativas em prol da supera-

ção das desigualdades sociais já não é necessário, aproveitando-se do discurso oficial do governo de que houve superação da pobreza no meio urbano e rural. Aliado a um discurso de nova classe média – consumidora – que, em tempos de crescimento econômico, consolidação da democracia, avanço nas áreas de saúde, educação, emprego, distribuição de renda, melhoria de infraestrutura etc., afirma que tendencialmente temas como a reforma agrária foram superados por não existirem mais razões que justifiquem sua necessidade.

Entretanto, a lógica destrutiva do capital, na composição e na forma como opera o agronegócio no Brasil, oculta nas aparências o que é, de fato, a essência desse modelo. Se por um lado, há uma visão hegemônica das classes dominantes e do governo de que o agronegócio é o melhor caminho para o aumento da produtividade, para a participação no Produto Interno Bruto (PIB), para geração de superávit na balança comercial do país, levando assim ao crescimento econômico, por outro lado, o que se oculta nessas relações é o fato dele sustentar-se em fatores como a concentração do latifúndio; a destruição ambiental e, conseqüentes alterações climáticas; a superexploração do trabalho, escravo ou análogo; a ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos) ou ainda, a diminuição das áreas de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos, a mecanização, o desemprego, entre outros.

Importante compreender que tais mudanças foram ocasionadas por alguns fatores da conjuntura brasileira e outros estruturais, do modo como opera o capital internacional desde a realidade brasileira, mas também da forma como este incide sobre esta realidade a partir dos países de economia central. Assim, chama a atenção no aspecto conjuntural, o aumento do comércio de açúcar e álcool no mercado interno e externo que impele o país a definir novas áreas de expansão da produção, como é o caso do Estado de São Paulo, devido às demandas da própria divisão internacional do trabalho, bem como pelo fato de o pe-

tróleo ser combustível fóssil, cuja fonte energética é finita e altamente poluente.

Surge, nesse cenário, o etanol como alternativa energética, por ser um combustível renovável, no entanto, modificando completamente a estrutura produtiva do setor sucroalcooleiro levando a uma crescente oferta no mercado nacional e internacional. Assim, a expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil contou com forte atuação das empresas privadas que se associaram e redefiniram suas organizações de classe para participação econômica e política na sociedade civil, assim como no âmbito do envolvimento do Estado. Este se constitui no principal aliado e financiador das demandas apresentadas, oferecendo excelentes condições de acesso aos recursos públicos e em montantes faraônicos, assim como atuando nas reformulações no código jurídico (Código Florestal) e na formulação de consenso na sociedade, especialmente através dos meios de comunicação de massa.

O que se observa é que o agronegócio se rearticulou em torno de suas organizações de classe na defesa de seus interesses. Assim, surge a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), União Nacional da Indústria Canavieira (Única), o Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), entre outros. E, entidades de classe já existentes são fortalecidas, como o Conselho Nacional de Agricultura (CNA) e suas articulações políticas com o governo, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), dentre outros ministérios estratégicos.

Também é fortalecida a relação com as universidades (a maioria das universidades públicas federais e estaduais no Brasil possui imbricação orgânica com o agronegócio a partir das pesquisas encomendadas e de interesse privado), com os centros e instituições de pesquisa como a Embrapa ou de financiamento à pesquisa, entre outras instituições e fundações (especialmente aquelas ligadas às universidades).

Com todo esse poderio no campo da estrutura e da superestrutura, ações são realizadas no sentido de expansão de certas monoculturas do agronegócio. A primeira delas consiste na construção e instalação de novas unidades produtivas, as quais são controladas por empresas multinacionais desde o momento da produção até a circulação. Estas empresas realizam pesquisas sobre terras férteis, sobre a fertilidade de sementes e transgenia, mapeamento de novos mercados, aquisição ou arrendamento de áreas produtivas, preparação do solo, aplicação de insumos: sementes, adubos, agrotóxicos, colheita, investimento em máquinas, armazenamento, loteamento nos portos e aeroportos para instalação de estrutura de armazenamento e carregamento, investimento em frotas, *marketing*, consultorias, investimento em ações, associação com bancos, indústrias etc. Para isso, disputam as melhores fatias de terras férteis, em clima adequado, com boa infraestrutura e mão de obra disponíveis, bem como investimentos públicos do Estado, próximos aos grandes centros, sempre em articulação política e aliança com outras empresas estratégicas, dentre elas, as que monopolizam os meios de comunicação e em associação com o capital internacional, com destaque para as “*joint ventures*” e as fusões.

O meio de acumulação se dá de forma clássica, através da exploração do trabalho, mas para ocultar as suas grandes fortunas acumuladas a partir da exploração dos trabalhadores, criam uma imagem totalmente positiva de sua atuação, especialmente através do discurso da responsabilidade social, que significa, para elas, criar projetos de assistência às “comunidades carentes”; programas de “educação”, estes com conteúdo ideológico a favor do agro nas escolas; alguns pequenos projetos ambientais de reflorestamento; reutilização da água; e reutilização de materiais reciclados, justificando, com isso, que desenvolvem práticas sustentáveis.

Assim, *commodities* como a cana, o eucalipto, a soja, a laranja, entre outros avançam sobre as diversas regiões do país

com a aquisição de novas áreas para produção; isso significa a contínua expropriação de pequenos proprietários, agricultores familiares, indígenas, quilombolas ou na forma de fixação sobre terras devolutas pertencentes à União, especialmente através da grilagem. Onde o agro ainda não havia se expandido, agora já está em fase de territorialização, como é o caso da Amazônia como nova fronteira agrícola, mesmo com todo o impacto ambiental que isso representa.

Mas estes aspectos conjunturais mencionados estão alicerçados em uma base estrutural, dinâmica que articula de maneira dialética, por um lado, um país dependente das economias centrais e de capitalismo periférico, mas por outro, o que aparece no horizonte da geopolítica brasileira, como sinônimo de modernidade alcançada ou em vias de fazê-lo, é de fato o capital em escala mundializada, numa fase completamente monopolista/imperialista. Isso produz na sociedade as piores consequências inerentes à lógica da expansão e acumulação do capital, sempre num círculo vicioso em que as condições estruturam desigualdades sociais numa realidade de barbárie tanto no mundo urbano como no rural.

Nesse sentido, apresentaremos o agronegócio na sua versão moderna – da tecnologia, nanotecnologia, das máquinas ultramodernas, do desenvolvimento técnico de aumento da produtividade, das instituições de pesquisa, do uso da aviação na agricultura, das sementes transgênicas etc.

Através dessa cara moderna, apresenta-se a sua complementaridade, que muitas vezes é tida como contradição, mas que não é contradição, pois como dissemos, faz parte da dinâmica de articulação do moderno x atraso. Aquilo que é tido como o seu contrário, na realidade, o alimenta: o trabalho escravo moderno; a destruição ambiental através da prática predatória – especialmente da água, das queimadas, da morte da biodiversidade; da exploração do trabalho humano nas cadeias produtivas; bem como dos recursos minerais e naturais; da concentração da terra;

da concentração dos lucros; dos monocultivos avançando sobre áreas tradicionais de produção de alimentos; da mecanização e do desemprego associado à ampliação do exército industrial de reserva; da automação no nível da informática e da robótica de muitos setores produtivos; da elevação da produtividade combinada com rebaixamento dos salários dos trabalhadores e de técnicas gerenciais de controle social, entre outros.

Existe uma relação de continuidade no bojo do desenvolvimento do agronegócio que remonta às características da economia colonial dada a produção de *commodities* e seu papel fundante no envio de matérias-primas para o mercado externo, reproduzindo os mecanismos a partir dos quais se perpetua a dependência. As elites agrárias, enquanto fração de classe da burguesia brasileira, subordinam os interesses nacionais à lógica do capital estrangeiro.

No aspecto metodológico, num primeiro momento, trouxemos presente a caracterização dos períodos decisivos que vão configurando as bases para o agronegócio, através da implementação do projeto da revolução verde, intensificado no período da ditadura civil-militar e da “modernização” que conservou o latifúndio. A crise dos anos 1970 consolidou mudanças significativas e de reestruturação na agricultura brasileira. Houve um intenso processo de centralização e concentração de capitais, transformando os diversos oligopólios em monopólios e aprofundando a fase monopolista.

No segundo momento, tentamos materializar nossa reflexão a partir dessas características com base real nas transformações ocorridas no capitalismo brasileiro. Também trazemos presente o movimento de nova concentração e centralização de capitais em que empresas, especialmente do setor sucroalcooleiro, estão sendo adquiridas através de processos de aquisição ou como no moderno termo “*joint venture*” – uma espécie de sociedade/negócio conjunto de empresas estrangeiras. Apresentamos as características de acumulação de capitais no agronegócio, com

base no movimento de reestruturação da cadeia produtiva, como é o caso do setor sucroalcooleiro nos anos 1980 e 1990. E, ainda, na conjuntura atual, a atuação do Estado brasileiro e as ações do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), revelando, na prática, a simbiose entre capital, classe dominante, Estado e governo e a essência do agronegócio e suas derivações no campo econômico, político, social, ambiental, jurídico, bem como no processo recente de fusões e internacionalização de capitais.

Refletimos sobre as principais contradições por ser o agronegócio apontado como o *top* do desenvolvimento científico e tecnológico da agricultura, com inovações no campo da engenharia genética, entre outros, mas que só tem revelado na sua fundamentação um verdadeiro retrocesso, dadas as ameaças de colapso das fontes de recursos naturais e alterações nas leis da natureza, provocando reações até então desconhecidas na espécie humana, que colocam em choque esse modelo destrutivo, dentre as quais se destacam as alterações climáticas. Também, sobre o desenvolvimento tecnológico e científico do agronegócio que, apesar do discurso de sustentabilidade, não superou, nem vai superar – apenas aprofundou e continua aprofundando – as relações de exploração do trabalho, a ameaça da falta de alimentos, a crise hídrica, a reconcentração das terras, a estrangeirização dos bens públicos, entre outros, bem como sua lógica destrutiva dos recursos naturais. Em suma, aprofundou a perversidade desse projeto de morte e de ameaça à continuidade dos seres vivos em seu *habitat*, de forma segura e em equilíbrio com a natureza.

Gênese das bases da agricultura moderna, denominada agronegócio

O “moderno” agronegócio faz parte da continuidade da lógica conservadora da economia agrícola capitalista remontando desde o período colonial (*plantation*) e que manteve a estrutura agrária brasileira numa espécie de “modernização conservado-

ra” ainda no período da ditadura militar, com a introdução dos padrões tecnológicos da revolução verde. Esse *modus operandi* na agricultura brasileira, renovado nos anos 1980 e 1990, com suas principais contradições, chega atualmente ao topo, numa fase mais complexa e desenvolvida, orientada pela divisão internacional do trabalho e pelas imposições da lógica monopolista, numa fase imperialista no mundo.

As origens do agronegócio têm como pressuposto a proposta-base da “revolução verde”, criada no período pós II Guerra Mundial, com o financiamento da Fundação Rockefeller com um discurso cínico de acabar com a fome no mundo e teve como principal fundamento destruir os restos de guerra utilizando todo o lixo tóxico destinando-o à agricultura. No discurso, só visava aumentar a produtividade “adaptando os genes das plantas” consorciando-os com os “insumos modernos” objetivando maior produtividade, numa escala de tempo menor.

De acordo com Pinheiro Machado,

A essência da ‘revolução verde’, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém a patente das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via ‘insumos modernos’, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controladas pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um novo segmento econômico, o agronegócio ou agricultura industrial. (Machado; Machado Filho, 2014, p. 54).

O autor apresenta, em sua obra *A dialética da agroecologia* (2014), elementos sobre como o Brasil passou por essas transformações nos anos 1950 e início dos anos 1960, saindo do quadro do chamado atraso tecnológico, ao mesmo tempo que experimentava uma nova fase com o lema de Juscelino Kubitschek, de “50 anos em 5”. A criação do programa Sistema de Extensão

Rural desempenhou importante papel no desenvolvimento da “revolução verde”.

Esse programa de extensão rural era uma espécie de assistência técnica, cuja iniciativa foi decidida no Congresso Nacional dos Estados Unidos e previa a assistência técnica gratuita aos agricultores brasileiros no sentido de difundir e implementar o programa do “pacote tecnológico” da revolução verde. Esses pacotes eram receitas que deviam ser cumpridas nos tratos agrícolas e de animais nas diversas regiões do país tendo em vista o aumento da produtividade. Recebiam o benefício do crédito agrícola altamente subsidiado, somente aqueles agricultores que tivessem aderido ao programa oficial. O sistema causou de fato a “revolução”, destruindo formas sustentáveis de agricultura praticadas por comunidades tradicionais e passou a impor uma lógica destrutiva de agricultura e de modo de vida no campo e na cidade.

O golpe de 1964 no Brasil legitimou o programa e transformou-o em política agrícola oficial no país. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 1973 com a finalidade de colocar em prática o projeto da revolução verde no país. Dessa maneira, a modernização proposta ficou conhecida como “modernização conservadora”, porque manteve a estrutura agrária brasileira com base na concentração da terra em latifúndio, na exploração do trabalho e trouxe consigo problemas e consequências desastrosos devido ao modelo tecnológico, como é o caso dos agrotóxicos, do adubo sintético, da transgenia, das nanotecnologias, bem como alterações naturais do solo e ambiente.

Ainda para Machado *et al.* (2014), durante o período da ditadura civil-militar ocorreram algumas mudanças que transformaram completamente a questão agrária, construindo as principais bases do agronegócio que conhecemos atualmente. Alguns desses fatores se inter-relacionam: intensificou-se a integração entre a indústria e a agricultura, subordinando diversas

ramificações de setores produtivos à dinâmica agroindustrial ao mesmo tempo que aumentou a composição orgânica do capital na produção agrícola. Transformaram-se significativamente as mediações políticas, jurídicas e ideológicas de controle do grande capital sobre a terra e demais recursos naturais e a força de trabalho (Machado; Machado Filho, 2014, p. 55).

Ainda para estes autores “A ‘revolução verde’ e seu sucedâneo, o agronegócio, é, sem dúvida, uma das causas das catástrofes sociais que a humanidade está vivendo” (p. 58).

Na década de 1980, entra em crise o chamado projeto da modernização conservadora, devido à significativa diminuição dos créditos públicos para o setor agropecuário e à falta de assistência técnica, sendo que o Estado era o principal suporte financeiro da agricultura.

Pinto (2010)¹ argumenta que os anos 1980 devido à concepção conservadora e a prática da violência sistemática do latifúndio contra os trabalhadores, especialmente aqueles que estavam vinculados a processos de luta pela terra, a União Democrática Ruralista (UDR) vai perdendo força e sendo desmoralizada internacionalmente e também porque passou a representar, no decorrer do tempo, sinônimo de latifúndio “atrasado” e que significava retrocesso ao país. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) vai ganhando terreno na organização patronal agrícola com vistas a grandes mudanças no cenário agrário. A partir da OCB surge a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), em 1993.

A agricultura capitalista viveu esse momento, dando abertura a um processo de concorrência acirrada em que algumas empresas foram “engolindo” as menores e centralizando capitais – terra, meios de produção, força de trabalho, ma-

¹ Texto de dissertação “O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agrobusiness (1990-2002)” – Unicamp/Campinas, 2013.

térias-primas – e os próprios capitais, parte dos quais eram reinvestidos na própria produção e outros colocados em circulação através de investimentos bancários e/ou de acionistas, iniciando um processo cada vez mais intenso de investimentos em ações, reais ou virtuais. Isso levou, com o passar do tempo, a um processo gigantesco de especulação com juros, gerando nas finanças uma especulação fictícia e também real (com correspondência material), o que hoje conhecemos como financeirização da economia, a qual envolve a associação dos setores industrial, agrário e bancário. Assim o agronegócio se consolida nesse contexto.

Fernando Henrique Cardoso, no período 1994 a 2002, representou o governo que colocaria em prática o projeto neoliberal e a política agrícola desse período. Para tanto, seguiu à risca as recomendações do Banco Mundial, criando por um lado, o Conselho do Agronegócio, em 1998, dando total apoio estatal ao órgão e por outro lado, tratando as lutas por reforma agrária com violência e repressão. Também criou mecanismos de neutralização da luta pela terra, como foi o caso do mercado de terras conhecido como Banco da Terra, quando a reforma agrária de mercado, com a venda de terras aos trabalhadores, passou a ser parte da política de assentamentos rurais.

Para Pinto (2010), a Abag surge com discurso na grande imprensa convencendo a população sobre a importância do agronegócio na participação do PIB brasileiro e no saldo positivo da balança comercial do país. No seu próprio *site* a Abag se denomina como “alavanca inquestionável de modernização do país” e organização a serviço do povo brasileiro. Uma das principais reivindicações da entidade logo de seu surgimento foi o aumento da liberação de créditos subsidiados por parte do governo, a política cambial e a diminuição da carga tributária, bem como as condições para maior competitividade no mercado internacional (Pinto, 2010, p. 10).

Ainda em seu *site*, a Abag argumenta que:

A apresentação oficial da Abag ocorreu no Congresso Nacional, em Brasília, pelo presidente-fundador, Ney Bittencourt de Araújo, um visionário e apaixonado pelo agronegócio brasileiro. Ney Bittencourt destacou os quatro grandes problemas do país, nos quais o agronegócio poderia contribuir para solucionar: organização do processo de desenvolvimento sustentado; integração à economia internacional; eliminação das profundas desigualdades de renda e dos bolsões de miséria; respeito ao meio ambiente.²

Para entender a reorganização de classe do agronegócio, vejamos a composição da Abag e a forma como agregou, como associadas, as diversas empresas multinacionais que dominam o monopólio das cadeias produtivas na produção de *commodities*, dentre as quais se destacam: União das Indústrias de Cana de Açúcar (Única); Syngenta; Raízen; Radar Propriedades Agrícolas S/A; OCB; Monsanto do Brasil Ltda.; Máquinas Agrícolas Jacto S/A.; Lazzarini Moretti Sociedade de Advogados; Klepper Weber; John Deer Brasil S/A; Rede Globo – Globo Comunicações e Participações S/A; Gaia Agro Securitizadora S/A; EcoAgro – Eco Securitizadora S/A.; Embrapa; Du Pont do Brasil S.A.; Dow Agro Sciences Industrial Ltda.; Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoobsp, Coteminas; Cocamar Cooperativa Agroindustrial; CNH Industrial Latin America Ltda.; CMA – Consultoria; Métodos e Assessoria Mercantil S/A.; CHS do Brasil Grãos e Fertilizantes Ltda.; Cetip S/A; Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; Ceres Consultoria S/C. Ltda.; Cargill Agrícola S/A.; Caixa Econômica Federal; BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas; BM&F e Bovespa S/A.; Bayer S/A. Corp Science; Basf S/A. – The Chemical Company; Banco Santander S/A.; Banco Rabobank Internacional Brasil S/A.; Banco Itaú BBA S/A.; Banco do Brasil S/A; Banco Cooperativo Sicredi S/A.; Associação Nacional dos Exportadores dos Su-

² Ver sobre história da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), disponível em: <<http://www.abag.com.br/index.php>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

cos Cítricos (CitrusBR); Associação Nacional de defesa Vegetal (Andef); Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ); Aprosoja Brasil; Agrocerec Ltda.; AGCO do Brasil – Your Agriculture Company; ADM do Brasil; Adecoagro S/A.³

Além de sua participação no aspecto econômico, há a participação dessas empresas no aspecto político, nas negociações diretas com o governo, nas indicações de ministérios estratégicos, influência sobre os rumos políticos a serem definidos para que os lucros não sejam prejudicados.

Conforme boletim informativo da Abag, dentre os planos da nova Ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Katia Abreu, destacam-se: coordenar um planejamento nacional de defesa da agropecuária (*leia-se agronegócio*)⁴; criar a Escola Brasileira do Profissional da Agricultura e Pecuária para capacitar quadros técnicos; elaborar um plano para dobrar a área irrigada; reforçar o papel da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), para promover “uma revolução do conhecimento no campo”); dobrar o número de produtores de classe média rural nos próximos anos; buscar junto aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Tesouro Nacional uma solução para a crise do setor sucroalcooleiro⁵.

No artigo “Agronegócio, palavra política”⁶ Regina Bruno (2010) entrevista entidades e órgãos representativos de lideranças políticas do agronegócio que o afirmam como sinônimo de êxi-

³ Ver informações sobre as empresas que fazem parte da rede de associados da Abag, em: <http://www.abag.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=13>, Acesso em: 6 mar. 2015).

⁴ Grifo nosso.

⁵ Ver informativo da Abag em: <http://www.abag.com.br/informativos/abag_95/p=2>. Acesso em: 6 mar. 2015.

⁶ Artigo apresentado pela autora no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, em Porto de Galinhas, 2010. GT: Representação de interesses patronais rurais e agroindustriais na América Latina.

to. Ele aparece no discurso destes líderes como “uma atividade que deu certo e teve sucesso”. Mostra também como o discurso ideológico do agronegócio pauta uma imagem na sociedade de que se trata da expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento que *atende os interesses e a necessidade de todos* (Bruno, 2010, p. 3). Na entrevista com membros do setor, o agronegócio é apresentado como toda e qualquer atividade socialmente reconhecida como “produtiva”, “rentável” e “moderna” (p. 5).

Do ponto de vista ideológico, o discurso é marcado por temas como o desenvolvimento sustentável, a integração à economia internacional, a eliminação das desigualdades e o respeito ao meio ambiente. A maioria das empresas do agronegócio reafirma essas temáticas. Mas o grande mote que perpassa o discurso ideológico de todas elas é o tema da *sustentabilidade* e ou *responsabilidade social/ambiental*.

É sob esse prisma que, aparentemente, a terra deixa de ser *latifúndio atrasado e improdutivo*, com as antigas relações *oligarcas e coronelistas* e passa a se configurar como empresas agrícolas altamente “produtivas” e modernas, orientadas pelo monopólio de alguns poucos ramos agrícolas. Essa diversidade de ramos, no entanto, não inclui a comida que a população consome, pois a alimentação consumida no país não é produzida nas grandes monoculturas do agronegócio e, sim, nas pequenas propriedades de agricultura familiar, conforme registrou o próprio Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2006⁷.

Na divisão internacional do trabalho, países como o Brasil cumprem o papel de fornecedor de matérias-primas, organizando sua agricultura a partir das demandas dos países imperialistas hegemônicos. Assim, a própria economia do país se baseia na

⁷ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>.

agricultura como forma de manter o superávit da balança comercial e garantir a circulação de seus principais produtos em forma de *commodities*, já que assume um papel de destaque na economia. Mas não se questiona sobre a diminuição das áreas de produção de alimentos ou sobre as bases que sustentam esse modelo.

Para Santos (2011, p. 27), desta forma, o Estado brasileiro se torna refém da agricultura e da burguesia agrária, classe social que detém o controle das terras, dos meios de produção, da renda e da riqueza socialmente produzida no campo; e devido a essa posição de classe, a burguesia agrária possui também a facilidade de articular investimentos públicos e privados na grande agricultura desenvolvida no país já que também mantém controle sobre o próprio Estado. O fato de as *commodities* garantirem saldo na balança comercial faz com que o Estado brasileiro financie cada vez de maneira mais vultuosa. O autor acrescenta:

O Estado brasileiro sempre foi um dos grandes injetores de volumosos recursos públicos na agricultura, alavancando assim uma espécie de pesados subsídios a este setor, relegando à agricultura familiar-camponesa, migalhas do orçamento muitas vezes não acessado devido ao amontoado de burocracias e ausência de uma política de créditos voltados a atender as reais demandas da pequena agricultura familiar-camponesa apontada como a responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela sociedade (Santos, 2011, p. 26).

Um exemplo dessa relação agronegócio e Estado é a forma como se utilizam recursos públicos do Estado injetando-os nos negócios do agro. A *Agência Estado* publicou uma matéria em 5 de fevereiro de 2015, informando que o BNDES investiu R\$ 6 bilhões no setor de etanol, em 2014⁸.

⁸ Sobre o tema investimento, ver: <<http://www.novacana.com/n/industria/investimento/bndes>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

O agronegócio é amplamente beneficiado com recursos do Estado para lucrar no mercado internacional, enquanto este, de quebra, fica com a dívida pública interna para ser paga na forma de impostos pela classe trabalhadora. Enquanto isso, a pequena agricultura, que é quem realmente produz a comida que a população consome, não disfruta nem de um terço desses recursos, ressaltando que há injusta distribuição dos recursos públicos entre quem realmente produz comida limpa e gera empregos e quem destrói a biodiversidade, só produz para exportação, mantém trabalho escravo etc.

O agronegócio também é organicamente complementar e baseado nas relações monopolistas do empresariamento da atividade agrícola e do latifúndio concentrado sob a posse de poucos grandes proprietários rurais. Estes dinamizam a produção do país numa estrutura da *dialética da dependência* entre países periféricos e centrais do capitalismo, sendo que burguesia endógena e internacional continua lucrando.

É importante ressaltar, ainda, que o projeto político, econômico, ideológico do governo e da burguesia, atualmente, por mais que transpareça como *neodesenvolvimentista*, é, na essência, neoliberal. Em crise ou não, é a essência, na atualidade, do projeto de acumulação do capital monopolista/imperialista e visa garantir, entre outras coisas: o receituário do capital através da continuidade da espoliação da classe trabalhadora, inclusive, com a legitimação dos governos; a privatização das empresas estratégicas e da infraestrutura existente – portos/aeroportos, rodovias, ferrovias, usinas de produção de energia, serviços de comunicação e telefonia etc.; e a retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores através de sua luta. Além disso: a atuação livre do capital, em particular o financeiro (mas também representado pelo industrial e agroindustrial em fusão com o capital bancário), com livre consentimento por parte do Estado e cada vez mais com financiamento público para a “livre atuação” das empresas privadas em todos os ramos da produção (industrial/agrícola

e bancário); a precarização das condições de trabalho; a implementação de políticas compensatórias de caráter assistencialista à população (como, por exemplo, a bolsa família, as cotas para pobres nas universidades etc.) e, associado a isso: privatizações, congelamento de salários, hiperinflação, uma carga tributária elevadíssima, incentivo ao consumo através das facilidades do crédito, repressão brutal às lutas populares etc.

Em contrapartida, total apoio do Estado aos projetos do grande capital, cuja base é a lucratividade, a ação predatória do meio ambiente e aos seres humanos; grandes projetos de infraestrutura financiados visando servir o capital privado nacional e internacional (como a construção de novas hidrelétricas, como foi o caso do projeto do Rio Madeira, a proposta de transposição do Rio São Francisco), o socorro em recursos financeiros por parte do Estado à “falência” das novas usinas de produção e beneficiamento do setor sucroalcooleiro; a construção de portos; a reforma do Código Florestal⁹; a destruição da biodiversidade na Amazônia¹⁰; a concentração e a centralização cada vez em maior

⁹ A reforma do Código Florestal foi uma manobra da bancada ruralista, em 2012, através dos representantes da Abag no Congresso Nacional, quando se aprovou depois de uma década de negociação, justamente no governo Dilma, mudanças no Código Florestal. O que deu total liberdade para a destruição ambiental, como é o caso, da isenção de multas e não punição aos fazendeiros que desmataram ilegalmente proporções enormes de florestas; a diminuição do tamanho das áreas de preservação permanentes (APPs) e Reserva Legal; a liberação de áreas de manguezais para que não sejam mais consideradas áreas de APPs na região Nordeste do Brasil visando o aumento da carcinocultura (a criação de camarão); o perdão das dívidas ambientais dos proprietários que cometeram crimes ambientais até o ano de 2008, e o financiamento com crédito agrícola a esses mesmos fazendeiros perdoados; a diminuição da faixa da beira de rios para, no máximo 15 metros, e ainda assim os ruralistas querem baixar para cinco metros, entre outras mudanças. Mesmo com os protestos de ambientalistas, a reforma foi aprovada. Ver: <<http://www.brasilecola.com/brasil/a-reforma-codigo-florestal-brasil.htm>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

¹⁰ A Amazônia tem sido transformada em nova fronteira agrícola para criação de gado e plantação de soja causando impactos ainda incalculáveis para a

escala, tanto da terra e dos meios de produção como do capital na sua forma dinheiro, entre outros.

Nesse sentido, o que pode se analisar é que o capitalismo continua com seu organismo vital de acumulação, passando por diversos estágios de desenvolvimento, agregando elementos novos, mas em certos aspectos, conservando o seu núcleo central, a sua essência. O papel do Estado burguês também é essencial para a garantia do processo de acumulação do capital. Hoje, quem comanda esse projeto de acumulação do capital é o governo do Partido dos Trabalhadores, com o comando da presidente Dilma Rousseff, a qual compõe um governo cuja hegemonia continua sendo da classe burguesa dominante devido ao pacto realizado desde 2002, do governo Lula com a burguesia.

O PT fez esse novo pacto com a dominação burguesa, cooptando setores da classe trabalhadora e tentando forjar o consenso por parte do povo brasileiro. Em 12 anos de governo, o PT cumpriu à risca o receituário neoliberal que colocou o país no patamar do “alto desenvolvimento econômico”, embora estejamos na eminência de uma grave crise econômica, pois continuamos na situação de economia periférica e seguimos na esteira dos países desenvolvidos de economias centrais.

Atualmente o Estado, através da administração do Partido dos Trabalhadores, continua investindo recursos públicos em empresas privadas e criando as melhores condições para que elas “extraiam o sangue dos trabalhadores” numa intensa

biodiversidade desse bioma. Além disso, há a ambição de empresas do ramo farmacêutico e empresas de cosméticos, como é o caso da Natura, entre outras. Mantêm um discurso sustentável, mas exploram a mão de obra (especialmente a feminina) na região e destroem os recursos naturais. Também há a investida de empresas estrangeiras para pesquisas e apropriação de estudos genéticos. Muitos desses estudos são patenteados posteriormente. Não cabe aqui tratar da questão amazônica dada a sua complexidade. Isso tudo sem falar da questão da mineração e seus impactos, principalmente nos Estados do Pará e Maranhão.

superexploração do trabalho, garantindo reformas políticas e econômicas que atendam aos interesses do capital monopolista, retirando as conquistas históricas dos trabalhadores (aumentando a jornada de trabalho; baixando o custo de reprodução da força de trabalho, postergando o direito à aposentadoria, com o argumento de que a expectativa de vida aumentou; promovendo retrocesso nos direitos já conquistados como, por exemplo, o pacote de reformas de cortes para contenção de gastos que a presidente anunciou, suprimindo direitos previdenciários conquistados em plena luta pelos trabalhadores, nos últimos dias do ano de 2014).

Esse mesmo governo garantiu condições férteis para o capital (investimentos a juros baixos). O Estado paga a dívida de empresas do agronegócio, salvando empresas da falência ou renegociando prazos longos (é mais lucrativo e rentável para o capital ser credor do Estado brasileiro do que fazer investimentos na bolsa de valores, por exemplo, pois com o Estado e governo brasileiro eles nunca perdem, mesmo que a situação da dívida pública seja caótica). Para Santos,

Por essas e outras razões, o setor ganhou ainda mais força e ressonância internacional, na medida em que o Estado brasileiro, especialmente durante o governo Lula, se colocou em defesa do agronegócio canavieiro e dos usineiros, pois, como disse o ex-presidente, os usineiros são os grandes heróis nacionais desse país (Santos, 2013, p. 8).

De acordo com matéria da revista *Unespiciência* (2013, p. 18 e 19),

(...) os diversos levantamentos descrevem o mesmo processo: a corrida do capital internacional para realizar grandes aquisições de terras. O fenômeno ficou conhecido pela expressão inglesa *land grab* e tem como principal cenário países pobres ou em desenvolvimento da Ásia, da América Latina e, principalmente, da África. (...) Em 2010, o jornal *Folha de S. Paulo* alertava em reportagem que ‘estrangeiros

estão comprando o equivalente a 22 campos de futebol por hora no Brasil¹¹.

Entretanto, apesar do *boom* do agronegócio como carro chefe da economia brasileira, estamos assistindo à iminência de uma nova crise se aproximando que vai mais uma vez assolar a classe trabalhadora. Receituários neoliberais já não são tão eficientes assim. Mas como afirma Istvan Mészáros (2009), o que está sendo chamado na atualidade de crise do neoliberalismo, é de fato, *a crise estrutural do capital*. Para ele,

(...) o capital quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucro. De fato, as classes trabalhadoras das mais desenvolvidas sociedades ‘*pós-industriais*’ estão experimentando uma amostra da real perniciosa do capital ‘liberal’ (Mészáros, 2009).

Atualmente as sociedades chamadas desenvolvidas estão vivenciando e enfrentando a grave crise econômica que se instaurou nesses países. Experimentam na pele a crueldade do capital desesperado por não perder sua lucratividade, que sem dúvida é retirada do bolso do trabalhador. As experiências que países como Espanha, Portugal, Grécia, entre outros, estão vivenciando fazem parte da crise estrutural do capital. Na condição de países dependentes, estamos começando a viver os impactos do outro lado do oceano. E a maré que se desloca para cá não se trata de uma simples “marolinha”.

O problema que se coloca na atualidade é que a classe trabalhadora, disciplinada “irracionalmente” para o trabalho e não habituada a pensar por conta própria não consegue levantar a

¹¹ *Revista Unespiciência*. Terra em Transe, ano 4, n. 40, Editora Fundação Unesp, 2013.

cabeça e empreender lutas contra o sistema. Está amorfa, desorganizada, desorientada, alienada como nunca.

Diante do desenvolvimento colossal do agronegócio, em contrapartida, a reforma agrária é considerada como atraso no pensamento conservador e mantenedor da ordem, ao mesmo tempo que é considerada desnecessária pela Social-democracia e inclusive por parte da esquerda¹². No discurso ela aparece como uma bandeira que já foi superada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo e não faz mais sentido na atualidade, como se estivéssemos avançado num patamar elevado do desenvolvimento do país, em termos de superação das desigualdades e fim das mazelas provocadas pelo latifúndio improdutivo. Aparece no imaginário como se estivesse superada como dilema histórico. Mas ao contrário, a reforma agrária pela natureza da luta agrária atualmente não pode fazer parte de nenhum projeto de desenvolvimento do país, seja ele nos marcos conservadores, social-democratas ou mesmo de esquerda.

Não pode ser encarada como modelo para a superação do atraso e impulsionadora de uma razão nacional-desenvolvimentista – mas, sim, ela se projeta atualmente como uma luta anticapitalista/anti-imperialista.

Conclusão

Necessitamos, de fato, compreender a realidade particular do capital em sua forma universal e em suas determinações gerais e específicas. No campo da questão agrária, ela está imbricada nas leis universais do capitalismo. Devemos nos despir do senso comum sobre o que é a *modernidade e o atraso* do agronegócio. Desvelar o que é essa empresa agroindustrial no campo, chamada agronegócio; desocultar e desnaturalizar suas principais con-

¹² Precisamos redefinir esquerda em tempos de aprofundamento pós-moderno e de refluxo das lutas sociais.

tradições e situar a barbárie provocada pelo moderno revestido de atraso e atraso revestido de moderno.

Nas condições da sociabilidade capitalista, como diria Mészáros (2012), caminhamos para a *barbárie, numa acentuada crise civilizatória*, em que o padrão de acumulação do capital é eminentemente destrutivo. Não há saída na perspectiva capitalista para outro projeto contra-hegemônico, a não ser a partir da luta de classes.

Cabe à classe trabalhadora dirigir processos de lutas contundentes que impactem o capital e que o coloquem em xeque, não só através da proposição de condições de vida melhores para os trabalhadores do campo com a realização de ampla e profunda reforma agrária. Só há alternativa possível com outra sociabilidade, na qual o sujeito revolucionário busque emancipar o sujeito histórico coletivo e que seja redentora de um novo projeto de humanidade – emancipada dos jugos do capital. Esse desafio não é fácil, mas está em construção.

Referências bibliográficas

- DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara, 1987.
- HOUTART, François. *El escandalo de los agrocombustibles para el Sur*. 1ª ed. Havana: Ediciones La Tierra; Ruth Casa Editorial, 2011.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro. 2000.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. (Tradução e introdução de Florestan Fernandes). 2ª ed. Sao Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *O capital – crítica da economia política – livro 1 , v. 2 – Processo de produção do capital*. 9ª ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1984.

- _____. *O capital – crítica da economia política – livro 3*, v. 6: O processo Global de Produção Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *O Manifesto do Partido Comunista*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PINTO, Raphaela Giffoni. O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agrobusiness (1990-2002). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, 2010.
- POMAR, Wladimir. *Um mundo a ganhar. revolução democrática e socialista*. 1ª ed. São Paulo: Viramundo, 2002.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6ª reimp. da 23ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. “Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária”. Texto mimeo.
- SANTOS, Adriano Pereira. O moinho *satânico* do agronegócio canavieiro no Brasil: Dependência e Superexploração do Trabalho na Região de Ribeirão Preto/SP. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2013.
- SANTOS, Marcio José. Território em disputa na região de Bauru: Perspectivas da agricultura capitalista. Monografia apresentada ao Curso Especial de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), do Convênio Unesp/Incrá/Pronera. Presidente Prudente, 2011.
- STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda: 1960-1980* (org.). São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- _____. (org.). *A questão agrária hoje*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2002.

Revistas

Unespciência. “Terra em Transe”. Ano 4, n. 40. São Paulo: Editora Fundação Unesp, 2013.

Sites

www.mst.org.br
www.ibge.gov.br
www.investe.sp.gov.br
www.unica.com.br
www.brasildefato.com.br
www.canaonline.com.br
www.brasilecola.com
www.abag.com.br

Levantados do chão: questão agrária e a organização dos camponeses na luta pela terra

Miguel Enrique Stedile

*Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Ou na planta dos pés uma terra
Como água na palma da mão?
Habitar uma lama sem fundo?
Como em cama de pó se deitar?
Num balanço de rede sem rede
Ver o mundo de pernas pro ar?*
Chico Buarque, *Levantados do chão*.

A história da luta pela terra no Brasil se confunde e cruza seus caminhos com a própria questão agrária e com grande parte das lutas sociais ao longo de nossa história. A forma como a propriedade da terra foi organizada, seus usos e fins, assim como o modelo agrícola são determinantes para compreendermos a questão social brasileira, num país majoritariamente agrário até a década de 1970. Assim, a concentração de terras e a exclusão dos camponeses do acesso aos bens da natureza e dos meios para produção de sua sobrevivência são os elementos centrais ou estão, pelo menos, presentes em grande parte dos episódios de resistências, rebeliões e revoltas em cinco séculos.

O objetivo do presente texto é contribuir na identificação das formas organizativas e de lutas que os trabalhadores da terra assumiram nestes episódios.

Segundo Stedile (2005, p. 15-16), por questão agrária, entendemos “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. Desta forma, ele sugere que a questão agrária brasileira pode ser

estudada dividindo-se em quatro períodos: 50.000 a.C. a 1.500 d.C., de 1500 a 1850, de 1850 a 1930 e de 1930 a 1964.

O *primeiro período* – entre provavelmente 50.000 antes de Cristo até 1.500 depois de Cristo – corresponde à ocupação deste território, que hoje chamamos de Brasil, por comunidades aldeãs que não conheciam formas de produção agrícolas avançadas (Maestri, 2005, p. 223).

Nessa época, as matas que cobriam a longa faixa litorânea que se estendia do Cabo de São Roque, no atual Rio Grande do Norte, ao Rio Grande do Sul, eram habitadas por aproximadamente 600 mil nativos de língua tupi-guarani – tupinambás, sobretudo, e guaranis, em menor quantidade. De 150 a 250 tupi-guaranis viviam em aldeias independentes, estabelecidas em territórios de domínio comunitário, dedicados à caça, à pesca, à coleta e à horticultura. Em média, uma aldeia tupi do litoral necessitava um território de cerca de 45 km² (Maestri, 2005, p. 224-225).

A produção tupi-guarani era organizada de forma familiar, parcelada e extensiva de subsistência, principalmente de diversos tipos de milho, feijão, batata-doce e, sobretudo, mandioca (Maestri, 2005, p. 225).

A técnica de base dessas práticas horticultoras – *coivara* – nascia da abundância e da qualidade das terras; da ausência de ferramentas desenvolvidas; do desconhecimento da fertilização das terras e da escassez relativa de braços. A horticultura tupi-guarani assentava-se sobre o uso da energia humana e do fogo, desconhecendo o arado, a tração animal, a irrigação e a adubação em larga escala, a não ser em forma embrionária.

Este período corresponderia ao que a Economia Política definiu como *modo de produção comunismo primitivo*, onde não existe a propriedade da terra, não há busca para a produção de excedente, mas para a subsistência de toda a comunidade, sem divisão social e, portanto, sem a necessidade da existência do Estado, pela baixa organização social, limitada a tribos, clãs e famílias.

O *segundo período* inicia-se com a colonização dos portugueses a este território, efetivamente a partir de 1532, quando se procura implantar uma organização econômica e agrária consoante com o capitalismo mercantil que já se estabelecia e se desenvolvia na Europa. Ou seja, ainda que utilizasse relações de trabalho não assalariadas, a produção e a circulação das mercadorias se davam num contexto capitalista – aliás, a escravidão era parte da chamada *acumulação primitiva de capital* necessária para o desenvolvimento capitalista.

Para que este território – agora batizado de Brasil – cumprisse sua função nas engrenagens do nascente sistema capitalista era necessário estabelecer a propriedade da terra em nome da Coroa e organizar a produção agrícola de forma latifundiária, monocultora, exportadora e escravista.

Há, portanto, um choque entre a forma como a sociedade nativa se organizava – sem a propriedade da terra e com a posse territorial – e o *modo de produção capitalista* que organiza a colonização territorial – voltada para a produção de mercadorias agrícolas para o mercado europeu, baseado na exploração compulsória do trabalho e na propriedade da terra.

Aos povos indígenas, a alternativa oferecida pelos colonizadores portugueses em troca da perda de seu território e de sua autonomia, é a escravidão. A luta em defesa de seu território e de seu modo de vida é desigual, em função da capacidade militar invasora e assume um caráter de *resistência*. Ainda que em alguns episódios, os povos nativos tenham formado confederações como os Tamoios (1554-1567), estas lutas foram principalmente locais.

(...) à medida que a conquista avança, racionalizam-se os mecanismos de combate e as ideologias justificadoras. Os conquistadores portugueses criam as milícias mercenárias dos bandeirantes, os quais agiam profissionalmente, tendo por ofício o combate, o extermínio e a escravização dos índios. Outros mecanismos são montados posteriormente como os aldeamentos, quando os jesuítas perceberam no

índio também uma fonte de mão de obra e passa a explorá-los em proveito próprio (sob o manto de cristianizá-los), entrando por isso, em contradição com os bandeirantes (Moura, 2000, p. 84).

Com a resistência indígena à escravidão, seja pelo combate, seja pela fuga, o colonizador português busca no negro escravizado e trazido da África a substituição como mão de obra escrava.

Na América, o Brasil foi a nação americana que importou o maior número de trabalhadores escravizados: dos nove a quinze milhões de africanos chegados com vida na América, três a cinco desembarcaram no litoral brasileiro. Os africanos escravizados eram mais comumente camponeses aldeões que perdiam a liberdade devido à violência pura ou a motivos políticos e econômicos. Em geral, as mulheres eram retidas como esposas na África e os homens vendidos nos entrepostos europeus da costa. Na África banto, grande celeiro de cativos americanos, o trabalho agrícola era tarefa feminina, como nas sociedades tupi-guaranis (Maestri, 2005, p. 239).

A resistência negra à escravidão encontrou várias formas de expressão, desde o suicídio até a cooptação. A mais efetiva delas foi, sem dúvida, a fuga de escravos para os sertões onde eram formadas comunidades quilombolas, de variados tamanhos, agregando de dezenas a milhares de ex-cativos. O sociólogo Clóvis Moura, sem ignorar a resistência indígena, considera os quilombos o primeiro módulo de luta pela terra do homem que vivia no campo, definindo esta experiência como “uma economia e culturas paralelas que durou até o fim da escravidão” (Moura, 2000, p.119).

Porém, o historiador Mario Maestri (2005) considera que a existência dos quilombos foi precária, por conta da estrutura produtiva, com ferramentas rústicas, inexistência de tração animal, voltada para a produção de subsistência e de plantas de ciclo rápido; a dificuldade de crescimento populacional, pela elevada taxa de homens entre os escravos; o caráter clandestino

e a repressão policial, que exigia o deslocamento das aldeias. Os quilombolas não construíam laços com a terra ocupada

Os quilombolas protegiam suas liberdades e não a terra que exploravam. Daí o hábito extremamente difundido dos mocambeiros de abandonarem as aldeias e plantações e se embrenharem nas florestas, quando assaltados. Salvos das tropas reescravizadoras, fundavam outro povoado, geralmente em locais e territórios desconhecido pelos agressores (Maestri, 2000, p. 247).

Em 1850, a promulgação da primeira Lei de Terras do país se constitui num marco da organização agrária e fundiária do Brasil. Este é o *terceiro período*. Até então, todas as terras eram propriedade da Coroa – primeiro do Rei de Portugal e com a independência política, do Imperador brasileiro. A Coroa poderia emitir o direito de concessão de uso de grandes extensões de terras – as capitanias hereditárias e sua subdivisão, as sesmarias – para capitalistas dispostos a investirem neste território. A primeira característica da Lei n. 601 de 1850 é que ela implanta no Brasil, pela primeira vez, a propriedade privada da terra, “ou seja, a lei proporciona o fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então a ter preço” (Stedile, 2005, p. 23).

Na prática, a Lei de Terras legitimava a grande propriedade, o latifúndio, e como estabelecia um valor a ser pago à Coroa pela compra da terra, na realidade excluía os pobres de acessarem a terra, mesmo que já fossem posseiros destas áreas. Da mesma forma, inviabilizava que, num futuro próximo, os escravos libertos também pudessem se transformar em camponeses.

A mesma Lei de Terras estabelecia ainda de que maneira se daria a introdução do colono europeu no país, como parte da política de substituição da mão de obra escrava pela assalariada e de “*embranquecimento*” do país.

É certo que neste período forma-se, então, o campesinato brasileiro, a partir de duas vertentes: primeiro, pelos milhões de

camponeses pobres da Europa que imigram para o Brasil para trabalhar nas lavouras e, segundo, pela população que ocupou o interior do território brasileiro, mesmo sem a propriedade da terra, formada pelos descendentes e pela miscigenação dos brancos pobres, negros e índios.

Para Clóvis Moura (2000, p. 119), as diferentes formas de luta pela terra que ocorrem neste período, após a queda do Quilombo de Palmares, se caracterizam pela tentativa de “formar comunidades alternativas para subsistir paralelamente ao modelo de capitalismo no campo”. Essas tentativas de modelos alternativos à estrutura latifundiária, incluiria desde Canudos (1893-1897), Contestado (1912-1916) até a revolta de Trombas e Formoso (1950-1957). Segundo Moura, que repele as classificações destas lutas como pré-políticas, messiânicas ou religiosas, eram, em última instância, a criação de um poder paralelo à sociedade maior.

Por um lado, novamente, são lutas que ficaram restritas ao seu caráter local. Porém, como demonstra Moura, já articulam, para além da resistência, um projeto alternativo de sociedade e, inclusive uma organização de autodefesa armada mais consistente.

Este período de formação do campesinato – e de suas lutas pela posse da terra – coincide ainda com o início de um novo período da organização agrária, o *quarto*, caracterizado pela crise do latifúndio exportador e monocultor escravista. Ainda que a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) sejam consequências desta crise, será a Revolução de 1930 que determinará o fim deste modelo, com a substituição das oligarquias regionais, em especial de São Paulo e Minas, que se alternavam no poder na Primeira República ou República Velha (1889-1930) por um novo pacto político, que passa a incluir a burguesia industrial.

Neste modelo, caracterizado pela industrialização, urbanização e direção da burguesia industrial, a agricultura é subme-

tida à indústria e o camponês tem como papel: (a) fornecer mão de obra barata para a nascente indústria na cidade; (b) pressionar para baixo os salários dos operários através do contínuo exôdo rural; (c) produzir alimentos para diminuir o custo de vida para os operários e (d) produzir matérias-primas para o setor industrial (Stedile, 2005, p. 29-30).

O pacto político que emerge da “Revolução de 30” não altera a estrutura da terra ou a concentração fundiária. Ao contrário, precisa dela para manter as massas de camponeses pobres e afastadas dos meios de produção de sua sobrevivência e autonomia.

Um salto organizativo

A década de 1960 irá marcar um capítulo fundamental da luta pela terra e da organização dos camponeses no Brasil. Até então, como visto, as lutas se organizavam em torno da defesa de um território, com características locais.

O pacto interclasses que resultara na “Revolução de 30” chegava ao seu limite. Por um lado, nas cidades, os trabalhadores urbanos, que haviam conquistado seus direitos no contexto deste pacto (como a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, jornada de trabalho, férias, carteira assinada, salário mínimo etc.), exigiam mais direitos e ganhos reais dos salários. Estas manifestações urbanas estavam expressas nas chamadas reformas de base: reforma da educação, tributária, trabalhista etc.

Os camponeses que nada ganharam com este pacto, aumentavam seu grau organizativo e exigiam mais do que o acesso a terra, mais o direito a terem suas próprias organizações (os sindicatos rurais eram proibidos) e exigiam maior participação política. Suas bandeiras, nas reformas de base, estavam expressas na *reforma agrária*.

O tema da reforma agrária entrara no cenário nacional, pela primeira vez, na elaboração da constituição de 1946, apre-

sentada pelo então Senador Luís Carlos Prestes em nome da bancada do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Era um imenso avanço político em termos de formulação, pois pela primeira vez se colocava em debate a necessidade de reorganizar a estrutura fundiária brasileira e de permitir a democratização do acesso a terra a milhares de camponeses. Entretanto, a proposta do PCB foi derrotada.

O principal movimento camponês, deste período da década de 1960, foram as Ligas Camponesas. Nascidas no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão/PE, as Ligas herdavam o nome de uma experiência anterior de organização dos camponeses na década de 1940 estimulada pelo PCB. Porém, sua intenção inicial era muito mais humilde: a Liga era uma espécie de associação de ajuda mútua entre os camponeses, que sequer tinham recursos para serem enterrados com caixões.

Na ingenuidade dos primeiros anos, o presidente honorário da Liga do Engenho Galileia era o próprio latifundiário, proprietário do engenho. Porém, as arbitrariedades policiais às quais os camponeses eram submetidos frequentemente, foram transformando-a em espaço de articulação e resistência. De imediato, a Liga procurou apoio de personalidades e políticos na capital do Estado para combater e constranger o autoritarismo policial.

Além de terem sido bem-sucedidos, esta aproximação com lideranças políticas dos movimentos urbanos, seria uma das características das Ligas, evitando o isolamento local e, anos mais tarde, resultaria nos Conselhos Regionais das Ligas Camponesas, formado por estes apoiadores de outros setores (Morais, 2002, p. 20).

A campanha vitoriosa pela expropriação do Engenho Galileia; a Revolução cubana; o contexto nacional em que se ampliavam as manifestações de estudantes, praças e sargentos; e operários, foram fatores que contribuíram para estimular a organização dos camponeses e ampliar as Ligas, que rapidamente estavam organizadas em dez estados. Porém, Moraes (2002, p. 37) adverte

que elas não estavam preparadas para um crescimento tão vertiginoso e rápido, pois eram basicamente organizações apoiadas em núcleos de camponeses, sem a capacidade de dirigir organizações massivas e tão espalhadas no território.

Paralelamente à organização das Ligas, no Sul do país, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Leonel Brizola, estimulava a organização do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e o PCB estava diretamente ligado à organização da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Estas três organizações se reuniram no I Congresso Camponês do Brasil, em Belo Horizonte, em 1962, convocado pelas Ultabs, com cerca de 1.400 representantes dos camponeses. Nesse congresso, apesar de estarem em menor número, a proposta das Ligas Camponesas em defenderem uma reforma agrária radical ganhou a maioria dos participantes. A palavra de ordem era “Reforma agrária, na lei ou na marra”.

Para Moraes (2002), que pertenceu às Ligas Camponesas, duas questões levaram à derrota do movimento: primeiro, a infiltração de militantes ligados a partidos políticos que transferiram para dentro das Ligas as disputas que tinham em seus próprios partidos. Segundo, o crescimento rápido das Ligas sem uma estrutura orgânica que desse conta do tamanho que a organização estava assumindo.

A crise política em que o país vivia desde 1954 podia ser expressa em dois projetos: a burguesia defendia um maior atrelamento ao capital internacional e aos Estados Unidos, enquanto os setores populares defendiam maior participação política, ampliação das conquistas e direitos e um caminho nacional para o desenvolvimento, que passava pelas reformas estruturais, as reformas de base.

A burguesia encerrou esta disputa com o uso da força e violência, através do golpe militar que instituiu uma ditadura empresarial-militar que durou 21 anos (1964-1985). Com o golpe, toda a oposição foi combatida, sendo exilada, tendo seus direitos

políticos cassados e centenas foram mortos, torturados ou desaparecidos. As organizações urbanas, em especial as organizações que defendiam a luta armada, conheceram as crueldades da ditadura principalmente a partir de 1968, quando foi promulgado o Ato Institucional n. 5, que instituía a censura e cassava direitos políticos. Porém, os movimentos camponeses foram atingidos pela ditadura já em 1964 de forma violenta. As Ligas Camponesas, o Master e as Ultabs não resistiram ao golpe e de imediato; muitas de suas lideranças foram presas, desaparecidas ou mortas.

A retomada da luta pela terra e a organização do MST

Quinze anos se passaram desde o extermínio das Ligas Camponesas e dos movimentos sociais do campo. Foi na madrugada de um sete de setembro, em 1979, que agricultores expulsos da área indígena de Não-Me-Toque e acampados nas beiras das estradas, organizados silenciosamente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocuparam os latifúndios Macali e Brillhante, no Rio Grande do Sul. Era a retomada da luta pela terra no Brasil.

Não que não tenham havido conflitos nestes 15 anos. Mas, eles foram ocultados pelo governo e pela imprensa e eram principalmente de características locais, especialmente de posseiros que resistiam em serem expulsos da terra.

Neste longo período, os militares ainda aprovaram o Estatuto da Terra, uma lei que reconhecia os latifúndios – a grande propriedade da terra – e que estabelecia que aquelas propriedades que não cumprissem sua função social – que fossem improdutivas, não respeitassem os direitos trabalhistas e a questão ambiental – poderiam ser desapropriadas para reforma agrária, transformadas em assentamentos. O governo militar havia criado inclusive um órgão para executar o Estatuto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na prática, nenhum assentamento foi criado, apenas Colônias de agricultores, vindos do Sul do país e que eram jogados sem infraestrutura ou

recursos em terras nas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e na Amazônia.

Seguindo o exemplo da Macali e da Brilhante, outras ocupações de terras ou manifestações de camponeses sem terra começaram a surgir por todo país: eram meeiros, parceiros, atingidos por barragens, em sua grande maioria vítimas do êxodo rural causado pela alta mecanização e concentração de terras patrocinadas pelo governo empresarial-militar.

Essas ocupações e mobilizações perceberam a necessidade de se articularem de forma mais ampla, inicialmente regional, ao mesmo tempo que testemunhavam o ressurgimento do movimento sindical, com as grandes greves dos anos 1970 e 1980, do movimento estudantil, com a refundação da UNE e o movimento pela Anistia, que exigia a restituição dos direitos políticos e a volta dos exilados. Em 1984, milhares foram às ruas para exigir o direito de votarem em eleições diretas para Presidente da República, as Diretas Já!

Neste contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1984, em Cascavel (PR), a partir da articulação dos milhares de camponeses sem terra em movimento nos anos anteriores.

Uma das primeiras providências do MST foi aprender com o legado dos movimentos que o antecederam, estudar e aprender com os erros e acertos das organizações anteriores. Se, hoje, o Movimento Sem Terra superou três décadas de existência, um marco que nenhuma organização camponesa jamais atingiu no Brasil, isto se deve a estes aprendizados que foram consolidados no que se chama: *Princípios Organizativos do MST*, ou seja, na sua forma organizativa, que mesmo sendo flexível e adaptável para cada Estado e região, é imprescindível no Movimento.

O primeiro destes princípios é o da *autonomia*. O Master e as Ultabs eram vinculados, respectivamente, ao PTB e ao PCB. Quando ambos partidos foram proibidos e cassados, estes movimentos ficaram sem uma direção, pois eram dependentes

das decisões que emanavam dos partidos. O MST, mesmo tendo contado com o apoio fundamental da CPT para a sua criação, decidiu que seria autônomo, independente de partidos, igrejas, sindicatos ou quaisquer outros tipos de organização. O que não significava que não construiria alianças ou lutas conjuntas, mas que construiria suas decisões a partir unicamente das decisões e necessidades da sua base social.

O segundo princípio é de que o Movimento se organiza *nacionalmente*, superando as formas locais de organização. Neste sentido, ganha mais força quando é capaz de realizar jornadas nacionais de luta, que ocorrem em vários Estados ao mesmo tempo, o que torna mais difícil sua repressão. Ser um movimento nacional significa que os 24 estados onde o MST se encontra se organizam de acordo com os mesmos princípios e estrutura, respeitando as características locais.

A *direção coletiva* é o terceiro princípio. Os primeiros movimentos camponeses, como Canudos ou Contestado e mesmo as Ligas, concentravam muitas tarefas e exposição em suas lideranças. Bastava a morte ou a prisão desta liderança, para que a base social se dispersasse. Por isso, o MST não possui presidente, mas ao contrário, sua direção é formada por colegiado em todos os espaços, de assentamentos e acampamentos até a direção nacional. E mais recentemente, o Movimento determinou que estas direções coletivas devem respeitar a proporção de gênero, sendo compostas por um homem e uma mulher.

A *disciplina* é o quarto princípio. Entendido não apenas como “cumprimento de horários ou de tarefas”, a ideia é de que todas as questões devem ser discutidas até que sejam amadurecidas, evitando votações que dividem a base social ou que às vezes representam maiorias pequenas. Todos têm o direito de se manifestar nestes debates. Porém, a partir do momento em que o Movimento constitui um consenso (que significa uma opinião de ampla maioria e não necessariamente uma unanimidade), todos devem adotar esta posição, independente da opinião que defen-

deram no debate. As diferenças são respeitadas, mas no momento em que se forma um consenso, a unidade se torna maior que a opinião individual.

Outro princípio é o da *distribuição de tarefas*. Assim como os poderes não devem ser centralizados, também as responsabilidades devem ser distribuídas. Uma das formas de distribuição de tarefas no MST são os setores, como: educação, cultura, juventude, gênero, comunicação, produção, saúde etc. Os setores existem para que determinados militantes garantam o cumprimento destas tarefas específicas e também se aprofundem com mais dedicação em temas específicos.

Esta distribuição de tarefas também se manifesta na estrutura organizativa: nos assentamentos e acampamentos, deve haver *organizações de base* (núcleos, associações etc.). Delas se organizam as *coordenações de assentamento ou acampamento* e, a seguir, as *coordenações regionais ou de brigadas* (como são chamadas em alguns lugares as regiões formadas a cada grupo de 500 famílias) e as *direções estaduais*. Nacionalmente, são compostas: a *Coordenação Nacional*, com dez integrantes por Estado e a *Direção Nacional*. Acima desta estrutura está o *Congresso Nacional*, massivo, realizado a cada cinco anos para definir as linhas políticas da organização e o *Encontro Nacional*, para verificar e ajustar a implementação destas linhas.

Reforma agrária popular

Podemos dizer que há um quinto período da questão agrária em curso. É um período marcado pela entrada e predomínio do capital financeiro, a junção do capital industrial com o capital bancário, especialmente internacional, na agricultura. Neste período, a organização agrária agora responde às vontades das bolsas de valores e dos mercados internacionais, que a produção agrícola não é determinada pela demanda de produção alimentar, mas pelos produtos que alcançam maiores preços no merca-

do internacional como a soja (para ração de animais na Europa e para combustível), cana-de-açúcar (para a produção de etanol) e eucalipto (para a produção de papel). É uma reversão do modelo agroexportador, sem produzir alimentos e utilizando grandes quantidades de insumos químicos e tecnologia aplicada.

Neste contexto, chamado agronegócio, o Movimento Sem Terra percebeu que a luta pela reforma agrária clássica – aquela que apenas visava a distribuição de terras – se esgotou. Era necessária uma reforma agrária voltada para a produção de alimentos e alimentos saudáveis, baseada na produção agroecológica e sem o uso intensivo de químicos. Que, dada a relação do Estado em defesa e em cumplicidade com o agronegócio, só poderia ser alcançada pela ação e pressão dos camponeses, por isso, popular. Mas, popular também, porque implicaria em aliança com os trabalhadores urbanos, que devem compreender que são também beneficiários desta reforma agrária. Portanto, popular porque é feita pelos trabalhadores e para os trabalhadores, urbanos e rurais. Esta é a formulação aprovada no VI Congresso do MST, em 2014.

Esta proposta de reforma agrária popular também deverá trazer mudanças na forma organizativa do Movimento. Não em sua estrutura e em seus princípios, mas porque nesta formulação os assentamentos de reforma agrária devem ser vistos como polos políticos, capazes de implementar na prática a reforma agrária popular e, através da organização da produção e da luta pela reforma agrária, articularem ou estimularem outras lutas locais, como assalariados agrícolas e trabalhadores de agroindústrias.

Como a cada momento da questão agrária, cabe aos camponeses desenvolverem as formas de lutas e a organização necessárias para alcançarem suas tarefas históricas.

Este sol é de justiça. Queima e inflama a grande secura dos restolhos, este amarelo de osso lavado ou curtimenta de seara velha e requeimada de calores excessivos e águas destemperadas. De todos os lugares de trabalho confluem as máquinas, o grande avanço dos blindados, ai esta linguagem

guerreira, quem a pudesse esquecer, são tractores que avançam, vão devagar, é preciso ligar com os que vêm dos outros sítios, estes já chegaram, grita-se de um lado para outro, e a coluna engrossou, torna-se ainda mais forte adiante, vão carregados os atrelados, já há quem caminhe a pé, são os mais novos, para eles é uma festa e, então, chegam à herdade das Mantas, andam aqui cento e cinquenta homens a tirar cortiça, juntam-se todos com todos e em cada herdade que ocuparem ficará um grupo de responsáveis, a coluna já leva mais de quinhentos homens e mulheres, seiscentos, não tarda que sejam mil, é uma romaria, uma peregrinação que refaz as vias do martírio, os passos desta cruz. Depois das Mantas vão ao Vale da Canseira, às Relvas, ao Monte da Areia, à Fonte Pouca, à Serralha, à Pedra Grande, em todos os montes e herdades são tomadas as chaves e escritos os inventários, somos trabalhadores, não viemos roubar, afinal nem há aqui ninguém para afirmar o contrário, porque de todos estes lugares percorridos e ocupados, montes, salas, adegas, estábulos, cavalições, palheiros, malhadas, cantos, cantinhos e escaninhos, pocilgas, capoeiras, cisternas e tanques de rega, nem falando nem cantando, nem calando nem chorando, estão Norbertos e Gilbertos ausentes, para onde foram, sabe-se lá. A guarda não sai do posto, os anjos varrem o céu, é dia de revolução, quantos são.

José Saramago, *Levantados do Chão*

Referências bibliográficas

- MAESTRI, Mario. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira, *in*: STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 217-275.
- MORAIS, Clodomir dos Santos. História das Ligas Camponesas no Brasil, *in*: STEDILE, João Pedro. *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002, p. 11-69.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos. Da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- MOVIMENTO SEM TERRA. *Normas gerais*. 2000 (mimeo)
- STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Breves apontamentos sobre a política de reforma agrária no Brasil, entre 2002 e 2012

Ângelo Diogo Mazin

Introdução

O presente trabalho pretende trazer elementos para uma reflexão sobre a reforma agrária no Brasil, em especial no século XXI. Para lograr com esse propósito, organizamos a reflexão em dois momentos: num primeiro momento buscamos refletir sobre as relações capitalistas na sua totalidade e como estas “determinam” as demais relações sociais estabelecidas entre as classes sociais e as relações de propriedades. Buscamos, neste primeiro momento, realizar uma reflexão geral de como a questão agrária, isto é, a forma de propriedade e uso da terra, apresenta uma tendência geral de se tornar centralizada. Ou seja, não há contradição, diferentemente dos debates nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil, de uma divisão de terras para alimentar o processo de desenvolvimento capitalista. E mesmo nos países em que houve um processo de distribuição de terras, essa acabou ou acumulada (reconcentração) ou seus territórios foram incorporados à lógica de desenvolvimento do modo de produção: a produção de mercadorias.

Num segundo momento, trazemos elementos para um debate crítico acerca da política de reforma agrária no Brasil

entre 2002 e 2012, o que coincide com os três primeiros governos do PT na Presidência da República. Destacamos esse elemento da crítica à política de reforma agrária nesse período, pois não podemos considerar a sua não realização por conta de uma mera vontade política do Governo, embora seja necessário compreender o papel deste na configuração da questão agrária no Brasil e sua opção pelo agronegócio. Entretanto, a necessidade da crítica nos leva à compreensão da relação do Brasil com a totalidade do sistema, a partir da divisão internacional do trabalho.

Longe de conclusões, pretendemos alimentar o debate acerca do papel da reforma agrária no atual desenvolvimento do capitalismo contemporâneo: no que se refere às condições de sua realização é possível apontar que sua realização prática só será possível com a mudança nas relações estabelecidas no modo de produção capitalista?

Modo de produção capitalista e a questão agrária: simbiose ou unidade dos contrários?

É comum ouvirmos que o “capitalismo não deu certo”; “que fracassou no decorrer da sua história”... Tais afirmações, em sua maioria críticas ao modo de produção capitalista, não levam em desconsideração a verdadeira natureza deste sistema: a concentração da riqueza por meio de mecanismos de exploração do trabalho através da produção.

Segundo a ONG britânica Oxfam: “A riqueza desse 1% da população subiu de 44% do total de recursos mundiais em 2009 para 48% no ano passado [segundo o grupo]. Em 2016, esse patamar pode superar 50% se o ritmo atual de crescimento for mantido”.¹ Essa informação revela que o capitalismo realmente não deu certo, pois a maior parte da sua população divide, entre

¹ Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

as mais distintas categorias da classe social que produz riqueza, uma porcentagem pequena desta. Por outro lado, a mesma informação prova o contrário: o capitalismo deu certo, sim! Por sua natureza, uma pequena parcela da classe dominante concentra a maior parte da riqueza produzida, demonstrando a natureza concentradora desse modo de produção.

O modo de produção capitalista é o único sistema econômico que foi capaz de se “territorializar” por todo o planeta. Salvo algumas exceções pontuais situadas de forma espalhadas e fragmentadas pelo mundo, que se opõem ao capitalismo, as relações predominantes, são as estabelecidas pelo modo de produção capitalista. É por isso que alguns teóricos o caracterizam como sistema global, ao se tornar hegemônico no planeta. Henri Lefebvre (2006), por exemplo, compreende o capitalismo e suas relações que produzem um espaço, como uma “globalidade”.

Milton Santos (2011), importante pensador da geografia brasileira, utiliza o conceito de espaço, como unidade totalizante, indissociável dos “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”; e de território, como uma fração desse espaço, que é definido e explicado pelo seu uso. O território é uma fração do espaço que está sendo apropriada e usada. Sendo o espaço, capitalista. Os territórios sofrem determinações diretas deste espaço.

István Mészáros (2006), trabalha com o conceito de “sistema do sociometabolismo do capital”, ao caracterizar o modo de produção capitalista como uma relação predominante. A ideia de “metabolismo social” significa que é um sistema articulado, como qualquer organismo vivo. As definições de cada particularidade são determinadas pelo conjunto do sistema de produção. O pensador húngaro, na sua obra *Para Além do Capital*, afirma que: “(...) o sistema do capital é, na realidade, o primeiro da história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que se encontre resistência” (2006, p. 47).

Para se tornar um modo de produção dominante no espaço global, o capitalismo desenvolveu uma forma de produção e apropriação da riqueza distinta das relações socioeconômicas que o antecederam². Embora encontremos no tempo e no espaço variações e características distintas da forma como o modo de produção capitalista se desenvolveu e ainda se desenvolve, há um traço comum no seu desenvolvimento, em relação às sociedades que se organizaram em classes sociais: a propriedade privada.

O militante alemão Karl Marx, na sua obra *O capital*, re-flete sobre as condições para o surgimento do modo de produção capitalista como:

Seus condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social (Marx, 1996, p. 288), (grifos nossos).

Marx afirma ainda que:

A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho, era a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista (p. 203).

A relação predominante que define a forma espacial do capitalismo desde sua gênese até a contemporaneidade é a separação dos produtores dos meios de produção. Historicamente uma classe social se apropriou das condições necessárias para a subsistência humana (a burguesia), produzindo outra classe social

² Para um estudo inicial sobre os Modos de Produção anteriores ao Capitalismo, ver: Hobsbawm, Eric. *Formações Econômicas Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, Marx, Karl & Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

“livre” dessas condições e que não tem alternativa a não ser vender sua capacidade de trabalho (o proletariado/os trabalhadores).

Anos antes da publicação de *O capital*, Marx e Engels, no *Manifesto Comunista* afirmaram que:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto diferente: a burguesia e o proletariado (Marx e Engels, 2010, p. 40-41).

Ao pensarmos sobre como o planeta se encontra nessa fase histórica do modo de produção capitalista, nos deparemos com um paradoxo: um sistema extremamente complexo e simples ao mesmo tempo. Complexo, quando paramos para pensar nos acordos internacionais; nas guerras que se desenvolveram na história; no sistema bancário de cada país, região e no mundo; nos sistemas de Governos e Estados; nos sistemas de comércios internacionais; na divisão internacional do trabalho que define a participação de cada país na produção mundial etc. Simples, pois cada vez mais há um processo de concentração e centralização dos meios de produção que definem a tendência histórica da proletarianização cada vez maior dos trabalhadores. Ou seja, à medida que se tornam complexas as relações de produção, as duas principais classes sociais antagonicas se tornam mais evidentes.

A separação dos meios de produção do trabalho, criando um modo de produção em que se relacionam classes sociais, tem como objetivo a acumulação da riqueza produzida socialmente. Esse processo é possível através das relações de produção que se estabelecem nesse modo de produção, no qual se relacionam a burguesia e o proletariado.

Ao apresentar o profundo estudo que faz sobre o capitalismo, Marx inicia sua reflexão afirmando que: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (p. 165). Há aqui duas questões fundamentais para serem analisadas: 1) uma desmistificação do que é a riqueza, já que a tendência do senso comum é assimilar que o dinheiro é o principal sinônimo da riqueza. Isso dificulta, por exemplo, quando olhamos para um grande pomar de laranja, propriedade de uma grande multinacional e ver que ali se encontra uma grande fonte de produção de riquezas; 2) o modo de produção capitalista articula o mundo, controlando as fontes de matérias-primas e os trabalhadores espalhados nesses territórios, países, continentes, para produzirem mercadorias.

No que se refere à questão agrária³ como elemento desse “sistema do sociometabolismo do capital”, historicamente, foi sendo submetida à lógica do capitalismo. As relações de produção no campo foram sendo proletarizadas e a grande maioria dos camponeses, dos trabalhadores assalariados que viviam no campo foram sendo expulsos para as cidades. Esse processo conhecido como êxodo rural se desenvolveu mais cedo ou mais tarde, em todo planeta. O uso e a posse da terra foram sendo destinados historicamente para a produção de mercadorias: seja a lã nos campos ingleses a partir do século XV e XVI (Marx, 1984), seja a forma como o agronegócio domina o campo brasileiro na

³ Sobre o conceito de questão agrária ver: Stedile, João Pedro. Introdução (p. 15-31), *in*: Stedile, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005; Stedile, João Pedro. Questão Agrária (p. 639-644), *in*: Caldart, Roseli Salette e outros. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

atualidade. O modo de produção capitalista submeteu a questão agrária à sua intrínseca necessidade de produzir mercadorias⁴.

Obviamente que entre a forma da expropriação camponesa na Inglaterra e a forma de dominação da agricultura brasileira pela burguesia internacional, através de grandes empresas transnacionais, existem muitas diferenças. A relação que é necessária ser feita, no entanto, é que a tendência histórica do capitalismo é a expropriação dos meios de produção e como a terra é uma fonte de produção de riquezas, não resta outra alternativa para a burguesia a não ser concentrá-la.

Essa tendência histórica da expropriação dos camponeses no capitalismo foi analisada por Eric Hobsbawm (2007, p. 284): “a mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”. Inúmeros são os exemplos que o autor da *Era dos Extremos* cita:

(...) No Japão, por exemplo, os camponeses foram reduzidos de 52,4% da população em 1947 a 9% em 1985, isto é, entre a época em que um jovem soldado voltou para as batalhas da II Guerra Mundial e aquela em que se aposentou de sua posterior carreira militar. Mas já em 1970 *não* havia na América Latina – fora dos mini-Estados da tripa de terra centro-americana e do Haiti – um único país em que os camponeses não fossem a minoria. A situação era semelhante nos países do islã ocidental (p. 285).

Outros autores também se debruçaram sobre essa tendência do fim do campesinato, que é submissão da propriedade camponesa ao modo de produção. Lenin, a partir de seus estudos sobre capitalismo e questão agrária, escreveu em 1915 a obra:

⁴ Para uma introdução sobre o processo de expropriação das terras dos camponeses europeus, como tendência no modo de produção capitalista ver: Marx, Karl. “A chamada acumulação primitiva” (p. 829-882), *in*: Marx, Karl. *O capital – crítica da economia política*. L.1, v. 2. São Paulo: Difel, 1984.

Capitalismo e aricultura nos Estados Unidos da América – novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Nessa obra, faz um estudo minucioso sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, destacando dentre várias conclusões, os níveis de capitalização das propriedades nos Estados Unidos. Estuda a intensificação da produção através da utilização de meios de produção (maquinaria, fertilizantes, técnicas de trabalho) e os níveis de assalariamento na agricultura estadunidense. Uma das conclusões que chega é que:

A América confirma, com evidência particular, a verdade ressaltada por Marx no livro III de *O capital*, a saber, que o capitalismo na agricultura não depende das formas de propriedade e usufruto da terra. O capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a ‘campesina de nadiel’ (isto é, a propriedade de camponeses dependentes), a de clã, a comunal, a estatal etc. *O capital* faz pesar seu jugo sobre todas as formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos (Lenin, 1980, p. 167).

O Brasil se insere nessa economia mundial capitalista em gênese, desde a chegada dos europeus neste território. A forma *plantation* (Gorender, 1978) foi instalada aqui no Brasil a partir de 1500. Em suma, a *plantation* é uma forma de organização social da produção baseada no trabalho escravo, latifúndio, especialização de gêneros comerciais voltados para as demandas do mercado externo. Jacob Gorender discute a existência de um sistema colonial, o qual conceitua como “escravismo colonial”, que seria um sistema de produção determinado pelo mercado externo.

Embora apresentando traços distintos, Caio Prado Junior é outro intelectual que analisa com profundidade o período colonial. Autor de várias obras fundamentais, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, desenvolve no início uma discussão, que permeia toda a obra, sobre o “sentido da colonização”. Para Caio Prado:

Não sofremos nenhuma descontinuidade no correr da história da colônia (...) Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte oceano afora (Prado Júnior, 1999, p. 21-22).

No transcorrer da história brasileira muitos fatos e acontecimentos se desenvolveram: lutas, revoltas, “revoluções”, ditaduras, golpes militares, período de redemocratização, eleições diretas etc. Entretanto o Brasil nunca superou seu “sentido”, ou seja, um território que se encontra inserido num espaço, num “sistema do sociometabolismo do capital”, que define sua inserção no mercado internacional. Nesse “sentido” o tripé da formação social brasileira continua atual: as diversas formas da superexploração do trabalho (até 1888, trabalho escravo), latifúndio, agroexportação. São as bases atuais do agronegócio no Brasil hoje. Eram as bases do Brasil colônia, da *plantation*.

Florestan Fernandes sintetiza de forma brilhante extraindo um elemento fundamental da história do nosso território: “O tipo de capitalismo constituído na América Latina, que floresceu graças à modernização do arcaico (...) explorando com intensidade a arcaização do moderno” (Fernandes, 1981, p. 40). É como pensarmos a utilização da nanotecnologia por uma grande transnacional europeia, como acontece no setor citricultor paulista, por um trabalhador em situação de trabalho análogo à escravidão, num grande latifúndio.

Essa relação totalidade e particularidade do modo de produção capitalista e a questão agrária, é uma das chaves fundamentais para avançarmos no debate da realização de uma política de distribuição de terras e reforma agrária no Brasil. A forma como o Brasil se insere no mercado internacional é como expor-

tador de *commodities*, condicionando sua economia para atender as demandas do mercado internacional. E para se produzir *commodities* é preciso um processo violento de acumulação de terras por algumas empresas, resultando na expropriação dos camponeses ou na sua mercantilização, a depender das regiões ou processos de resistência.

Atualmente, estima-se que no Brasil mais de 30 milhões de hectares de terras sejam controlados pelo capital estrangeiro. No Estado de São Paulo, são aproximadamente 521 mil hectares, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). No Estado de São Paulo, de acordo com Leite & Sauer:

Uma atualização dos dados para 2010, valendo-nos da mesma base cadastral elaborada pelo Incra, indica, a existência de 34.371 imóveis rurais sob a propriedade de estrangeiros, abarcando um total de 4.349.074 hectares. Pela mesma tabela é possível observar que a maior parte do número de imóveis está concentrada nos Estados de São Paulo (35,7% do total), Paraná (14,9%), Minas Gerais (7,68%) e Bahia (6,38%). Quando tomamos o total de área o quadro se altera, apontando a liderança para os Estados de Mato Grosso (19,4% da área total), Minas Gerais e São Paulo (com 11,3% cada) e Mato Grosso do Sul (10,9%). Em ambos os casos, coincidindo significativamente com a expansão das fronteiras agrícolas (Leite & Sauer, 2012, p. 27).

Latifúndio e modo de produção capitalista nunca estiveram em contradição no Brasil. Ao contrário, o latifúndio é parte constitutiva que o “sistema do sociometabolismo do capital” se inseriu construindo esse território.

Reforma agrária no Brasil: questões para um debate

A luta pela terra foi um dos principais campos de batalha na história do Brasil desde a chegada dos colonizadores. Dede as lutas de resistência dos povos originários contra a conquista

européia até os dias atuais, a disputa pela terra revela uma das principais contradições do nosso país: a concentração de terras.

Segundo matéria da *Revista Fórum*⁵:

O Brasil lidera, pelo quarto ano consecutivo, a lista de países que mais tiveram ativistas ambientais e agrários assassinados (...). Segundo a organização, das 29 mortes de líderes e militantes de causas ambientais ou agrárias registradas no país no ano passado, 26 delas estavam ligadas a conflitos de terra. Quatro das vítimas eram indígenas (...). O Brasil está à frente de países como Colômbia (25 mortes em 2014), Filipinas (15 mortes) e Honduras (12 mortes). Ao todo, 477 ‘ativistas ambientais ou agrários’ foram assassinados no país desde 2002, diz a ONG. (...) Já a Comissão Pastoral da Terra, que monitora a violência no campo há 30 anos, identificou que em 2014 foram 36 mortes, um crescimento de 6% em relação a 2013. De acordo com a CPT, o Estado mais violenta foi o Pará, com 50% dos assassinatos.

Essa contradição latente na nossa sociedade revela uma necessidade histórica e atual no nosso país: a necessidade da realização da distribuição de terras através de uma política de reforma agrária, cuja definição tomamos de João Pedro Stedile, como um “programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir” (Stedile, 2012, p. 657). A primeira medida que uma política de reforma agrária deve implementar é o acesso à terra. Para lograr tal objetivo, faz-se necessário a existência de um programa que oriente essa ação. Ariovaldo Umbelino Oliveira define a reforma agrária da seguinte maneira:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região

⁵ Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 7 abr. 2015.

ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (Oliveira, 2007, p. 63).

A partir dos elementos destacados anteriormente, concordamos com a afirmação de Stedile de que “no Brasil nunca houve um processo de reforma agrária” (p. 63). Ao contrário! Historicamente observamos um processo de reprodução do modo de produção capitalista e um dos resultantes é a concentração das terras.

O fato é que o tema: reforma agrária sempre foi bastante emblemático. Dos gritos de ordem “Reforma agrária: na lei ou na marra” à sua atualidade e necessidade histórica, muitas divergências e convergências foram produzidas entre seus defensores. A justificativa da realização da reforma agrária no Brasil encontra apoio em várias literaturas no país, produzidas por autores que se filiam a diferentes correntes interpretativas.

Segundo dados do IBGE 2006, os agricultores familiares⁶ são os grandes responsáveis pela produção de alimentos no Brasil. Esses estabelecimentos que concentravam em 2006 80.250.453 ha, produziu 11.721.356.256 litros de leite. Já a grande propriedade que no mesmo período concentrava 249.690.940 ha, produziu 8.436.325.272 litros de leite. No caso do feijão preto foi uma produção de 531.637.055 kg produzidos pela agricultura familiar, contra 160.899.824 kg. Em relação à produção de man-

⁶ Utilizamos o conceito de agricultura familiar para tratar desses dados, segundo definição do IBGE, Lei n. 11.326, Censo Agropecuário, 2006. Quando não for citado: dados do IBGE, utilizaremos o conceito de agricultura camponesa.

dioca: 13.952.605.062 kg produzidos pela agricultura familiar, contra 2.141.336.546 kg produzidos pela grande propriedade (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

Ainda segundo dados do Censo 2006, 3.263.868 estabelecimentos familiares controlavam 70.346.453 ha, enquanto 682.408 considerados não familiares controlavam 236.501.152 ha. É notória a disparidade no que se refere à posse e uso da terra entre a agricultura familiar e a não familiar. Entretanto, a agricultura familiar é responsável pela ocupação de 12.3 milhões de pessoas no campo, enquanto agricultura não familiar, que ocupa 75,7 % das terras no Brasil, emprega apenas 4,2 milhões de pessoas no campo. Tomando pelo aspecto da produção de riquezas, a agricultura familiar em 2006 gerou R\$ 54.367.701,00. Possuindo uma área infinitamente maior, a agricultura não familiar gerou R\$ 89.453.608,00.

Embora os valores produzidos pela agricultura não familiar sejam maiores, é importante lembrar que esse setor concentra a maior parte das terras, é menor em número de estabelecimentos e receberam 45% do total dos financiamentos destinados ao setor agrícola do país, sendo que 85% desses foram oriundos de programas do Governo brasileiro de fomento ao agronegócio.

Há uma justificativa econômica muito forte do ponto de vista da viabilidade produtiva da agricultura camponesa, ao contrário do discurso do agronegócio que apregoa que ela é portadora do atraso. E, mesmo que se considere como fundamental para o desenvolvimento econômico do país, na prática observamos nos últimos anos um processo de expropriação camponesa, elemento fundamental para a reprodução do “sistema do socio-metabolismo do capital”. Ao mesmo tempo que acumula terras, meios de produção, continua gerando uma parcela de despossuídos, de indivíduos livres.

Estudiosos da questão agrária brasileira têm caracterizado esse processo como “reconcentração de terras”. Dados revelam o número de propriedades caracterizadas como grande proprieda-

de⁷: em 2003 era de 112.463 unidades, sendo que em 2010 evoluiu para 130.515 unidades. A área concentrada respectivamente evoluiu de 214.843.868 hectares para 318.904.739 hectares. Em 2003, a grande propriedade concentrava 51,6% das terras disponíveis para a agricultura, sendo que em 2010 passou a concentrar 56,1% (Teixeira, 2010).

Entretanto, podemos afirmar que esse fenômeno da “reconcentração de terras” não se desenvolve apenas nos países subordinados, senão como um processo inerente ao modo de produção. Segundo relatório do Transnational Institute, atualmente, 3% de grandes proprietários controlam metade das terras na Europa. Entre 2003 e 2010, o número de explorações inferiores a 10 ha diminuiu um quarto. Ao mesmo tempo, as explorações acima dos 50 ha estenderam-se por 7 milhões de hectares, ou seja, a superfície da Irlanda!⁸

A estratégia de desenvolvimento da agricultura brasileira ruma para um caminho distante da realização da reforma agrária. Em vez de um processo de democratização da terra, condição essencial para a sua realização, o Brasil caminha num sentido contrário, antirreforma agrária. Isso porque o modo de produção capitalista não necessita, nos dias atuais, de um processo de democratização da terra. Se em algum momento da história foi necessária a distribuição de terras ou como aconteceu em alguns países no pós II Guerra, quando houve uma política de reforma agrária, hoje já não o é mais, do ponto de vista do capitalismo. A China, por exemplo, onde a Revolução Socialista distribuiu a terra, hoje também sofre um processo de reconcentração de terras, no mesmo passo que se subordina à divisão internacional do trabalho em escala mundial.

⁷ Grande propriedade: corresponde a 5 módulos, possuindo uma área média no Brasil de 2.440 ha (Incra).

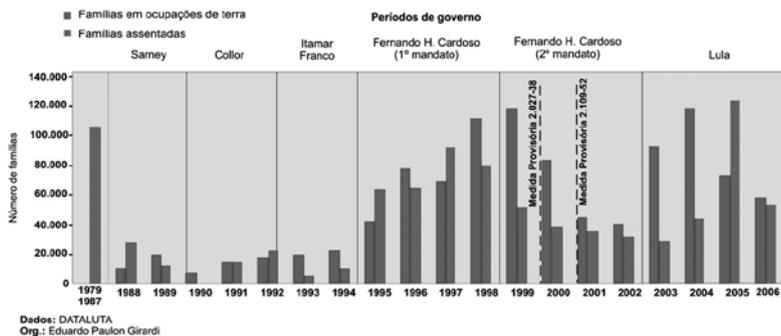
⁸ Disponível em: <<http://www.esquerda.net>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

Em 2003, o Governo Lula apresentou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que estabeleceu metas para a realização da reforma agrária no Brasil entre os anos de 2003 e 2006:

Uma grande reforma agrária se faz com grandes metas. As diretrizes do II PNRA desdobram-se em metas que demonstram o compromisso com uma reforma agrária massiva e de qualidade, capaz de produzir uma profunda transformação no meio rural brasileiro e impulsionar um novo padrão de desenvolvimento com igualdade e justiça social, democracia e sustentabilidade social. *Meta 1*: 400 mil novas famílias assentadas; *Meta 2*: 500 mil famílias com posses regularizadas; *Meta 3*: 150 mil famílias beneficiadas pelo crédito fundiário; *Meta 4*: recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; *Meta 5*: criar 2,075 milhões de novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; *Meta 6*: implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; *Meta 7*: reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; *Meta 8*: garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; *Meta 9*: promover a igualdade de gênero na reforma agrária; *Meta 10*: garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; *Meta 11*: universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (II PNRA, 2003, p. 38); (grifos nossos).

Das metas estabelecidas pelo Governo Lula, que se referem à situação dos povos originários (indígenas) como reassentamento e demarcação das terras; reconhecimento e titularização das terras quilombolas; demandas que se agravaram nos últimos anos, dado o nível de disputa por terras, fixemos nossa atenção apenas na meta que estabelece o assentamento de novas famílias. A meta 1 do II PNRA era o assentamento de 400 mil novas famílias para o primeiro Governo, Luiz Inácio terminou seus dois mandatos com um número de 441.200 e uma média de 55.150 famílias por ano, segundo o DataLuta/Unesp. Entretanto, estima-se que 60% dessas

famílias assentadas fazem parte do processo de regularização fundiária, reassentamento em lotes vagos etc. Ou seja, o montante de área conquistada pelos trabalhadores diminuiu.



Fonte: Atlas da questão agrária no Brasil

O primeiro Governo Dilma demonstrou, na prática, a pior política de reforma agrária, desde o período Fernando Henrique Cardoso. De 2011 a 2014 foram assentadas apenas 103.746 famílias, incorporando uma área de apenas 2.993.823 ha. Em 2011 foram assentadas 22.021 famílias incorporando uma área de 1.906.548 ha (63% de toda a área arrecadada durante os quatro anos). Em 2012, foram assentadas 23.075 famílias em 326.254 ha. Já em 2013, foram 30.239 famílias numa área de 315.573 ha. No ano de 2014, 28.411 famílias conquistaram 445.446 ha. Esses números demonstram claramente duas questões: 1) o número de famílias assentadas foi muito pequeno em relação aos governos anteriores e 2) o montante de área incorporada diminuiu nesses anos do Governo Dilma.

A luta pela terra e sua conquista – 1979-2006

Além da falta de compromisso com uma demanda histórica dos trabalhadores, que é a reforma agrária, a total dependência do agronegócio do Governo, a forma como o Brasil se insere

na divisão internacional do trabalho como exportador de *commodities*, outro elemento se soma para a não realização de uma política de reforma agrária nos últimos anos: o preço das terras brasileiras.

Segundo reportagem “Terra em Transe” publicada pela *Revista Unespciência*:

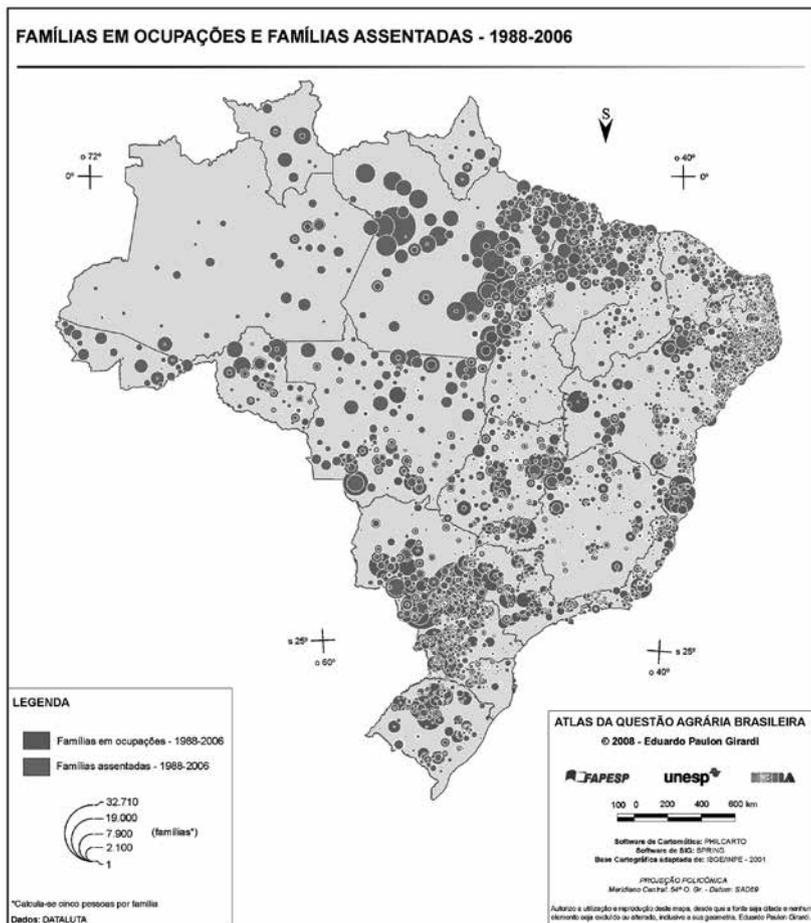
Entre 2003 e 2012, o preço médio do hectare no Brasil pulou de R\$ 2.280 para R\$ 7.470. Foi um crescimento de 227%, o dobro da inflação registrada no mesmo período. De 2008 a 2012, a terra bateu investimentos tradicionais como o ouro, o dólar e a bolsa de valores. A valorização é mais forte no Norte e no Nordeste, principalmente nos Estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Mas também é grande a procura em certas regiões de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.⁹

Coincidentemente em alguns Estados onde houve essa valorização das terras, um número pequeno de famílias foram assentadas. Vejamos, por exemplo, conforme dados do Incra (2015): em São Paulo¹⁰, entre 1º/1/2012 e 31/12/2014, foram assentadas apenas 1.164 novas famílias, incorporando uma área de somente 12.194 ha; no Paraná, no mesmo período, foram assentadas 365 famílias numa área de 5.435 ha; em Mato Grosso, entre 1º/1/2013 e 31/12/2014, foram assentadas 42 famílias numa área de 1.616 ha.

⁹ Disponível em: <<http://www2.unesp.br/revista/?p=6122>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

¹⁰ Algumas ressalvas são importantes destacar nos dados do Incra: 1) existem assentamentos, por exemplo, como o Projeto de Assentamento (P.A.) São Rafael (SP 037700), localizado no município de Lavínia, em que a área foi *desapropriada* em 2002; e 2) os casos dos PA Luiz Beltrame (SP 0374000), localizado no município de Gália, desapropriada em 12/7/2010; e o PA Rosa Luxemburg (SP 0023000), localizado no município de Agudos, desapropriada em 23/12/2009 os quais, até a presente data, não assinaram o Contrato de Concessão de Uso (CCU) e não receberam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o que impedem os dois assentamentos de acessarem qualquer tipo de política pública (fonte: Incra e dados de campo).

A seguir, mapa sobre os locais onde houve luta pela terra (em vermelho) e onde foram criados projetos de assentamento (verde). Observa-se que os projetos de assentamentos foram criados onde o preço relativo das terras é mais baixo e onde se deu o enfrentamento pela posse da área.



Fonte: Atlas da questão agrária no Brasil

Nos últimos anos, por conta da valorização do preço das *commodities* no mercado internacional, a terra no Brasil passa

a ser objeto de especulação financeira. E assim, esse elemento se constitui em mais um obstáculo para a realização da reforma agrária, já que o objetivo do capitalismo é buscar o lucro a qualquer preço. E nesse caso, pode explorar o preço das terras brasileiras para acumular ainda mais lucro.

Considerações: elementos para o debate

A reforma agrária é mais que uma medida necessária, é uma medida urgente para sociedade brasileira. Além da agricultura camponesa ser a produtora de alimentos no Brasil, é produtora de alimentos saudáveis. O modelo do agronegócio não é sustentável pois é uma forma de desenvolvimento para a agricultura que promove a destruição. Como afirma István Mészáros, uma forma de “produção destrutiva”. O curioso é que atualmente o Brasil é exportador desse modelo do agronegócio para várias regiões do planeta. Basta analisarmos o Projeto Pró Savana desenvolvido pela Embrapa em Moçambique, África, assim como as plantações de soja no território paraguaio, também conhecido como República da Soja.

Outro elemento importante para iniciarmos uma reflexão é que, no Brasil, a tarefa da reforma agrária não pode ser analisada como uma necessidade do capitalismo ou a sua não realização como uma condição de atraso. A reforma agrária no Brasil não é mais uma luta contra o latifúndio atrasado. Ao contrário, enfrenta nos dias atuais o sistema do capital. Não é uma necessidade do capitalismo, mas, sim, uma luta anticapitalista, pois só é possível realizá-la destruindo esse modo de produção.

Outra questão sobre a qual devemos nos ocupar nesse momento é sobre o significado da reforma agrária que queremos construir. Não pode reproduzir a lógica do capital. Há duas frentes de disputa nesse caso: o debate sobre o que é reforma agrária e sua atualidade histórica e a construção de experiências que possam servir de propaganda para nosso projeto anticapitalista de sociedade.

Nessa luta pela reforma agrária produz-se um elemento contraditório que é a política de assentamentos. Por um lado, é resultado de um processo de enfrentamento contra o agronegócio e não de uma política de reforma agrária. Por outro, não sendo mais um território do agronegócio, está sob a posse dos trabalhadores e, portanto, permeado de possibilidades.

Avaliar a política de assentamentos e suas possibilidades é extremamente importante para debatermos a reforma agrária no Brasil. Entretanto, uma ressalva é importante, pois o debate deve partir da premissa de que vivemos num contexto histórico de condições desfavoráveis para a realização dos assentamentos. Dois elementos, a princípio, devemos levar em consideração: 1) a ofensiva do capitalismo (vitória contra o socialismo do século XX e a hegemonia no século XXI) no mundo, em todos os aspectos da reprodução da vida e 2) no Brasil ainda não acumulamos forças para desenvolver um programa de reforma agrária, medida que só será possível num contexto de superação do capitalismo.

Referências bibliográficas

- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PRADO Jr., Caio *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início fev. 2006.
- LENIN, Vladimir. “Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América – Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura”, in: *Teorias do desenvolvimento capitalista na agricultura. Cadernos de textos da ENFF*, n. 3, outubro de 2010.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 10ª Reimpressão, 2010.
- MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. L. 1, v. 1, São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 1ª reimpressão, 2006.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo Federal. 2003 (edição digitalizada).
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*, São Paulo: Edusp, 4ª ed. 6ª reimpressão, 2011.
- SAUER, Sergio & LEITE, Sergio P. Expansão agrícola, preços e aquisição de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3. Brasília, 2012.
- STEDILE, João Pedro. Reforma Agrária, in: CALDART, Roseli Salete e outros. *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- TEIXEIRA, Gerson. *O agravamento do quadro de concentração de terras no Brasil?* Brasília. Mimeo: 16 de junho de 2010.

Sites consultados

- <<http://www.esquerda.net/artigo/3-de-grandes-proprietarios-controlam-metade-das-terras-na-europa/32277>>
- <<http://pcbfloripa.blogspot.com.br/2009/10/seminario-estrategia-e-tatica-da-htm>>
- <<http://www2.unesp.br/revista/?p=6122>>
- <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/01/150119_riquezas_mundo_lk>
- <<http://www.mst.org.br/2015/04/22/brasil-e-lider-em-violencia-no-campo-diz-ong.html>>

Parte 2

História da cooperação, cooperativismo e associativismo rural

Elementos da história do trabalho associado

Candido Giraldez Vieitez
Neusa Maria Dal Ri

Introdução

Na sociedade capitalista, a organização do trabalho em sua forma característica está constituída pelo instituto social do assalariamento, ou seja, pelo fato de que os proprietários compram a força de trabalho do trabalhador no mercado mediante o pagamento de um salário. Entretanto, o assalariamento convive com outras modalidades de organização do trabalho, como o caso do camponês que com a ajuda da família cultiva seu pequeno lote ou de trabalhadores associados que conduzem de modo autônomo seu próprio empreendimento.

O nosso interesse recai sobre o estudo do Trabalho Associado (TA) ou dos produtores associados tendo como pressuposto que os verdadeiros produtores são os trabalhadores. Esta posição é o inverso daquela sustentada pelo pensamento oficial, que supõe que o produtor é o burguês e que os trabalhadores são simples instrumentos, isto é, a mão de obra da produção.

Uma característica inerente ao trabalho associado é que a cooperação realizada pelos trabalhadores em seu trabalho é uma cooperação para si. Mas, a ideia de produtores associados vai muito além das unidades de trabalho, uma vez que ela está ligada

a um projeto de governo para a sociedade, ou seja, um projeto que prevê o controle da sociedade pelos trabalhadores. Neste trabalho, porém, nos limitamos a examinar a luta dos produtores pelo controle no âmbito dos empreendimentos econômicos.

Dados os limites deste texto, além das sinalizações mais gerais, examinamos mais detidamente a luta pelo controle dos trabalhadores no processo que conduziu à revolução russa e, também, a criação de Organizações de Trabalho Associado (OTAs) na ordem social capitalista, com o objetivo de apresentar aos leitores elementos da história do trabalho associado.

Para a elaboração deste texto baseamo-nos em nossa experiência teórica e empírica acerca da temática, alicerçada nos longos anos de estudo e pesquisas sobre a problemática do trabalho associado.

O poder social

Beauvois (2008, p. 251-266) afirma que uma das mais importantes invenções da humanidade foi a criação coletiva de um poder social, um *artefato* ou técnica social que propiciou uma nova forma de sociabilidade estabelecida antes da *revolução neolítica*. Nas palavras do autor (2008, p. 260): “O poder social é o fato deliberado da organização categorial (...) é a organização deliberada das pessoas em categorias de agentes. Essas categorias estão pensadas com fins de realização de certos valores sociais predefinidos”. Uma variante deste poder social continua presente nos dias atuais nas fábricas, administrações, hospitais, escolas e em associações.

As propriedades elementares presentes nesse poder social originário são as seguintes: 1) a possibilidade de substituição dos agentes sociais; 2) a formalização das condutas que os membros de uma categoria de agentes devem adotar; 3) a definição e avaliação do agente social de determinada categoria de agentes; 4) a inexistência de estruturas de poder hierárquico¹.

¹ Estudando povos originários no Brasil, Clastre (2003) constatou que nessas sociedades indígenas não havia hierarquização social, Estado ou classes sociais.

Esse poder social, que não pode ser confundido com o poder como *dominação social*, é do mesmo tipo do poder que deriva da organização social ou da cooperação. Dado o objetivo deste trabalho passamos a referir-nos a esse poder como *cooperação*.

O desenvolvimento do poder social cooperativo contribuiu decisivamente para o aumento da produtividade do trabalho. O aumento da produtividade fez com que o trabalhador gerasse riqueza suficiente para sua subsistência e ainda produzisse uma sobra significativa, ou seja, um excedente econômico. Este fato abriu o caminho para a exploração do homem pelo homem, porque ter escravos ou servos passou a ser economicamente compensador². Em consequência, provavelmente por volta do ano 10.000 a.C., começaram a se formar as sociedades de classes. Nesse tipo de sociedade, uma classe impunha o domínio sobre escravos ou servos, capturando o poder da cooperação para seu próprio benefício. Na atualidade não há servidão e nem escravidão, ao menos segundo a lei. Porém, a burguesia, mediante a exploração do trabalho assalariado e outras formas, consegue capturar para si o excedente econômico resultante do trabalho dos produtores.

A cooperação e o trabalho na sociedade capitalista³

Anteriormente, nos referimos à descoberta do poder social da cooperação pelas sociedades pretéritas⁴ em termos muito ge-

² Afirma Marx (1972, p. 269): “Talvez não esteja errado Linguet quando diz (...) que a caça foi a primeira forma de cooperação e a *caça de homens* (a guerra) uma das primeiras formas da caça”.

³ O modo capitalista de produzir, que tem na exploração do trabalho assalariado sua fonte de riqueza, surge com a empresa manufatureira no século XVI, e se consolida posteriormente no século XVIII com a revolução industrial e a fábrica.

⁴ Referimo-nos às sociedades que ainda não tinham desenvolvido a escrita. Em geral, no meio acadêmico utiliza-se o termo *sociedades pré-históricas* para referir-se a essas sociedades. Alguns historiadores argumentam que o termo é errôneo, já que não existe uma pré-história da humanidade, e indicam o termo *agrafo* para as sociedades que ainda não dominavam a escrita.

rais. Isso pode dar a impressão de que uma vez descoberta, a prática da cooperação disseminou-se pelas sociedades de modo avassalador e homogêneo. Entretanto, não foi isso o que ocorreu, pois a difusão da cooperação através dos tempos apresentou formas e escalas muito diferentes, segundo as diferentes sociedades.

Em seguida, vamos observar a cooperação de um modo muito mais preciso e concreto, examinando como ela se apresenta na sociedade capitalista e apenas no que diz respeito à *esfera do trabalho*.

Como indicamos, a cooperação não foi inventada pela sociedade capitalista. No entanto, a força da cooperação passou a ser empregada no capitalismo de um modo diferente daquele observado nas sociedades que o antecederam. Um primeiro ponto de diferenciação é a sua escala. Por vezes, as sociedades pretéritas usaram a cooperação no trabalho em grande escala, como na construção das pirâmides. Sob o capital, no entanto, a cooperação empregada em grande escala é inerente ao sistema, embora conviva com escalas mais modestas. Um segundo ponto diz respeito ao grau de disseminação da potência cooperativa. De modo diverso do que ocorria anteriormente, sob o capital a cooperação tornou-se um acontecimento praticamente universal. Ela começou na manufatura, estendeu-se à fábrica e em seguida alcançou a administração pública e privada, o hospital, a escola e assim por diante. O terceiro ponto diferenciador é o tipo de trabalhador utilizado nessa cooperação, que no capitalismo é o trabalhador assalariado. A exploração do trabalho assalariado tampouco foi uma descoberta do capitalismo. Porém, só o capitalismo fez do trabalhador assalariado o agente universal da cooperação no trabalho, o produtor geral cujo excedente econômico o capital apropria sem contrapartida⁵.

⁵ Do mesmo modo que ocorre com os tipos de cooperação, outros tipos de trabalhadores subsistem na sociedade. Por exemplo, por muito tempo o capitalismo seguiu explorando a escravidão nas colônias ou países periféricos e, atualmente, convive informalmente com outros tipos redivivos de escravidão. No entanto, isto não nega o fato de que o característico ou típico da exploração do trabalho no capitalismo seja o trabalho assalariado.

Marx (1972, p. 262) se refere a esse acontecimento caracterizante da organização do trabalho na sociedade atual da seguinte forma: “A *forma de trabalho de muitos* operários coordenados e reunidos em função de um plano *no mesmo* processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas *enlaçados*, se chama *cooperação*” (grifos nossos). Marx denomina ainda esses trabalhadores cooperantes de *trabalhador combinado* ou *trabalhador coletivo*.

Por que organizar os trabalhadores assalariados como um trabalhador coletivo na fábrica, na fazenda ou na escola? Primeiro, porque “A cooperação não tende apenas a potenciar a força produtiva individual, senão que tende a criar uma força produtiva nova, com a necessária característica de *força de massa*” (Marx, 1972, p. 262). E, depois, porque esse é o método que possibilita à burguesia controlar, mediante mecanismos de assentimento ou coerção, um contingente de trabalhadores assalariados, com a finalidade de realizar a combustão produtiva de sua força de trabalho nos locais de trabalho.

O trabalhador coletivo como ente cooperante é uma das maravilhas da criatividade humana, é o *rei Midas* de nossa era, a fonte real das imensas riquezas que são apropriadas pelo capital, embora o capital apresente o trabalhador coletivo como produto de seu próprio engenho.

Há, porém, um imenso problema com essa cooperação. Os trabalhadores constitutivos do trabalhador coletivo cooperam entre si. Mas, esta cooperação é alienada para o capital, apropriada pelo capital, uma cooperação que não pertence aos trabalhadores e sobre a qual eles não têm praticamente nenhum controle.

Marx (1972, p. 267) nos explica esse acontecimento:

A cooperação entre trabalhadores assalariados é, além do mais, um simples resultado do capital que os emprega simultaneamente. A coordenação de suas funções e sua unidade como organismo produtivo encontra-se fora deles, no capital, que os reúne e mantém em coesão. Desde um pon-

to de vista ideal, a coordenação de seus trabalhos se apresenta aos trabalhadores como *plano*; praticamente, como a *autoridade* do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete sua atividade aos fins perseguidos por ela (1972, p. 267).

Na Idade Média europeia, do século V ao XVIII, de cuja entranha nasceu o moderno capitalismo, o trabalho assalariado não tinha expressão social. É necessário que nos perguntemos, portanto, de onde surgiu o crescente contingente de assalariados que a partir do século XV progressivamente passou a servir aos capitalistas. Esse contingente saiu basicamente da massa de camponeses, a maioria da população economicamente ativa até 1850 e dos artesãos urbanos. Mas, para criar essa massa disponível para o trabalho assalariado foi necessário ao capital expropriar os camponeses e artesãos de suas terras, suas propriedades e seus instrumentos de trabalho, ao ponto de terem que vender sua força de trabalho para poderem comer.

Nos dias atuais o assalariamento aparece como algo natural. No entanto, originariamente, nem mesmo a fome foi suficiente para que os camponeses e artesãos se dispusessem a trabalhar como assalariados. Muito frequentemente preferiam a vagabundagem e a delinquência, de maneira que sua aquiescência à condição de assalariados só ocorreu porque os governos do Antigo Regime, já com forte influência da burguesia, passaram a ameaçá-los com a violência do Estado, o que incluía pesados castigos e prisão.

A resistência dos assalariados à alienação do trabalho: o controle operário tradicional ou econômico-corporativo

Quando os trabalhadores cruzaram o umbral da manufatura na Inglaterra, no século XVI, eles já haviam perdido as condições propiciadoras de meios de subsistência autônomos. Tinham sido expropriados dos meios de produção – a terra ou a oficina

artesanal –, das ferramentas de trabalho, da liberdade de compra de utensílios e matérias-primas, da liberdade para intercambiarem livremente o produto de seu trabalho, ou seja, tinham sido transformados em assalariados.

Diante de uma situação tão adversa, parece que os trabalhadores haviam se convertido em uma massa inerte, mas não foi bem assim. Na verdade foram necessários séculos para que a alienação do trabalho chegasse a uma forma extremada, o que apenas ocorreu no primeiro quarto do século XX.

Essa demora do processo que levou à alienação da cooperação realizada pelos trabalhadores teve basicamente duas causas. A primeira causa residiu no fato de que, quem detinha os saberes necessários à confecção dos bens, quem dominava o que chamamos hoje em dia de processo de produção eram os trabalhadores. Naquela época ainda não existiam as máquinas-ferramentas que só seriam inventadas na revolução industrial. Em virtude disso, a fabricação de bens permaneceu durante longo tempo na dependência dos conhecimentos e habilidades dos artesãos que foram denominados mais tarde de oficiais da indústria. Aproveitando-se disso, os artesãos mantiveram na manufatura uma organização do trabalho inspirada nas corporações feudais. Com isto, eles conseguiram preservar um controle – denominado pelos estudos históricos como controle operário – que esquematicamente podemos descrever como controle significativo, ainda que parcial, sobre o *processo de trabalho* e sobre a *educação profissional* dos trabalhadores da indústria. Podemos afirmar que até o advento do taylorismo-fordismo, a educação profissional era realizada nos locais de trabalho sob a direção dos oficiais industriais.

A segunda causa foi que os trabalhadores resistiram ao domínio do capitalista e lutaram pelo controle operário. Para essa luta eles utilizaram, inicialmente, a ética gremial remanescente das antigas corporações de ofícios que os municiava com um marco de valores e solidariedade. Com o advento da revolução industrial, na segunda metade do século XVIII, a luta pelo

controle se acirrou. A exacerbação da luta decorreu do fato de que as máquinas-ferramentas criadas na revolução industrial, ao possibilitar o banimento do controle operário em alguns ramos industriais de vanguarda, notadamente o têxtil, alimentou o desejo dos capitalistas de se livrarem integralmente do controle operário.

Foi nessa época da revolução industrial que os trabalhadores inventaram as primeiras organizações populares modernas (Thompson, 1977) com o objetivo de se defenderem dos capitalistas e da opressão política do Estado. Dentre as organizações surgidas nesse momento destacaram-se os *sindicatos de ofícios*, ou seja, sindicatos formados basicamente pelos trabalhadores qualificados ou com ofícios industriais. Estes sindicatos, que no final do século XIX começaram a aceitar como associados também os trabalhadores sem ofícios (Montgomery, 1985), travaram uma luta contra a política patronal de acabar com o controle operário, o que afinal veio a ocorrer na indústria com a introdução dos métodos do fordismo e taylorismo⁶.

As consequências nefastas da alienação para os trabalhadores assalariados se tornaram completamente visíveis no contexto da revolução industrial, quando se deu a passagem da *manufatura* para a *fábrica*, do trabalho artesanal para a máquina-ferramenta. Esse processo de desenvolvimento do capitalismo colocou a classe operária em péssimas e degradantes condições de vida.

Após a revolução industrial, os trabalhadores em sua luta contra o domínio do capital seguiram por dois caminhos diferentes, mais ou menos confluentes. No primeiro deles, que denominamos de controle econômico-corporativo, os trabalhadores *lutaram dentro da própria empresa capitalista para não perder o controle* do processo de trabalho que ainda lhes restava sob o assalariamento. No outro caminho, os trabalhadores associaram-

⁶ A denominação burguesa para o taylorismo/fordismo é *administração científica*.

-se em empreendimentos próprios, que tinham como pressuposto a ausência do domínio capitalista na empresa.

Essas duas vias seguiram tempos afora cada uma com seus próprios métodos. Mas, em algumas situações históricas esses caminhos estiveram imbricados e mais ou menos enlaçados no Movimento Operário e Popular (MOP). Aqui, por uma questão de exposição vamos examiná-los em separado. Primeiro tratamos do que classicamente se denominou de controle operário, a luta dentro da empresa capitalista e, depois, do movimento que aparece ligado à criação de Organizações de Trabalho Associado (OTAs), a maioria das quais tomam a forma de cooperativas de trabalhadores.

Do controle operário ao trabalho associado

Com o taylorismo e fordismo o controle operário foi drasticamente lapidado⁷. De fato, um controle com alguns pontos comuns com o tradicional conseguiu sobreviver até os anos de 1970 entre certos segmentos de trabalhadores das *classes médias*, notadamente entre os médicos e professores. Porém, esse acontecimento manteve-se a muita distância do impacto que o controle operário tradicional gerava no mundo do trabalho.

⁷ Com a derrota do controle operário tradicional, os trabalhadores não abandonaram a luta, mas o seu foco mudou. Os sindicatos por ramos industriais, que abrigavam todos os trabalhadores, substituíram os anteriores sindicatos de ofícios. Estes novos sindicatos, abdicando do controle operário, que parecia irremediavelmente derrotado, lutaram para conseguir melhorias nas áreas da distribuição e do consumo, ou seja, melhores salários, jornada de trabalho, saúde e previdência social, dentre outras. Esses benefícios, quando obtidos, não deixavam de representar certo controle dos trabalhadores sobre suas condições de trabalho. Porém, diferentemente do controle operário, não molestavam direta e imediatamente o capital naquele que é o seu âmbito mais recôndito e sensível, o da combustão na fábrica da força de trabalho geradora da riqueza.

O controle operário tradicional era econômico-corporativo. O denominamos assim porque ele próprio hierarquizava os trabalhadores em qualificados – os que efetivamente exerciam o controle –, e os trabalhadores manuais chamados de *peões do chão de fábrica*. Além disso, esse tipo de controle, enquanto a burguesia não descobriu como se livrar dele, era aceito como parte da ordem estabelecida.

Com tal estatuto, o controle operário tradicional efetivamente caducou. No entanto, no século XX, o controle operário ressurgiu sob uma forma nova, uma forma que incluía todos os trabalhadores indistintamente e que se apresentou como revolucionária ou virtualmente revolucionária. Este ressurgimento ocorreu de um modo que hoje podemos considerar modernamente clássico na revolução russa de 1917, que examinaremos a seguir por seu valor paradigmático.

Em fevereiro de 1917 a Rússia encontrava-se à beira da catástrofe por sua participação desastrosa na I Guerra Mundial, pela desorganização da economia e por falta de condições de vida para a massa trabalhadora em geral, pois a fome rondava a classe proletária. Os operários e camponeses revoltaram-se e fizeram com que o czar abdicasse do trono. O governo democrático-burguês que o substituiu, presidido por Kerenski, deu início a modificações que não resolveram os problemas. Entre fevereiro e outubro de 1917 as greves na indústria tornaram-se uma constante. Os trabalhadores nas indústrias ou de outros setores elegiam delegados para a constituição de comitês ou conselhos de fábrica que atuavam como representantes e coordenação política do trabalhador coletivo em cada unidade econômica. Os conselhos de fábrica espalharam-se como cogumelos e instalaram-se em praticamente todas as indústrias grandes ou médias. Os patrões reagiam ao clima revolucionário e às mobilizações com perseguições, repressão ao movimento e *lock-out* da produção. Não tardou para que os trabalhadores levantassem a bandeira do *controle operário da indústria*.

Na Primeira Conferência dos Comitês de Fábricas os trabalhadores aprovaram o programa relativo à aplicação do controle operário. Os pontos principais eram os seguintes:

1. O controle operário deve desenvolver-se dentro da completa normalização da produção e distribuição.
2. O controle operário deve estender-se a todas as operações financeiras e bancárias.
3. Deve passar para as mãos dos trabalhadores a maior parte dos lucros e das rendas da grande economia capitalista.
4. Organizar, por intermédio das cooperativas, o intercâmbio de objetos e máquinas agrícolas por produtos da terra.
5. Realização do serviço obrigatório de trabalho, criação da milícia operária.
6. Dirigir a força operária (...) para a fabricação dos produtos necessários para a reconstrução econômica.
7. Tomada do poder pelos soviets (Pankratova *apud* Mandel, 1974, p. 110).

O IV Congresso Pan-russo do Partido Socialdemocrata Bolchevique, o único partido que era a favor da derrubada do governo burguês e da tomada do poder pelos soviets (conselhos geopolíticos), adotou esse programa de controle operário. Daí em diante o MOP moveu-se sob a consigna do controle operário, expandiu-se explosivamente e travou com a burguesia uma batalha sem quartel.

Em geral, o controle operário mantinha o burguês no comando da fábrica, pois, em princípio, era um programa de fiscalização para evitar os desmandos dos capitalistas num ambiente de sublevação revolucionária das classes trabalhadoras. Na prática, entretanto, a intervenção do controle operário significava uma notável amputação da usual soberania do proprietário na empresa. Afora isso, a tendência espontânea dos trabalhadores do movimento pelo controle operário era ir até as últimas consequências, isto é, vir a assumir integralmente o controle das empresas. A burguesia não podia admitir nada disso. A reação dos patrões à intervenção do controle operário

foi desde a fuga, abandono da empresa, recusa do controle operário até o *lock-out*⁸.

Nesses casos a resposta dos trabalhadores coletivos unidos em *associação informal*, sob a coordenação de seus comitês de fábrica, era a de tomar posse das empresas e assumirem integralmente o seu controle. Com este ato o controle operário se metamorfoseava em controle integral ou trabalho associado. Nesse movimento, a cooperação fabril realizada pelo trabalhador coletivo, que se encontrava alienada no capital, era apropriada⁹ pelos produtores que, assim, enquanto trabalhadores assumiam todas as funções de produção, técnicas, políticas, de coordenação etc., anteriormente dominadas pelo capital¹⁰.

Em outubro de 1917, o governo burguês foi derrocado pelo movimento revolucionário dos operários e camponeses que passaram a governar por meio dos *soviets*, que eram organismos geopolíticos de bairros, distritos, cidades ou nação, formados por delegados dos trabalhadores coletivos das empresas e de outros segmentos. Durante breve período os soviets exerceram efetivamente a ditadura soviética de operários, camponeses e outros trabalhadores. Em 14 de novembro de 1917 o novo governo revolucionário legalizou a prática do controle operário, o que proporcionou a este uma nova estatura.

O movimento do controle operário, com suas práticas de supervisão e também de implantação do trabalho associado com apropriação e recuperação de empresas, manteve-se atuante de

⁸ Recusa por parte dos patrões em ceder aos trabalhadores os instrumentos de *trabalho* necessários para a sua atividade, o que causa a paralisação da empresa.

⁹ Aqui usamos o termo *apropriação* para indicarmos o integral controle dos trabalhadores sobre uma unidade econômica deixando em suspenso o regime de propriedade, uma vez que este coloca problemas que não podemos discutir neste trabalho.

¹⁰ Depois da II Guerra passou a ser utilizado, também, o termo *autogestão*, para nomear o movimento de apropriação de sua cooperação, realizado pelo trabalhador coletivo (Bourdet, 1977, p. 57-74).

fevereiro de 1917 até a desautorização do movimento pelo governo bolchevique. Aqui é necessário esclarecer dois pontos. O primeiro é que o Partido Bolchevique, em aproximadamente dois anos após a revolução de outubro, passou a controlar o governo, o que fez com que o poder dos soviets se tornasse crescentemente nominal. O segundo ponto é que o Partido Bolchevique, ao menos sua maioria predominante, embora tenha apoiado o movimento do controle operário não foi a favor da gestão das unidades econômicas pelo trabalhador coletivo, dado que sua própria visão do controle na fábrica limitava-se ao conceito de supervisão ou fiscalização (Brinton, 1975).

Com a derrogação do apoio bolchevique ao movimento do controle operário, este feneceu rapidamente. Pouco mais tarde, quando a economia soviética foi nacionalizada, os trabalhadores passaram a ser uma espécie de assalariados das empresas estatais, com o que voltaram a uma situação de alienação do trabalho, embora menos gravosa do que aquela que haviam tido sob a dominação da empresa capitalista (Burawoy, 2014).

A razão pela qual o Partido Bolchevique retirou seu apoio ao movimento de conselhos de fábrica, ainda está à espera de explicações mais conclusivas. O certo é que houve um grande debate no interior do partido entre os que eram a favor da gestão das empresas socializadas pelo trabalhador coletivo – a chamada oposição operária comunista (Kollontai, 1980) – e os que eram a favor da direção unipessoal de um diretor indicado pelo Estado. Aparentemente, a maioria bolchevique temia que com a gestão do trabalhador coletivo ou conselhos de fábrica, em vez de se constituir uma comunidade socialista, se constituísse na comunidade do *artel* (granja coletiva russa). No dizer de um dirigente bolchevique (Pankratova *apud* Mandel, 1974, p. 115): “Em vez de uma rápida normalização de toda a produção (...) em vez de medidas que constituíssem uma aproximação à organização socialista da sociedade, encontramos uma prática que lembra os sonhos anarquistas das comunidades autônomas”.

Independentemente das causas que levaram o Partido Bolchevique a se opor à tendência espontânea do trabalhador coletivo a assumir um papel protagonista na condução dos empreendimentos econômicos na Revolução, pouca dúvida pode haver de que a persistência do trabalho assalariado na URSS teve consequências negativas tanto para ela como para o movimento operário mundial (Gruppi, 1979).

Movimentos de controle operário mais ou menos próximos à linha soviética surgiram quase que simultaneamente com a revolução russa ou mais tarde, em vários países (Mandel, 1974). Os principais ocorreram na Itália (1919-1920), na Alemanha (1918-1920), na Hungria (1919), na Espanha (1930) dentre outros. Depois da II Guerra Mundial, experimentos autogestionários emergiram também em alguns países socialistas, como na Hungria e Tchecoslováquia, tendo permanecido limitados em seu alcance econômico e político.

Finalmente, observamos que depois da Segunda Grande Guerra, o controle operário na acepção que caracterizou o tempo da revolução soviética, por um lado, devido à sua radicalidade e, por outro, ao reformismo político que predominou depois da grande guerra, inclusive entre os partidos comunistas, esteve praticamente ausente da pauta de ações do movimento operário, bem como de partidos, sindicatos e outras organizações.

O trabalho associado como criação em paralelo à empresa capitalista

A criação de organizações de trabalho associado, como acontecimento relativamente independente da luta travada diretamente no interior das empresas capitalistas, teve início na atmosfera da revolução industrial.

Os primeiros intentos se inspiraram, pelo menos em parte, nas ideias de socialistas como Louis Blanc, François Marie Charles Fourier e Robert Owen, dentre outros. Estes pensadores

imaginaram que seria possível superar o capitalismo contrapondo-lhe a criação de pequenas comunidades alternativas igualitárias, que se expandiriam sem limites até substituírem o tipo de organização social existente. Essas comunidades mostraram-se logo inviáveis. Porém, os trabalhadores aproveitaram esse ideário para trazerem à luz algo bem menos complicado do que uma comunidade alternativa, ou seja, um empreendimento econômico. Eis como Watkins se refere a uma empresa pioneira desse tipo que surgiu no setor da produção industrial:

É a associação de trabalhadores de uma mesma indústria ou empresa organizada para exercer sua vocação profissional com uma direção eleita por eles (pelo trabalhador coletivo) e perante eles responsável. Esta forma de ajuda mútua foi adotada por reduzidos grupos de trabalhadores desde começos da revolução industrial, tanto na Grã-Bretanha como na França, mas a primeira estrutura bem definida, apoiada em um fundamento teórico, parece ter sido elaborada na França pelo saintsimoniano Philippe Buchez que apareceu em sua revista *l'Europeen* em 1832. Era apresentada, não para sua adoção generalizada, senão que como um sistema graças ao qual os trabalhadores cujo setor industrial estava ameaçado pelas máquinas, embora todavia não revolucionado por elas, poderiam defender seus meios de vida e seu nível econômico. Com a capitalização de seus ingressos excedentes eles poderiam chegar a ser proprietários coletivos das máquinas que necessitavam para seu trabalho, em lugar de trabalhar para um empresário, na oficina dele e com máquinas que lhe pertenciam. (...), na França ainda era possível convencer aos trabalhadores de que se associando poderiam opor-se e resistir, e quem sabe até escapar, à sujeição da disciplina da fábrica, imposta em interesse exclusivo dos patrões (1973, p. 21-22).

As organizações de TA estavam fadadas a se cruzarem e se imbricarem com um tipo de organização surgida pela mesma época: a cooperativa.

Em 1844, em Rochdale, Manchester, Inglaterra, 27 tecelões e uma tecelã, vários dos quais owenistas, fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Esta associação criou uma empresa que consistia de um armazém que oferecia aos associados alguns artigos básicos a preços mais baixos que os do mercado. Esta associação notabilizou-se porque formulou um conjunto de regras ou normas para seu funcionamento, as quais praticamente lançaram as bases da *organização cooperativa* e que logo a seguir deu origem ao movimento cooperativista em âmbito mundial. Os princípios que essa organização elaborou foram: associação aberta; controle democrático (um homem, um voto); distribuição dos excedentes proporcional ao volume das transações realizadas; pagamento restrito de juros de capital; neutralidade religiosa e política; compras em dinheiro; promoção da educação.

Com relação ao amplo significado dessas normas, destacamos dois aspectos essenciais. O primeiro é que as normas não se atêm à questão do trabalho assalariado, pedra angular do modo capitalista de produção. Uma associação de trabalhadores regida por essas normas pode contratar trabalhadores assalariados ou de tipo conexo, o que reproduz a exploração e subordinação do trabalho. O segundo ponto é que essa modalidade de organização abre possibilidades para a utilização do *poder social da cooperação*. Tanto é verdade que não tardou para que os capitalistas, valendo-se desses princípios, criassem suas próprias cooperativas, sobretudo no campo, com amplos contingentes de assalariados como força de trabalho.

Esses dois aspectos foram a razão pela qual os Estados capitalistas aceitaram, sem maiores problemas, as diretrizes de Rochdale e estabelecessem mundo afora uma legislação cooperativista, o que proporcionou um marco legal para o funcionamento de organizações erigidas sobre as normas enunciadas. Essas normas, acrescidas de sua transformação em lei em âmbito internacional, deram impulso ao cooperativismo como um

movimento supostamente não classista ou politicamente neutro¹¹.

Quando os trabalhadores criam uma organização de trabalho associado (OTA) na vigência do regime social burguês necessitam de um marco legal ou jurídico para poderem operar. Sob esta dimensão a OTA pode se apresentar como associação de trabalhadores proprietária de um empreendimento, sociedade anônima de tipo especial ou como uma cooperativa (Vieitez; Dal Ri, 2001). Em geral, a OTA prefere assumir a forma jurídica de cooperativa porque esta é a forma mais amigável para o trabalho associado, além do que conta com uma legislação estabelecida¹².

Mesmo quando a cooperativa é de trabalhadores, as normas que a regem não estabelecem que a cooperativa seja de trabalho associado. Isto significa que as diretrizes que fazem com que uma cooperativa atue como uma organização de trabalho associado *depende da vontade subjetiva dos associados*, ou seja, depende de um acordo estabelecido entre os associados, o qual se cristaliza numa espécie de *constituição interna da cooperativa*. Este acordo não atrapalha o funcionamento do empreendimento, porém, é um compromisso informal entre os trabalhadores que não encontra amparo na lei que rege as cooperativas. Coloca-se, então a questão: quando podemos dizer que estamos em presença de uma organização ou uma cooperativa de trabalho associado?

O trabalho associado na sociedade capitalista é uma dissidência engendrada pela classe trabalhadora, um epifenômeno da

¹¹ O movimento cooperativista conta com uma organização de âmbito mundial, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que foi criada em 1895 tendo como referência as diretrizes de Rochdale. Este organismo admite como associados tanto as cooperativas de trabalhadores quanto as de capitalistas. A ACI se autoproclama não classista e politicamente neutra. Mas, o fato é que desde suas origens tem se mantido como uma organização na qual o oficialismo é predominante.

¹² Manual da legislação cooperativista brasileira se encontra disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp?CodIdioma=1>>.

luta de classes, um acontecimento que nunca deixou de ser excêntrico no sistema, portanto, uma espécie de *anomalía* social. Em virtude disto, o TA, tanto como prática empírica, quanto do ponto de vista conceitual ou teórico é uma categoria que, à diferença do cooperativismo, permanece como um conceito *historicamente em aberto*, sujeito a importantes variações de significado. A rigor temos duas determinantes que funcionam como divisores de águas e um conjunto de descritores que variam segundo o contexto, a posição política do trabalhador coletivo e outros fatores.

As principais determinantes são as seguintes: a) a organização de trabalho associado não utiliza trabalho assalariado ou conexo, salvo emergencialmente e com um quantitativo desprezível; b) a força de trabalho é constituída pelos próprios trabalhadores associados. O associado é ao mesmo tempo sócio e trabalhador, não sendo admissíveis associados investidores ou não diretamente trabalhadores.

Os descritores dizem respeito a diversas outras dimensões da vida da organização que podem variar em torno do eixo estruturante da OTA, que está definido pelas principais determinantes, ou seja, a *igualdade real* dos associados na organização. Os descritores mais importantes dizem respeito ao seguinte: a) gestão democrática ou distribuição igualitária do poder. A legislação cooperativa determina que o corpo de associados constituem a assembleia geral soberana, com base em *um homem, um voto*, que elege periodicamente um conselho de administração e um conselho fiscal. Esse princípio do cooperativismo constitui na OTA a base democrática mínima a partir da qual emergem outros mecanismos democráticos; b) distribuição das retiradas. As retiradas (salários) mensais dos associados são igualitárias ou apresentam uma margem diferencial pequena, equitativa; c) distribuição do excedente econômico. A distribuição do excedente entre os sócios é igualitária.

Nesta vertente de TA, o mais usual é que os trabalhadores assalariados reais ou virtuais se unam ou se associem a partir

de uma posição individual para constituir um empreendimento econômico pertencente aos trabalhadores. Podemos incluir nessa modalidade o pequeno produtor rural familiar que resolve constituir uma OTA. Essa associação também pode ocorrer por iniciativa de um trabalhador coletivo de uma empresa capitalista que busca operar um empreendimento próprio. Pode ocorrer, ainda, que os trabalhadores de uma empresa capitalista em processo de falência ou fechamento, mesmo sem um antecedente de luta pelo controle, apropriem-se da infraestrutura instalada¹³. Isso pode ocorrer também após um processo de luta pelo controle, porém, depois da II Guerra Mundial as lutas pelo controle foram raras¹⁴.

Um exemplo concreto de trabalho associado no campo

O trabalho associado aparece mais usualmente no meio urbano e industrial. No entanto, empreendimentos de TA vêm se formando também no campo. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem incentivado os trabalhadores da reforma agrária a se reunirem num trabalhador coletivo para constituírem as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). Em seguida apresentamos sumariamente, em chave de *arquétipo*, alguns elementos constitutivos da CPA União do Oeste (Cooperunião) com o propósito de exemplificar como, dentre a variedade de arranjos possíveis, pode se apresentar uma coopera-

¹³ Na Argentina esse fenômeno foi expressivo e as fábricas ou empresas tomadas pelos trabalhadores foram designadas de fábricas recuperadas. No Brasil, há um movimento análogo, porém, mais modesto. As empresas assim constituídas em suas origens, nos anos de 1990 em diante foram designadas como empresas de autogestão.

¹⁴ Recentemente foi lançado na Venezuela um movimento de luta pelo controle nas empresas. Porém, há fortes indícios de que após um breve período de entusiasmo, esse movimento passou para um estado de latência. Ver: <<http://www.diarioliberalidade.org/america-latina/laboral-economia/18017-venezuelanos-marcham-por-controle-operario.html>>.

tiva de trabalho associado. Os dados apresentados foram coletados em 2002, quando essa cooperativa tinha aproximadamente uma década de existência e quando tivemos a possibilidade de estudá-la *in loco*.

A Cooperunião está situada no município de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, no assentamento Conquista na Fronteira, em uma área coletiva de 1.200 hectares, na qual 56 famílias viviam e trabalhavam.

A cooperativa não empregava trabalhadores assalariados e esse era um dos seus princípios. A distribuição das retiradas era igualitária, variando de acordo com o montante de horas trabalhadas. A distribuição do excedente econômico também seguia o mesmo método. Eis uma visão mais circunstanciada dessa dimensão capturada naquela pesquisa.

O coordenador das equipes de trabalho marca as horas trabalhadas de todos. As retiradas são de acordo com as horas trabalhadas. A jornada de trabalho é de segunda a sexta, os homens trabalham no mínimo oito horas e as mulheres no mínimo quatro horas. Se há necessidade, trabalha-se mais horas. As pessoas têm quatro dias para usar como quiser, mas não ganham. Se usar mais do que quatro dias tem multa. Têm férias de 15 ou 20 dias, mas também não ganham. As pessoas percebem mais ou menos igual. As crianças começam a trabalhar com 12 anos. De 12 a 14 anos, recebem 50% das horas trabalhadas. De 15 a 17 anos recebem 50% do valor das horas trabalhadas. E quando completam 18 anos, passam a ser sócias e ganham os 100%. As pessoas recebem uma cota de subsistência de acordo com as horas trabalhadas, por família. Se não consume, pode vender, trocar etc. De seis em seis meses há distribuição das sobras, que também segue o padrão das horas trabalhadas. Os que trabalham fora, por exemplo, o vereador e a professora, deixam o salário com a cooperativa e recebem pelas horas trabalhadas, igual a todo mundo. Mas, por exemplo, o vereador precisa de roupas, viagem etc., então recebe um adicional (Dirigente da Cooperunião, 2002). (Vieitez; Dal Ri, 2003, p. 123).

A cooperativa era regida por uma assembleia geral soberana, da qual participavam inclusive as crianças, a partir dos 12 anos, um conselho diretor ou administrativo (renovado por voto secreto a cada três anos) e um conselho fiscal eleito, de acordo com as normas da cooperativa. Além disso, com o propósito de possibilitar a participação direta dos associados, a cooperativa se organizava por equipes de trabalho, cada uma das quais reunia certo número de trabalhadores, que coordenava a divisão do trabalho da produção, social, político e educacional.

Esses eram os principais elementos da estruturação da CPA de trabalho associado, embora houvesse vários outros elementos também importantes, como o fato de que a Escola Municipal de Ensino Fundamental I denominada “Construindo o Caminho” era administrada pela comunidade do assentamento, ou seja, pelos pais, alunos e professoras. A cooperativa passou por dificuldades consideráveis em anos anteriores. Mas, à época da pesquisa era um estabelecimento próspero e que já tinha se transformado em agroindústria, com criação e processamento industrial de aves¹⁵.

Conclusão

A classe trabalhadora tem resistido através dos tempos à dominação capitalista. Os camponeses têm lutado para não perderem suas terras ou para retomarem a propriedade alienada. Os trabalhadores assalariados têm lutado com o intuito de preservar, melhorar ou até revolucionar suas condições de trabalho e vida por meio de sindicatos, conselhos, partidos políticos ou outras formas de movimentos sociais. Uma das variantes dessas ações, que mantêm o trabalhador coletivo como epicentro, se dá no interior da empresa capitalista, mediante a luta pelo controle

¹⁵ Para mais informações ver: Dal Ri, N. M.; Vieitez, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*, 2008.

operário parcial ou integral ou por meio da formação de organizações de trabalho associado.

O trabalho associado que emergiu embrionariamente na revolução russa de 1917, sob a designação de controle operário, por razões não totalmente esclarecidas, foi tolhido em seu potencial, embora possamos supor que, tanto conceitualmente quanto praticamente, o seu desenvolvimento fosse uma condição para o desenvolvimento do socialismo, assim como a instauração do socialismo deveria ser uma condição para o desenvolvimento do TA. Em posteriores revoluções socialistas, a evolução do trabalho associado seguiu, aparentemente, a pauta da revolução russa.

Marx e Engels foram os teóricos, por excelência, da emancipação do proletariado. Porém, como militantes e pesquisadores sociais, não empregaram tempo com especulações abstratas sobre como deveria se organizar concretamente a sociedade revolucionada, uma vez que não tinham dúvida de que isso só poderia ser obra dos próprios trabalhadores. Assim, as parcimoniosas projeções para o futuro que legaram ao movimento social estão assentadas no que consideravam possíveis desdobramentos a partir da sociedade atual. Numa dessas projeções podemos observar que quaisquer que fossem as formas que assumisse o controle dos trabalhadores sobre as unidades de produção, este controle não poderia estar baseado na propriedade privada e, conseqüentemente, na produção de mercadorias. Eis uma dessas passagens de Marx (1972, p. 43).

(...) imaginemos para variar, uma associação de homens livres que trabalhem com meios coletivos e que coloquem em movimento suas numerosas forças individuais de trabalho, com plena consciência do que fazem, como *uma* grande força social. O produto da associação a que nos referimos é um produto social. Uma parte deste produto volta a prestar serviço sob a forma de meios de produção. Segue sendo social. Outra parte é consumida pelos indivíduos associados, sob a forma de meios de vida. Deve, portanto, ser *distribuída*. O *caráter* desta distribuição variará segundo o caráter especial do próprio organismo social de produção e tendo

em vista o nível histórico dos produtores. Sua distribuição de acordo com um plano social servirá para regular a proporção adequada entre as diversas funções do trabalho e as distintas necessidades, (...) as relações sociais dos homens com seu trabalho e os produtos de seu trabalho são claras e simples, tanto no tocante à produção, como no que se refere à distribuição.

A criação de empreendimentos de trabalho associado, ainda sob a hegemonia burguesa, é de grande valia para os trabalhadores sob muitos aspectos e não vamos nos estender quanto a isto. Mas vale a pena deixar indicada uma grande lição histórica oferecida ao movimento operário e popular pelas unidades industriais ou agrárias de trabalho associado contemporâneas. Na época da revolução russa, uma boa parte dos revolucionários considerava que a classe operária, ou seja, os inúmeros trabalhadores coletivos que realizavam a produção industrial, não estavam preparados para assumirem a condução integral das indústrias e para que isso pudesse ocorrer seria necessário um longo processo educacional. Mas, o que nos mostram os exemplos de trabalho associado atual é que essa visão era equivocada, uma vez que de fato quem domina o processo de produção é, e sempre foi, o trabalhador coletivo, e as carências existentes neste trabalhador combinado podem ser superadas, seja pelo aprendizado, seja com o auxílio de profissionais externos.

No entanto, temos de considerar que o empreendimento de trabalho associado criado na vigência do regime capitalista está permanentemente sujeito a pressões degenerativas ou de reconversão, o que não poucas vezes levam mesmo à dissolução das organizações de trabalho associado. O único antídoto razoável para neutralizar essas pressões (des)estruturadoras, excetuando a emergência de uma situação revolucionária, parece estar na prática militante junto ao movimento operário e popular e na fortaleza das convicções ideológicas que apontem para a emancipação social dos trabalhadores do jugo capitalista.

Referências bibliográficas

- BEAUVOIS, J-L. *Tratado de la servidumbre liberal – análisis de la sumisión*. Madrid: La Oveja Roja, 2008.
- BRINTON, M. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- BURAWOY, M. *Marxismo sociológico – quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda, 2014.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado – pesquisa de antropologia política*. São Paulo: Cosacnaify, 2003.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.
- GRUPPI, L. *O pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- KOLLONTAI, A. *Oposição operária 1920-1921*. São Paulo: Global, 1980.
- MANDEL, E. *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. México: Era, 1974.
- MARX, K. *El capital – crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1972.
- MONTGOMERY, D. *El control obrero en Estados Unidos*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985.
- THOMPSON, E. P. *La formación histórica de la clase obrera – Inglaterra 1780-1832*. Barcelona: Laia, 1977.
- WATKINS, W. P. *La Alianza Cooperativa Internacional 1895-1970*. Buenos Aires: Itercoop, 1973.
- VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A: Finep, 2001
- VIEITEZ, C. G., DAL RI, N. M. Formação da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda. *Org&Demo*. Marília, n. 4, 2003, p. 119-124.

A sociedade comunista na visão de Marx e Engels¹

Newton Ferreira da Silva
Paulo Alves de Lima Filho

A sociedade comunista na visão de Marx e Engels

Nos dias de hoje, há inúmeras razões que podem nos ajudar a compreender o porquê da cada vez mais frequente aplicação e apropriação incorretas da palavra comunismo e de suas respectivas variantes. Longe de ser um fenômeno localizado, essa cacofonia sobre o comunismo reproduz-se em praticamente todas as esferas sociais sejam elas refêns diretas do senso comum transmitido diuturnamente, sejam elas supostamente eruditas e ilustradas. No próprio meio acadêmico (hipoteticamente científico e comprometido com o conhecimento e com a verdade) ainda é patente uma visão deformada e tendenciosa do significado desse vocábulo. Tal fato pode ser explicado, grosso modo ou por uma formação teórica lacunosa e alienada do estudioso ou por este ter interesses outros que não a emancipação da classe trabalhadora.

¹ Este capítulo baseia-se, em grande medida, na primeira parte da tese de doutoramento em Ciências Sociais defendida por Newton Ferreira da Silva (bolsista da Capes) no ano de 2015 na Unesp/*campus* Marília. Quase a totalidade dos parágrafos deste texto foi dali extraída, não obstante a essencial e decisiva colaboração de Paulo Alves de Lima Filho (professor doutor da Fatec/Mococa) na conformação da versão final aqui apresentada.

Não são poucos os que, por exemplo, empenhados e determinados na defesa do *status quo*, confundem, propositadamente ou não, conceitos totalmente antagônicos, tais como stalinismo/comunismo e capitalismo/democracia.

Partidos e países espalhados pelo mundo autointitulados comunistas que não o são de fato, expoentes de propaganda anticomunista ainda presentes tanto nos meios de comunicação de massa quanto nas mercadorias produzidas dia após dia pela indústria cultural, ajudam a reforçar uma não ideia a respeito do comunismo, o que esvazia decisivamente o conteúdo desse candente conceito, assim como o arcabouço teórico que o envolve e o alicerça. Partindo dessa constatação, mas tendo como objetivo maior a apreensão dos nós górdios não desatados que inviabilizaram a transição da sociedade do capital para a sociedade comunista e que decretaram a falência de todos os modelos autoproclamados socialistas do século XX, é que adveio a necessidade de retomar e evidenciar as bases desse novo sistema econômico, político e social teorizado por Karl Marx e Friedrich Engels. A despeito de não terem elaborado uma grande obra específica sobre a sociedade comunista – tal qual fez Marx com o capitalismo e o capital no livro *O capital* – os dois pensadores alemães deixaram espalhadas, ao longo dos anos e de vários trabalhos, formulações e elaborações teóricas substanciais que nos permitem uma incursão guiada neste seu legado.

Marx e Engels, em consonância com a sua metodologia materialista dialética, extrapolam a delimitação conceitual imamente às doutrinas científicas ao afirmar que, antes de tudo, o comunismo é um *movimento* que revoluciona e transforma radicalmente a sociedade “Denominamos comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual”. Ressalte-se aqui a palavra *real*, pois ela determina e enfatiza a noção de que qualquer processo revolucionário verdadeiro deve se descortinar e ser realizado na objetividade das relações sociais, assim como estão arraigados – com profundas raízes objetivas – o sistema do capital

e sua alienação consequente. Dessa forma, “somente é possível efetuar a libertação real no mundo real e através de meios reais (...). A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas...” (Marx & Engels, 1987, p. 52 e p. 65)

A importância da justa apreensão da teoria marxiana do comunismo se assenta no fato de que, para os dois teóricos alemães, este seria o modo de produção que finalmente extinguiria a contradição axial e basilar existente na maioria das organizações sociais e econômicas ao longo de toda a história da humanidade a partir do fim da sociedade tribal, qual seja, a desigual relação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, cuja manifestação, no moderno sistema capitalista industrial, é observada na luta de classes entre burgueses proprietários dos meios de produção (dos meios de vida em geral) e proletários não proprietários (simples possuidores da sua força de trabalho). Portanto, para Marx, o enigma da história se desfaz com a supressão da propriedade privada e com a ascensão e desenvolvimento da sociedade que baseia a sua produção na posse coletiva dos meios que a realizam. Conforme definiu Marx ainda em um dos seus escritos da juventude:

O comunismo sabe-se como reintegração ou regresso do homem a si, como supressão da autoalienação humana... O comunismo como supressão positiva da propriedade privada (enquanto autoalienação humana) e por isso como apropriação real da essência humana pelo e para o homem; por isso como regresso completo, consciente e advindo dentro de toda a riqueza do desenvolvimento até agora, do homem a si próprio como um homem social, i. é, humano. (...) Ele é a verdadeira resolução do conflito do homem com a natureza e com o homem, a verdadeira resolução da luta entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. Ele é o enigma da história resolvido e sabe-se como essa solução (Marx, 1994, p. 92).

Já nos escritos de maturidade, especialmente no *Das Kapital*, Marx afirma que o sistema do capital, ao universalizar a mercadoria como forma do valor, só poderia ser superado através da supressão do valor, do mundo das mercadorias. Isto posto, ir além do capital é ir além da forma valor, além das mercadorias, através do trabalho coletivo, consciente e voluntário dos trabalhadores, dessa maneira, então, autoemancipados, desalienados. Observar a diferença essencial entre a emancipação concebida na juventude e aquela alcançada no ápice de sua teoria, em sua maturidade. Não mais bastaria a exclusiva supressão da propriedade privada dos meios de produção. Fazia-se necessária a existência de uma forma coletiva, voluntária e consciente de trabalho para superar a forma social da mercadoria, onde esse trabalhador coletivo se põe na história, portanto, como não-mercadoria. Daí que o lema da Internacional de Marx, dissesse ser, não como meras palavras, a *emancipação dos trabalhadores obra dos próprios trabalhadores*.

Dado o primeiro e principal passo, aquele que se refere ao domínio social coletivo definitivo dos meios de reprodução e dos meios de vida em geral, à humanidade será possibilitada uma existência plenamente consciente e não alienada. Como proprietário direto dos meios de produção, o homem passa a ter autonomia e controle total sobre seus atos – passa a compreender a complexa e dialética lógica que compõe a realidade que se descortina à sua frente. Ao não ter mais o seu trabalho apropriado particularmente por um capitalista ou por um Estado, passa a contribuir direta e conscientemente para a produção coletiva e para a distribuição social. Tal participação se dá de forma consciente e voluntária e não mais de maneira imposta e alienada (agora decide e compreende o seu papel individual na produção e na sociedade como um todo).

A história do homem e a história da humanidade passam a ser construídas mediante planejamento e participação direta e consciente da grande comunidade humana, do trabalhador cole-

tivo mundial. Desse modo, as leis imanentes da natureza voltam a pertencer apenas à natureza e o naturalismo não terá mais espaço e sentido nos atos que tem o intuito de compreender aquilo que é, ineludivelmente, uma determinação social e histórica e não uma construção supostamente “natural”. Enfim, os homens estarão aptos a começar a escrever e vivenciar conscientemente a sua história e a história da humanidade: o fim da alienação propicia o advento do sujeito histórico plenamente sabedor e conhecedor da sua condição frente à e dentro da sociedade. Conforme afirmação de Engels extraída da obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1981):

Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede o lugar a uma organização planejada e consciente. Cessa a luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do reino animal e sobrepõe-se às condições animais de existência, para se submeter às condições de vida verdadeiramente humanas. As condições que cercam o homem e até agora o dominam, colocam-se, a partir desse instante, sob o seu domínio e o seu comando e o homem, ao tornar-se *dono e senhor das suas próprias relações sociais*, converte-se pela primeira vez em senhor consciente e efetivo da natureza. As leis da sua própria atividade social, que até agora se erguiam frente ao homem como leis naturais, como poderes estranhos que o submetiam ao seu império, são agora aplicados por ele com pleno conhecimento de causa e, portanto, submetidos ao seu poderio. A própria existência social do homem, que até aqui era enfrentada como algo imposto pela natureza e a história, é, de agora em diante, *obra livre sua*. Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história, colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele *começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz*. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e em cada vez maior medida,

os efeitos desejados. *É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.* (p. 76-77, itálicos nossos)²

Longe de prescrever qualquer tipo de vida estoica e espartana – em que o consumo deve ser restrito e racionado graças a uma suposta baixa produtividade e a um pequeno volume de produção – o comunismo é, ao contrário, o sistema que, pela libertação das forças produtivas das amarras do capital, propiciará o maior desenvolvimento econômico jamais visto na história da humanidade. Isto será também verdadeiro devido não só à evolução progressiva da tecnologia aplicada à produção, mas porque a anarquia produtiva do sistema de outrora e o consumo irresponsável típico da sociedade capitalista – estimulado e reproduzido mormente pela classe burguesa – serão destronados e não ocuparão mais lugar nenhum na nova sociedade de produtores livremente associados.

Segundo Engels, o modo de produção comunista compreenderia a saciedade de todas as necessidades da população através da produção social *abundante* dos produtos e meios necessários para a sobrevivência e para o livre desenvolvimento (físico, intelectual, cultural) de toda a comunidade. As desavenças, concernentes às questões de consumo e propriedade não conseguirão

² Não obstante a relevância desta asserção de Engels, ela deverá ser entendida como uma simplificação a nosso ver exagerada da proposta teórica de Marx, mais próxima dos escritos de juventude deste, dado que na afirmação “Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores” lhe falta a realidade vital e necessária da existência da propriedade direta dos meios de produção por parte dos coletivos de trabalhadores organizados voluntária e conscientemente a mover essa desalienação. Como ficou demonstrado da experiência das revoluções autoproclamadas socialistas do século XX, da nacionalização e estatização dos meios de produção não brota automaticamente o comunismo, ou seja, a supressão do mundo das mercadorias, do valor.

encontrar lugar num sistema baseado na posse coletiva e social e na plena abundância dos víveres e dos demais produtos.

(...) todas as colônias comunistas chegam a ser, ao cabo de dez ou quinze anos de funcionamento, tão enormemente ricas que contam com maior quantidade de coisas desejáveis do que poderiam consumir, razão pela qual não há motivo algum de desavença (Engels, 1845, p. 554, tradução nossa).

Diante dessa nova condição de vida – assentada na abundância da produção social e na satisfação material de toda a humanidade – torna-se factível a libertação do homem, que passa a poder dedicar-se finalmente não só ao trabalho necessário e excedente, mas também ao fruir espiritual e ao desenvolvimento cultural. Em suma, estabelecem-se as condições materiais básicas (de produção e consumo) para que se realize a emancipação dos homens e mulheres. A emancipação econômica possibilita e conduz à emancipação completa dos seres humanos (sujeitos partícipes conscientes) envolvidos na então nova realidade social construída e eternamente em construção. Assim definiu F. Engels:

A força expansiva dos meios de produção rompe as amarras com que são submetidos pelo modo capitalista de produção. Só esta libertação dos meios de produção pode permitir o *desenvolvimento ininterrupto e cada vez mais rápido das forças produtivas* e, com isso, o *crescimento praticamente ilimitado da produção*. Mas não é apenas isso. A apropriação social dos meios de produção não só *elimina os obstáculos artificiais hoje antepostos à produção*, mas põe termo também ao desperdício e à devastação das forças produtivas e dos produtos, uma das consequências inevitáveis da produção atual e que alcança o seu ponto culminante durante as crises. Além disso, acabando-se com o parvo desperdício do luxo das classes dominantes e de seus representantes políticos, *será posta em circulação para a coletividade toda uma massa de meios de produção e de produtos*. Pela primeira vez, “surge agora e “*surge*” de um modo efetivo, a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, através

de um sistema de produção social, uma existência que, *além de satisfazer plenamente e cada dia mais abundantemente as suas necessidades materiais, lhes assegura o livre e completo desenvolvimento e exercício das suas capacidades físicas e intelectuais* (1981, p. 75; grifos nossos).

A nova sociedade comunista, com as suas novas relações de produção e novas possibilidades de existência, criará uma nova civilização de homens e mulheres com pensamento e consciência diversos daqueles observados entre os alienados seres sociais provenientes da sociabilidade burgo-capitalista. A transformação objetiva, material e real na sociedade (num primeiro momento, mais especificamente concentrada na infraestrutura econômica) construirá os pilares que possibilitarão o surgimento de novos seres sociais com uma nova consciência. Por conseguinte, infere-se que a emancipação do trabalho e da consciência (então finalmente libertos e desalienados) não poderá partir da própria consciência, mas sim de uma nova realidade social e econômica concreta e objetivamente construída. A esse respeito, Marx e Engels sentenciaram:

Será necessária inteligência tão profunda para entender que, com a mudança das condições de vida das pessoas, das suas relações sociais, de sua existência social, também se modificam suas representações, concepções e conceitos, em suma, também sua consciência? (1998, p. 26)

Para executar o seu trabalho, o homem necessita das condições propiciadas pela natureza – não possuí-las significa ter que trabalhar e ser explorado por aqueles que a usurparam e a tornaram sua propriedade privada:

... do condicionamento natural do trabalho segue-se que o homem que não possui outra propriedade senão sua força de trabalho torna-se necessariamente, *em todas as condições sociais e culturais*, um escravo daqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho (Marx, 2012, p. 24, itálicos nossos)

Justamente a supressão da propriedade burguesa sobre os meios de vida (expressão mais moderna e completa da propriedade privada em geral) é o que propõe a teoria comunista. O capitalismo acabou com a propriedade privada individual e estabeleceu a propriedade privada capitalista; o comunismo deve transformar essa propriedade capitalista em propriedade social, coletiva. Cabe ressaltar que não se trata da extinção da propriedade em si, mas sim da extinção e aniquilamento da propriedade capitalista – aquela propriedade de uns poucos que possibilita a submissão forçada e a escravização da maioria legalmente (jurisprudência burguesa) despossuída. Trata-se de criar uma sociedade em que a propriedade dos meios de produção e dos meios de vida seja uma realidade material cotidiana para todos e não uma quimera existente apenas para a classe produtora. Já afirmavam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*:

O que caracteriza o comunismo não é a supressão da propriedade em si, mas a supressão da propriedade burguesa (...) os comunistas podem resumir sua teoria em uma única expressão: supressão da propriedade privada (...) fim da propriedade de classe... (Marx & Engels, 1998, p. 21 e p. 24).

Dessa forma, a apropriação dos bens e produtos (então já todos de propriedade social e coletiva) será natural a toda população no “modo comunista de produção e de apropriação”. O que se tornará inadmissível é a utilização desse tipo de posse coletiva e provisória para se explorar o trabalho de outrem. “O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de produtos sociais; apenas suprime o poder de, através dessa apropriação, subjugar trabalho alheio” (Marx & Engels, 1998, p. 24 e p. 23).

A assunção desse modo de produção superior se dará, antes de tudo, mediante a *posse* coletiva e social da terra e dos meios de produção. De fato, nada poderá ser *propriedade* privada individual ou coletiva de forma definitiva, pois por propriedade entende-se, antes de tudo, algo que se espalha ao longo do tempo, algo então

que não é passível de transferência universal e contínua – condição incongruente com o modo de produção e a organização social comunistas. A posse (provisória) dos meios de vida deve contrapor-se à sua propriedade (definitiva). Coletivamente, os seres humanos de cada geração serão os arrendatários zelosos de toda a natureza, responsáveis por transferir solidariamente aos seus descendentes as condições de reprodução social, outrora herdadas de seus antepassados. No livro III, de *O capital*, Marx escreveu:

Quando a sociedade atingir formação econômica superior, a propriedade privada de certos indivíduos sobre certas parcelas do globo terrestre parecerá tão monstruosa como a propriedade privada de um ser humano sobre outro. Mesmo uma sociedade inteira não é proprietária da terra, nem uma nação, nem todas as sociedades de uma época reunida. São apenas “possuidoras”, “usufrutuárias” dela, e como *bonipatres familias* (bons pais de família) têm de legá-la melhorada às gerações vindouras (Marx, 2008, p. 1028-1029, destaques nossos).

Numa sociedade comunista, em que a produção assenta-se na propriedade coletiva dos meios de vida e está organizada a partir da livre e consciente associação de produtores, o produto total é, lógica e coerentemente, social. Isto posto, sua distribuição baseia-se na mesma prerrogativa, variando o modo que ela se realizará a depender do nível de desenvolvimento da sociedade em que esse modo de produção se descortina. Não há mais fantasmagoria ou alienação: as relações sociais se dão entre homens emancipados que compreendem e participam conscientemente da vida social. O valor de um produto é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para fabricá-lo e não mais pelo seu preço (valor de troca). É o fim do fetiche da mercadoria e da própria mercadoria. No livro I, de *O capital*, Marx afirmou:

Suponhamos (...) uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns e empregam as suas múltiplas forças individuais de trabalho, consciente-

mente, como força de trabalho social. (...) Em nossa associação, o produto total é um produto social. Uma parte desse produto é utilizada como novo meio de produção. Continua sendo social. A outra parte é consumida pelos membros da comunidade. Tem, portanto, de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição variará com a organização produtiva da sociedade e com o correspondente nível de desenvolvimento histórico dos produtores. (...) Neste caso, as relações sociais dos indivíduos no tocante a seus trabalhos e aos produtos de seus trabalhos continuam meridianamente claras, tanto na produção quanto na distribuição (Marx, 2006, p. 100).

Se em todas as sociedades fossem vigentes repúblicas e comunas centralizadas no trabalho e no trabalhador, em vez de concentradas nas lutas pelo poder dinástico e financeiro, as guerras não teriam motivo para ocorrer. A cooperação internacional seria o *modus operandi* fundamental da relação entre as diversas repúblicas do trabalho numa grande sociedade comunista em escala planetária.

(...) em contraste com a velha sociedade, com suas misérias econômicas e delírio político, uma nova sociedade está a desabrochar, uma sociedade cuja regra internacional será a *paz*, porque em cada nação governará o mesmo princípio – o *trabalho* (Marx, 2011, p. 25, itálicos originais).

Quando finalmente as relações de produção comunistas forem libertadas a partir das forças produtivas desenvolvidas (até então) capitalistas, a classe trabalhadora se tornará proprietária dos meios de produção e passará a controlá-los e gerenciá-los de uma nova forma planejada e com o objetivo precípuo de atender à demanda de toda a população e de cada indivíduo tomado isoladamente. A decisão da produção – o que, quanto e como será produzido – será alçada de todos esses novos seres sociais conscientes que participam ativamente da construção da realidade social que os envolve e os define.

À anarquia da produção observada no capitalismo será contraposto um novo sistema de cooperação e cogestão que, com a participação direta ou indireta de toda a comunidade, transformará a passada atuação política burguesa – de grupelhos interessados no favorecimento estatal dos seus representados (latifundiários, industriais, rentistas e capitalistas em geral) – em consciente atuação coletiva sobre as questões concernentes à administração da coisa pública e da produção social de bens que garantam a sobrevivência e o fruir da espécie humana e do meio ambiente, não apenas da geração atual, mas de todas as que herdarão esse novo sistema social e as riquezas naturais proporcionadas pelo planeta em que vivemos e do qual dependemos e somos parte intrínseca. Ato contínuo, parte da produção deverá ser destinada para investimentos no desenvolvimento ulterior da produção e da comunidade e parte para fruição imediata e consumo de cada indivíduo. No texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Engels resumizou a questão:

No dia em que as forças produtivas da sociedade moderna se submeterem ao regime congruente com a sua natureza por fim conhecida, a anarquia social da produção deixará o seu posto à regulamentação coletiva e organizada da produção, de acordo com as necessidades da sociedade e do indivíduo. (...) Por um lado, apropriação diretamente social, como meio para manter e ampliar a produção; por outro, apropriação diretamente individual, como meio de vida e de proveito (Engels, 1981, p. 71-72).

Finda a transição ao comunismo e extintas as classes sociais, o Estado e o *poder político* soçobram naturalmente frente ao advento e à consolidação da sociedade sem classes. Como sempre são utilizados para reprimir uma classe por outra e impor sua ordem, perdem a razão de sua existência e desaparecem no novo contexto social de ausência de antagonismo de classes – ou seja, se não há mais classes, não há mais Estado. Numa sociedade sem classes, o Estado é um instrumento dispensável e inútil

pois não há adversários a serem reprimidos e controlados. Conforme já asseveravam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848:

Uma vez que, no processo, desapareçam as diferenças de classe e toda a produção esteja concentrada nas mãos dos indivíduos associados, *o poder público perderá seu caráter político*. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para dominar outra. Se, em sua luta contra a burguesia, o proletariado (...) se converte em classe dominante e, como tal, suprime violentamente as velhas relações de produção, então, junto com elas suprime os antagonismos de classes e as classes em geral e, com isso, abole a sua própria dominação de classe (Marx & Engels, 1998, p.28-29, *itálicos nossos*).

Quando uma comunidade governa a si mesma (todos “simultaneamente encarregados da administração dos interesses comuns”), ela, na verdade, não governa a si mesma (na conotação mais comum), pois ela é ela mesma e não outra. Isto é, quando as pessoas se governam, não se pode ver isto como a presença de outro ser/instituição o realizando, haja vista que as determinações são internas e autocolocadas pela própria comunidade. A ideia de governo (principalmente aquele amparado numa maquinaria estatal) relaciona-se à posição de uma instituição externa à Comuna, que a controla e estabelece as normas e a organização da mesma. Nesse sentido, o autogoverno é o não governo (de terceiros, de membros ou seres exteriores à comunidade). Um ente só consegue governar um outro, exterior a ele. O próprio governo no comunismo é o não governo, porque não existe mais classes (nem o outro); todos fazem parte da mesma comunidade que se autogere. “Pois a questão começa com o autogoverno da comuna. (...) Quando um homem governa a si mesmo, segundo esse princípio ele não governa a si mesmo, pois ele é ele mesmo e não outro” (Marx, 2012, p. 113).

Com o controle e planejamento cada vez maior da produção pelos homens, o Estado vai se tornando cada vez mais supér-

flu: tanto devido ao fim das classes sociais como devido ao fato de que o principal objetivo – a propriedade social dos meios de produção e o seu consequente domínio consciente – já foi concretizado pelos produtores livremente associados. “À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai-se diluindo também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim da sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres” (Engels, 1981, p. 79).

Desse modo, *a organização e controle políticos são subsunidos no planejamento econômico* de toda a produção social assentada em meios de produção de propriedade coletiva e nas tarefas de administração do que é público. O *fim da política*, mediante a sua apropriação pela economia e pela gestão social do que é público, seria possibilitado nesse novo e hipotético cenário a partir da constatação da desnecessidade de qualquer tipo de instituição de poder em uma sociedade comunista. Não havendo mais poder em disputa – devido à inexistência de classes sociais – os resquícios das práticas políticas de outrora deverão ser empregados como a somatória dos esforços individuais para colaborar com a administração da coisa pública e, mais especificamente, com o controle e planejamento econômico da produção social total. Na citação que segue, apõe-se uma interpretação da ideia de Saint-Simon por Engels referente à subsunção da política na economia, no sentido de que o Estado seria desmantelado institucionalmente com a estruturação de um sistema de planificação, organização e controle da produção dos bens de consumo necessários à vida humana. Asseverou Engels (1981, p. 37):

Em 1816, Saint-Simon declara que a política é a ciência da produção e prediz já a total absorção da política pela economia. E se aqui não se faz senão aparecer em germe a ideia de que a situação econômica é a base das instituições políticas, proclama já claramente a transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção dos processos de produção, que não é senão a ideia da ‘abolição do Estado’, que tanto alarde levanta atualmente.

Na própria experiência francesa observada no período da sublevação proletária de 1871 (A Comuna de Paris), a administração estatal, da coisa pública, ficou plenamente sob o controle da Comuna (isto é, sob o controle de legítimos representantes da classe trabalhadora). Nessa situação, não existia nenhuma vantagem ou ganho de *status* por se exercer uma função governamental. Ali, cada trabalhador executava algo que lhe foi delegado pela maioria e, para tanto, recebia o mesmo salário dessa maioria operária que o elegeu. Uma vez eleito para o cargo, poderia ter o seu mandato revogado a qualquer momento pelos seus eleitores. Privilégios e tratamento diferenciado foram abolidos do sistema de organização e gerenciamento da coisa pública. Funcionários de todos os ramos da administração poderiam ser substituídos, caso não se portassem como verdadeiros agentes (práticos, executores) dos desígnios da comunidade. Cabe aqui ressaltar que todos os servidores públicos deveriam ser eleitos, até mesmo aqueles vinculados ao sistema judiciário. “Tal como os demais servidores públicos, os magistrados e juizes deviam ser eletivos, responsáveis e demissíveis” (Marx, 2011, p. 57).

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. (...) Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha que ser remunerado com *salários de operários*. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna (Marx, 2011, p. 56-57, itálicos originais).

O autogoverno provincial e comunal deveria substituir a centralização do poder estatal de outrora, consolidando a Comuna como estrutura política básica e comum a todos os vilarejos, bairros etc. Isto significa que, a despeito da existência de um órgão central de governo, as pequenas ou grandes comunas provinciais teriam total independência em relação a ele ao mesmo tempo que, através de seus participantes da plenária nacional, fariam parte desse governo central (mas, ressalte-se, não centralizador). Ao descrever, na citação a seguir, o experimento político vivenciado naqueles dias da Comuna de Paris, Marx parece fincar as bases teóricas do que seria a forma política mais coerente e conseqüente para o proletariado revolucionário no poder que busca construir e consolidar uma sociedade comunista.

Uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao *autogoverno dos produtores*. No singelo esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, consta claramente que *a comuna deveria ser a forma política* até mesmo das menores aldeias do país... Às comunidades rurais de cada distrito caberia administrar seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados com assento na cidade central do distrito e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, sendo cada um desses delegados substituídos a qualquer momento e vinculado por *mandat impératív* (instruções formais) de seus eleitores (Marx, 2011, p. 57-58, *itálicos nossos*).

Dessa maneira, em uma sociedade organizada com base em comunas, as eleições ganham um outro caráter à medida que os cidadãos trabalhadores aclamados e escolhidos pelo povo nas urnas como seus representantes podem ser retirados do cargo a qualquer hora, assim como, para permanecerem no posto, devem ser fiéis emissários/delegados reprodutores das ideias daqueles que o escolheram – a sua função é representar, e com restrições às suas idiossincrasias, os anseios e as opiniões de um grupo de

peças que convivem com eles na mesma comunidade. Pode-se inferir daí que as eleições e o sistema representativo político típicos da democracia burguesa não serão completamente alijados no período de transição liderado pelas comunas de trabalhadores. Na verdade, serão aperfeiçoados no intuito de se construir uma *verdadeira democracia* representativa – realidade política distante para todos os plutocráticos países capitalistas que vivem uma indefectível ditadura do capital nos dias de hoje.

Em lugar de escolher uma vez a cada três ou seis anos quais os membros da classe dominante que irão atrair o (misrepresent) o povo no Parlamento, o sufrágio universal serviria ao povo, constituído em comunas, do mesmo modo que o sufrágio individual serve ao empregador na escolha de operários e administradores para seu negócio. (...) geralmente sabem colocar o homem certo no lugar certo, e se nessa escolha cometem um erro, sabem repará-lo com presteza (Marx, 2011, p. 58).

Marx, na citação a seguir, volta a reafirmar a possibilidade do advento de eleições de novo tipo na experiência revolucionária da Comuna, onde novos personagens, a maioria apenas conhecidos das classes trabalhadoras, passam a representar fielmente os anseios e as deliberações do povo que os elegeu. Além disso, expõe de maneira sucinta a estrutura da democracia reformada sob a influência dos proletários franceses. Sentencia também, no trecho reproduzido, a Comuna de Paris como a maior revolução do século XIX:

Apoiada em sua organização militar existente, Paris formou uma federação política de acordo com um plano muito simples. Este consistia na aliança de todas as guardas nacionais, postas em conexão umas com as outras *pelos delegados* de cada companhia, que nomeariam, por sua vez, os delegados dos *batalhões*, que por seu turno nomeariam os delegados gerais, gerais de legiões, cada um a representar um bairro e a cooperar com os delegados dos 19 outros bairros. Esses 20 delegados, escolhidos pela maioria

dos batalhões da Guarda Nacional, compunham o *Comitê Central* que em 18 de março iniciou a maior revolução do século e que ainda conserva seu lugar na atual luta gloriosa de Paris. Nunca houve eleições tão seletivas, nunca delegados representaram tão plenamente as massas das quais eles provinham (Marx, 2011, p. 124-125, *itálicos originais*).

Desse modo, na Comuna, as eleições deixaram de ter um caráter simplesmente homologatório, em que os trabalhadores participavam de um processo decisório fraudulento e a classe dominante burguesa – através deste artifício político – apenas utilizava as massas para chancelar e legitimar um sistema totalmente dominado por ela e distante da realidade da maioria. Nas organizações comunais, o sufrágio universal cumpre a sua função precípua de possibilitar a livre escolha dos representantes legítimos e fiéis que representarão as diversas comunidades de produtores espalhadas pela nação.

O sufrágio universal, que fora até então abusado – seja servindo para a sanção parlamentar do sagrado Poder Estatal, seja como um joguete nas mãos das classes dominantes, tendo sido exercido pelo povo apenas uma vez em muitos anos a fim de sancionar (para escolher os instrumentos do) o domínio parlamentar de classe –, é adaptado aos seus propósitos reais: escolher, mediante as Comunas, seus próprios funcionários para a administração e legislação (Marx, 2011, p. 129-130).

Os atos de legislar a respeito e de administrar a coisa pública igualmente ganham novo significado a partir da organização comunal. À medida que a nova atividade social em si, os servidores que a desempenham e as próprias eleições que os colocaram nas funções públicas assumem um caráter de fato responsável e fidedigno aos propósitos para os quais foram escolhidos – e dos quais podem ser retirados a qualquer tempo –, a antiga burocracia estatal burguesa, com a sua opulência, favorecimentos e corrupção imanentes, se esvai e é liquidada pela verdadeira forma democrática de se gerir o que é de uso e propriedade coletivas.

Portanto, não haveria mais aquela noção de que somente um grupo especial de pessoas capacitadas poderia administrar o supostamente complexo e misterioso Estado. Trata-se de funções tão importantes e simples quanto àquelas atinentes diretamente à produção, não podendo – consequentemente – terem um *status* diferente ou uma remuneração não equivalente àquela percebida por todo o povo trabalhador.

Cai a ilusão de que a administração e o governo político seriam mistérios, funções transcendentais a serem confiadas apenas a uma casta de iniciados – parasitas estatais, sico-fantas ricamente remunerados e sinecuristas ocupando altos postos... Elimina-se a hierarquia estatal de cima a baixo e substituem-se os arrogantes senhores do povo por servidores sempre removíveis, uma responsabilidade de mentira por uma responsabilidade real, uma vez que eles passam a agir continuamente sob supervisão pública. Eles são pagos como operários... Toda a fraude dos mistérios e pretensões do Estado foi eliminada por uma Comuna que consistia em sua maior parte de simples trabalhadores (...) executando seu trabalho publicamente, de maneira simples, sob as circunstâncias mais difíceis e complicadas, e o fazendo (...) por umas poucas libras, agindo à luz do dia, sem nenhuma pretensão à infalibilidade... Fazendo das funções públicas – militares, administrativas, políticas – *funções de trabalhadores reais* em vez de atributos ocultos de uma casta treinada (Marx, 2011, p. 130, itálicos originais).

Marx rechaça, a todo momento, a ideia de uma vanguarda (“corpo superior”) que seria supostamente mais capaz do que os trabalhadores em geral na gestão do negócio público. Concepção antagônica em relação ao que se pôde observar no século XX, onde se tornou comum que o debate entre comunistas e socialistas descambasse para a ‘evidência’ da incapacidade dos proletários em se autoadministrar. A escolha livre dos cidadãos por meio do sufrágio seria a única forma de se ter representantes interessados e responsáveis na administração da coisa pública e

das questões pertinentes a toda comunidade. Não poderia existir nenhuma esfera governamental que não fosse ocupada por trabalhadores eleitos pela maioria e com mandatos revogáveis a qualquer momento.

A Comuna consistia de conselheiros municipais (...) escolhidos pelo sufrágio de todos os cidadãos, responsável e revogável em curto prazo. A maioria desse corpo era naturalmente formada de operários ou representantes reconhecidos da classe trabalhadora. (...) Os agentes policiais, em vez de serem agentes do governo central, tinham de ser os servidores da Comuna, tinham de realizar seu trabalho por salários de operários. Os juízes também tinham de ser eleitos, substituíveis e responsáveis. *A iniciativa em todas as matérias da vida social estava reservada à Comuna.* Em uma palavra, *todas as funções públicas, mesmo aquelas que caberiam ao governo central, eram executadas pelos agentes comunais* e, portanto, estavam sob o controle da Comuna (Marx, 2011, p. 172-173, itálicos nossos).

As Comunas, portanto, deveriam ser auto-operantes e auto-governadas, assim como suas eleições deveriam expressar deliberadamente os seus objetivos... as funções estatais sendo reduzidas a algumas poucas funções para fins nacionais gerais. “Tal é a *Comuna – a forma política da emancipação social*, da libertação do trabalho da usurpação dos monopolistas dos meios de trabalho, sejam estes meios criados pelos próprios trabalhadores ou dados pela natureza” (Marx, 2011, p. 131, itálicos originais).

Nem mesmo um hipotético planejamento *estatal* seria necessário, pois o controle e a planificação pertenceriam tão somente aos produtores associados e livres, distantes de qualquer tipo de eventual intermediação institucional. A produção cooperativa local teria completa consonância com a então organizada e planificada produção nacional. Esta, por ter sido pensada de acordo com as necessidades do povo, não estaria exposta às intempéries típicas do sistema econômico mercadológico capitalista. “(...) As sociedades cooperativas unidas devem regular a

produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista...” (Marx, 2011, p. 60).

Com efeito, Marx não vê problemas nos processos eleitorais em si – se desvinculados de políticas classistas assentadas na divisão da sociedade em estratos econômicos diferenciados e antagônicos entre si. A eleição pode ser usada na comunidade para se escolher os mais aptos tecnicamente para administrar e fazer funcionar a coisa pública em prol do atendimento aos interesses comuns. Tal posição não redundará nem significará nenhum tipo de autoridade, poder ou domínio, sendo apenas a imputação de responsabilidade para exercício de determinada função. Além disso, não há anseio individual ou de classe a ser *representado* num suposto governo; agora, na comuna, os desejos são realizações, pois concebidos e realizados pelas mesmas pessoas. No *Resumo Crítico de Estatismo e Anarquia, de Mikhail Bakunin (1874)*, Marx definiu:

A eleição é uma forma política que existe até na menor das comunas russas... O caráter da eleição não depende desse nome, mas das *bases econômicas*, dos contextos econômicos dos eleitores; e assim que *as funções deixarem de ser políticas*: 1) não haverá mais nenhuma função governamental; 2) a repartição das funções gerais se tornará uma questão *técnico-administrativa*, que não outorga nenhum domínio; 3) *a eleição não terá nada do seu atual caráter político*. (...) Na propriedade coletiva, a chamada vontade popular desaparece e dá lugar à vontade *efetiva* da cooperativa (Marx, 2012, p. 114, itálicos nossos).

À guisa de ilustração e exemplo de como funcionaria um sistema de organização político *não político* (pois técnico, precipuamente) de uma colônia comunista, pode-se recorrer a relato feito por Engels a partir das observações de Finch na comunidade de bens de Zoar, estado de Ohio, nos Estados Unidos do século XIX. Muito embora tal estratégia organizacional contenha

uma série de características que *poderiam* ser utilizadas nas mais diversas sociedades comunistas, é necessário ressaltar que não se trata de um modelo ou esquema que *deverá* ou *será* aplicado por toda a coletividade que decida assentar a sua vida e a sua produção na comunidade de bens e de meios de produção. Como sabemos, o movimento e o dinamismo da história constituem fatores que determinam a indeterminabilidade, a complexidade e a não previsibilidade do devir histórico.

Todos que desempenham funções na comunidade são eleitos de seu seio por todos os membros dela maiores de 21 anos. Estes funcionários são:

1° *Três administradores*, um dos quais é eleito a cada ano e os três podem ser removidos a qualquer momento pelos seus eleitores. Tem por missão administrar todos os bens da comunidade e prover aos seus membros o quanto necessitarem em matéria de víveres, alojamento, vestimenta e alimento na medida que as circunstâncias permitem e sem estabelecer diferença alguma de caráter pessoal. Nomeiam os subadministradores necessários para coordenar os distintos setores de trabalho...

2° *Um diretor*, que permanece no cargo enquanto goze da confiança da sociedade e que encabeça, como supremo funcionário, todos os assuntos coletivos. O diretor tem direito a comprar e vender e fechar contratos e transações, porém, quando se trata de negócios importantes, deve trabalhar de acordo com os três administradores;

3° *O conselho da sociedade*, formado por cinco membros, um deles abandona o seu posto a cada ano. Este conselho constitui o mais alto poder da sociedade, fixa as leis de acordo com os administradores e o diretor vigia os demais funcionários e decide arbitrariamente os litígios, quando as partes interessadas não se mostram de acordo com as decisões dos administradores. Finalmente,

4° *O pagador*, eleito a cada quatro anos e que é o único dos membros e funcionários da coletividade que tem direito a possuir e manejar *dinheiro* (Engels, 1845, p. 561, itálicos originais, tradução nossa).

No que tange à organização militar em uma sociedade comunista, Marx e Engels reivindicam o fim do exército regular profissional (pois muito oneroso à sociedade) e a criação da milícia popular proletária que, a despeito do que ocorria no sistema congênere burguês, também produzirá – e não apenas consumirá – parte do que foi produzido socialmente. Haverá, portanto, o armamento da população e a transformação do caráter do exército, cujos soldados não poderão ser apenas soldados, mas igualmente deverão ser operários/trabalhadores produtivos. Entre as *Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha*, de 1848, Marx e Engels já apontavam: “Armamento geral do povo. No futuro, os exércitos serão simultaneamente exércitos operários, de modo que o exército deixe apenas de consumir, como no passado, mas produza além do necessário para custear a sua manutenção. Ademais, esse é um meio de organização do trabalho” (Marx & Engels, 2010, p. 53).

Segundo Marx, não há circulação de dinheiro na sociedade que tem os seus meios de produção socializados entre todos os produtores. Estes, em vez de receberem papel-moeda/dinheiro como meio de pagamento (recompensa), recebem vales que carregam o quanto de contribuição de cada um (em horas de trabalho) existe no total da produção social. No livro II, de *O capital*, o pensador alemão afirmava:

Não entra em cogitação na produção socializada o capital-dinheiro. A sociedade reparte a força de trabalho e os meios de produção nos diferentes ramos de atividade. Os produtores poderão, digamos, receber um vale que os habilita a retirar dos estoques iniciais de consumo uma quantidade correspondente a seu tempo de trabalho. *Esses vales não são dinheiro. Não circulam* (Marx, 2005, p. 406, itálicos nossos).

O sistema de crédito capitalista, de acordo com o pensamento de Karl Marx, seria fundamental para a criação das condições ideais que propiciariam o surgimento e a consolidação do

modo de produção comunista. Por um lado, o crédito tanto estimularia o desenvolvimento das forças produtivas como aprofundaria as contradições inerentes ao capitalismo; por outro, já na etapa de transição capitalista-comunista, o crédito, entre outras medidas até mais importantes de transformação radical da estrutura econômica, manter-se-ia no papel de grande fomentador e dinamizador da produção. Não obstante sua óbvia relevância na sociedade capitalista e na imediatamente pós-capitalista, o crédito e todas as suas engrenagens e lógica pertinentes, não teria sentido nem necessidade de existência na forma social superior de produção e associação comunista. Ainda na obra *O capital*, mas agora no livro III, Marx asseverou:

(...) não há dúvida de que o sistema de crédito servirá de poderosa alavanca durante a transição do modo capitalista de produção para o modo de produção do trabalho associado; todavia, será apenas um elemento relacionado com outras grandes mudanças orgânicas do próprio modo de produção. (...) Quando os meios de produção tiverem cessado de se converter em capital (o que inclui a abolição da propriedade fundiária privada), o crédito como tal não terá mais sentido algum... (Marx, 2008, p. 803).

Num sistema de cooperação, assentado sobre a propriedade comum dos meios de produção, não há mais trocas de produtos entre os produtores e nem mensuração de seus respectivos valores unitários com o propósito de tornar esse cálculo uma qualidade e um diferencial entre os diversos bens produzidos. Não há troca porque toda a produção e todo o produto são de propriedade coletiva (social). Trabalho individual e produto individual foram transformados em trabalho total e produto social. Ato contínuo, deixa de existir a necessidade de imputar ou aferir o valor de determinado bem pois a troca foi abolida quando o trabalho individual passou a se expressar somente pelo trabalho total e social. Na célebre e fundamental *Crítica do Programa de Gotha* (1875), Marx afirmou:

No interior da sociedade cooperativa, fundada na propriedade comum dos meios de produção, *os produtores não trocam seus produtos*; do mesmo modo, o trabalho transformado em produtos não aparece aqui como *valor* desses produtos, como uma qualidade material que eles possuem, pois agora, em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos existem não mais como um desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total (Marx, 2012, p. 29, itálico original, negritos nossos).

Não obstante, mesmo depois do advento da nova sociedade alicerçada em modo de produção e distribuição superiores, a categoria valor (tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um bem) será ainda o maior parâmetro para se organizar a produção socializada. Conforme afirmação de Marx no livro III de *O capital*:

(...) suprimido o modo capitalista de produção e mantida a produção social, a determinação do valor continuará predominando no sentido de que será mais necessário que nunca *regular o tempo de trabalho*, repartir o trabalho social entre os diversos grupos de produção e finalmente contabilizar tudo isso (Marx, 2008, p. 1120, itálicos nossos).

Ainda dentre as principais características de uma sociedade comunista – “associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (Marx & Engels, 1998, p. 29) – em sua fase superior e desenvolvida, poderiam ser apontadas, segundo Karl Marx, aquelas referentes ao fim da oposição, tão comumente observada na sociedade capitalista, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual – fatos que consubstanciariam a criação de uma realidade social não mais baseada no trabalho estranhado e no trabalho alienado. A mudança de *status* do trabalho, de simples meio de sobrevivência e obrigação vital, para meio *também* de autorrealização, e o aumento cada vez maior de sua produtividade – graças ao sucessivo

desenvolvimento tecnológico que buscaria tanto reduzir o tempo de trabalho individual necessário quanto prover a todos de bens de consumo que impliquem numa sempre maior qualidade de vida – igualmente seriam objetivos a serem alcançados nesta etapa do comunismo. Continua Marx na sua *Crítica do Programa de Gotha*:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual, quando o trabalho deixar de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com *o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos*, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em *abundância*, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades’ (Marx, 2012, p. 31-32, *itálicos nossos*).

Doravante, o trabalho humano no comunismo, então regenerado como autoatividade (atividade para si, não mais concebida por terceiros nem com seu fruto apropriado por outrem), passa a ser um dos momentos de objetivação da essência humana libertada da alienação capitalista. Os produtores proprietários, mediados pela sua atividade consciente produtiva, criarão um mundo exterior em que se identificam, pois fruto da sua imaginação e de seu labor (extinta, então, a divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual). Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, Marx já definia:

O homem apropria-se da sua essência multilateral de uma maneira multilateral, portanto como um homem total. Cada uma das relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, sentir, querer, ser ativo, amar, em suma, todos os órgãos da sua individualidade, bem como os órgãos que são imediatamente na sua forma

órgãos comunitários, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento para com o objeto a apropriação do mesmo, a apropriação da realidade humana (Marx, 1994, p. 96).

Ao desenvolver-se em uma sociedade baseada no trabalho humano, este trabalho terá, na sociedade comunista, outro caráter, não mais de obrigação e escravidão, mas sim de dever social consciente. Finda a atividade que se exerce sob o imperativo das necessidades fisiológicas mais elementares, o trabalhador finalmente se emancipa ao contribuir para a produção social de maneira não alienada, deliberada e autônoma. Conforme escreveram Marx e Engels no livro *A ideologia alemã*:

(...) na sociedade comunista (...) cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar à tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais tornar-me caçador, pescador, pastor ou crítico (Marx & Engels, 1987, p. 47).

Dessa forma, Marx fundamenta a possibilidade de surgir um modo de produção que possibilite aos seres humanos o desenvolvimento integral de suas potencialidades; uma organização social que se locuplete de toda a capacidade humana, não restringindo o potencial total de sua energia criadora a tão somente um único tipo de atividade produtiva ou profissão. Ademais, insiste na ideia de que não se pode garantir a reprodução social dos seres humanos com um sistema que mantém boa parte da força de trabalho apta inutilizada ou com utilização transitória e sazonal. É com um grande leque de atividades produtivas, culturais e intelectuais que homens e mulheres poderão desenvolver-se plenamente, levando a experiência da vida humana a um outro e ainda não descoberto, patamar. De acordo com o que disse Marx no livro I de *O capital*:

(...) a indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e, em consequência, a maior versatilidade possível do trabalhador... Torna questão de vida ou morte substituir a monstrosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes da exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de sua atividade (Marx, 2006, p. 552-553).

Ademais, numa sociedade comunista, o trabalho seria restringido à quantidade mínima necessária que garantisse a sobrevivência e a livre fruição e desenvolvimento dos diversos seres sociais. Inexistente o capital e a sua imanente lógica de acumulação e reprodução ampliada, não haveria mais razão para se criar mais-valia mediante extensão da jornada de trabalho necessário, ou seja, mediante trabalho excedente; a não ser que com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e garantir o nível de consumo de toda a sociedade (isto é, exceto quando se objetivasse ampliar os meios de produção ou os bens de consumo sociais).

Portanto, não se observará na organização social comunista uma ampliação da atividade produtiva (em horas ou intensidade) de cada trabalhador, ao contrário: o intuito será diminuir a sua quantidade e transformar substantivamente a sua qualidade. Fato que será possibilitado e ampliado em sua dimensão graças ao ininterrupto desenvolvimento tecnológico (que aumenta a produtividade e diminui o tempo de trabalho dispensado por produto além de modificar a relação homem-máquina continuamente) e à inserção de todos os seres humanos aptos na grande cadeia produtiva social. Prossegue Marx:

A eliminação da forma capitalista de produção permite limitar a jornada de trabalho ao trabalho necessário. Todavia, não se alterando as demais circunstâncias, seria ampliado o trabalho necessário, por dois motivos: as condições de vida dos trabalhadores seriam mais ricas e maiores suas exigências; uma parte do atual trabalho excedente seria considerada trabalho necessário, para constituir um fundo social de reserva e acumulação (Marx, 2006, p. 601).

Ao não eximir nenhuma classe ou grupo social apto da necessidade natural do trabalho, o coletivo de produtores-proprietários (categorias finalmente reunidas nas mesmas pessoas), teria mais tempo para dedicar-se às outras esferas de interação social fundamentais para o pleno desenvolvimento do ser humano. Por isso, ressalte-se mais uma vez, que o Estado e toda a sua burocracia deve soçobrar numa sociedade comunista, pois o trabalho produtivo não pode ser evitado por uma casta burocrata supostamente especial – quanto maior o aparelhamento da maquinaria estatal, mais recursos (e, portanto, mais tempo social de trabalho necessário) serão requeridos da massa trabalhadora para a sua manutenção e funcionamento. Ainda no livro I de *O capital*:

Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais equitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade e quanto menos uma camada social possa furtar-se à *necessidade natural do trabalho*, transferindo-a para outra classe. Então a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho (Marx, 2006, p. 602, *itálicos nossos*).

Assim, o trabalho excedente (observado na servidão, na escravidão e no capitalismo) não deixará de existir no comunismo, antes irá alterar-se qualitativa e quantitativamente. Primeiro porque tal excedente será apropriado socialmente e não mais priva-

damente (prática cristalizada no contumaz e constante roubo da mais-valia), e segundo porque, não existindo mais uma fração da sociedade vivendo improdutiva e ociosamente à custa da criação de valor alheio, toda a atividade produtiva coletiva (que assegurará a reprodução social da comunidade), será justa e equanimemente repartida entre todos os membros aptos a trabalhar. Ademais, é esse trabalho excedente – o trabalho adicional ao mínimo necessário para garantir a sobrevivência de todos – que será acumulado como prudente medida de previdência e seguro contra eventuais dissabores futuros (causados por desastres naturais, p. ex.) e para propiciar a expansão constante das forças produtivas sociais. No livro III, de *O capital*, Marx definiu:

Haverá sempre, necessariamente, trabalho excedente no sentido de trabalho que excede o nível das necessidades dadas. No sistema capitalista, no sistema escravista etc. reveste-se, entretanto, de forma antagônica e corresponde à mera ociosidade de fração da sociedade. Os seguros contra acidentes e a expansão progressiva do processo de reprodução, necessária e correspondente ao desenvolvimento das necessidades e ao crescimento demográfico, exigem determinada quantidade de trabalho excedente (Marx, 2008, p. 1.082).

Ao trabalho necessário estaria, portanto, subsumido alguma quantidade ou tempo de trabalho excedente que seria acumulado para fomentar a expansão dos meios de produção (imprescindível graças ao crescimento demográfico e devido à elevação do nível de consumo individual) e para salvaguardar a comunidade frente a eventuais imprevistos e dificuldades momentâneas. O trabalho excedente também seria responsável por permitir que crianças e velhos (e inaptos para o trabalho produtivo de forma geral) pudessem ser adequadamente sustentados pela sociedade organizada. Nenhum outro indivíduo será sustentado apenas com o usufruto e a expropriação de parte do produzido por trabalho alheio. A atividade produtiva é uma atividade que deve ser

justamente dividida entre os membros que compõem a coletividade. Quanto maior o número de produtores ativos e quanto mais eficiente for a sua atividade, menor será o número de horas *per capita* (ou a quantidade de produto excedente) despendidas ainda sobre a lógica da necessidade. Continua Marx:

(...) parte do lucro, ou seja, da mais-valia ou do produto excedente que, sob o aspecto do valor, representa apenas novo trabalho adicionado, serve de fundo de seguro. (...) Esta é a única porção da mais-valia e do produto excedente ou do trabalho excedente a qual, junto com a parte destinada à acumulação, a ampliar o processo de reprodução, teria de continuar a existir após extinguir-se o modo capitalista de produção. (...) Além do trabalho excedente em favor daqueles que, em virtude da idade, ainda não podem ou não podem mais participar da produção, não haverá mais trabalho para manter aqueles que não trabalham (Marx, 2008, p. 1.115).

Marx chama a atenção para o fato de que tanto o selvagem como o civilizado devem obrigatoriamente estabelecer uma relação direta com a natureza para que consigam suprir suas necessidades primárias de sobrevivência. Viveremos, inapelavelmente, sempre no reino da necessidade, pois precisamos produzir para obter os recursos que garantam a nossa reprodução social. Não obstante essa verdade inescapável não temos que, necessariamente, nos reproduzir baseados em um sistema econômico que nos imponha (à atividade humana) a prática e o exercício da produção apenas dentro desse espectro da necessidade. A liberdade, real, verdadeira, que potencializa e realiza todas as faculdades humanas começa, de fato, quando não estamos mais entregues aos momentos/horas nas quais produzimos para nos reproduzirmos socialmente. Entretanto, mesmo ainda neste reino da necessidade – imanente à qualquer organização humana – pode-se ter uma experiência mais justa, emancipada e fiel às capacidades dos homens e mulheres trabalhadoras. Ainda no livro III, de *O capital*:

O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida e o mesmo tem de fazer o civilizado *sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção*. (...) A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, *esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade*. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o *reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade*. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a *redução da jornada de trabalho* (Marx, 2008, p. 1.083-1.084, *itálicos nossos*).

Assim, liberdade significa menor tempo de trabalho necessário e excedente e maior tempo para a livre busca do desenvolvimento pessoal de cada indivíduo. Entrementes, há de se ter forças produtivas cada vez mais desenvolvidas e eficientes para que, com menor tempo de trabalho possível (isto é, com o menor tempo possível dispensado no “reino da necessidade”) possa se produzir os meios necessários à sobrevivência e ao fruir de todos.

Nesse sentido, os seres humanos só serão verdadeiramente livres quando o trabalho não mais se configurar unicamente como uma atividade imposta pela necessidade de sobrevivência. Deve o trabalho recuperar todas as suas outras características humanas e não ficar apenas atrelado à imperiosa necessidade de reprodução social. O trabalho deve ser, antes de qualquer coisa, uma emanção consciente da vontade criadora dos indivíduos. Ao vinculá-lo exclusivamente ao imperativo da sobrevivência e da reprodução material, a sociedade dispensa todo o complexo arcabouço evolutivo potencial envolvido diretamente com a autoatividade (porque para si) criadora e produtiva típica dos seres

humanos. “De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, (o trabalho) situa-se além da esfera de produção material propriamente dita” (Marx, 2008, p. 1083).

A relação de submissão máquina-homem deverá igualmente ser revertida na sociedade comunista à medida que o trabalho acumulado (capital, máquinas e equipamentos etc.), isto é, o trabalho morto (ou pretérito) não mais subordinar a atividade produtiva dos trabalhadores aos seus ritmos e à sua necessidade de acumulação permanente. Toda a maquinaria e toda a tecnologia estarão subjugadas aos anseios e planos conscientes dos produtores; serão empenhadas pela sua libertação, não mais serão utilizadas para ampliar a intensidade da escravização e da exploração dos homens. “Na sociedade burguesa, o trabalho vivo constitui apenas um meio para multiplicar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer e incentivar a existência do trabalhador” (Marx & Engels, 1998, p. 22).

Com a aplicação cada vez mais intensiva da tecnologia em uma sociedade assentada na propriedade coletiva dos meios de produção, os trabalhos mais abjetos e desvalorizados tenderiam a desaparecer – máquinas e sistemas automatizados finalmente poderiam libertar os homens desse tipo de atividade, tal como hoje já seria possível após o surgimento do quarto órgão da máquina (Bacchi, 2013). Engels ressalta a não mais qualificação e diferenciação existentes outrora entre os vários tipos de trabalho: no comunismo, antes de tudo, há apenas o trabalho, que não será superior nem inferior entre as suas mais diferentes atividades. Qualquer atividade produtiva que gere e agregue valor deverá ser equanimemente avaliada socialmente, muito mais a partir do tempo despendido na sua elaboração e execução do que por outras variáveis que valorizavam principalmente o trabalho intelectual na sociedade capitalista. Asseverou o grande pensa-

dor alemão: “(...) uma vez estabelecida a comunidade, não existe mais trabalhos inferiores que, por outro lado, podem desaparecer quase em sua totalidade mediante uma melhor organização, empregando máquinas etc.” (Engels, 1845, p. 554, tradução nossa).

Para tanto, isto é, para ser possível a caminhada certa nesse longo e pedregoso trajeto, torna-se fundamental que tal jornada seja baseada em uma teoria revolucionária comunista autônoma. Partido e teoria devem caminhar juntos, mas a ciência e a elaboração teórica devem mover-se sempre com liberdade para desenvolver-se na sua trilha independente e crítica. Em carta a August Bebel de maio de 1891, Engels escreveu sobre a importância da autonomia da teoria socialista-comunista:

Vocês – o partido – precisam da ciência socialista, e esta não pode viver sem liberdade de movimento. (...) Uma tensão, mesmo que leve, para não falar de uma ruptura entre o partido alemão e a ciência socialista alemã, seria uma desgraça e uma vergonha inomináveis (Engels, 2012a, p. 75-76).

Sobre a viabilidade e a existência real do tipo de organização econômica e social comunista em etapa histórica anterior àquela denominada como sendo a das revoluções socialistas, iniciada na segunda década do século XX, Engels reiterou as experiências vivenciadas à época por algumas comunidades criadas nos Estados Unidos e na Inglaterra. O comunismo, portanto, não era (não é) uma utopia irrealizável:

Com efeito, o comunismo, a vida e a atuação do homem em um regime de comunidade de bens, não só são perfeitamente possíveis, como têm sido postos em prática e com o melhor dos êxitos, (...) em muitas comunidades da América e em um lugar da Inglaterra (Engels, 1845, p. 554, tradução nossa).

Ao descrever uma colônia comunista então existente nos EUA, Engels – baseado num relato do viajante inglês Sr. Finch – afirmou que ali, sob aquele tipo de organização social e econômica, ninguém trabalhava contra a sua vontade ou ficava desem-

pregado sem desejar. Ademais, não havia penúria, nem pobres e órfãos; a polícia, desnecessária na ausência de uma classe / Estado opressor, inexistia. Mesmo assim (ou graças a tudo isso), todos da comunidade viviam tranquilos e satisfeitos. Afirmava Engels em 1845 no texto *Descripción de las colonias comunistas creadas en los últimos tiempos y que aún existen*:

Não há entre eles ninguém que trabalhe contra a sua vontade ou que busque trabalho em vão. Não conhecem o que são asilos e hospitais pois não há entre eles pobres nem pessoas que sofram, viúvas ou órfãos desamparados; **não sabem o que é penúria** nem têm porque temê-la. Em nenhuma de suas dez cidades há um só gendarme ou polícia, não existem juízes, advogados ou soldados, celas nem prisões, o que não é obstáculo para que todo mundo viva tranquilo. As leis do país não regem a sua conduta e, se deles dependessem, poderiam ser todas derogadas que não lhes importariam, pois não haverá no mundo cidadãos mais tranquilos, já que *jamais um deles teve que ir preso*. Vivem, como havíamos dito, em um **regime de perfeita comunidade de bens e não conhecem o comércio e nem o dinheiro** (Engels, 1845, p. 555-556, itálicos do autor, negritos e tradução nossos).

Portanto, não havia produtos individuais que seriam trocados ou vendidos num hipotético mercado. À produção social tinham acesso todas as pessoas da comunidade de acordo com as suas respectivas e individuais necessidades. Comércio e dinheiro eram completamente dispensáveis nesse contexto interno dos agrupamentos comunistas.

A esse respeito, o Sr. Finch igualmente relatou da seguinte forma o funcionamento de uma dessas colônias localizadas na cidade de *Pleasant Hill* (Estado de Kentucky, EUA):

Aqui não há senhores nem criados e menos ainda escravos: todos são livres, ricos e felizes. (...) *Cada qual recebe o que necessita dos armazéns gerais da comunidade, sem pagar nada e na quantidade necessária*. Em cada família há um diácono, encarregado de zelar para que todos disponham do

que *necessitam* e de *atender*, dentro do possível, os desejos de todos. (...) O patrimônio da comunidade corre a cargo de um conselho de administração, formado por três membros, encarregado de acompanhar todos os investimentos, de dirigir os trabalhos e de comercializar com os vizinhos. E há, como é natural, vigilantes e administradores nos diversos setores de trabalho; mas todos eles têm por norma que *ninguém receba ordens de ninguém, senão que todos trabalhem livremente, por meio do convencimento* (Finch *apud* Engels, 1845, p. 555-556, itálicos de Engels, tradução nossa).

Trabalha-se, portanto, a partir de uma autorresolução consciente, mediante a constatação de que a somatória dos trabalhos individuais é que garantirá uma vida digna e de abundância a todos. É com a participação efetiva de sua força de trabalho que cada produtor poderá contribuir para o aumento da produção e dos serviços sociais que beneficiarão os membros do coletivo do qual faz parte, dentro da lógica do “regime total de comunidade de bens” (p. 557). Naturalmente, para o desempenho de sua atividade livre, será prescindível a figura opressora de qualquer tipo de patrão, chefe ou senhor – bastando, para tanto, apenas o administrador que *orientará* e guiará cada atividade individual no sentido das determinações e resoluções democraticamente aprovadas pelos próprios produtores (ou seus representantes diretos) durante as reuniões e assembleias que definem o planejamento dos próximos passos da comunidade. Sobre a colônia localizada na cidade de *Economy*, o mesmo Sr. Finch observou:

Sua grande aspiração, desde o começo, tem sido fabricar por si mesmos tudo o que necessitam, para comprar de outros o menos possível; acabaram assim fabricando mais do que o necessário; (...) em tudo o que fazem cuidam de prover-se a si mesmos abundantemente antes de vender a outros (Finch *apud* Engels, 1845, p. 559, tradução nossa).

Desse modo, o fruto da produção social socializada (tanto em sua atividade produtiva como na propriedade do produto)

pertence a todos, independentemente da magnitude da contribuição individual de cada um concernente ao total de valor criado naquele contexto comunal. Todos da comunidade, em todas as etapas da vida, têm direito de serem devidamente assistidos pelo grupo ao qual se encontram inseridos.

(...) a comunidade se compromete em prover a todos os seus membros e a suas famílias os meios necessários para atender as suas necessidades, a zelar por eles em caso de doença e velhice e, quando os pais falecerem ou se separarem da coletividade deixando nela seus filhos, a comunidade se encarregará de sua educação (Engels, 1845, p. 558, tradução nossa).

Ato contínuo, Sr. Finch dessa forma descreveu o funcionamento solidário e cooperativo da organização comunal – e da essencial questão da abundância – que pôde observar *in loco*:

A família recebe tudo o que necessita dos armazéns coletivos. *Dispõem de bens abundantes para todos e todos obtêm gratuitamente o quanto desejam.* Se necessitam vestido ou calçado, recorrem ao mestre alfaiate, à costureira ou ao sapateiro, que se encarregam de confeccionar-lhe a peça de acordo com o seu gosto. A carne e os demais mantimentos são distribuídas a cada família segundo o número de membros, que desfrutam de tudo *abundantemente e em excesso* (Finch *apud* Engels, 1845, p. 559, itálicos de Engels, tradução nossa).

Engels finaliza a descrição das colônias comunistas reafirmando a possibilidade de existência e o grande potencial de desenvolvimento que têm essas comunidades de bens. Ademais, acaba por indicar como um modo de produção desse tipo pode contribuir para que os seres humanos não fiquem apenas trabalhando a maior parte do tempo de suas curtas vidas, assim podendo utilizar grande parte desse seu escasso recurso (tempo) para o fruir e para o livre desenvolvimento intelectual, moral, cultural e espiritual.

Vemos, pois, que a comunidade de bens, longe de ser impossível, tem conseguido prosperar em todos os intentos que até agora se propôs. E vemos também que aqueles que se agrupam no regime de comunidade, trabalhando menos, vivem melhor e dispõem de mais tempo livre para cultivar seu espírito e são homens melhores e mais morais que seus vizinhos, aferrados às suas propriedades. E tudo isto já tem podido comprovar os norte-americanos, os ingleses, franceses e belgas e grande número de alemães. São muitos os que, em todos os países, se ocupam da difusão desta doutrina e tomam partido a favor da comunidade (Engels, 1845, p. 566, tradução nossa).

Justamente a partir dessa constatação de Engels referente às possibilidades de existência de uma sociedade comunista, podemos começar a especular o porquê da não disseminação mundial do comunismo como modo de produção – mesmo em suas formas mais básicas e quase primitivas (tais quais os exemplos citados por Engels). Ao longo do século XX, diversos movimentos revolucionários adotaram os símbolos comunistas e parte do seu discurso como uma forma de se posicionar frente ao subdesenvolvimento, à desigualdade e à rapinagem imperialista, mas nenhum país erigiu uma formação social minimamente aproximada àquela teorizada originalmente por Marx e Engels. Revoluções autoproclamadas socialistas ou comunistas propiciaram diversos tipos de organização política e de desenvolvimento econômico que jamais tangenciaram as duas questões essenciais do comunismo evidenciadas por Marx, a saber: a organização da produção a partir de produtores livremente associados e assentados sobre propriedade (posse) direta dos meios de vida e a liquidação, ainda que paulatina, do “parasita estatal”.

Todo este primeiro ciclo de experiências dos processos revolucionários autoproclamados socialistas ou comunistas ficou encaixotado numa etapa histórica chamada de *socialista*, inexistente em Marx, transformada em suprema teoria oficial. Desse modo, a transição ao comunismo foi liquidada teórica e pratica-

mente. Perdeu-se até a teoria cujos fundamentos estão precisos em Marx. Daí a importância vital de recuperar e transmitir às novas gerações de revolucionários e, assim, à classe trabalhadora, este legado essencial à emancipação da humanidade.

Referências bibliográficas

- BACCHI, Sérgio. *História da automação. A evolução da máquina*. Santiago: Ibec, 2013; mimeo.
- ENGELS, F. *Descripción de las colonias comunistas creadas en los últimos tiempos y que aún existen (1845)*. Disponível em: <www.salta21.com/IMG/pdf/comunas-1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.
- _____. Carta de Engels a N. Danielson, in: MARX, Karl & ENGELS, F. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979a.
- _____. Carta de Engels a ph. Van Patten, in: MARX, Karl & ENGELS, F. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979b.
- _____. Carta de Engels a Theodor Friedrich Cuno, in: MARX, Karl & ENGELS, F. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979c.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 1981.
- _____. Introdução à Guerra Civil na França de Karl Marx (1891), in: MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. Cartas de Friedrich Engels a August Bebel, in: MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a.
- _____. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, in: *Germinal – Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v. 4, n. 2, p. 131-166, dez., 2012b.
- _____. Literatura de Refugiados (V) – Questões Sociais da Rússia, in: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.
- _____. Questões Sociais da Rússia – Posfácio (1894), in: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de Classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013b.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A Comuna de Paris*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.
- _____ & _____. *A ideologia alemã*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____ & _____. O Manifesto do Partido Comunista, in: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- _____ & _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____ & _____. *Luta de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____ & _____. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.

- _____. & _____. Prefácio à Edição Russa do Manifesto Comunista (1882), *in*: _____ & _____. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013b.
- MARX, Karl. *Estatutos gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*. 24 de outubro de 1871. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 4 mar. 2014.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante!, 1994.
- _____. Cartas de Marx a Kugelmann (Livro Segundo), *in*: MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte (Livro Primeiro), *in*: MARX, K. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Ícone Editora, 2004.
- _____. *O capital: crítica da Economia Política. Livro II: O processo de circulação do capital*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *O capital: crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 2v.
- _____. *O capital: crítica da Economia Política. Livro III: O processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 3v.
- _____. Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a ‘reforma social’. De um prussiano”, *in*: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. Carta à Redação da Otechestvenye Zapiski, 1877, *in*: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013a.
- _____. Primeiro ao quarto esboços e carta a Vera Ivanovna Zaslitch, *in*: MARX, K. & ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013b.

Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil

Pedro Ivan Christoffoli

O texto discute de forma introdutória a história do desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo no Brasil. Parte da concepção ampla de cooperação, como processo de trabalho associado e busca resgatar experiências históricas de associativismo no trabalho na agricultura brasileira.

Partindo do conceito de cooperação

O processo de cooperação no trabalho consiste em que várias pessoas trabalham em equipe, de forma planejada, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos (Marx, 2011b). A aplicação da cooperação ao processo de trabalho representa uma evolução na forma como a sociedade organiza a satisfação de suas necessidades, porque permite:

(a) um encurtamento do tempo necessário à produção de determinado produto, isto é, confecciona-se mais produtos em menos tempo. Permite distribuir as diversas operações entre diversos trabalhadores, por conseguinte, executá-las simultaneamente e, com isso, reduzir o tempo necessário para a produção do produto total;

(b) uma extensão do espaço em que se pode realizar o trabalho. Vários trabalhadores, concomitantemente, podem estar atuando ao mesmo tempo, porém em locais diferentes, adiantando parcelas diferentes, mas conexas, de um trabalho maior e mais complexo;

(c) um aumento de produção num menor tempo e espaço de ação (especialmente no caso da agricultura). Nesse caso a brevidade do prazo em que se executa o trabalho é alcançada devido à magnitude da massa de trabalho lançada, no momento decisivo, ao campo de produção. Temos como exemplo, a colheita ou uma roçada, em que diversos trabalhadores executam partes da mesma operação simultaneamente, reduzindo o tempo total para conclusão da tarefa (Marx, 2011b).

A cooperação baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. Cria-se a força coletiva do trabalho. Isso se dá por vários fatores. Seja pelos efeitos de emulação coletiva ou da simples aceleração do processo por adição de mais força de trabalho, mas essencialmente porque

(...) a soma mecânica das forças de trabalhadores isolados difere essencialmente da potência social de forças que se desenvolve quando muitos braços cooperam simultaneamente na mesma operação indivisa. O efeito do trabalho combinado não poderia ser alcançado pelo trabalho de indivíduos isolados ou somente poderia ser alcançado em períodos de tempo muito mais longos ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui unicamente do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que em si e para si, é forçosamente uma força de massas (Marx, 2011b).

O ser humano, na cooperação, devido ao contato social, supera seus limites pessoais, fazendo com que o trabalho social gerado seja sempre maior que a soma de todos os trabalhos individuais. “Quando o trabalhador coopera sistematicamente com

outros, livra-se dos grilhões de sua individualidade e desenvolve as possibilidades de sua espécie” (Marx, citado por Bottomore, 1993 p. 80).

Embora existisse nos modos de produção anteriores ao capitalismo, só nesse modo de produção a cooperação é sistematicamente explorada e transformada em necessidade objetiva para o capital. A busca por maximização da exploração do trabalho cooperado é que vai dar origem à administração tipicamente capitalista de empresas, que visa disciplinar e extrair conhecimento dos trabalhadores em prol da valorização do capital (Bottomore, 1993).

A cooperação agrícola no Brasil

Na sequência serão trazidos alguns aspectos da construção das experiências de cooperação na agricultura no país, a partir de alguns movimentos de trabalhadores e povos indígenas.

As formas de cooperação no Brasil Colônia e Império

No Brasil existem poucos registros históricos com relatos e análises de experiências coletivas/comunitárias de produção referentes ao período colonial. Os povos indígenas brasileiros tradicionalmente desenvolveram uma economia organizada com base no modo de produção comunal primitivo, centrado principalmente na caça, pesca, coleta de frutos e numa agricultura rudimentar de subsistência. Ainda hoje as tribos remanescentes baseiam seu trabalho e forma de vida em hábitos coletivos de cultivo e distribuição da produção.

Além dessas experiências, houve as desenvolvidas pelos índios Guaranis nas reduções jesuíticas. As reduções jesuíticas representaram, no período colonial, uma experiência ímpar de articulação entre o espírito comunitarista derivado do estágio de organização social ancorado no comunismo primitivo indígena, com a doutrina religiosa católica em uma de suas versões popu-

lares, apontando para um comunitarismo como o dos primeiros cristãos, conforme apontado nos textos bíblicos. As reduções tiveram extraordinária sobrevida (perduraram no período de 1610 a 1767) e amplo alcance na América do Sul, indo desde a Argentina e Paraguai até o norte do Paraná, espalhando-se pelos atuais três Estados do Sul brasileiro. Entretanto seu legado em termos de aprendizado histórico para a classe trabalhadora teve pouca repercussão, além do heroísmo de seus guerreiros, como Sepé Tiarajú e milhares de indígenas assassinados para assegurar a partilha de terras entre Portugal e Espanha, no período colonial.

Outras experiências importantes foram influenciadas pela proposta dos falanstérios¹ trazidas por socialistas utópicos ao Brasil. Inspirados nas pelas ideias de Fourier, imigrantes europeus do século XVIII buscaram implantar, no Brasil, colônias cooperativas integrais. O médico francês Benoit Mure instigou a criação de um falanstério em Santa Catarina, na região de São Francisco do Sul, em 1842. Ela duraria cerca de quatro anos. Além da experiência catarinense, foram fundadas duas colônias inspiradas no socialismo utópico, a Colônia Teresa Cristina (PR), liderada pelo médico francês Jean Faivre, em 1847 e, mais tarde, a Colônia Cecília em Palmeira, liderada por Giovanni Rossi, militante anarquista italiano.

Fundada em 1890, a colônia Cecília teve matriz ideológica anarquista e angariou apoios e obteve repercussão internacional (Zecca, 2008; Mello Neto, 1998). Constituiu-se numa experiência utópica baseada no trabalho e no amor libertário. Durou 4 anos e chegou a ter em seu auge mais de 300 pessoas vivendo na colônia, o que sobrecarregou uma incipiente capacidade produtiva. Foram edificadas barracões individuais e coletivos, celeiros,

¹ Falanstério – palavra formada pela contração de “falange” e “monastério”. Proposta de reforma social defendida por Fourier, socialista utópico francês do século XIX, na qual se criariam colônias associativistas baseadas na junção do trabalho na agricultura e na indústria.

escola, moinho, tanques de peixes, consultório médico, viveiro de mudas, poços, valos, pomar de peras e estábulos, além da grande lavoura de milho. Desenvolveu a vitivinicultura e a fabricação de sapatos e barricas. Foi também nesse período que os sapateiros oriundos da Colônia exerceram papel de destaque no movimento operário do Estado. A Colônia se inviabilizou pela miséria material e pela hostilidade das comunidades vizinhas e do Estado, visto a ideologia anarquista do grupo, mas seus militantes tiveram influência por todo o país, após a dissolução da mesma.

As terras comunitárias e coletivas

Outro aspecto relevante do desenvolvimento histórico da cooperação agrícola no Brasil é o das terras comunitárias originadas do processo histórico de formação do país, influenciado pelas condições precárias do processo colonizador e das tradições culturais, tanto indígenas como dos colonizadores europeus. Estabeleceu-se o costume de manter áreas de terra em condição de propriedade comunal, sem apropriação privada, que eram utilizadas por todas as famílias.

Uma dessas formas, ainda existente, denominada de faxinal, desenvolveu-se na região sul do Brasil. Os faxinais compõem-se em geral de áreas de mata e pastagens, sendo utilizados de forma comunitária fornecendo pastagem e madeira para uso dos moradores. O sistema de faxinal é “tradicionalmente caracterizado pelo uso coletivo da terra para a criação de animais, sendo denominado ‘criadouro comum’, pelo fato dos animais serem criados em regime de compáscuo. O faxinal é dividido em terras de plantar, que são destinadas ao cultivo agrícola, sendo delimitadas por uma cerca construída coletivamente; e as terras de criar, destinadas à criação de animais de várias espécies” (Sochodolak e Maneira, 2011).

Apesar do uso comunitário das terras, as explorações agropecuárias são realizadas de forma individual pelas famílias resi-

dentos no faxinal. No Paraná, onde a regulamentação das terras coletivas foi mais avançada, foram reconhecidas 28 áreas especiais de uso regulamentado (Aresurs), nome oficial das áreas de faxinais, totalizando 15 mil hectares demarcados. Contudo, estima-se em mais de 50 as áreas que se reivindicam como faxinais, número que já chegou a representar 150 áreas em 1997, ano em que foi regulamentada a legislação estadual específica (ANP, 2013).

Em outras regiões do país os “fundos de pasto” ou “terras de santo” também são áreas de usufruto comunitário, porém sem que a exploração do trabalho se efetuasse de forma coletiva. Os fundos de pasto totalizam no Brasil cerca de 500 áreas, sendo pouco mais de 120 as já regularizadas como tal pelo governo até 2015 (Campos, 2015).

Além dessas iniciativas, uma importante experiência social se derivaria da resistência dos trabalhadores negros à escravidão. Através da fuga e da constituição de áreas livres, em terras ocupadas militarmente e em constante acosso e resistência, essas áreas quilombolas se espalharam por todo o país (há registros em 24 estados).

(...) a quilombagem foi apenas uma das formas de resistência. Outras, como o assassinio dos senhores, dos feitores, dos capitães-de-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas se alastraram por todo o período. Mas o quilombo foi a unidade básica de resistência do escravo (Moura, 1981, p. 14).

Os quilombos representam, em vários casos, manifestações comunitárias e coletivas de trabalho e solidariedade, ainda que em sua maioria o trabalho e posse da terra tenham se degenerado para formas privadas. A maioria dos quilombos se organizava tendo por base as funções militares (defesa) e as produtivas de subsistência, a partir de sua base de sustentação econômica, configurando com o tempo uma tipologia particular: os quilombos

predominantemente agrícolas, os extrativistas, os mercantis, os mineradores, os pastoris, os de serviços, os predatórios (que viam de saques). A agricultura sempre estava presente, mas não era propriamente o que viabilizava e definia cada um deles (Freitas, 1980).

O total de comunidades remanescentes de quilombos atualmente em situação de registro pelo governo brasileiro ascende a mais de 3.500 áreas, ainda que se estime que alcancem cerca de 5 mil no total. No entanto, oficialmente foram reconhecidos pelo Incra, somente 127 territórios, envolvendo 217 comunidades e 13.145 famílias, num total de 1 milhão de hectares (ISA, 2015; MDS, 2015; Incra, 2015).

Ainda no meio rural, é tradicional o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias. Essas formas de cooperação remontam aos tempos da colonização e se perpetuam até os dias atuais. Elas têm origem nas práticas tradicionais dos primeiros colonos portugueses e também dos povos africanos, que conformaram parte significativa do campesinato brasileiro.

A partir dos anos 1950-1960, essas formas associativas primárias, como as trocas de serviço, mutirões e roças comunitárias estimuladas tanto por organizações como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), como pelos setores progressistas da Igreja Católica (Martins, 1984), enfrentaram um gradual esvaziamento diante da disseminação do uso e barateamento do maquinário agrícola e dos agrotóxicos, em especial dos herbicidas.

A imigração europeia do século XIX e a expansão do associativismo

A colonização do Brasil sofreu várias ondas de imigração, desde o período de conquista no século XVI. Foram imigrantes portugueses, depois africanos e, mais tarde, de outras nacionalidades. Essas ondas influenciaram a cultura camponesa no país,

moldada a partir da miscigenação racial e da confluência e reinvenção cultural condicionadas pelas condições de clima, solos e pelo isolamento característicos da realidade brasileira.

Outras formas de cooperação no meio rural brasileiro foram as associações. Organizadas em todo o país, tiveram maior expressão em colônias europeias originadas por imigrantes vindos no período posterior ao estabelecimento do capitalismo como modo de produção dominante na Europa do século XIX. Isso porque a imigração anterior, pré capitalista, não dispunha em seu cabedal prático e teórico a organização avançada de associações e cooperativas ou de experiências como as colônias cooperativas, os falanstérios e outras modalidades legadas pelos primórdios do socialismo utópico anglo-francês e, mais tarde, pelo anarquismo italo-espanhol.

Desde o final do século XIX nas colônias (urbanas e rurais) de imigração alemã do sul do país foram organizadas milhares de associações culturais, desportivas e econômicas, formando um emaranhado social e comunitário de grande pujança. Somente no RS, no início do século XX foram computadas pelo Padre Amstadt cerca de 350 associações nas regiões de colonização alemã. Dentro desse movimento associacionista surgiram hospitais como o Moinhos de Vento, de Porto Alegre e a primeira cooperativa de crédito rural do país, em Nova Petrópolis. Um congresso de agricultores católicos de origem alemã realizado em 1900 toma a decisão de criar a Associação Riograndense de Agricultores e as primeiras caixas de empréstimos de tipo Raiffeisen (embrião das futuras cooperativas de crédito), já muito atuantes na Alemanha (Rambo, 1988). Nesse período as colônias de imigrantes italianos fundaram também centenas de sociedades de socorro mútuo, para entreatajuda aos imigrantes.

Mais recentemente o MST e outros movimentos sociais (MPA, Fetraf, Contag,...) procuraram organizar distintas formas de cooperação no meio rural, criando milhares de formas de organização associativas dos mais variados tipos: associações,

cooperativas coletivas, cooperativas mistas regionais, grupos de trabalho coletivo e semicoletivo. Entretanto, com o advento da revolução verde e da introdução em escala da mecanização agrícola no país, a partir dos anos 1950-1960, essas formas associativas se viram reduzidas e com o êxodo rural associado à modernização capitalista do campo, as próprias comunidades rurais foram se esvaziando e, muitas delas, desaparecendo.

Experiências recentes de cooperação no meio rural. O Caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O MST se caracterizou dentre os movimentos camponeses por dedicar uma parcela importante de sua capacidade orgânica à discussão de diversas formas organizativas a adotar na terra conquistada do latifúndio, através da luta social. O cooperativismo e associativismo no MST foram articulados sob o conceito de cooperação agrícola ou cooperação na agricultura. A experiência histórica do movimento nos assentamentos foi moldando sua doutrina acerca da cooperação, somando-se os referenciais marxistas e as experiências dos países socialistas, ao legado histórico do movimento camponês em sua luta por sobrevivência nas duras condições do meio rural brasileiro.

As etapas do desenvolvimento da cooperação no MST se caracterizaram por um período inicial (1985-1987) em que o enfoque principal era na conquista da terra e na constituição de associações e grupos não formais de cooperação, envolvendo poucas famílias. Havia uma desconfiança em relação a coletivos grandes e uma resistência fortíssima às cooperativas, controladas em geral por latifundiários e pelo Incra.

Num segundo momento (1987-1992) se constituem os primeiros grupos coletivos e, a partir do estudo das experiências socialistas e da proposta de laboratórios organizacionais, de Clodomir de Moraes, se avança para a criação de assentamentos totalmente coletivos, organizados em torno das cooperativas

de produção agropecuária, de trabalho e propriedade coletivas. Logo a seguir a tentativa de assentamentos coletivos fracassa frente à resistência camponesa pela inadequação da estrutura organizacional em relação ao comportamento ideológico dos associados (Christoffoli, 2000) e às debilidades de financiamento das experiências coletivas (falta de apoio técnico e financeiro por parte do Estado). Entretanto, dezenas de cooperativas coletivas são criadas e muitas delas se mantêm até hoje, em todo o país.

Numa terceira etapa (1993-1998), os coletivos são relegados a segundo plano e as cooperativas de comercialização e prestação de serviços ocupam o centro da estratégia de organização produtiva e social dos assentamentos. Embaladas por créditos governamentais fartos no período, as cooperativas regionais crescem em número e tamanho e empreendem a estruturação de unidades de armazenagem e em menor escala, de processamento da produção agrícola dos assentamentos. Como essa proposta articulava a busca de consolidação social e econômica das famílias de forma combinada com a luta pela conquista de novas terras para a reforma agrária, há uma reação do latifúndio e do Estado, visando a contenção do MST. Um dos alvos identificados pelo Estado a serviço do latifúndio foram as cooperativas. Desamparadas, sem apoio técnico e financeiro, sem terem concluído os investimentos em armazenagem e transformação da produção, passam a enfrentar um duro período repressivo, combinando cerceamento financeiro e repressão política (perseguição policial, processos judiciais, criminalização pela mídia, comissões parlamentares investigativas).

A quarta etapa (1999-2004) marca o ponto mais baixo da curva de desmobilização e refluxo do movimento associativista nas áreas de assentamento da reforma agrária. Perseguidas e punidas exemplarmente, as cooperativas ligadas aos trabalhadores rurais Sem Terra sofreram duros golpes, com o fechamento ou imobilização de inúmeras cooperativas e grupos de cooperação por todo o país. A cooperação nas áreas reformadas encolheu,

houve um período de elevação dos níveis de inadimplência financeira pelas famílias, a evasão cresceu, bem como o abandono dos assentamentos por parte do poder público (tentativa de emancipação² irresponsável e ilegal de áreas) com o conseqüente empobrecimento e desestruturação das famílias assentadas.

A etapa atual (2005-2010) se configura a partir da criação de programas públicos de apoio ao acesso a mercados, propiciada pelas políticas desenvolvidas a partir do governo Lula. Dentre os programas está principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Esses programas apresentam características inovadoras ao possibilitar de um lado, a simplificação dos processos de aquisição de alimentos para programas públicos, dispensando licitações que, por suas exigências burocrático-legais afastariam irremediavelmente os camponeses e suas organizações do certame licitatório e, por outro lado, estabeleceram reserva de mercado para a agricultura familiar ao possibilitar que no mínimo 30% dos recursos deveriam ser destinados a compras efetuadas junto ao segmento da agricultura familiar e reforma agrária. Ainda que menos de 10% das famílias assentadas acessem esses programas, as que o fizeram retomam o processo organizativo, em vista de assegurar as condições mínimas exigidas para o fornecimento aos programas citados. Com isso houve uma efervescência da cooperação em pequena escala, resultando na retomada de várias associações e cooperativas.

² A emancipação é um processo previsto em lei, que se caracteriza pelo fato do Incra promover a autonomização do assentamento de forma a que este se torne uma comunidade de agricultores familiares. Com isso as famílias perdem direito de acesso às políticas públicas específicas para a reforma agrária e passam a tratar seus problemas estruturais com as municipalidades e não mais com o Incra. Há uma série de normas a serem cumpridas para que o Incra possa promover a desapropriação. No período FHC foram promovidas emancipações ilegais e irresponsáveis, até hoje contestadas judicialmente.

Ao exigir a contratação através de organizações da agricultura familiar (associações e cooperativas), tais programas impulsionaram a revitalização e/ou criação de entidades associativas de caráter econômico que necessariamente precisariam estar organizadas tanto no aspecto formal quanto político-organizativo para dar conta das tarefas de produção, transformação, gestão e resolução de problemas e conflitos decorrentes da inserção na cadeia fornecedora de alimentos para os programas públicos.

Outro aspecto relevante, mas ainda necessitando de estudos mais amplos, diz respeito à promoção do modelo agroecológico nos assentamentos e a questão da cooperação. Percebe-se em várias iniciativas em que se desenvolve a produção agroecológica, a ressurgência do fenômeno da cooperação entre os agricultores, inclusive com a formação de grupos de base, de associações e da retomada de processos de mutirão e apoio mútuo direto entre os agricultores. A agroecologia por ser mais intensa em trabalho (e por não dispormos no Brasil de maquinário agrícola voltado aos camponeses), mas também por pressupor a construção social de conhecimento, o diálogo de saberes, estimula a participação conjunta dos agricultores em coletivos de base, em que se percebe a emergência de formas de cooperação que por décadas haviam sido descartadas, apontando aí um potencial bastante promissor: a promoção da agroecologia e da cooperação como elementos de uma nova sociabilidade camponesa no meio rural brasileiro.

A evolução dos princípios da cooperação agrícola

Lenin, ao liderar a experiência de construção socialista na ex-URSS identificou alguns elementos-chaves, como princípios a seguir como estímulo para a cooperação na agricultura:

- respeito absoluto à voluntariedade do camponês. Não permitir nenhum tipo de coação;
- necessidade de um paciente e prolongado trabalho de persuasão e convencimento;

- desenvolvimento gradual do movimento cooperativo. Das formas simples às formas superiores e das pequenas às grandes cooperativas;
- elevação constante do nível cultural do campesinato sem o qual é impossível o domínio das técnicas modernas;
- absoluto cumprimento da democracia cooperativista: elegibilidade dos órgãos de direção, direito dos cooperativistas à crítica etc.;
- necessidade de ajuda material, técnica e financeira por parte do Estado;
- subordinação dos interesses da produção cooperativa aos interesses gerais da economia nacional sem que isto implique administração pelo Estado;
- necessidade de manter o vínculo estreito da cooperativa com o campesinato que a rodeia (Barrios, 1987, p. 5-6).

Já no caso brasileiro, a luta pela terra e pela reforma agrária trouxe acúmulos importantes em termos das formas de organização e princípios de funcionamento das experiências de cooperação. Seguem alguns dos princípios desenvolvidos pelo MST (Concrab, 1997):

- é fundamental desenvolver a cooperação em suas mais diversas formas; o importante não é a forma, mas o ato de cooperar. A cooperativa é apenas uma dessas formas e não deve ser a única a ser impulsionada;
- é preciso respeitar a voluntariedade das pessoas. mas lembrar que “a necessidade comanda a vontade”, ou seja, nem sempre os agricultores participam porque estão conscientes da necessidade da cooperação ou de seu papel estratégico, mas sim porque estão necessitados. A ideia é partir das necessidades objetivas para ir construindo uma forma de cooperação que dê conta dos problemas e necessidades e avance na conscientização dos sócios;

- a cooperação deve ser um espaço de gestão democrática, onde os sócios possam exercer sua soberania. Cada experiência de cooperação deve definir os espaços (instâncias) e as formas que permitam, organizadamente, a participação de todos. A direção da cooperação deve ser exercida por um coletivo de militantes, rompendo com a prática do personalismo do poder;
- é fundamental desenvolver a *intercooperação* entre as diversas formas associativas existentes nos assentamentos, ou seja, as formas de cooperação devem também cooperar entre si para terem mais força e capacidade de enfrentamento da concorrência capitalista e de criação de riqueza sob forma associativa;
- o econômico deve estar ligado aos objetivos estratégicos das organizações. Não está acima deles. A cooperativa deve alinhar sua atuação do dia a dia com os princípios e objetivos estratégicos da luta pela reforma agrária;
- o que determina o avanço da cooperação são as condições objetivas e não apenas a vontade dos associados. A forma de cooperação a ser adotada, bem como o grau de desenvolvimento que a mesma pode alcançar depende de condições objetivas (mercado, meios de produção, capacitação e qualificação da força de trabalho etc.) tanto como das subjetivas (da vontade das pessoas, de seus sonhos e projetos);
- a cooperação deve estimular o aumento da produtividade do trabalho de seus associados, resguardados os aspectos de sustentabilidade e equidade social;
- a cooperativa deve ser vista como um instrumento de estabilização econômica, mas também contribuir como instrumento de transformação social;
- as atividades da cooperativa devem contribuir com a sustentabilidade ambiental, fomentar a proteção da agrobiodiversidade, as sementes como patrimônio dos

- povos a serviço da humanidade e a agroecologia como estratégia produtiva básica;
- a cooperação deve promover a organicidade de base via constituição de núcleos de associados, viabilizar e estimular a participação política das pessoas, a conscientização e a superação das desigualdades sociais e econômicas.

Formas de cooperação presentes no meio rural brasileiro

No meio rural brasileiro e, em particular, nos assentamentos, desenvolveram-se diversas formas de cooperação, a partir da experiência concreta dos trabalhadores e suas organizações. Elencamos a seguir as principais delas e suas características:

Grupos não formais – os grupos não formais se distribuem por todo o país. Se caracterizam por sua informalidade, i. é, não são legalizados, mas podem, por exemplo, ter registros de acordos e decisões em livros de atas. Esse tipo de grupo se presta às mais diversas finalidades, produtivas ou não. Podem se constituir como grupos de trabalho coletivo, como semicoletivos ou como pré-associações ou pré-cooperativas.

Associações sem fins lucrativos – essa é a forma organizativa mais abundante no meio rural brasileiro e também nos assentamentos. A associação juridicamente não pode desenvolver atividades econômicas, mas na prática acaba exercendo esse papel, ao menos nos estágios iniciais de organização do processo de cooperação. Algumas das principais vantagens da associação são: pouca exigência burocrática para fundação e funcionamento; os sócios não respondem com seu patrimônio caso a associação enfrente dificuldades financeiras; é muito flexível e permite uma ampla gama de arranjos sociais e organizativos, além de, na prática, contemplar uma grande variedade de atividades, desde as comunitárias e culturais/recreativas, até a representação política e a dinamização de atividades econômicas. Dentre as ativi-

dades econômicas que desenvolvem pode-se citar: associações de máquinas (tratores, caminhões etc.), associações para venda da produção; para realização de feiras livres; para comercialização e industrialização de produtos.

Condomínios – o condomínio é uma forma coletiva de propriedade sobre determinado meio de produção (terra, armazém, chiqueirão, estábulo etc.) utilizado de forma coletiva, em que cada sócio detém um número variável de quotas partes. A contribuição financeira, bem como a retirada dos resultados se dão não em partes iguais, mas, sim, conforme a participação de cada sócio nas quotas de capital do condomínio. Se baseia nos mesmos princípios que regem os condomínios residenciais urbanos, mas se caracterizam por realizar atividades produtivas em comum. São regidos pela convenção do condomínio, que estabelece as regras de seu funcionamento.

Cooperativas de comercialização e prestação de serviços – dedicam-se basicamente à comercialização (compra e venda de insumos, equipamentos e da produção dos seus associados), à prestação de assistência técnica, à prestação de serviços de máquinas (tratores, transporte...) e à organização da produção (definição da estratégia de desenvolvimento da região, linhas de produção...). Devem também, observadas as condições objetivas, desenvolver a agroindústria para agregação de valor à produção dos associados. Podem ter abrangência de atuação apenas dentro de um assentamento, ao nível de um município ou até mesmo envolver vários municípios e milhares de associados.

Cooperativas de produção coletiva (CPAs) e grupos coletivos – organizam o trabalho de seus associados de forma coletiva. Exigem um grau mais elevado de organização interna e consciência de seus participantes. Constitui-se numa experiência na qual os associados exercem a autogestão de forma plena, no âmbito da unidade produtiva. O conteúdo e ritmo do trabalho, além da política de redistribuição dos excedentes econômicos gerados são regulados pelas decisões coletivas. Algumas das experiências

mais avançadas de cooperação existentes nos assentamentos se organizam na forma de CPAs (cooperativas coletivas de produção agropecuária). Usualmente são cooperativas pequenas (as maiores chegam a ter pouco mais de 100 trabalhadores, mas na média não passam de 30-40 associados), de atuação local e existem em pequeno número nos assentamentos.

Cooperativas de crédito – as cooperativas de crédito são formas de cooperação que procuram viabilizar o acesso ao crédito, a recursos públicos e à mobilização de recursos locais em vista do apoio a atividades econômicas que promovam o desenvolvimento regional e melhoria de condições de vida de seus associados. A cooperativa de crédito funciona fortemente com base na confiança de seus associados e, portanto, depende, além de uma adequada gestão de empréstimos e cobranças, de solidez financeira e política.

Cooperativas de trabalho – as cooperativas de trabalho reúnem trabalhadores que organizam coletivamente sua força de trabalho de forma a prestar serviços técnicos, executar obras, produzir bens etc., com autonomia e autogestão, a fim de melhorar as condições de vida e trabalho, dispensando a intervenção de patrões ou empresários. Nos assentamentos as cooperativas de trabalho técnico são as mais comuns, prestando serviços de assistência técnica às famílias assentadas e às suas entidades. Legalmente as CPAs também podem ser caracterizadas como cooperativas de trabalho.

As políticas públicas e a cooperação agrícola

A evolução da cooperação agrícola em todos os modos de produção pode ser estimulada ou refreada a partir das políticas públicas que se aplicam no país. Políticas públicas dizem respeito a leis, normas, recursos e condicionamentos a que são expostas as experiências de cooperação e os agricultores mesmos. Historicamente no Brasil a cooperação agrícola não recebeu estímulo

los por parte dos governos. Mais bem era fruto das iniciativas autônomas dos agricultores e promovidas por seus intelectuais orgânicos (agentes religiosos, lideranças etc.) que viam na cooperação uma forma essencial de organizar a vida nas colônias e comunidades rurais. Somente a partir da tipificação e inserção do cooperativismo na legislação nacional começam a surgir políticas públicas voltadas a fomentar a cooperação, ao menos em algumas de suas formas modernas, como o PAA e a Pnae.

PAA e Pnae e o estímulo a iniciativas de cooperação no meio rural brasileiro

Assim como se pode afirmar que nem todas as políticas públicas podem induzir ou reforçar o associativismo, observa-se que algumas delas têm especial influência na promoção de iniciativas de cooperação. Pudemos perceber, a partir de meados dos anos 2000, a emergência de milhares de iniciativas coletivistas e associativas no meio rural brasileiro a partir da criação da política de compras públicas com procedimento licitatório simplificado e direcionado à agricultura familiar, como nos programas PAA e Pnae. Contrariamente a programas como o Pronaf, que não só não induzem à cooperação, como ainda promovem o aprofundamento no modelo tecnológico produtivista da revolução verde, o PAA e Pnae trazem elementos de indução à cooperação.

De todo modo, essa questão coloca a necessidade de se re-discutir as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, de forma a incorporar explícita e intencionalmente elementos que possam promover o associativismo como forma de promoção do desenvolvimento rural de forma sustentável.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PARANÁ (ANP). No Paraná são reconhecidos quatro novos faxinais, *in*: <<http://www.mpabrazil.org.br/noticias/no-parana-sao-reconhecidos-quatro-novos-faxinais>>. Acesso em: abr. 2015 e jun. 2013.

- CAMPOS, André. Comunidades sertanejas de fundos de pasto resistem a pressões, *in*: <<http://www.ocarete.org.br/povos-tradicionais/comunidades-de-fundo-de-pasto/>>. Acesso em: abr. 2015
- CHACON, Vamireh. *Cooperativismo e comunitarismo*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1959.
- CHAUVEY, Daniel. *O que é a autogestão*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- CHRISTOFFOLI, Pedro I. “O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades”. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2000.
- CHRISTOFFOLI, Pedro I. Comportamento ideológico e formas associativas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de reforma agrária. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2000/ORG/2000_ORG871.pdf>. 2000>.
- CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. *Caderno de cooperação agrícola n. 5*. São Paulo: Concrab, 1997.
- FLAVIEN, J. e LAJOINIE, A. *A agricultura nos países socialistas da Europa*. Lisboa: Avante, 1977.
- MARTINS, José de S. Prefácio, *in*: ESTERCI, Neide (org.). *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Iser, 1984.
- INCRÁ. Quilombolas. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombolas>>. Acesso em: abr. 2015.
- ISA. Territórios remanescentes de quilombos. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/territ%C3%B3rios-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-tradicional/territ%C3%B3rios-remanescentes-de-quilombos>>. Acesso em: abr. 2015.
- MARX, Karl. *O capital*. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/economics/1629071-marx-coopera%C3%A7%C3%A3o-teses-sobre-feuerbach/ixzz1Lu1ubAO3>>. 2011a.
- _____. *O capital*. Cap. 11. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidadestradicionais/quilombolas>>. Acesso em: abr. 2015.
- MELLO NETO, C. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi*. De Poggio al Mare à Colônia Cecília, 2ª ed., Ponta Grossa: Editora UEPG, 1998.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.
- OLIVEIRA, Vinicius P. A atualidade da questão quilombola no Brasil, *in*: *IHU online*. Ano VII, n. 218. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=914&secao=218>. Acesso em: 7 mai 2007.
- RAMBO, Arthur Blasio. *O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil*. São Leopoldo: Eduni, 1988.
- SOCHODOLAK, H. e MANEIRA, R. Os faxinais de Irati na década de 1940: a força de uma cultura tradicional, *in*: *Anais do XI Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, 2011.
- ZECCA, R. *Il positivismo anarchico di Giovanni Rossi. L'esperimento di una comune libertaria nel Brasile della fine del XIX secolo*. Università degli Studi di Milano, Tesi di Laurea, 2008.

Cooperação e agroecologia: uma introdução crítica sobre o modelo de Ater

Alex Yoshinori Kawakami

Lizane Lucia de Souza

A transformação da relação com a natureza e da produção de alimentos é uma pauta constante da sociedade civil organizada, sejam elas movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), partidos políticos etc., que chamam a atenção sobre as consequências das formas predominantes de agricultura nos dias atuais.

O alerta é de fundamental importância, pois segundo dados da FAO (2014), 805 milhões de pessoas passam por situação de fome crônica diariamente no mundo, ou seja, não têm garantido seu direito à alimentação.

Isso mostra que apesar de todas as tecnologias modernas disponíveis, o sistema produtivo atual/hegemônico não é eficiente. Compreende-se, portanto que não somente é possível, mas urgente e necessário buscar caminhos capazes de garantir a alimentação de toda população, pois não se pode compactuar com a miséria que atinge milhares de pessoas que passam fome todos os dias.

É, portanto, no sentido de buscar alternativas que possam contribuir para a consolidação da soberania alimentar¹ que mui-

¹ “É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental.” Via Campesina Internacional (2007).

tas pessoas envolvidas nos trabalhos em assentamentos da reforma agrária têm trazido experiências exitosas para divulgar seus resultados. Com isso espera-se ampliá-las, construir novas e, assim, propor ações concretas nas áreas de assentamentos e outras áreas rurais que envolvam camponeses e camponesas.

Muitos enfoques podem ser dados sobre esse assunto de grande relevância. Sendo assim, a proposta deste trabalho é apresentar apontamentos de alternativas emancipatórias de fortalecimento e desenvolvimento da produção agroecológica, através de metodologias de cooperação, cujo objetivo principal é buscar o desenvolvimento majoritariamente endógeno do campesinato.

Como o tema é muito extenso, serão abordados no debate os aspectos sobre a Assistência e Extensão Rural (Ater), através de uma abordagem crítica sobre as formas que se deram as políticas de Ater voltadas às famílias camponesas, finalizando com a proposta do método “Camponês a Camponês”.

As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil

As políticas de Ater no Brasil, voltadas às famílias camponesas têm sido bastante insuficientes, desde sua institucionalização, há mais de 50 anos. Diversos são os fatores que ocasionaram essa deficiência, porém a estrutura fundiária de concentração de terras é o grande desencadeador do longo processo de avanços e retrocessos nas políticas agrícolas voltadas à assistência técnica.

A análise sob a perspectiva histórica nos permite visualizar o pouco interesse em sucessivos governos em criar condições para a consolidação de tais políticas de forma ampla, demonstrado pela pouca destinação de investimentos financeiros, recursos humanos, bem como instrumentos legais voltados ao Setor.

Deste modo, faremos um breve histórico das políticas de assistência técnica no Brasil, para que possamos avaliar quais formas trouxeram mais avanços até o momento e, assim, fazer

algumas propostas de trabalho, com vista a preencher as lacunas existentes, tendo como horizonte a melhoria da renda e condições de vida dos camponeses.

Surgiram no final do século XIX algumas iniciativas de ações de políticas de extensão rural no país, sem, contudo abranger em suas atribuições os serviços de assistência técnica. Bem mais tarde, já nos anos de 1940, criaram-se diversas associações rurais por grupos de agricultores, que logo foram institucionalizadas, representando uma proposta articulada contra a sindicalização dos trabalhadores no campo (Queda, 1987, citado por Peixoto, 2008).

Entretanto, a institucionalização efetiva somente veio a ocorrer ao longo das décadas de 1950 e 1960, tendo se iniciado em poucos Estados brasileiros, com ampliação por todo o país até o final dos anos de 1960. Nesse período foram criadas as Associações de Crédito e Assistência Rural (Acar) estaduais – entidades civis sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboravam projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros – e eram coordenadas pela Associação Brasileira Crédito e Assistência Rural (Abcar) (Peixoto, 2008). De acordo com Machado (2014), o sistema Abcar, levou assistência técnica gratuita aos produtores agrícolas por meio dos “pacotes tecnológicos”, que significavam a aplicação de receitas nos cultivos e criações. É nesse contexto que se insere o período da instalação da revolução verde, que conforme o autor, “não foi nem revolução e muito menos verde”.

Ressalta-se que, como afirmado por Caporal (1991) a introdução da extensão rural, como prática organizada e organizativa da produção no campo, está intimamente relacionada às políticas e à ideologia norte-americana estabelecida após o fim da II Guerra Mundial, período em que se iniciam as políticas de extensão rural mencionadas anteriormente.

Sendo assim, a disseminação da revolução verde se deu a partir do financiamento de trabalhos realizados pela Fundação

Rockefeller, instituição norte-americana, que decidiu exportar o sistema de produção adotado pelos Estados Unidos. Um dos interesses em difundir esse sistema de produção agrícola, baseado em insumos, era de ampliar a produção, pois se sabia que era muito grande o potencial agrícola nas áreas equatoriais, tropicais e subtropicais da América Latina, comparando-se com as áreas do território estadunidense (Machado, 2014).

Enquanto a “modernização” do campo aos poucos se espalhava pelo Brasil nos anos de 1960 pelo sistema Abcar, decretos criavam novos sistemas de prestação de serviços de assistência técnica e em seguida os extinguíam.

Com duração mais longa e atuação mais sólida foi criada no ano de 1974, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), com autorização para dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Ater e pesquisa agropecuária (Peixoto, 2008).

De acordo com o autor, a partir de 1975 as Acar foram absorvidas pelas estruturas dos Estados e criadas as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Ao mesmo tempo, o Sistema Abcar transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), que deu continuidade à difusão da tecnologia modernizante e excludente caracterizada pelo consumo de insumos e equipamentos industrializados. A conjugação ordenada da pesquisa, do crédito e da assistência técnica foi o tripé necessário à concretização do novo modelo tecnológico.

A principal consequência desse modelo, como já se sabe, foi o êxodo rural, causado pela liberação da força de trabalho dos/as agricultores/as, causa direta da mecanização intensiva adquirida pelos financiamentos e incentivada pela política de crédito rural. A insegurança social e o aumento da criminalidade são também resultado da modernização conservadora, instalada para aumentar a produtividade e gerar mais exportações de matérias-primas.

A própria Embrater (1990), relata as consequências acarretadas pelo modelo que ajudou a difundir:

O processo de modernização adotado e a rápida expansão das fronteiras agrícolas acarretaram como consequência, os seguintes fatores:

- a ocupação desordenada do espaço rural, com nítidos e indesejáveis prejuízos ecológicos;
- uma alteração profunda da base tecnológica da produção agrícola, da composição das culturas e dos processos de produção, de forma concentrada, marginalizando a maioria dos agricultores;
- uma concentração da propriedade da terra, afetando sensivelmente as relações de trabalho no campo;
- um forte êxodo rural, o crescente assalariamento da força de trabalho agrícola e a alta sazonalização do emprego rural;
- alterações quantitativas e qualitativas no processo de urbanização;
- o aumento da dependência da produção agrícola a interesses extra agricultura e ao mercado internacional.

Durante a década de 1980, com as críticas à modernização conservadora, que questionavam a falta de sustentabilidade deste modelo e a imposição de sistemas de crédito e tecnológico aos agricultores, surgiram os movimentos de agricultura alternativa, que sofreram grande resistência por parte de setores do governo e das universidades, mas ganharam espaço juntamente com o debate da reforma agrária no momento político da redemocratização.

Nesse período a Embrater optou por adotar ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária no ano de 1984. Entretanto, sua atuação sofreu enfraquecimento na Constituição de 1988, mas somente no ano de 1990 a Embrater foi extinta definitivamente. A empresa que fora criada para prestar os serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil

teve suas competências repassadas para o então Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (Mara) (Peixoto, 1991).

Somente a partir do ano de 1996, foram realizadas mudanças nas políticas de assistência técnica no país, influenciadas pelo momento político da época, em que houve grandes conflitos de terra, causando muitas mortes e em consequência fortes pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na ocasião foi criado o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária para tratar das questões referentes à reforma agrária.

Outra mudança ocorrida nesse mesmo ano foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual foi formulado como resposta do Estado às pressões dos movimentos sociais e sindicais, realizadas desde o final da década de 1980. O programa surgiu com a finalidade de prover crédito agrícola aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo (Schneider, 2004).

De acordo com os autores, o Pronaf, conforme descrito no Manual de Crédito Rural visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Os recursos do Pronaf cresceram a cada safra, ocorrendo uma disputa pela mesma fonte disponibilizada para a agricultura familiar, principalmente no que se refere aos serviços de Ater. Portanto, à medida que o Pronaf se consolidava, os movimentos continuaram a lutar por um serviço de Ater público, gratuito e de qualidade.

Desse modo, no ano de 1997, em decorrência da dificuldade das entidades estaduais de Ater de assistirem aos assentados da reforma agrária o Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (Incra), lançou o Projeto Lumiar, uma inovadora experiência de terceirização da assistência técnica em assentamentos rurais. O Lumiar chegou a contar com 1.392 técnicos contratados, que assistiam a 1.300 dos 3.800 assentamentos do Incra, existentes em 2000, ano em que o projeto foi interrompido. Nos próximos quatro anos, as famílias assentadas ficaram sem os serviços de assistência técnica, pois nenhuma alternativa ao projeto foi criada (Peixoto, 2008).

A extinção deste projeto mostrou que os serviços de assistência técnica seriam mantidos como antes, ou seja, não seriam priorizados, principalmente porque a política no país estava passando por reformas neoliberais, as quais, no setor agrícola, tinham como principal preocupação a promoção das exportações, com a especialização na produção daqueles produtos com melhor mercado internacional e importação dos demais, o que certamente significaria a eliminação de qualquer política de apoio à agricultura familiar (Da Ros *et al.*, 2012; Alentejano, 2004).

A discussão sobre a importância da assistência técnica e extensão rural abre-se novamente no ano de 2002, em que o departamento de Ater foi transferido do Ministério da Agricultura e Abastecimento (Mapa), para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sob a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) (Padula, *et al.*, 2013).

Após esta regulamentação, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Técnica (Pnater), para a agricultura familiar, um importante marco legal, o qual, segundo Peixoto (2008) estabeleceu diretrizes que deveriam ser cumpridas a curto e médio prazo, mas que não se efetivaram na época devido ao processo eleitoral em 2002.

Ressalta-se que a Pnater tinha como um dos princípios a abordagem multidisciplinar e interdisciplinar para estimular a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de tecnologias que promovessem desenvolvimento rural sustentável e a agroecologia com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar

(Padula *et al.*, 2013). Entretanto, este princípio se deu mais na concepção do que na efetivação prática.

Com várias mudanças em curso, tanto no planejamento quanto na elaboração de propostas, reinicia-se novamente um processo de assistência técnica voltado aos assentamentos rurais, definido pelo programa do Incra, chamado Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), semelhante ao Projeto Lumiar, que havia sido extinto no início de 2000. Este programa de assistência técnica era descentralizado e, como tal, buscava mecanismos administrativos de descentralização da gestão dos recursos públicos.

Apesar de todo o esforço despendido na construção de um programa de assistência técnica que pudesse atender às famílias de forma participativa e com metodologias voltadas à realidade do público da reforma agrária, a Ates teve curta duração. Houve variação nos Estados quanto ao período de atuação, pois o programa era descentralizado e, portanto, havia diferenças nas gestões do programa.

A formalização legal da Pnater ocorreu somente no ano de 2010 e os princípios elaborados na primeira versão do programa no ano de 2004 não apareceram como orientação para as ações, estratégias e métodos da inserção da Ater nos processos produtivos e no desenvolvimento rural (Padula *et al.*, 2013). A Lei de Ater institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Os serviços de Ater são realizados por meio de chamadas públicas, em editais divulgados pelo Incra e MDA para atender as demandas nos Estados ou por lotes, dependendo das condições para prestação dos serviços e das necessidades locais.

Ainda citando Padula *et al.*, (2013), a avaliação é que continuam as dificuldades de execução da política de Ater, principalmente relacionados à forma de operacionalização (chamadas públicas), pois:

- as atividades e metodologias são pré-definidas e normalmente não compatíveis com o enfoque agroecológico;
- os lotes são muito grandes de beneficiários a serem atendidos, seja por técnico/famílias assentadas, seja o montante total de famílias a serem atendidas no contrato; e
- há excessiva demora na liberação das parcelas de recursos, o que exige que as entidades prestadoras de Ater devam ter muito capital de giro para manter a equipe técnica.

Assim, esse modelo de Ater limita que cooperativas de agricultores, ONGs, pequenas cooperativas de técnicos possam prestar assessoria técnica e principalmente limita que princípios agroecológicos sejam implementados.

Caminhos alternativos em construção

As políticas de assistência técnica e extensão rural têm trazido consequência como: invasão cultural, não participação das pessoas envolvidas, descontinuidade e pouco resultado quanto a resolver os problemas vividos pelos assentados e assentadas da reforma agrária; e contribui pifiamente na construção de uma matriz tecnológica de produção voltada à agricultura camponesa, a agroecologia. Desse modo, uma alternativa a ser levada em conta é a experiência do “Movimento de Camponês a Camponês (CAC)”, que foi massivamente implantado em Cuba.

Há diversos conceitos para agroecologia que podem ser consultados, tais como descrevem Guzmán (2000), Gliessman (2005), Altieri (1994), Embrapa (2006) e Caporal & Costabeber (2002). Nesse trabalho será utilizado o conceito de Kawakami (2010): “a agroecologia se propõe como um referencial teórico técnico científico, que fornece ferramentas metodológicas e organizativas, para construção da sustentabilidade de comunidades camponesas, de forma crítica e que venha apontar alternativa à crise da modernidade”.

A agroecologia, também deve contribuir com ferramentas organizativas nas comunidades camponesas, formação de “agentes de mudança”, pois os “agroecologistas” que optam por buscar a liberdade dos camponeses homens e mulheres com quem trabalham “não podem enxergar os camponeses como objetos de sua ação, mas, sim, ao contrário, tão agentes da mudança quanto ele” (Freire, 1977). Assim, ainda parafraseando Freire (1977, p. 44) sobre o papel do extensionista, se este transformar os seus conhecimentos especializados, suas técnicas, em algo estático, materializado e os estender mecanicamente aos camponeses, invadindo indiscutivelmente sua cultura, sua visão de mundo, domesticando e manipulando, em nosso ponto de vista, não estará praticando a agroecologia.

Movimento Camponês a Camponês (CAC)

O movimento CAC, é muito mais do que um método participativo de transmissão de experiências e conhecimento. Constitui-se numa mudança de paradigma que transforma radicalmente o papel dos camponeses e camponesas e técnicos agrícolas em comparação com as metodologias tradicionais de “educação bancária”². Entende-se aqui que ação da Assistência Técnica e Extensão³ Rural (Ater) deve necessariamente ser um ato educativo libertador: “Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com

² Educação bancária ou educação domesticadora: noções usadas por Paulo Freire para definir o tipo de educação que vinha sendo realizada no Brasil e em outros países cujos resultados tornam o homem um ser dependente dos preceitos determinados pelas classes dominantes. Através desse tipo de educação o sujeito torna-se receptor passivo de informações que lhe são depositadas por outrem. Cf.: Freire, 1981, p. 65-87.

³ Os autores não concordam com termo assistência técnica e extensão rural-Ater, mas para melhor entendimento do assunto abordado utilizou-se deste termo para dar foco ao assunto a ser tratado. Para aprofundamento do tema, consultar: *Extensão ou Comunicação?* Paulo Freire, 1977.

este saber, os que habitam nesta” (Freire, 1977). Portanto, a Ater, ainda sem entrar no mérito do significado do termo, deve ser uma ação política de libertação dos camponeses.

O método CAC, também pode ser entendido como uma forma de cooperação, assim como Marx trata em seu livro *O capital*, capítulo XI, a cooperação é “a forma do trabalho de muitos, que trabalham uns ao lado dos outros e uns com os outros, planejadamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diversos, mas conexos...” e ainda neste mesmo capítulo afirma que, a cooperação leva a força criativa e social do trabalho, que vai muito além das somas das partes que a constituem e, assim, quando o trabalhador coopera, ele fica livre dos grilhões da individualidade e pode vir a desenvolver as potencialidades de sua espécie (Marx, 1971).

Trazendo mais para atualidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra utiliza o conceito de cooperação agrícola com a finalidade de contribuir no acúmulo de forças no contexto da luta de classes.

A cooperação produtiva é elemento chave em nossa estratégia e poderá criar condições materiais e objetivas para melhoria de vida das famílias, bem como permitir o florescimento de uma consciência social que ajude aos assentados a compreender a complexidade da luta de classes no país e gere condições para que estes se insiram na luta política em curso (MST, 2006, p. 7).

Portanto, entendemos que a proposta do método CAC é essencialmente um método de cooperação o qual deve estar vinculado integralmente à luta política, se quiser, de fato, ser libertador.

O Movimento Camponês a Camponês em Cuba

O Método de CAC, criado, segundo Holt-Giménez (2008), no início da década de 1970, na Guatemala, chegou a Cuba, segundo Sosa *et al.*, 2011, somente em 1997, depois de 20 anos

de experiências realizadas na Guatemala, México, Honduras e Nicarágua.

A experiência cubana do CAC teve destaque, pois apesar dos outros países da América Central durante duas décadas mobilizarem cerca de 30 mil famílias, em Cuba mobilizou cerca de 100 mil famílias em apenas 10 anos, ou seja, muito mais abrangente que as experiências anteriores (Sosa *et al.*, 2011).

Uma das explicações para esse fenômeno foi o que se chamou de “período especial”⁴, marcado historicamente no pós-fim da URSS, onde a situação de crise em Cuba não permitia avançar pausadamente na implantação do método de Camponês a Camponês. A Associação Nacional de Agricultores Pequenos (Anap) decidiu então reduzir a dependência do financiamento externo e dos técnicos e soltou as rédeas do CAC, transformando-o em movimento entre as bases camponesas da organização. “Esta foi a maior diferença entre a experiência cubana, onde cresceu muito mais e com maior velocidade e a experiência da América Central como o CAC” (Sosa *et al.*, 2011).

- O método tem alguns princípios que estão descritos a seguir (Sosa *et al.*, 2011):
- começar devagar e em pequena escala: visa aumentar o controle de riscos através da avaliação, reflexão e correção dos erros; contribui para ajudar os camponeses a administrarem melhor o tempo no trabalho diário;
- limitar a introdução de tecnologias: para melhorar a internalização das novas tecnologias, devem ser introduzidas uma a uma, devendo-se priorizar técnicas que

⁴ Período entre 1990 a 1997, quando, em 1991, em resposta à crise econômica e alimentar devido ao fim do bloco soviético ao qual Cuba era fortemente dependente economicamente, o governo declarou o “Período especial em tempo de paz”, que pôs o país em um programa de austeridade total, em que foi necessário desenvolver e implementar alternativas econômicas, sociais e produtivas, sem importações, para suprir as necessidades do país (Sosa *et al.*, 2011).

enfrentam e resolvam os maiores problemas produtivos, tenham menor custo, rápido resultado e fácil implementação. Ainda segundo o autor: “mais vale uma ideia na cabeça de cem, do que cem ideias na cabeça de um”;

- obter êxito rápido e identificável: busca dar entusiasmo ao grupo, através da construção e reconhecimento dos progressos do trabalho cotidiano;
- experimentar em pequena escala: visa dar segurança e confiança, através da comprovação, prova e adaptação da nova tecnologia ou solução;
- desenvolver um efeito multiplicador: é importante que as experiências sejam amplamente divulgadas entre e pelos próprios camponeses a fim de dar um impacto real no meio ambiente e de fazer que os resultados favoreçam a economia.
- As ações utilizadas no início em Cuba focaram a formação e capacitação das equipes de facilitação e promoção, mas para tal foram seguidas as seguintes etapas (Sosa *et al.*, 2011):
- problematização: diagnóstico da realidade, através do diagnóstico rural participativo;
- experimentação: utilização das tecnologias para provar e adaptar as práticas aprendidas às condições particulares ou reais; e
- promoção e multiplicação de práticas: objetivo do programa CAC.

Assim a experiência cubana deixa claro que método contribuiu significativamente na promoção da agroecologia e consequentemente na solução do problema da alimentação em Cuba.

O Método Camponês a Camponês no Estado de Sergipe/Brasil

No Brasil, ainda há poucas experiências organizadas do método CAC, porém a região Sul do Estado do Sergi-

pe tem desenvolvido trabalhos que devem ser compartilhados e ampliados.

A iniciativa partiu de um projeto liderado pela Embrapa Tabuleiros e Costeiros intitulado “Articulação para a geração e transferência de tecnologia, produtos e serviços, de base ecológica, para o desenvolvimento endógeno do território rural Centro-Sul de Sergipe MDA”. Em 2011 a partir do II Encontro Estadual da Rede Sergipana de Agroecologia em que extensionistas e militantes de movimentos sociais do campo a partir de diversas problematizações da agroecologia no Estado, formaram um grupo de estudo/trabalho e durante os debates e conversas conheceram a metodologia “Camponês a Camponês”. Foi criada, então, uma rede de mesmo nome que abrange hoje 20 comunidades e 122 famílias envolvidas (Cfac, 2013).

Segundo entrevista⁵ com o Engenheiro Agrônomo, Jorge Enrique Montalván Rabanal, um dos coordenadores da experiência pelo Cfac⁶ e que fez o acompanhamento desde o seu início, o trabalho se baseou nos princípios da metodologia CAC de Cuba para promoção da agroecologia e iniciou com intercâmbios de três famílias, que foi crescendo e crescendo chegando às 122 famílias atuais.

De acordo com o entrevistado, um dos fatores facilitadores foi a grande concentração de assentamentos na região que promoveu o avanço junto a outras famílias e a internalização pelas lideranças do movimento social da importância da utilização do método CAC. Um dos limitadores iniciais foi a falta de um contrato de assistência técnica (estrutura para realizar os intercâmbios e capacitação dos promotores/coordenadores) para iniciar a organização e capacitação sobre o método. Porém, após

⁵ Entrevista realizada dia 18/3/2015, com questões abertas sobre a experiência.

⁶ Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro (Cfac) que é a prestadora responsável pela Ater no território Sul sergipano.

a contratação da Ater o método CAC avançou para novas áreas e a capacitação de mais promotores e coordenadores.

O entrevistado relata que, no início, as famílias tiveram dificuldades para vivenciar o novo método, haja vista, que tinham a visão de que:

- o técnico é que traz o saber;
- o técnico era o centro e não as famílias;
- o técnico que traz as políticas públicas.

Para superar essa visão, foi necessário um trabalho conjunto entre as lideranças e os técnicos que estavam à frente do método.

Atualmente, segundo o entrevistado, o grupo tem domínio sobre a sistematização⁷ das experiências, que são utilizadas para promover o método e as técnicas, no entanto veem como desafio avançar no diagnóstico dos sistemas agrários para conseguirem melhores resultados. Buscando fazer um balanço, ele acredita que as famílias já incorporaram o método e acredita que caso termine o contrato de Ater/CFAC a rede irá continuar.

A experiência segundo Siqueira *et al.* (2014) já apresentou resultados positivos em termos de promoção agroecologia e uma nova forma de prestar Ater.

Considerações finais

Tendo em vista a problemática apresentada pelas diversas experiências de política de Ater, o método CAC, nessa abordagem proposta, se constitui em mais uma possibilidade de cooperação entre os trabalhadores com fins de sua autonomia, pois se propõe à não dependência da Ater oficial, haja vista que o ele-

⁷ Sistematizar é realizar um processo coletivo de análise crítica das práticas desenvolvidas, a partir dos registros feitos ao longo de sua construção. A sistematização possibilita chegar a uma maior consistência, tanto teórica, quanto metodológica, e, principalmente, a uma reorganização e ao redimensionamento da prática, enquanto ação transformadora da realidade (Silva, 2005).

mento central são os camponeses como protagonistas da melhoria de sua produção agrícola.

Em relação à aplicação da atual política de Ater, estas podem promover avanços, desde que haja um diálogo entre o proponente (órgão do Estado – Incra ou MDA), os beneficiários (movimentos sociais, assentados, pequenos agricultores etc.) e a entidade executora (empresa de Ater) com fins de promover a agroecologia a partir dos princípios da metodologia CAC; como na experiência de Sergipe. Sabe-se, no entanto que há grandes limites no programa em vigor, o Pnater, o qual precisa avançar especialmente no que se refere à agroecologia.

Compreende-se, porém que a assistência técnica não pode depender exclusivamente das políticas voltadas à prestação deste serviço pelo Estado, principalmente por causa do histórico de descontinuidade e da metodologia não participativa/vertical adotada. Sendo assim, o método CAC pode se apresentar como uma metodologia de cooperação de Ater, organizada pelos próprios camponeses, tendo ou não contrato formal de prestação de serviço de assistência técnica.

Sosa *et al.* (2011) esclarece que o CAC não exclui os técnicos nem os pesquisadores. Ao contrário, os primeiros devem facilitar o processo de intercâmbio e comunicar os resultados obtidos pelos pesquisadores nas capacitações que dão aos promotores. No entanto, exige destes facilitadores uma mentalidade diferente, atitudes diferentes, pois já não são donos da verdade e, sim, participantes com papéis definidos. Sendo assim, todos estão no processo em condições de igual participação – técnicos, pesquisadores e dirigentes, o que propicia um diálogo de saberes com um sentido mais profundo de pertença e mais compromisso social.

Assim, propõe-se que os atuais contratos de Ater oficial quando houver, devem exercer o papel de contribuir para o fortalecimento das experiências agroecológicas através da metodologia CAC. Acredita-se que por meio da cooperação complexa

do método CAC, os camponeses possam criar um movimento autônomo, agroecológico, dialógico e libertador; buscando caminhos para a construção de soberania alimentar e autonomia camponesa.

Referências bibliográficas

- ALENTEJANO, P. R. R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da Reforma Agrária no Brasil do século XXI. *Agrária*, n. 1, p. 2-15, 2004.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro: Aspta, 1994.
- CAPORAL, F. R. A Extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do Serviço Público. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS. 1991.
- _____; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico*. Porto Alegre: Emater/RS, 2002. Disponível em: <www.agroeco.org.br/brasil/material/conceitoagroecologia.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2009.
- CFAC – Centro Comunitário de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro. *Cartilha Metodológica: Construindo Caminhos para Trabalhar com Agroecologia e Campesinato na ATES*. Aracaju, 2013.
- DA ROS, C. A.; PICCIN, M. B. Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro. *Revista Nera*, ano 15, n. 20, jan.-jun., 2012.
- EMBRAPA. Marco referencial em agroecologia. *Embrapa Informação Tecnológica*. Brasília, 2006, p. 26.
- EMBRATER. O Governo federal e a assistência técnica e a extensão rural na década de 90. Uma proposta de atuação. Brasília: EMBRATER, 1990.
- FAO. *The State of Food Insecurity in the World Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Roma, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_i.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- FREIRE, P. *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GLIEMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 54.
- GUZMÁN, C. G.; MOLINA, M. G.; SEVILLA GUZAMÁN, E. (coord.). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.
- HOLT-GIMÉNEZ, E. *Campesino a Campesino: Voces de Latino América, movimiento campesino a campesino para La agricultura sustentable*. Managua, 2008.

- KAWAKAMI, A. Y. Projeto de Desenvolvimento Sustentável-PDS e novas formas de assentamentos: uma sistematização do caso do Assentamento Professor Luiz D. Macedo-Apiaiá-SP. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – PGA, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MACHADO, L. C. P.; MACAHADO FILHO, L. C. P. *Dialética da Agroecologia*. Expressão Popular, São Paulo, 2014.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- MST. Os assentamentos no centro de nossas ações. Mimeo, 2006.
- PADULA, J.; CARDOSO, M. I.; FERRARI, A.; DAL SOGLIO, F. K. Os Caminhos da Agroecologia no Brasil, in: GOMES, C.; ASSIS, W.S. (o=Org.). *Agroecologia – princípios e reflexões conceituais*. Coleção Transição Agroecológica. Brasília: Embrapa, 2013.
- PEIXOTO, M. *Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Conleg/Senado Federal, 2008.
- SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, in: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.
- SIQUEIRA, P. Z. R.; SOUZA, F. A.; RABANAL, J. E. M.; FERREIRA, K. C.; FONTES, M. A.; SIQUEIRA, E. R. Ajuste da Metodologia “Campe-sino a Campesino” em Sergipe, Brasil. *Seminário de Agroecologia da América do Sul*, 1. Dourados, 2014.
- SILVA, A. F. G. *A busca do tema gerador na práxis da educação popular*. Curitiba: Ed gráfica popular: Cefuria, 2005.
- SOSA, B. M.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A.; ROSSET, P. M. *Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba*. Anap, 2011.
- VIA CAMPESINA. Basta de políticas neoliberais! Construamos a soberania alimentar. 17abr.2007. Disponível em: <http://www.cna.pt/comunicados/viacampesina/12_diainternacionalcampesinos_17abr07.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Parte 3

Produção destrutiva e agroecologia

A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST

Henrique T. Novaes

Lais Santos

João Henrique Pires

Antonio Claudio Prado Fuzer

Introdução

Este artigo pretende refletir sobre a economia política da “revolução verde”, o debate da agroecologia e das escolas de agroecologia do MST. Para atingir o objetivo proposto, na primeira seção apresentamos uma análise crítica ao denominado fetiche da *revolução verde*, mostrando a concentração de terra nas mãos de poucos proprietários e de corporações transnacionais, o domínio da produção e distribuição das sementes, tratores, adubos sintéticos e agrotóxicos pelas corporações, além dos inúmeros problemas socioambientais ocasionados por ela: câncer, destruição do sistema imunológico, aumento do desemprego, endividamento dos pequenos produtores etc.

Na segunda seção apresentamos a concepção de agroecologia do MST, conceito este que vai além dos significados de preservação do meio ambiente e/ou de produção orgânica. A agroecologia é um conceito político-econômico e cultural que mobiliza o MST, no sentido de forjar novas relações sociais que incluem: o trabalho associado; a utilização adequada dos agroecossistemas; a reconstrução da agricultura via reforma agrária popular, com

gestão democrática e participativa nos sistemas cooperativados e agroecológicos de produção; a questão de gênero; a questão da desmercantilização e formação educacional para a agroecologia. A entrada da agroecologia na agenda do MST levou à criação de várias escolas “técnicas” de agroecologia, que são brevemente apresentadas no final do artigo.

A ofensiva do capital na agricultura e a produção destrutiva: a economia política da “revolução verde”

Desde os anos 1960 está havendo uma ofensiva do capital no campo denominada pelos seus ideólogos de *revolução verde*. O mesmo fenômeno é denominado por Novaes (2012) de *economia política do golpe verde*. A economia política do golpe verde configura-se: a) pelo novo ciclo de acumulação primitiva (roubo e grilagem de terras, assassinato de lideranças, roubo do conhecimento indígena); b) pela concentração ou domínio da terra por corporações transnacionais¹; c) pelas fusões e aquisições no ramo das sementes e agrotóxicos, com domínio quase que completo da produção e distribuição das sementes e agrotóxicos por algumas grandes corporações dos países do Norte; d) por uma “revolução” biotecnológica (novos agrotóxicos e sementes transgênicos); e) pela ausência de autonomia dos pequenos produtores, cada vez mais trabalhando para bancos e atrelados a corporações agroindustriais.

Segundo Costa Neto (1999), nos últimos 40 anos houve uma drástica reestruturação dos setores de produção de insumos e de transformação industrial, das instituições e mecanismos de financiamento e crédito, dos circuitos da comercialização e da estrutura de mercados. As instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica foram progressivamente adequadas a esse modelo,

¹ A economia política do agronegócio alterou significativamente o mercado de terras e a paisagem do Brasil, por meio de compra ou arrendamento de terras por corporações estrangeiras financeirizadas (Oliveira, 2010).

com vistas à formação de agrônomos, pesquisadores, especialistas, extensionistas e outros profissionais dentro da filosofia da *revolução verde* (Serafim, 2012).

Numa perspectiva histórica, Pinheiro Machado (2009, p. 1) observa que:

(...) desde Liebig, 1848, a indústria capitalista viu na agricultura uma excelente fonte de reprodução do capital e, a partir daí, as escolas de agronomia, de todo o mundo, não fazem outra coisa que ensinar os estudantes a aplicar fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e usar máquinas pesadas.

Gonçalves (2008, p. 20) define a revolução verde como um;

(...) pacote tecnológico que resultou na industrialização da agricultura brasileira e, conseqüentemente, no aumento da produção agropecuária, no aumento da exploração da mais-valia social e concentração do capital em suas várias frações, sobretudo a comercial, a agroindustrial, a industrial, a financeira e o fundiário. A organização e a difusão da ‘revolução verde’ foi amplamente ‘regada’ por significativas somas de recursos provenientes de fundos públicos, privados e de agências multilaterais de desenvolvimento, cuja implementação ‘arrebentou’ e continua a ‘arrebentar’ com as lógicas econômicas e organizativas ditas ‘tradicionais’, entre as quais as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, faxinalenses etc. Assim, elementos como a motomecanização agrícola (tratores, colheitadeiras, máquinas de beneficiamento, arados, grades, motos-bombas de irrigação, pulverizadores, aviões agrícolas), insumos petroquímicos (adubos, inseticidas, herbicidas, maturadores, antibióticos, micronutrientes, plásticos de uso agrícola em irrigação e proteção de lavouras), plantas e sementes ‘melhoradas’ (híbridas, reengenheradas e transgênicas), bem como empresas agroindustriais, tornaram-se elementos estruturais em um espaço agrário em mutação. (...) Ademais, (...) subjugou o trabalho dos produtores rurais aos ditames das empresas agrocomerciais, cada vez mais organizadas e participantes de um comércio agrícola mundial oligopolizado e dominado pelas ‘*tradings companies*’ (Gonçalves, 2008, p. 20).

A lógica do produtivismo, ou seja, o máximo lucro no menor tempo possível, sempre presente na história do capitalismo, exacerbou-se nos últimos 40 anos. Guiadas pelo tripé semente transgênica, agrotóxicos/fertilizantes sintéticos e máquinas pesadas, as corporações agroindustriais consolidaram uma estrutura de poder e dominação no meio rural.

Shiva (2001) denomina esta nova fase de mercantilização do capitalismo pelos termos de *novo colonialismo*, *biopirataria* e *biocolonialismo*. Para a autora, enquanto a biodiversidade e os sistemas de conhecimento indígenas satisfazem as necessidades de milhões de pessoas, novos sistemas de patentes e direitos de propriedade intelectual ameaçam apropriar-se dos recursos e processos de conhecimento vitais para os países periféricos e convertê-los em monopólio vantajoso para as empresas do Norte. As patentes estão, por isso, no centro do *novo colonialismo*. Além disso, o aumento da produtividade das agroindústrias deu origem a doenças, como, por exemplo, a vaca louca, a gripe aviária, a gripe suína, dentre outras.

É verdade que a ofensiva da “revolução” verde ainda não perdeu a sua hegemonia, mas também é verdade que seu avanço não se deu sem resistência. Na Argentina, no final de 2013, surgiu uma luta na pequena cidade Malvinas, na província de Córdoba. A Companhia Monsanto – indústria multinacional americana de agricultura e biotecnologia e líder mundial em produção de sementes geneticamente modificadas – pretende instalar em Malvinas uma das maiores plantas de produção de sementes transgênicas do mundo. Movimentos sociais, ONGs e grupos ambientalistas estão tentando barrar a construção dessa planta.

São muitas as consequências da economia política do golpe verde: concentração da terra; aumento do desemprego no campo; degradação dos solos; comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos híbridos; devastação de florestas e campos nativos; empobrecimento da diversidade genética

dos cultivares², plantas e animais; contaminação da água e dos alimentos consumidos pela população; aumento das alergias, mortes ou invalidez³; e aumento da mercantilização e proletarização do campo, além do endividamento dos pequenos produtores e fechamento de escolas do campo, dentre outras.

Bayer, Basf, Syngenta, Monsanto, Dow são algumas das grandes corporações que controlam o mercado de sementes transgênicas e de agrotóxicos no Brasil. De acordo com Folgado (2013, p. 1), desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. “As quantidades jogadas nas lavouras equivalem a cerca de 5,2 litros de veneno por habitante ao ano e, no entanto, o Brasil representa apenas 5% da área agrícola entre os 20 maiores países produtores agrícolas do mundo”. Isso significa que a produtividade do país não justifica a posição de liderança no *ranking* de uso de venenos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o uso inadequado ou excessivo desse tipo de insumo pode trazer graves danos à saúde humana e ao meio ambiente.

A especificidade do caso latino-americano está no fato de que a reestruturação foi implementada num processo de contrarrevolução iniciado pelas ditaduras militares, que recompuseram o poder das classes dominantes, em especial o das forças latifundiárias do passado, em associação com o capital estrangeiro e parcelas dos militares e industriais nacionais (Sampaio Jr., 2013; Novaes, 2012). Em outras palavras, os grandes proprietários de

² Ver, por exemplo, o caso do gene *terminator*, um gene que faz com que a semente colhida pelo agricultor *se suicide* quando se tenta semeá-la novamente.

³ Ver, por exemplo, o caso Sevin. A produção de Sevin (pesticida) no Bhopal, Índia, deu origem ao desastre causado pelo escapamento de gás que provocou a morte de milhares de pessoas e a incapacidade de mais de 400 mil. Além disso, o avanço das sementes híbridas já levou inúmeros produtores indianos ao suicídio.

terras comandaram, junto com militares, parcelas da burguesia industrial, classes médias, Igreja Católica e a Agência Central de Inteligência (CIA-EUA), golpes que frearam o avanço das lutas dos trabalhadores na região.

Em termos mais gerais, nos anos de 1970 apareceram os primeiros sintomas da crise de acumulação de capital. Como resposta a essa crise, o capital promoveu uma ofensiva que poderia ser assim sintetizada: a) pressão para a livre circulação do capital financeiro; b) reestruturação produtiva do campo e da cidade; c) inovações tecnológicas que intensificaram a produção e a diversificação das mercadorias; d) expansão em direção a setores e campos ainda não sujeitos à plena mercantilização, como a saúde e a educação, com uma onda de privatizações, que elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar; e) implementação de processos de mudança de localização e terceirização das empresas que praticamente desmontaram o poder dos sindicatos combativos da era do capitalismo taylorista-fordista; f) roubo de terras de pequenos produtores, índios, quilombolas etc.

Entretanto, a dinâmica do capitalismo a partir dos anos 1970 passa a ser a superprodução destrutiva, atrelada à expansão máxima e ao lucro correspondente e que engendrou sua autorreprodução alienante de forma ampliada (Mészáros, 2004). Ou seja, ocorrem alterações profundas, tanto no plano objetivo (econômico) da produção, como na reprodução das relações de classe, no plano da subjetividade⁴. Nesse sentido, podemos verificar que a partir do avanço destrutivo do capital, suas facetas “civilizatórias”, tão propaladas pelos liberais, se esgotaram. No que tange aos movimentos sociais e às transformações no plano po-

⁴ Para Mészáros: “O capitalismo, enquanto modo de reprodução social, é caracterizado pela contradição inconciliável entre a produção para o uso (correspondente à necessidade) e a produção para a troca, que em certo estágio do desenvolvimento se torna um fim em si mesma, subordinando todas as considerações do uso humano a sua lógica completamente perversa de autorreprodução alienante” (Mészáros, 2004, p. 297).

lítico, há uma crise das tradicionais expressões e representações de classe, que culminaram no surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, que têm como objetivo, não mais à crítica da lógica destrutiva do capital e a articulação de suas bandeiras específicas à luta de classes e, sim, a demanda pela ampliação no estatuto da “cidadania”.

Segundo José Paulo Netto (2008), as bandeiras dos “novos movimentos sociais” se restringem à luta pela inserção no Estado burguês e não pela sua superação, enquanto instrumento de opressão de classe. Para ele:

As corporações imperialistas implementam a erosão das regulações estatais. Com a ‘desregulamentação’ sendo apresentada como ‘modernização’ que valoriza a sociedade ‘sociedade civil’, liberando-a da tutela do ‘Estado protetor’ – e há lugar nessa construção ideológica, para a defesa da ‘liberdade’, da ‘cidadania’ e da ‘democracia’ (Netto, 2008, p. 17).

Principalmente a partir dos anos de 1980, com o avanço destrutivo do capital e, conseqüentemente, a mercantilização de todas as esferas da vida, começaram a surgir diversos conflitos na América Latina em torno da terra, água, sementes, energia elétrica, petróleo, gás, educação, trabalho, dentre outros. No Sul do Brasil, por exemplo, a destruição dos viveiros da Ara-cruz (eucalipto) e as lutas da Via Campesina contra a *Syngenta Seeds* (multinacional suíça), podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento dos movimentos sociais na nova ofensiva do capital. Essas lutas ocorreram principalmente em reação à destruição das sementes crioulas, ao papel que a ciência e a tecnologia desempenham no sociometabolismo do capital e em função do controle que as multinacionais exercem em todas as dimensões da vida dos trabalhadores. Em função de suas contradições, a economia política da reestruturação do campo que o industrializa e eleva a acumulação de capital há um novo pa-

tamar, faz surgir vários movimentos sociais que tentam apontar formas e percorrer caminhos antagônicos aos apresentados pelo agronegócio.

A agroecologia para o MST: para além da agenda verde

Para o senso comum a agroecologia aparece associada ao cuidado da natureza, à ecologia, à proteção do meio ambiente, produção de hortaliças e baixa escala. Mas, essa forma de consciência da realidade social tende a ser a forma necessária para a manutenção das relações de dominação (mészáros, 2004). Para nós, a agroecologia teorizada pelo MST não se reduz à mera agenda ambiental.

Caporal e Costabeber (2002) observam que nenhum produto será verdadeiramente ecológico se a sua produção for realizada à custa da exploração da força de trabalho ou, mesmo que não faça uso de certos insumos, como os agrotóxicos ou estiver utilizando novas formas de esgotamento do solo ou de degradação dos recursos naturais.

Para Gonçalves (2008) o que mobiliza o MST é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no país, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da reforma agrária, além de propor formas de gestão e participação do campesinato em sistemas cooperativizados e agroecológicos de produção.

Guhur e Toná (2013), integrantes da Escola de Agroecologia Milton Santos do MST (Maringá – PR), observam que se encontra em gestação uma concepção mais recente e ampliada de agroecologia, que tem como pilar político os movimentos sociais populares do campo. Essa vertente não vê a agroecologia como uma solução meramente tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola. A agroecologia é entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à predação da

natureza. Nessa concepção a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional, como observado pela Via Campesina e pelo MST (Guhur; Toná, 2013, p. 66).

Os autores ainda afirmam que a agroecologia é vista como inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pela reforma agrária e urbana e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. Dessa forma, a agroecologia se insere na construção de uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação da vida, sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro e passa a ser a *emancipação humana* (Mazalla Neto, 2014).

A entrada da agenda agroecológica no MST se deu de forma progressiva. Segundo Gonçalves (2008), a renovação da matriz tecnológica da produção agropecuária ganhou força a partir do ano 2000, quando o Movimento iniciou a difusão da ideia de que os acampados e assentados deveriam, primeiramente, garantir a segurança alimentar da família com produtos de qualidade, diversidade e, sobretudo, livre de agroquímicos e de transgênicos.⁵

Ainda de acordo com Gonçalves (2008), para o MST a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, técnica das famílias ajudaria a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseada em relações de dominação extremamente severas, como a presença das sementes transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agrocomerciais (químico, alimentar e financeiro), que põem *na lona*⁶ os agricultores.

⁵ Sementes que no Brasil eram cultivadas de maneira clandestina e buscadas no Paraguai e Argentina.

⁶ A expressão faz referência à forma precária dos abrigos construídos nos acampamentos que são feitos com um tecido resistente chamado lona. Ainda, em português a expressão *na lona* significa um estado de rotura ou perda emocional, física ou econômica, principalmente em função do endividamento e encurralamento dos pequenos produtores.

Para o MST (2000, p. 50-51) a agroecologia significa o estímulo à

(...) prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas-máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas à nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica.

Em agosto de 2013 a permissão de uso de transgênicos no Brasil completou 10 anos. Nos anos 2000 foram realizadas inúmeras campanhas contra o uso de transgênicos e agrotóxicos no país, que incluíram ações como ocupação e destruição de viveiros, denúncias na mídia, produção de filmes e documentários, ocupação da sede de corporações, divulgação de relatórios de cientistas contra os transgênicos, adubos sintéticos, máquinas pesadas e agrotóxicos, campanhas entre movimentos sociais, pesquisadores de universidades públicas, setores da Embrapa e ONGs. Vale destacar que o MST conduziu ou participou dessas inúmeras ações descritas.

No sentido de combater a reestruturação do campo e a revolução verde e difundir a teoria e a prática da agroecologia, o MST realizou até o momento treze Jornadas de Agroecologia, criou inúmeros cursos técnicos de agroecologia, ensino médio integrados, cursos de especialização, graduação e até mestrado. Ele também está difundindo a bandeira da agroecologia nas escolas de ensino fundamental e médio.

O conceito de agroecologia do MST é complexo e diferenciado da análise que reduz o termo à mera proteção do meio ambiente, pois introduz ou abrange vários elementos que incidem sobre o fenômeno. Carter e Carvalho (2004) citam questões adicionais, tais como cooperação, gênero, educação, juventude e meio ambiente.

Podemos levantar a hipótese de que a luta pela agroecologia vem acoplada ao que Mészáros (2002) chama de igualdade substantiva. Se o capital promove a igualdade formal, os movimentos sociais anticapital estão lutando pela construção da igualdade substantiva de gênero, etnia, geração e, principalmente, pela superação da exploração de classe. Não é por mero acaso que as mulheres do MST organizam lutas pela independência econômica, não subordinação ao marido, se envolveram ao mesmo tempo em questões de classe, de gênero e ambientais, numa interessante imbricação (Pinassi; Mafort, 2012, Tait, 2013).

No entanto, mesmo organizados no Movimento, o que proporciona uma prática de luta e conscientização política, os integrantes do MST continuam sendo membros da sociedade e, como tal, sofrem as influências da ideologia hegemônica.

No caso específico discutido aqui, sofrem também a influência e as pressões exercidas pelas grandes corporações transnacionais, que dominam a comercialização e a produção agroindustrial. Desse modo, nem todos os assentamentos do MST estão fundamentados na agroecologia. Por mecanismos diretos e indiretos, tais como a propaganda, que cria o fetiche da “revolução” verde, a influência de técnicos e agrônomos ou por meio de instrumentos mais sutis, por exemplo, o atrelamento do crédito à aquisição do pacote da revolução verde, o capital cria as condições gerais para a produção estruturada nos moldes da “revolução” verde. Isso faz com que a forma *habitual* de produção agrícola fundamentada no uso de agrotóxicos, adubos sintéticos e tratores pesados seja utilizada em parte dos assentamentos dos movimentos sociais. No entanto, foi possível verificar que, mesmo nesses assentamentos, já há um esforço de, progressivamente, transitar para outras formas de produção. Porém, inseridos no mercado capitalista e num momento de ofensiva do capital, não é fácil contrapor-se à forma hegemônica.

Para o agronegócio o Estado proporciona crédito a juros baixos, subsídios, sementes, assistência técnica privilegiada, de-

envolvimento de pesquisa científica e tecnológica aplicada, dentre outros mecanismos e incentivos para a produção requerida nos padrões da revolução verde (Moura, 2014). Ao mesmo tempo, as grandes corporações e o Estado tendem a desconfigurar e obstaculizar as condições gerais para a produção coletiva e associada de alimentos saudáveis.

Vários estudos destacam as dificuldades da assistência “técnica” para a agricultura familiar, que convive com profissionais precarizados, poucos “técnicos” por assentamento, péssimas condições de trabalho dos “técnicos”, equipamentos danificados, ausência de formação específica para a agroecologia e de estímulo às redes de comercialização etc. Essa situação retrata uma das faces do Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro. Nos termos de Marx (1996), o Estado e os Governos criam as condições gerais para a produção e reprodução do capital e aniquila, subordina ou obstaculiza formas de produção alternativas que podem dar origem a um novo modo de produção⁷.

Do ponto de vista do consumo, apesar da existência de redes de comercialização agroecológicas, um dos desafios para a agroecologia é o fato de seus produtos serem acessíveis, principalmente, às camadas média e alta da sociedade brasileira. Segundo informações prestadas pelo responsável do viveiro de mudas da Escola Milton Santos, os custos da produção de legumes e hortaliças orgânicas não são muito maiores do que as cultivadas com agrotóxico. O técnico pode ter razão quando se trata de pequenas plantações. Mas, sem dúvida, a produtividade muito maior das plantações tratadas com os insumos, bem como o aspecto geral dos produtos e os serviços dos intermediários que trabalham com os *nichos* de produtos orgânicos elevam sobre-

⁷ Sampaio Jr. (2013) faz um bom balanço das ações dos governos militares para o fortalecimento do agronegócio, passando pelo período de “democratização”, chegando até no lulismo na seção “institucionalização da contrarrevolução e ajuste liberal”.

maneira os preços pagos pelos consumidores. Também é preciso lembrar que o preço final dos alimentos cultivados com agrotóxico, transgênicos e adubos sintéticos representam apenas a ponta de um *iceberg*. Se levarmos em conta todos os custos gerados pelo agronegócio ao SUS, aos consumidores que têm que comprar um remédio na farmácia por terem sido envenenados e os subsídios dados ao agronegócio, o preço global final dos produtos do agronegócio é caríssimo, ainda que na prateleira apareçam como mais “baratos”.

De qualquer forma, as denúncias e pressões exercidas pelos movimentos sociais, aliadas a uma maior consciência ecológica acabaram resultando em políticas públicas voltadas para a compra de alimentos orgânicos para escolas, creches, hospitais, sanatórios etc. É o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém, mesmo nos municípios onde se aplica essa política, o volume de compra não chega a 10% do total.

Apesar de limitadas e tendendo a se tornar ilhas no mercado capitalista, as experiências de difusão das práticas agroecológicas e de comércio justo devem ser reconhecidas e divulgadas pelos movimentos sociais, como o caso, por exemplo, da Bionatur do MST localizada no sul do país. A Bionatur deve ser entendida como uma prática que tem como fundamento a desmercantilização das sementes crioulas. De acordo com informações obtidas no *site* do MST, a Bionatur é uma cooperativa de produção de sementes agroecológicas. A experiência da Bionatur: que começou nos assentamentos do MST, em Candiota e Hulha Negra, no sul do Rio Grande do Sul; representou o fim da dependência em relação às empresas e a entrada no sistema de produção agroecológica. No início, antes da fundação da Bionatur, as famílias assentadas vendiam sua produção de sementes de hortaliças para as empresas da região. Como não conseguiam, muitas vezes, vender para as empresas, os agricultores começaram a passar as sementes para outros agricultores. A Bionatur é um instrumento para

mostrar à sociedade que a reforma agrária dá certo⁸. Além disso, para os agricultores assentados, a Bionatur é “a porta de entrada” para o modelo agroecológico.

A Bionatur conta com pelo menos 230 famílias produzindo sementes livres de agrotóxicos, em 20 municípios do Sul do Brasil além de Minas Gerais. A rede já desenvolveu técnica para produzir 117 variedades de hortaliças, 15 de adubação verde e 10 culturas essenciais para o autossustento das famílias. As sementes possuem certificação de produção agroecológica junto ao Ministério da Agricultura e são comercializadas em praticamente todos os Estados do Brasil. A Bionatur agora é coordenada pela Cooperativa Agroecológica Terra e Vida (Conaterra), desde junho de 2005 (MST, 2010)⁹.

A criação das Escolas de Agroecologia

A agroecologia indica uma nova forma de produzir, como já exposto. Desse modo, o MST decidiu criar escolas, alterna-

⁸ Para mais informações sobre a Bionatur ver o vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=wGTmm9xU7LA>>.

⁹ Seria importante destacar também o arranjo que tem permitido o melhoramento genético de sementes crioulas no Paraná e em Santa Catarina. Torres-Rego (2015) e Luzzi (2007) sintetizaram os trabalhos de maior repercussão da AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia) do Contestado e Centro Sul do Paraná: resgate e multiplicação de variedades de sementes crioulas de milho, feijão, mandioca, arroz e batata; implantação de um banco de germoplasma crioulo em 2003 e de um laboratório de melhoramento genético em 2004 na Universidade Estadual de Londrina (UEL), subsidiando a realização de experimentos de avaliação de cultivares de milho crioulo pelos agricultores em conjunto com os pesquisadores da UEL; realização de feiras de sementes crioulas; experimentos em manejo ecológico de solos em parceria com o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Agrobiologia; criação de feiras de produtos agroecológicos; comercialização da erva-mate ecológica com a marca Sombra dos Pinheiros por uma associação de agricultores; criação de um consórcio de cinco organizações comunitárias para o beneficiamento e comercialização de grãos ecológicos com a marca comercial de Alimento Sagrado (Luzzi, 2007).

tivas às escolas estaduais, que formassem “técnicos” de acordo com as suas necessidades. Para criar as escolas o Movimento se apoiou na sua proposta educacional e nos anos de experiência, mas foi preciso contar, também, com o envolvimento dos seus educadores para a elaboração de um novo currículo voltado para a agroecologia.

Assim, a entrada da agroecologia na agenda do MST levou à criação de várias Escolas de Agroecologia, em diferentes Estados do país. Há hoje no Brasil cerca de 30 Escolas, a maioria concentrada na região Sul do Brasil, principalmente no Estado do Paraná. Há no Paraná cinco centros e/ou escolas de formação do MST que apresentam o debate e a formação para a agroecologia: Escola Iraci Salet Strozak, localizada no município de Laranjeiras do Sul e Escola Ireneo Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, interligadas ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro); Escola José Gomes da Silva localizada em São Miguel do Iguaçu; Escola Milton Santos em Maringá; e Escola Latino Americana de Agroecologia, no município da Lapa. Nesses espaços, os Cursos Técnicos em Agroecologia são oferecidos nas modalidades: Técnico em Agroecologia Ensino Médio Integrado; Técnico em Agroecologia; Educação de Jovens e Adultos; Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia; Técnico em Agroecologia; Técnico em Agroecologia com ênfase em Sistemas Agroflorestais; e Técnico em Agroecologia com Habilitação para a Produção de Leite. Os cursos são realizados em parceria com instituições públicas de ensino, com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Prone-ra), certificados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (Novaes, Santos, 2014).

Documento do MST-PR (2004 *apud* Lima, 2011, p. 87) apresenta os principais objetivos dos Centros/Escolas de Formação do Movimento no Estado do Paraná:

- ser um espaço de formação para as organizações da classe trabalhadora;
- ser um espaço para os encontros do Movimento Sem Terra e outras organizações, que buscam os mesmos objetivos de transformação social;
- ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área de produção agroecológica, apresentando resultados concretos para os agricultores/as;
- ser um espaço de desenvolvimento de valores humanistas socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva;
- aperfeiçoar o método de formação técnica e política e escolarização desde o ensino fundamental, como também no ensino médio e superior;
- ser espaços de desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas, voltados à realidade camponesa;
- ser um espaço de incentivo e vivência da cultura popular, resgatando especialmente cultura camponesa;
- ser um espaço onde as pessoas possam conviver, educando-se, trabalhando, divertindo-se e construindo perspectivas de futuro.

Segundo Lima (2012), os fundamentos teóricos e metodológicos dos Centros/Escolas de Formação em agroecologia do MST/PR estão vinculados aos princípios filosóficos e pedagógicos da educação e da pedagogia do Movimento, cuja sistematização é fruto da reflexão sobre a sua práxis política educativa, a partir de três fontes fundamentais: a pedagogia socialista, a educação popular e o materialismo histórico dialético (Santos, 2015).

Lima *et al.* (2012, p. 4) apresentam também a Proposta Pedagógica dos Centros/Escolas de Formação do MST/PR, dentre eles a da Escola Milton Santos, pontuando que esta proposta

(...) é alicerçada no acúmulo do trabalho e da experiência na formação de militantes e quadros no MST, que toma por base elementos do Projeto Político Pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e as experiências edu-

cativas realizadas no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC). Para a formação do Militante-Técnico-Educador em Agroecologia é preciso a apropriação das linhas políticas e princípios organizativos do MST em articulação com conhecimentos técnico-científicos, políticos e organizativos.

Observamos que, para a pedagogia do MST, a educação tem o compromisso político com a transformação social, em consonância com a organização e o fazer educativo. Sendo assim, a formação do sem terra e as práticas educativas em agroecologia não se resumem às atividades desenvolvidas na escola, mas está forjada, também, nas matrizes da formação humana, dentre elas, “(...) o princípio educativo do trabalho, a práxis social e a história”. (Caldart, 2004, p. 42).

Lima (2011, p. 76) acrescenta que:

as práticas educativas em agroecologia têm como intencionalidade política e pedagógica um projeto educativo emancipatório que, para a realidade do campo, está associado ao direito à educação escolar e técnica. o entendimento é que, nos assentamentos conquistados pelas famílias sem terra, podem se construir alternativas coletivas no interior da práxis política organizativa do mst que inibam a reprodução das relações sociais capitalistas.

Dos princípios e ações da educação agroecológica do Movimento podem nascer germens de relações não capitalistas. Afir-mam Lima *et al.* (2012, p. 9) que “(...) a estrutura orgânica e o processo de gestão, por intermédio da auto-organização dos sujeitos é a base que possibilita o planejamento, a organização e a realização do trabalho, que é desenvolvido por meio de relações de cooperação”. Dessa forma, a agroecologia é compreendida no MST como um princípio educativo que orienta os sujeitos, para e na construção de um projeto societário que supere o capital. Roseli Caldart (2013) sinaliza que hoje a agroecologia é a matriz produtiva do movimento, ao lado da cooperação, servindo de baliza para todas as escolas do MST.

A agroecologia no currículo das escolas profissionalizantes do MST

Do mesmo modo como ocorre em outros tipos de escolas do MST ou na qual ele tem influência, nas escolas de agroecologia tanto a organização escolar como os currículos são implementados de forma heterogênea. As escolas de agroecologia do MST tendem a ter um currículo orgânico e nas escolas estatais nas quais o Movimento tem influência esta agenda pode aparecer de forma menos substantiva.

O curso de agroecologia, assim como os de natureza similar não são apenas técnicos, típicos das ciências duras, com uma grande carga horária nas disciplinas da área de exatas e biológicas. Até porque nenhum curso é apenas *técnico*, nem mesmo os propalados cursos técnicos do Estado são neutros e sem ideologia. Todo e qualquer curso é político e toda técnica traz em si política, ideologia e interesses de classe (Novaes, 2012; Dagnino, 2014).

Os cursos das escolas de agroecologia não são distintos, pois disseminam uma determinada ideologia na técnica que difundem. Pretendem realizar uma crítica à revolução verde e, de forma mais geral, ao sociometabolismo do capital. Ao mesmo tempo que criticam a revolução verde difundindo pesquisas, documentos críticos à produção destrutiva, críticas às patentes, agrotóxicos, transgênicos etc., os cursos do MST colaboram para a construção da teoria e da prática e contribuem para a difusão dos princípios e fundamentos da agroecologia.

Ao passo que os cursos das escolas técnicas estaduais e federais são conservadores, com muitas disciplinas *técnicas* que não problematizam a relação ciência, tecnologia e classes sociais (Dagnino, 2014), com poucos conteúdos humanísticos e com um projeto pedagógico voltado ao adestramento da força de trabalho dentro do paradigma das competências/acumulação flexível, nas escolas de agroecologia do MST, apesar de algumas contradições e limites, é possível encontrar um currículo mais integrado entre

ciências sociais e ciências duras, uma tentativa de apropriação do materialismo histórico e uma profícua relação entre teoria, com fundamentos científicos da agroecologia e crítica científica da revolução verde e a prática, com experimentação agroecológica.

Contudo, também existem dificuldades nas Escolas de Agroecologia do MST. Guhur *et al.* (2012) observaram que a apropriação teórica por parte dos alunos ainda é baixa. Além disso, as Escolas de Agroecologia enfrentam muitas contingências: nem todos os professores são orgânicos ao MST, há problemas na integração das disciplinas, com relativa fragmentação do conhecimento, poucos recursos para a manutenção das escolas, poucos pesquisadores das Universidades e Institutos de Pesquisa desenvolvendo pesquisas agroecológicas, dentre outras.

Considerações finais

Apesar da agroecologia para o MST ainda ser uma área em construção, observamos que para o Movimento, a agroecologia não se reduz à preservação do meio ambiente. Pelo contrário, ele tem tentado incorporar outros elementos e dimensões, tais como: a cooperação; as questões de gênero; a desmercantilização, o resgate e a sistematização do saber acumulado pelos camponeses etc. Ao mesmo tempo, as escolas de agroecologia do MST nos desafiam a teorizar a crítica radical à produção destrutiva e ao trabalho alienado. Além disso nos desafiam a pensar formas de unir teoria e prática agroecológica, a experimentação da gestão democrática das escolas e dos sistemas educativos dos movimentos sociais. Nos ajudam a pensar também na criação de um currículo ao mesmo tempo crítico e mais abrangente, para além das divisões clássicas entre ciências sociais e ciências naturais.

Nesse sentido, a agroecologia enquanto um campo de conhecimento abrangente, que amplia os horizontes para além da homogeneidade epistemológica do positivismo acrítico e da rejeição a qualquer epistemologia pelo pós-modernismo, busca em

suas práticas, a apreensão do caráter histórico dos fenômenos sociais e a identidade parcial entre o sujeito e o objeto. Ou seja, a teoria e a prática.

Entretanto, a agroecologia, para além de um campo específico de conhecimento, é também um modo de vida que objetiva a ruptura epistemológica com a fragmentação da realidade e o utilitarismo científico destrutivo da chamada “revolução verde”. Para além do “desenvolvimento sustentável” ou de variações do “ecocapitalismo”, a agroecologia dos movimentos sociais nos ajuda a pensar a reforma agrária, as formas alternativas de produção, comercialização e educação para além do capital no século XXI.

Referências bibliográficas

- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. *Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da reforma agrária Popular*. Anais. Goiânia, 36^a. Reunião da Anped, 2013.
- CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. Análise multidimensional da sustentabilidade – uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002.
- CARTER, M.; CARVALHO, H. M. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST, in: CARTER, M. *Combatendo a desigualdade social*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- DAGNINO, R. *Tecnologia Social: Contribuições conceituais e metodológicas*. Florianópolis: Insular/EdUEPB, 2014.
- DAL RI, N. M. Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2004. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.
- _____; N. M.; VIEITEZ, C. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone, Fapesp, 2008.
- DEININGER, K. *Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?*. Washington: Banco Mundial, 2011.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

- FOLGADO, C. A luta constante contra o agronegócio. *Brasil de Fato online*. São Paulo, 11 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/11533>>. Acesso em: 17 set. 2014.
- GONÇALVES, S. *Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná*. 2008. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia, in: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 57-66.
- GRUPO de mulheres do MST invade fábrica e destrói pesquisas genéticas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/grupo-de-mulheres-do-mst-invade-fabrica-e-destroi-pesquisas-geneticas.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LIMA, A. C. Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- LIMA, A.; GUHUR, D.; TONÁ, N.; NOMA, A. Reflexões sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios dos cursos técnicos do Paraná, in: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MACHADO, FILHO, P.; MACHADO FILHO, P. *A Dialética da Agroecologia – Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAZALLA NETTO, W. Agroecologia e Movimentos Sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. 2014. Tese. (Doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Organização. São Paulo. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>>. Acesso em: 2 nov. 2012.
- MOURA, L. H. Ciência e Agronegócio: controle capitalista da pesquisa agropecuária nacional, in: ALENTEJANO, P.; CALDART, R. (orgs.) *MST: Universidade e Pesquisa*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- NETTO, José Paulo. *Uma face contemporânea da Barbárie*. Rio de Janeiro, 2008.

- NOVAES, H. T. *Reatando um fio interrompido* – a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.
- OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros – um retorno aos dossiês. *Agrária*. São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2010.
- O VENENO ESTÁ NA MESA. Rio de Janeiro, Caliban, 2010 (Diretor Silvio Tendler).
- O VENENO ESTÁ NA MESA II. Rio de Janeiro, Caliban, 2014 (Diretor Silvio Tendler).
- PINASSI, M. O; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina, in: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- PINHEIRO MACHADO, L. C. Correspondência (e-mail) entre Pinheiro Machado e Henrique Novaes, 10 out. 2009.
- PINHEIRO MACHADO, L. C.; PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. *A dialética da agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- SAMPAIO Jr., P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária, in: STEDILE, J. P. (org.) *Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.
- SANTOS, L. Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação), Unesp, 2015.
- SHIVA, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TAIT, M. Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência ao cultivo de transgênicos no Brasil e Argentina. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- THORES-REGO, T. A relação entre educação e agroecologia no contexto do campo brasileiro. 2015. Qualificação de Doutorado, UFSC, 2015.

Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho

Wilson Mazalla Neto

Introdução

O campo brasileiro tem enfrentado, nos últimos 50 anos, sinais cada vez mais significativos de crise ambiental e social, que vêm se consolidando desde a segunda metade do século XX no bojo da revolução verde, modelo que hoje passou a ser denominado agronegócio. Neste contexto, por meio dos movimentos sociais, a agroecologia aliada à trajetória de luta e resistência camponesa passou a chamar a atenção, como conjunto de formas organizativas, tecnológicas e culturais que pode contribuir na superação dos problemas sociais e ecológicos.

A agroecologia passou a chamar a atenção da sociedade como forma de produzir no campo com preservação ambiental e elencar os camponeses e agricultores familiares como sujeitos centrais deste processo. As experiências, práticas e reflexões teóricas agroecológicas têm demonstrado potenciais emancipadores e possibilidades de enfrentamento ao novo e pujante momento do agronegócio, no qual os determinantes de opressão e exploração do capitalismo agrário se agudizaram. Os assentamentos e os acampamentos têm demonstrado seu potencial como espaços sociais concretos, territórios que passaram a construir novas

formas de organização social, outras experiências de trabalho e relação com a terra.

A partir da teoria da alienação e da análise da subordinação do trabalho na revolução verde, investigamos as experiências teóricas e práticas em agroecologia, vividas e construídas pelos agricultores camponeses dentro dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como novas formas de relação com o trabalho e com a natureza. O estudo identificou, então, importantes elementos de enfretamento da alienação dentre agricultores camponeses envolvidos na agroecologia, que apontam para o estabelecimento de uma relação mais integralizadora e autônoma com as experiências do trabalho e da produção, com destaque para o controle do processo e do tempo de trabalho, as múltiplas significações da natureza e o domínio tecnológico sobre o processo produtivo.

As contribuições da teoria da alienação à agroecologia

Buscamos, nesta seção, tratar das contribuições do pensador István Mészáros, ao analisar a teoria da alienação em Marx, em termos da teoria ou das teorias da emancipação e, desta forma, desenvolver possíveis aproximações de suas análises com as formulações teóricas e experiências práticas da agroecologia.

A contribuição de Mészáros se faz fundamental por retomar a aplicação do conceito de alienação em todas as esferas da vida social. O autor debate os escritos iniciais de Marx e analisa a alienação nas relações entre homem, natureza e trabalho, mas principalmente, releva e traz à luz o debate da transcendência¹ da alienação.

¹ O conceito de transcendência é muito controverso, ainda mais devido às dificuldades de tradução, aborda-se aqui no sentido da superação da alienação como a união dos opostos.

Tomaremos alienação, na mesma acepção proposta por Mészáros, referindo à perda de controle, à corporificação de uma força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo.

Segundo o autor, de forma simplificada e esquemática, a alienação se expressa de quatro formas: dos seres humanos em relação à natureza; dos seres humanos à sua própria atividade produtiva; do ser como parte da espécie humana; e de um homem em relação ao outro.

Em suas próprias palavras: “Assim, o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem-homem, de outro.” (Mészáros, 2006, p. 20).

Para compreender as manifestações da alienação, Mészáros diz que ela pode ser abordada, de forma simplificada, através de três elementos: o homem, a natureza e a indústria ou atividade produtiva.

Estes fatores, dessa maneira, estariam sempre interrelacionados, interdeterminados, ou seja, estabelecendo uma relação de reciprocidade dialética. O homem é entendido em sua relação direta com a natureza, mas se faz também e, ao mesmo tempo, na sua relação com a natureza mediada pela indústria ou atividade produtiva. Considerando essa atividade produtiva ou mais especificamente o trabalho, como parte da essência humana², torna-se uma necessidade ontológica. Na história humana sempre que o homem existiu, ele fez. Este “fazer”, como existir na natureza, manipulá-la e transformá-la se constituiu como trabalho. Neste sentido, o trabalho, ou seja, a atividade

² Essência é utilizada aqui no sentido empregado por Marx, onde busca desconstruir o seu sentido pré-determinado e idealizado, até mesmo espiritual como abordado por Hegel, mas no sentido da construção material de um ser histórico (Mészáros, 2006).

produtiva é parte constitutiva da humanidade enquanto processo histórico e social.

A relação de mulheres e homens com a natureza, então é, ao mesmo tempo, uma relação de criador e criação. As pessoas constroem, em pensamento, uma noção de natureza que passa a influenciar a maneira como elas interagem com o meio natural. Ao mesmo tempo, a natureza concreta, enquanto materialidade, afeta a ação social humana. O mesmo processo pode ser observado na relação do homem com a atividade produtiva. Assim, o homem, também, é, ao mesmo tempo, criador da indústria e seu produto. Porém, o poder de criação humano, estabelece na atividade produtiva uma autonomia relativa: ao mediar a relação do humano com a natureza, constrói um controle relativo em si, na medida em que carrega ao mesmo tempo uma “essência” humana da natureza e uma “essência” natural do homem. A indústria constituída materialmente na sociedade influi e cria determinações nas relações sociais e nos processos da vida humana. (Mészáros, 2006).

Para Marx, portanto, a indústria tem um potencial essencialmente positivo, na medida em que é a atividade autoprodutora essencial da humanidade, é a sua própria atividade produtiva, seu trabalho, a figura da paixão humana, a realização desses seres enquanto humanos. Neste sentido, a partir desta mediação específica, os homens e as mulheres em sua atividade autoprodutora são parte da natureza.

Para Mészáros, se a mediação entre natureza e ser humano através da atividade produtiva é algo essencialmente positivo, como explicar a alienação e suas consequências negativas e desumanizadoras? Ocorre, segundo o autor, o surgimento das mediações de segunda ordem na relação entre homem/mulher e natureza. No desenvolvimento histórico do trabalho, da atividade produtiva e das relações de produção surgiu a mediação da propriedade privada e, conseqüentemente, as figuras e as funções sociais dos proprietários e dos trabalhadores. Desta forma, com

a mediação de segunda ordem, a humanidade, o homem e a mulher, no plano prático, na realidade, enfrentam a sua supressão enquanto existência integradora e se apresentam concretamente divididos em proprietários e trabalhadores. A humanidade, então, se configura em sua forma alienada, proprietário e trabalhador, como produto histórico da alienação. Passa a ser dividida em trabalhador (trabalho assalariado) e proprietário (propriedade privada). Neste sentido, há uma mediação de segunda ordem na relação homem-natureza. A relação com a natureza é mediada pela indústria (agora já alienada) através do proprietário e da propriedade. Desta forma, o proprietário e a propriedade tem uma relação direta com a natureza, porém, alienada do processo de trabalho. O trabalhador e o trabalho só se relacionam com traços de uma natureza alienada, através da “indústria”.

Neste cenário, o trabalhador se relaciona diretamente com o proprietário e com uma natureza alienada que lhe chega de forma pré-determinada, pois o arranjo da relação natureza-produção foi estabelecido em outra instância das relações sociais, pela decisão do proprietário, da qual ele não participou. Neste conjunto de relações podemos expressar o que Marx diz ser o trabalho produzido como “atividade essencial alienada”.

Não é a humanidade totalizada que se relaciona com a natureza, mas sim sua experiência fragmentada, parcializada na figura do proprietário e socialmente constituída na atividade da indústria alienada. Neste sentido, essa relação parcial passa a não incorporar e a não perceber os outros elementos da sociedade nas suas decisões, como por exemplo, o trabalhador. O proprietário se aliena do trabalho enquanto atividade essencial, ao não participar, não empregar sua força corporal efetivamente na atividade produtiva e estabelece a indústria, então, como mediação alienada na relação com natureza. Assim, o trabalho, na perspectiva da propriedade, passa a ser entendido como fator material, fator de produção e não como agente humano da produção. O trabalhador tem o controle da atividade produtiva reti-

rado de si e transferido ao proprietário. Portanto, parte constitutiva do que é ser humano, é negada tanto para proprietário, que vê apenas um fator de produção para obter lucros, quanto para o trabalhador que não enxerga uma atividade ontológica essencial, senão um meio de sobreviver, uma imposição vertical, uma penosidade. Este trabalhador foi expropriado do trabalho útil, do trabalho criativo, do trabalho social e, nesse sentido nega-se primeiro o trabalhador como parte essencial do que é o homem, consolida-se sua relação antagônica com o proprietário e a relação de ambos com a humanidade.

Nessas relações alienadas há uma oposição constitutiva entre P (proprietário) e T (trabalhador) que gera conflitos, as noções de homem e indústria reificadas, em sua forma alienada, geram relações parcializadas, contradições e oposições variadas, pois não enxergam a relação essencial entre homem e trabalho. A verdadeira pessoa humana não existe realmente na sociedade capitalista, senão em sua forma alienada, reificada e separada em trabalhador e proprietário na forma de oposição e antagonismo, ou seja, interpelar um homem integral é uma abstração e idealização, negar sua existência também é incorrer em um equívoco. A humanidade, de homens e mulheres concretos, existe sim, mas existe na oposição entre trabalho e capital pela intervenção da propriedade privada.

Assim, Mészáros (2006) vai escapando do sentido de bem e mal da indústria e vai atribuindo autonomia às instituições sociais criadas e à alienação gerada, que causam a sujeição da humanidade a instrumentos cada vez mais poderosos de sua própria criação. E, dessa forma, a alienação passa a ser lida como autoalienação, como alienação própria e não externa à humanidade em sua atividade produtora essencial; a alienação é produto da própria construção histórica da humanidade sobre o trabalho, sua obra enquanto ser social ou nas palavras do próprio Marx, “alienação dos poderes humanos do homem por meio da sua própria atividade produtiva”.

A natureza das relações reais é tal que para compreendê-las adequadamente é necessário adotar uma atitude radicalmente crítica com relação ao sistema de alienações que ‘externaliza’ (ou ‘objetiva’) o homem na forma de ‘trabalho alienado’ e ‘propriedade privada reificada’. O ‘verdadeiro homem’ – a ‘verdadeira pessoa humana’ – não existe realmente na sociedade capitalista salvo em uma forma alienada e reificada na qual encontramos ele como trabalho e capital (propriedade privada) opondo-se antagonicamente. (Mészáros, 2006, p. 106).

Mészáros (2006) recupera a reflexão de que a construção da história humana é a história do autodesenvolvimento, da realização do trabalho como atividade vital advinda de uma necessidade interior, do ser automediador ativo da natureza, que ao se construir concretamente na história recria sua própria história, suas necessidades, objetivos e desejos de autodesenvolvimento. Assim, podemos retomar o sentido da indústria como necessidade ontológica, ou seja, como autorrealização do trabalho, para tal, a mediação da propriedade privada foi uma etapa necessária, mais que isso, inevitável, pelo dinamismo histórico que imprimiu e pelo desenvolvimento do trabalho evidenciado. Porém, o agravamento dos antagonismos e contradições entre capital e trabalho geraram a paralisação histórica do próprio desenvolvimento do trabalho, as situações de opressão, miséria, exploração e degradação ambiental, atuam promovendo sua própria negação e, anunciam a necessidade da anulação e superação dessa oposição para a própria retomada da atividade essencial, a autorrealização do trabalho.

Aos olhos de Marx, a evidência crescente de um antagonismo social irreconciliável entre propriedade privada e trabalho é uma prova do fato de que a fase ontologicamente necessária de autoalienação e automediação reificada do trabalho – ‘pelo meio da propriedade privada’ etc. – está chegando a seu final (Mészáros, 2006, p. 107).

Para Mészáros (2006), então, o que caracteriza a história é ela estar aberta e não pré-determinada e definida. Nesta visão, os problemas da sociedade e as negatividades da alienação são resultado da autoconstrução humana na história e, por isso mesmo, essa trajetória pode e deve ser positivamente alterada; a humanidade, no controle de seu autodesenvolvimento, tem o poder para gerar a transformação social e a superação da alienação.

A alienação não se constitui, portanto, como uma fatalidade da natureza, nem um fato dado e acabado, um traço determinístico de uma realidade social inexorável, mas, sim, é fruto de um desenvolvimento histórico, específico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para transcender a “autoalienação do trabalho”. A abordagem que utilizamos nessa pesquisa fundamentada em Sevilla Gúzman (2011) opera essas interpretações de Mészáros, pois insere a agroecologia como uma forma de resistir aos conflitos do capitalismo concretamente na sociedade, e de ressignificar positivamente as contradições do mundo rural em novas formas de relação com a natureza e o trabalho. A agroecologia, então, atua tensionando a pretensa imutabilidade das relações sociais e a impossibilidade de transformar as expressões da opressão, dominação e exploração presentes na modernidade.

Industrialização da agricultura, subordinação do trabalho e resistência camponesa

Retomando a questão do antagonismo entre capital e trabalho (Mészáros, 2006) como resultado da alienação, adicionamos a constituição do papel do progresso técnico, que age, exatamente, na subordinação cada vez mais direta e profunda do trabalho ao capital, aumentando a extração de mais-valia. O desenvolvimento tecnológico atua, assim, modificando o processo de trabalho, a base material da produção. Para Marx, os processos básicos dessa subordinação real do trabalho ao capital foram

estabelecidos através da cooperação, da divisão do trabalho e da maquinaria.

Segundo Graziano (1981), esses três fenômenos atuam desmontando a lógica anterior, do artesão, que realizava e determinava, segundo seu interesse, todo o processo de produção. Primeiro, com a cooperação e com a divisão do trabalho, as etapas do processo de produção foram compartimentadas e realizadas por trabalhadores diferentes. Nesse processo, o controle do trabalhador sobre a atividade de trabalho foi diminuindo em função da mudança do processo de produção para o fim do acúmulo de riquezas.

Com a introdução da maquinaria no processo produtivo, nem a intensidade, nem o ritmo, nem mesmo os movimentos do processo de trabalho dependiam mais da habilidade dos trabalhadores, a base técnica do processo foi totalmente transformada, o processo de produção não era mais à imagem e semelhança do trabalhador. O processo de produção passava a ser completamente objetivado em si mesmo, libertando-o por completo do domínio do ser humano, portanto, não era mais necessário adaptar as etapas do processo de produção à habilidade manual dos trabalhadores, sua força, rapidez ou destreza. O antagonismo entre capital e trabalho se acentuava de forma significativa, na medida em que o trabalho era cada vez mais alheio à vontade e estranho ao trabalhador (Graziano da Silva, 1981).

O desenvolvimento da produção capitalista na agricultura se dá a partir do amadurecimento da indústria urbana, que passa a auxiliar na chamada “fabricação” da natureza. A industrialização da agricultura significava a própria reprodução artificial das condições naturais de produção agrícola, necessária à produção capitalista. Segundo Graziano da Silva (1981), o campo convertido numa fábrica, recebia as matérias-primas, sementes e mudas selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos e fornecia produtos na outra ponta, para alimentação, produção de cosméticos, tecidos, combustíveis e outras mercadorias. A industrialização da agricul-

tura representou a subordinação da natureza ao capital, quando liberou o processo de produção gradativamente das condições naturais dadas e seu tempo próprio, possibilitando fabricá-las e regulá-las de acordo com as demandas de ritmo e produtividade do capital. Assim esse movimento, também, se esforçou para reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente, como uma força alheia a direção e controle do capital.

Costabeber (2007), lançando um olhar complementar sobre a industrialização da agricultura, aponta que a denominada revolução verde baseou-se tecnologicamente na simplificação das agriculturas. Um de seus impulsos, o desenvolvimento genético, se deu com a criação de variedades de alto rendimento e positivamente sensíveis ao uso de fertilizantes. As variedades modificadas apresentavam resistência a agrotóxicos, minimizavam as perdas na utilização de colheitadeiras mecânicas e fortaleciam em muito a possibilidade do crescimento da mecanização na agricultura.

Esse processo integrou novas tecnologias químicas, mecânicas e genéticas, favorecendo a acentuação da dinâmica industrial na agricultura e sua integração com a indústria de insumos. A construção de um pacote tecnológico integrador, que incorporava numa base técnica pura, tanto o processo de trabalho como o processo natural de produção no campo, evidenciou uma homogeneização produtiva no campo em torno a um conjunto compartilhado de técnicas agronômicas e de insumos industriais genéricos (Sauer, 2010).

É, então, no bojo dessa conformação complexa, que analisamos, a seguir, uma das principais mudanças no campo brasileiro proveniente da industrialização da agricultura brasileira, as profundas alterações nos processos de trabalho e a constituição do trabalhador volante.

Um olhar mais atento às mudanças nas relações de trabalho na agricultura moderna mostra que os fertilizantes, à medida que aumentavam a produção por unidade de área, aumentavam as exigências de mão de obra nos períodos de colheita. Os agrotóxi-

cos, além de reduzirem drasticamente a exigência de mão de obra empregada nos tratos culturais, aumentam a descontinuidade de absorção dos trabalhadores. A mecanização, quando passava a abarcar quase todas as etapas da produção agrícola, exceto a colheita, acentuava a variação de exigência de mão de obra da atividade agrícola. Essas mudanças técnicas construíam uma maior sazonalidade do trabalho agrícola, pois a necessidade de força de trabalho em atividades de preparo do solo, plantio e tratos culturais foi reduzida significativamente, enquanto a exigência de trabalho humano na colheita crescia devido ao aumento da produtividade por área. Acentuou-se, também, a descontinuidade do trabalho humano, pois os ciclos da atividade agrícola tiveram seu tempo de realização reduzido. Essa situação passou a justificar a substituição, dentro da lógica do capital, do trabalhador permanente pelo temporário (Graziano da Silva, 1981).

O tempo de trabalho também diminuiu, pois com o novo pacote tecnológico, as tarefas de trabalho eram mais simples e parte delas era feita por máquinas ou atenuada pelo uso de insumos químicos. Ao mesmo tempo em que essas atividades dentro do ciclo produtivo eram ditadas pelo tempo da máquina, assim o ritmo de produção se acelerou. Somando-se esses dois fatores, a intensidade do trabalho humano que restou foi amplificada de forma extraordinária (Graziano da Silva, 1981).

Antes da revolução verde, o preparo de solo, plantio e tratos culturais, por um período longo do ano agrícola, justificavam, em geral, a mão de obra residente na propriedade. Com a tratorização dessas etapas, seu período de realização encurtou-se significativamente e muitos trabalhadores foram dispensados. Com a tecnificação da agricultura, a capacidade produtiva cresceu e a área produzida aumentou, com a modernização em muitos territórios, os plantios de subsistência e dos trabalhadores foram, também, perdendo espaço. Assim, as formas de colonato, pequeno arrendamento e pequena parceria foram perdendo força com o avanço da industrialização da agricultura.

Paralelamente à desfuncionalização da presença do camponês dentro da grande propriedade, vivendo e morando, observou-se uma crescente onda de interesse pela terra por parte dos grandes produtores. Os avanços tecnológicos trouxeram a possibilidade técnica de produzir com maior eficiência em áreas maiores e, neste contexto, houve uma valorização geral das terras, aumentou a especulação nas áreas rurais, aprofundando de forma muito significativa a concentração fundiária no país.

Wanderley (2011), afirma que, desde o início dos anos de 1960 esteve em pleno vigor o processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas e nos engenhos, colonos, moradores, parceiros e pequenos arrendatários. Para a autora, os intensos níveis de êxodo rural, observados na modernização da agricultura, expressam um forte processo de expropriação e marginalização dos trabalhadores e pequenos agricultores camponeses. Até então, no processo de mobilidade, o agricultor camponês, conservava, em outras áreas, a mesma condição de trabalho na terra. Com a modernização conservadora a mobilidade se transformou, em muitos casos, em condição expropriada definitiva.

O processo de expropriação não foi absoluto, mas se intensificou sobremaneira a partir do crescente interesse econômico na agricultura moderna e da valorização das terras. Em São Paulo, por exemplo, o deslocamento da chamada economia de excedente, ou seja, a produção camponesa se deu para regiões mais distantes e até fora do Estado (Graziano da Silva, 1981).

Essa consolidação da sazonalidade e especialização na agricultura criava desemprego para os trabalhadores e trabalhadoras rurais que permaneciam e, contraditoriamente, causavam emigração nos picos de demanda de trabalho, principalmente nos períodos de colheita. Nesse momento, tinha-se uma massa volante de trabalhadores e menos alimentos disponíveis, em geral, para a população. Essa nova figura do campo brasileiro, o volante, se constituía como um trabalhador rural de assalariamento temporário, que foi expropriado dos meios de produção e vagava,

de região para região, procurando trabalho. Muitas vezes ficava desocupado por períodos significativos do ano e frequentemente, passava a residir na cidade e trabalhar temporariamente no campo.

Ficou claro que, no Brasil, o objetivo da industrialização da agricultura não era dispensar o processo produtivo de todo o trabalho humano, através da mecanização generalizada, mas, sim, subordiná-lo às exigências do desenvolvimento das forças produtivas e do acúmulo de capital. Nesse sentido, se combinava trabalho humano e mecanização de acordo com a conjuntura socioeconômica e a composição otimizada de acumulação do capital e, verificamos, assim, as manifestações nefastas desse processo na vida dos trabalhadores rurais.

As contradições e antagonismos entre trabalho e o capital no campo brasileiro eram inúmeros. O “boia-fria” de São Paulo, pelo caráter intermitente do seu trabalho, se definia como exército industrial de reserva. Liberado, num primeiro momento pela modernização da agricultura, ele é reabsorvido, posteriormente, como mão de obra mais barata e mais vantajosa à acumulação do capital. Essa situação o leva a vivenciar extrema miserabilidade e se manifestava, também, como insatisfação com a sociedade e pelo desejo permanente de melhoria nas condições de vida. Nesse sentido ele, dialeticamente, afirma o sistema ao gerar condições para a reprodução do capital no campo e o nega, ao acentuar a contradição entre detentores dos meios de produção e aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho em condições degradantes (Wanderley, 2011).

Também, segundo a autora, a partir de dados de uma pesquisa realizada entre 1992 e 2004 sobre as condições de trabalho no campo, os trabalhadores volantes poucas vezes apresentavam seguro social, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-saúde e, quase nunca eram afiliados a algum sindicato. Era muito comum encontrar situação de sobretrabalho em jornadas estendidas que ultrapassavam 44 horas semanais.

Essa situação mostra traços e consequências dessa extrema da subordinação do trabalho ao capital e os acentuados níveis de exploração do trabalhador. Assim, tornava-se, cada vez mais evidente, a estreita vinculação entre as escolhas tecnológicas implementadas e a forma da relação que o trabalho estabelece na agricultura.

O campo brasileiro, segundo Graziano da Silva (1981), enfrentou uma industrialização incompleta e desigual da agricultura, na qual várias etapas do processo produtivo não foram mecanizadas e o trabalho humano não foi completamente destituído do mundo rural. Outro caráter relevante dessa industrialização incompleta foi a descontinuidade, uma vez que, no território brasileiro, a industrialização da agricultura teve um processo muito heterogêneo; no Nordeste, por exemplo, a mecanização se passou com muito menos potência.

Portanto, no processo de industrialização da agricultura brasileira é preciso entender a subordinação direta do trabalho ao capital em um cenário mais amplo e, nas várias facetas e contradições que adquiriu na relação com os sujeitos camponeses. Por vezes, se manifestou como expropriação completa das terras dos camponeses e na proletarização temporária na agricultura industrial, altamente influenciada pela sazonalidade das atividades agrícolas. Outra parcela dos camponeses, com a industrialização da agricultura, estava em parte do tempo trabalhando assalariado na agricultura industrial e em outra parte, produzindo em sua área familiar para subsistência e venda de excedentes. A agricultura camponesa, em certos contextos, foi obrigada a adotar procedimentos da modernização tecnológica para manter a vida na agricultura viável, o que gerou, em muitos casos, dependência de créditos e endividamento, acentuando a subordinação às condições de circulação e às relações de produção estruturais, estabelecidas pelo capital na agricultura.

A alteração da base técnica da produção agrícola afetou profundamente a escala de exploração, aumentando o tamanho

mínimo em que esta se podia efetuar de uma maneira rentável. Dentro dessa perspectiva, a lucratividade das culturas ditas modernas, destinadas à exportação ou ao abastecimento das agroindústrias, se fundamentava fortemente na escala de produção. A produção de alimentos, não atrativa aos grandes produtores, fica a cargo da agricultura camponesa, que naturalmente é impossibilitada de assumir um comportamento empresarial e, basicamente, produzia a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado.

Porém, não se pode compreender esse cenário como funcionalização e subordinação total da agricultura camponesa ao capital. Ao mesmo tempo que a produção de alimentos é uma necessidade do capital, os camponeses conservaram relativa autonomia no processo de trabalho (Graziano da Silva, 1981).

Esses arranjos contraditórios entre capital e trabalho possibilitaram experiências de resistência no campo brasileiro, um laboratório natural de trabalho do qual o camponês extraía a subsistência da família, que confrontavam o capital por preservar controle do processo de trabalho. Exemplo disso são as práticas de solidariedade, como os mutirões e as trocas de serviços que ainda existem hoje no Brasil entre os camponeses. Essas práticas já se contrapunham ao capital só pelo fato de existirem e se manifestarem na realidade. Essa expressão dialética no campo brasileiro, concretamente, criou experiências alternativas à subordinação total do capital ao trabalho e evidencia os aspectos emancipadores, constituídos historicamente, na experiência dos agricultores camponeses.

Mesmo o trabalho na grande produção pode ser enxergado pelo prisma da resistência, pois, face à impossibilidade de se reproduzirem com base unicamente nas diminutas áreas que ocupavam, os camponeses assalariavam-se temporariamente em determinadas épocas do ano para atividades específicas nas grandes fazendas (Graziano da Silva *et al.*, 1980).

Essa é a dinâmica da construção histórica da condição camponesa no Brasil e a permanente tensão e contradição entre

dominação e resistência. O caráter de grande mobilidade do capital no campo traz essa dinâmica para os camponeses que, em certos momentos, estavam assentados sobre a terra e, no momento seguinte, estavam vagando sem terra. Essa característica marca o campesinato brasileiro até os períodos atuais, uma trajetória descontínua de momentos de posse, uso autônomo e vida na terra que atravessam as gerações familiares, uma categoria social móvel sobre o território que guarda, também, na relação subalterna com o capital agrário sua morfologia social.

Porém, o campesinato brasileiro³, formado por mestiços brasileiros da agricultura, desde os períodos coloniais, marginalizados, expropriados e excluídos historicamente, apesar dos deslocamentos impostos, sempre resistiu e ocupou as áreas mais longínquas e marginais do latifúndio. Criou alternativas à opressão, violência e miséria a que foram submetidos secularmente no Brasil e se organizou para a produção de alimentos e para a reprodução familiar como forma autônoma do trabalho na agricultura.

Este grupo social, desde o período colonial, segue tendo papel central, até os dias atuais, na produção de gêneros alimentícios, na criação de pequenos animais (suínos, ovinos, caprinos e aves) e no abastecimento dos centros urbanos, pois, no Brasil a produção de alimentos, exceto em alguns casos particulares, não

³ Utilizamos a conceituação de camponês de acordo com uma concepção de trajetória histórica apoiados em Wanderley (2010) segundo a qual, o camponês está presente em todos os países da América Latina. Ator social do mundo contemporâneo é o agricultor firmado na terra, produtor direto dos seus meios de vida, e que está no controle dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho. Tem o domínio de um saber-fazer, adquirido ao longo da vida, sobre o próprio ato produtivo e sobre as condições imediatas, naturais e sociais, de sua realização. Inserido numa sociedade de classes, o camponês latino-americano vive a condição de classe subalterna, submetido às distintas formas de dominação à propriedade da terra e do capital. Produto de inúmeras formas de exploração e expropriação tem como fundante sua capacidade de se adaptar e perpetuar o projeto desse modo de vida singular.

foi atrativa para o capital. Essa produção alimentar camponesa permitia que o pobre do campo se alimentasse através da produção de autoconsumo e vendesse seus excedentes (Graziano da Silva *et al.*, 1980).

A trajetória camponesa se constitui nessa mescla de experiências, na produção familiar na terra, nas migrações e nas experiências de trabalho dentro da grande produção. A permanência na terra reforça sua condição camponesa e os saberes tradicionais, os deslocamentos geográficos constantes possibilitaram o contato com inúmeros biomas e culturas diferentes e o aprendizado de um modo de organizar a vida provisória. Nas expressões históricas do trabalho subordinado ao latifúndio estão impressas as maiores marcas da alienação, do antagonismo entre capital e trabalho e suas manifestações na forma de escravidão, trabalho volante, miséria, expropriação e destruição ambiental e se sedimentaram como negação na experiência camponesa. Esse conjunto de saberes, também, delineia uma configuração, genuinamente nacional, de manejo dos recursos naturais, produção de alimentos e o projeto permanente de estar na terra com autonomia da condição camponesa brasileira.

A trajetória camponesa não é mera formalidade teórica, uma vez que suas dimensões históricas se manifestam em organizações territoriais mais recentes, nos assentamentos de reforma agrária e nas comunidades tradicionais, onde a agroecologia está sendo construída. Assim, o camponês consegue estabelecer na forma de produzir, fins outros que transpassam a acumulação do capital e traz a produção de alimentos, a autopreservação do trabalhador e uma relação de reciprocidade positiva com a natureza. Essa integração da experiência histórica camponesa com o acúmulo científico levam às experiências agroecológicas essa possibilidade de ressignificar o trabalho numa perspectiva libertadora. Desta maneira, só a partir da experiência histórica camponesa, de negação da subordinação do trabalho na agricultura industrial em relação dialética com a resistência do projeto

camponês permanente de estar na terra com autonomia, pode gerar condições e possibilidade libertadoras para a superação da alienação do trabalho no campo.

Aspectos da emancipação do trabalho na agroecologia

O arcabouço da agroecologia apresenta inúmeras abordagens e linhas de pensamento. Orientamos seu entendimento pelo movimento da teoria e da prática, que tem como base a organização social camponesa, suas relações e dimensões de resistência ao desenvolvimento capitalista. São construções identitárias que se apresentam na resistência simbólica e na experiência de ressignificação das relações sociais de trabalho e relações estabelecidas com a natureza.

Como formulação teórica do pensamento social marginal estuda e desvela as relações de dominação e opressão a que esses povos camponeses foram submetidos e pretende, assim, relevar o papel de inventividade e resistência frente a esse cenário de exploração capitalista e expor uma postura ativa na história das lutas sociais. É nesta experiência secular de busca por libertação e resistência à dominação, que surge um manejo de recursos naturais específico e um conjunto de técnicas ecológicas ressignificadas. Baseadas nessas manifestações múltiplas de resistência cultural frente à estrutura agrária dominante, desde a rebeldia aberta, movimentos de insurreição até a resistência passiva no cotidiano dos sistemas agrários, forma-se uma matriz de pensamento popular e de ação política através da voz de pensadores locais e dos movimentos sociais (Sevilla Gúzman, 2011).

A agroecologia, então, une as reflexões da morfologia social camponesa e seus traços anticapitalistas à reflexão ecológica e traz ao debate uma forma específica de relação com a natureza e com o trabalho, estabelecida por esses grupos sociais, que instalam processos de permanência e resistência na reprodução das unidades domésticas de trabalho e consumo, através de trabalho

próprio. Nesses termos, a agroecologia ganha força no pensamento da transformação social, ao reestabelecer o debate do manejo dos recursos naturais ou a relação entre trabalho e natureza.

Sua matriz de conhecimento contrapõe a perspectiva do reducionismo científico e busca responder às questões da realidade social de forma mais totalizante, numa perspectiva complexa da inter-relação dos fatores na busca da inter, multi e transdisciplinaridade. Desta forma, a agroecologia se alimenta de contribuições de vários campos teóricos como a Física, Economia Ecológica, Ecologia Política, Agronomia, Ecologia, Biologia, Educação, Comunicação, História, Antropologia e Sociologia, que interagem em torno do rural e da agricultura camponesa (Caporal *et al.*, 2005).

A agroecologia se constitui, também, na ação social e política de construção de experiências produtivas e de circulação alternativas, que desvelam a deterioração social e ecológica impostas pela lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico. Ao mesmo tempo, atua nas comunidades rurais e movimentos sociais, estabelecendo dinâmicas sociopolíticas em sua defesa frente aos diferentes tipos de conflitividades, agressões da modernidade e resistem às formas recolonizadoras de opressão e dominação cultural, econômica e tecnológica (Sevilla Gúzman, 2011).

Neste sentido, privilegiamos a construção agroecológica dentro dos movimentos sociais do campo, com destaque para o MST, pois este articula as ações agroecológicas como enfrentamento ao desenvolvimento do capital no campo e à subordinação do trabalho na agricultura industrial e tem como sujeito o camponês e sua base histórica de resistência, conhecimentos tradicionais da prática agrícola e de manejo dos recursos naturais.

Para o MST, se faz necessário construir um novo modelo agrícola no Brasil que enfrente a situação de dominação das empresas da cadeia produtiva agroalimentar, tanto as empresas de insumos, maquinários e sementes, quanto as agroindústrias

de transformação dos produtos agrícolas. Uma agricultura que democratize a propriedade da terra como pilar da igualdade de condições e de oportunidades sobre os bens naturais e que possa reorganizar a produção para priorizar a produção de alimentos saudáveis e para o mercado interno (Stedile, 2009).

Na interpretação do movimento social, apenas a conquista da terra não é suficiente no enfrentamento à agricultura industrial. A agroecologia surge, então, como experiências que estabelecem uma nova relação com a natureza e entre os próprios seres humanos. Onde o latifúndio reproduzia a exploração do ser humano e a degradação ambiental, se produz alimentos saudáveis e se recupera e preserva a natureza, a biodiversidade, os solos e as águas. Com base nas características do ecossistema local se produz alimentos, se reorganiza o trabalho e se constrói relações de produção não alienadas, nas quais as capacidades humanas e sua relação com a natureza se colocam de forma muito mais racional: “Apesar da agroecologia não ter força em si mesma para edificar uma sociedade socialista, tal sociedade perderá sentido e força humanizadora se tal projeto não incorporar a agroecologia e realizar uma radical crítica ao modelo produtivista do capital” (Martins, 2010, p. 37).

As experiências e articulações agroecológicas dentro dos movimentos sociais do campo, parecem se desdobrar como reflexão teórica engajada em construção relacional com ação social e política de intervenções produtivas e manejo dos recursos naturais que buscam ressignificar o trabalho e a relação humana com a natureza na agricultura camponesa, tendo como base o enfrentamento das relações históricas de exploração, dominação do campo e destruição da natureza.

Neste contexto investigamos, então, aspectos emancipadores na experiência do trabalho de agricultores camponeses envolvidos em ações agroecológicas em áreas de reforma agrária ligados ao MST, que atuam na direção da negação e da superação da alienação. Para tal nos debruçamos nas construções teóricas

e práticas, coletivas e individuais dos agricultores camponeses, analisando sua experiência⁴ social com o trabalho.

Anunciamos, já antes de iniciar as análises das experiências dos agricultores camponeses, que a emancipação total de homens e mulheres apenas poderá existir em sociedades futuras, que superem as contradições capitalistas e rompam, estruturalmente, com as relações de opressão e o modo de produção sobre comando do capital. Tampouco a emancipação poderia ser resumida em experiências de agroecologia nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, pois a emancipação total se dá no conjunto da sociedade, como processo histórico e não em esferas parciais e espaços específicos da realidade. Portanto, em meio a contradições inúmeras nos processos sociais instalados nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, destacamos alguns aspectos, parcialidades e elementos da emancipação e possibilidades de superação da alienação no trabalho, presentes na experiência agroecológica de agricultores camponeses. São experimentos sociais, que apontam, ensaiam e prefiguram cenários de uma sociedade possível e liberta.

Inicialmente, identificamos, presentes e vivas, nas experiências agroecológicas dos agricultores, as referências dos conhecimentos tradicionais camponeses, compondo o entendimento e a ação do momento atual sobre o campo. Está presente na fala e na prática o saber camponês coletivo que atravessa gerações, relatado como aprendizado da infância com a família, de um “saber fazer” camponês. É uma experiência coletiva e de classe porque não está impressa num conhecimento aprendido estritamente de forma direta, está marcada na condição de pobreza,

⁴ Por experiência entendemos a vivência social como conjunto de relações coletivas e individuais, práticas e teóricas, que constroem objetivamente formas de organizar o trabalho na agricultura, maneiras de se relacionar com a natureza, com a comunidade e com os outros indivíduos, valores, posturas, elementos ideológicos. São entendimentos sobre a vida, o entorno onde o camponês está inserido e sobre a sociedade da qual ele se faz parte.

está nos assentamentos e nos acampamentos, no compartilhar de conhecimento das famílias próximas, na busca por controlar a terra; está, muitas vezes, nas memórias e no imaginário coletivo.

As trajetórias individuais e coletivas expõem a passagem pelo arrendamento e pela produção convencional, que explicitam o contato com o uso intensivo de agrotóxicos e suas preocupações em relação à saúde, como também, a fragilidade na relação de arrendamento e a precariedade dessa situação de trabalho e produção. Somam-se os relatos do trabalho volante e suas determinações devastadoras sobre o trabalhador no baixo salário, na ausência de direitos sociais, que impunham condições sofridas à vida.

Nesse contexto, são apontadas, muitas vezes, a ida das famílias camponesas para as cidades em busca de outras ocupações e formas de renda e as experiências do trabalho e da vida urbana. Porém, mesmo vivendo no universo urbano, as famílias mantêm práticas da vida camponesa, como a horta e a criação de pequenos animais.

As trajetórias relatadas culminam com a volta à terra, com o reencontro com um pedaço de terra, reatando um laço que nunca se desfez, que se afrouxou durante a vida, mas sempre esteve latente, quando os conhecimentos tradicionais de produção na agricultura voltam a se materializar. Nas falas, eles reafirmam essa perspectiva camponesa, descontínua, irregular, mas que nunca rompeu seus laços com a terra e seu “ser camponês” e mantém como horizonte o projeto camponês de estar na terra.

Apesar da confluência entre trabalhos urbanos e trabalhos no campo, trabalho assalariado e trabalho temporário, entre a grande produção e a agricultura convencional e o trabalho familiar para produção de alimentos, as raízes camponesas da produção familiar para alimentação, elas se fazem presentes, às vezes, como memória, outras vezes como prática simbiótica com outras formas de trabalho. A condição camponesa ressoa como memória histórica, mas também como reprodução em trajetórias

individuais, familiares e coletivas, de negação de situações de trabalho precárias que ameaçam a saúde e colocam a reprodução da vida num situação indigna e degradante, ao mesmo tempo que conduzem a busca pelo retorno à terra na luta da reforma agrária.

O trabalho nessa experiência camponesa em diálogo com a agroecologia aparece, primeiramente, no questionamento das relações anteriormente alienadas. Na percepção da opressão, da violência ao corpo e da dominação. Essencialmente, ocorre a negação do caráter destrutivo da produção sobre o trabalhador e a natureza vivenciados na revolução verde. Esses relatos evidenciam que a agroecologia, para expressar seu nexos emancipador, deve ser uma construção experiencial e histórica de resistência e de desvelamento das relações de opressão e dominação.

O orgânico é mais fácil pra gente, você usa o adubo químico, o veneno, vai usa uma coisa e usa a outra, cê tá ariscando sua saúde, é muito perigoso. Eu trabalhei na lavoura de algodão 20 ano, eu sei o que é um veneno, o que significa isso aí, a lavoura de algodão é puro veneno, num tem outro meio, cê não, ela num consegue sair, a lavoura de algodão num aceita o adubo orgânico, ela aceita mais o adubo químico e o veneno. Eu sei todos os ponto do inseticida, qual é o que faz mais mal, o que é mais feroz o que é menos... Falô veneno, inseticida, falô toda essa parte aí... Oiá.!!! É destruição, é destruição pro planeta, pro ser humano, é destruição pra saúde, pro futuro dos filho que vêm, então, sempre vai acontecê problema, sempre vai aparecê doença que ocê num conhece... Enquanto você vai ficando de certa idade vai apontá essas doença, por quê? Já é um produto que fica no corpo da pessoa, ele acumula no corpo, ele entrô num sai mais. É um tróço... um câncer vamo se falá.

A fala a seguir, também mostra que emancipação se constrói a partir da necessidade de superar a experiência opressora. O agricultor, então, ao afirmar a agressão à saúde causada pelos

venenos, a dependência da produção pelos insumos industriais, busca, como positivação dessa percepção da dominação, autonomia, o controle do processo produtivo. Assim, essa percepção se transforma em desdobramentos técnicos na produção; o camponês mantém as sementes nativas, que não precisam ser compradas e que podem ser cultivadas e armazenadas de um ano a outro; recria insumos feitos a partir dos recursos locais que não degradam a natureza e não os submetem à dependência do circuito agroindustrial.

Essa luta aí é muito ingrata... precisa ver se é uma semente crioula, uma semente natural, se é uma semente nativa, entendeu! Agora... tá muito difícil pra gente encontrar, cê vê que eu carrego no bolso algumas sementinha, pra mim ir plantando, se nasce dois, três pé ali, já tô no lucro, já tô tirando umas duas, três espiga, que eu possa lá na frente. Então eu acho que agricultura familiar, que seria dum assentado, ela se come coisas melhor, que num seja transgênica, só que a gente quer uma coisa natural, você num vai querer tomar veneno todo dia, entendeu? Então eu acho que eles tem muito medo, também, da reforma agrária e do MST, por qual motivo, se você vai comprar uma semente transgênica, você já tem que levá uma certa quantidade de veneno, que é uma planta fraca... cê tem que levá uma certa quantidade de fertilizante, hoje eu uso aqui biofertilizante feito com urina de vaca, pouquinho de cinza porque ela é bem caustica (que agente fazia sabão de cinza, aí você já faz uma ideia e o pó de osso, e você vê as bananeira, cê vê as coisa ai como é que produz ... e o biofertilizante nunca se joga no chão, biofertilizante, se você pega a bananeira, você vai lá no subaco dela, cê põe um pouquinho ali, ali tá armazenando, a água se você joga um pouquinho dentro da bananeira, entre as folha, ela vai se nutre, tê mais água dentro dela, vai retirando tudo que ela precisa dali.

Neste trecho se evidencia uma forte percepção do domínio técnico do processo produtivo na agricultura pelo camponês, nos parece que o conhecimento e controle de todas as etapas de pro-

dução estão mais integrados em sua ação sobre a natureza, fortalecendo a autonomia desse sujeito na edificação de seu trabalho e fragilizando a capacidade do capital de subjugar-lo e dominá-lo.

Os relatos, da mesma forma, demonstram o refinamento tecnológico do arranjo produtivo camponês na agroecologia, onde o policultivo florestal gera recursos de madeira, alimentos, quebra-vento e sombra. Essas soluções tecnológicas, além de preservação dos recursos naturais, conferem autonomia à produção camponesa ao aumentar a resiliência do sistema, que o torna menos suscetível tanto a perturbações de problemas naturais quanto de perturbações de preço e demanda de produtos. Esses camponeses, cada vez menos, dependem de recursos externos do circuito do capital; os processos de trabalho e de produção apontam para além do imediatismo do lucro e da produtividade. Constroem condições de autopreservação dos processos de trabalho na agricultura em sua relação com a natureza e ajudam, então, na desconstrução do caráter destrutivo da produção nos marcos do capital.

É possível identificar que esse domínio se amplia para além da produção e passa ao domínio da manutenção da vida. Os agricultores camponeses apresentam um conjunto aprofundado de conhecimentos sobre a produção, sobre a conservação dos solos e adubação, esse domínio do processo produtivo, que é a forma de controle nas linhas de produção do capital, torna-se elemento de autonomia para o camponês, na medida em que, supera a alienação gerada pela divisão do trabalho. Identificamos, também, grande circulação e reaproveitamento de recursos energéticos e de biomassa dentro da área familiar, promovendo assim, alto nível de utilização de recursos locais. Este aspecto é muito relevante, pois reduz o caráter mercantil da produção camponesa ao se tornar mais independente dos insumos industriais participantes da grande circulação do capital.

A organização da vida das famílias camponesas estabelecidas nas áreas rurais ultrapassa um sentido estrito do trabalho

para gerar produtos e mercadorias. A relação com a natureza se amplia, com a postura e a ação frente à conservação e preservação dos recursos hídricos, por exemplo. Assim, o desenho da área familiar busca também preservar a água, que se usa não só na produção, mas para beber, tomar banho, preparar alimentos, lavar roupa, além de outras funções relevantes à manutenção da vida; com um poço sempre cheio, passam a estar no controle da própria família.

É perceptível a relevância da natureza para a reprodução da vida e à necessidade de reverter a contaminação pelos venenos da agricultura moderna, a contaminação das fontes de água, do solo e da base genética dos cultivares.

Percebemos iniciativas interessantes de produção e manutenção de conhecimentos tecnológicos na experiência dos agricultores camponeses. Eles, empoderados do processo produtivo e com o trabalho sob seu controle, passam a estabelecer o desenvolvimento de alternativas tecnológicas autônomas de acordo com seus interesses, entendimentos e visões do processo de produção. Tais iniciativas passam por sistemas de captação e distribuição de água e projeção de mecanização para o policultivo.

Os trechos até aqui apresentados revelam toda a inventividade e resistência na construção de um sistema de manejo de recursos naturais específico e um conjunto de técnicas ecológicas ressignificadas. Usando os conceitos elaborados por Sevilla Gúzman (2011), esses sujeitos, na busca histórica por libertar-se das relações de dominação e opressão a que foram submetidos, forjam uma postura ativa na história frente às mazelas do desenvolvimento capitalista. Nessa trajetória os camponeses constituem uma forma de produzir e fazer agricultura baseada na autonomia, no controle do processo de trabalho, no domínio técnico e na utilização de recursos locais e biodiversidade.

As bases da alienação e do antagonismo entre trabalhador e proprietário vão se diluindo na experiência agroecológica. O proprietário que tinha uma relação direta com a natureza, po-

rém, alienada do processo de trabalho e o trabalhador que só se relacionava com traços de uma natureza alienada, através do processo de produção dentro da “indústria”, parecem ir aos poucos se fundindo. O caráter do trabalhador que se relaciona com o proprietário e com uma natureza alienada, que lhe chegam de forma pré-definida, como algo estranho, parece ser substituído pelo trabalho ressignificado na produção de alimentos e na relação interdependente com a natureza. O trabalho, assim, se aproxima da noção de agente humano da produção na perspectiva agroecológica do camponês, que é quem organiza o trabalho segundo objetivos próprios para reprodução da vida.

Após termos nos dedicado à trajetória camponesa e nas suas influências na perspectiva de construção da agroecologia e nas construções técnicas e de organização do trabalho emancipadoras, avançamos, com os próximos relatos, na direção das ressignificações do trabalho e sua ampliação de sentidos.

Massante, né, você tê que fazê aquilo... tem que ser certinho aquilo, você tem um horário pré determinado procê cumprí, hoje eu comecei... quando deu sete hora eu já tava com minhas planta toda molhada, criação tratada... e fui vaganbundeá fazendo umas bandejinha, fazendo umas mudinha, então, cê quer coisa mais gostosa que essa!! Vou ali, tomo um cafezinho na hora que eu quero, faço um suco na hora que eu quero... Num tem dependência nenhuma... Eu tomo as minhas decisão pra mim, aquilo que eu quero pra mim... e aquilo que eu quero pra mim é isso que você tá vendo aí!

Mas minha tendência era saí da cidade e volta pro campo... Eu nunca gostei... trabalhava mesmo porque num tinha otro jeito de voltá pro campo... Então trabalhava na metalúrgica... e tinha como os filho estudá também...

É bom cê tá no campo, tá sossegado, pensa que você num vai batê um cartão prum dia de serviço, pra mim é bom, escolho a hora que vô trabalhá, o dia que eu num quero trabalhá eu num trabalho!! Dificilmente para, sempre o campo pede uma coisa procê fazê, ... Cê olha prum lado tem

uma horta pra aguá, um pé de fruta pra plantá... é por aí que funciona, o próprio campo mostra, o que cê vai fazê, já te indica o serviço certinho onde você vai, tá tudo num sistema de uma escada... te dizendo o que você tem que fazê. Depois eu vim pro campo... fui levando, fui vivendo, num precisei mais trabalhar pra ninguém, pra fora, trabalho e vivo exclusivo do campo.. Eu acho que sempre foi a melhor opção né? Num tê que dá aquela palavra ‘Sim senhor’, ‘Sim senhor já vô!!’, ‘Sim senhor já vô!!’, ‘Sim senhor já esta acabando!’

Nessas falas, é possível identificar como negação do trabalho subordinado anterior, a reorganização do trabalho com maior autonomia sobre o tempo e sobre as tarefas e etapas da produção, inclusive sobre o ritmo. O camponês pode, nessa situação, escolher suas paradas no trabalho para descanso, para tomar um café ou um suco e o dia que não quer trabalhar. A noção emancipadora na escolha pela produção camponesa aparece, então, como negação das experiências anteriores de opressão e dominação no trabalho, refletidas no controle do tempo e na definição externa do conjunto de tarefas a ser realizada.

A percepção de liberdade e autocontrole chega ao ponto do camponês identificar no trabalho de fazer mudas um ato de “vaguear”, ou seja, uma noção quase de não trabalho, um estágio de desenvolvimento do trabalho não penoso, próximo ao lazer, à diversão.

Não se pode pensar nenhuma construção agroecológica que não considere essa mescla de experiências de trabalho, no campo e na cidade, pois é partir dessa experiência de opressão a que foram submetidos os camponeses, como a sensação de injustiça pelo baixo salário, pela falta de direitos trabalhistas, o controle externo no trabalho, de ter que seguir ordens pré-determinadas, com horário controlado, que se pode construir um trabalho emancipador.

As dimensões emancipadoras do trabalho na agroecologia chegam ao ponto de enunciar explicitamente a liberdade, como se segue no trecho a seguir, que fala por si mesmo

Meu trabalho do dia a dia... hoje é sábado, né? Eu pensei que era segunda, eu num tenho dia... Num tem nenhum dia, pra mim num tem feriado... pra mim todo dia é domingo... Sou livre, faço o que quero, se eu quiser parar eu paro, se eu quisé trabalhá eu vou trabalhá. Sô liberto, fui liberto da escravidão do trabalho. Acho muito importante, mas fez um bem danado pra minha cabeça a reforma agrária, que me trouxe muita coisa, muito conhecimento, muitas coisa... Sou livre, livre, livre, livre!!! Se você soubesse, nós fazia reforma agrária em toda cidade, se o camarada soubesse o que é uma reforma agrária.

É possível identificar que, muitas vezes, o trabalho não é tomado como algo estranho ao indivíduo ou que não faz parte de sua própria vida. Neste ponto, transpassa-se a objetivação única de realização econômica, como é sua característica quando o trabalho está subordinado ao capital, que ganha outras significações, como pode observar a seguir: “... que a gente tem que fazer tudo com muito carinho e procurar fazer tudo bem certinho e bem artesanal que dá certo... como se fosse... como se diz a palavra? Fazer divertindo, tem que trabalhar se divertindo, eu me divirto com isso...”.

Desta forma, quando se incluem as dimensões de diversão e de carinho, o trabalho camponês e agroecológico ganha uma amplitude maior, atinge um escopo de ressignificações e dimensões emancipadoras. Ele não é mais um fardo, uma penosidade necessária à sobrevivência.

Considerações finais

De forma evidente, o trabalho, na perspectiva agroecológica desenvolvida pelo campesinato, atinge níveis emancipadores e se coloca numa perspectiva mais integralizadora, como atividade humana menos fragmentada pela intervenção da propriedade, uma vez que esse camponês tem maior controle e autonomia no uso da terra. Ao mesmo tempo esta significação e materialização da expe-

riência do trabalho na agroecologia estão profundamente ancoradas na trajetória camponesa, como experiência social e histórica, como memória e projeto familiar de estar na terra. É claro que no estágio avançado de desenvolvimento capitalista, as determinações sobre o trabalho não são só internas, existe todo um conjunto de definições externas como os preços, a venda concorrencial e as condições dos grupos compradores das grandes cadeias agroindustriais. Porém, internamente, de fato, se verificou maior integração entre o trabalho, seus objetivos, seus produtos, a natureza e as pessoas envolvidas em sua realização. Mesmo, como em muitos casos, não tendo a propriedade da terra, o camponês consegue desmobilizar parcialmente o controle capitalista sobre a produção e estabelecer outro tipo de controle, agora sobre o domínio do trabalhador.

O camponês define como objetivo do trabalho sua alimentação e não a geração de um produto alheio à sua vida, sem funcionalidade. O processo não é totalmente alienado, pois ele, assim como o antigo artesão, domina as etapas parciais e entende todo seu encadeamento como processo total. Isso permite compreender o papel e a importância da natureza, que lhe dá abrigo, alimentação, sustento.

A experiência camponesa de organização autônoma do trabalho na agroecologia apresenta maior saber técnico e uso dos recursos locais como insumos, o que, além de reduzir a dependência dos circuitos do capital, emancipa, em alguma medida, o trabalho, também, através do domínio técnico. O conhecimento produtivo se estabelece como poder, pois o agricultor tem controle tecnológico e organiza os processos de trabalho, o ritmo e o tempo de dedicação de acordo com seus interesses, de modo que a tecnologia capitalista e os empresários do campo têm menor força para subjugar e dominar o camponês.

A organização da vida das famílias camponesas estabelecidas nas áreas rurais ultrapassa um sentido estrito para o trabalho, de gerar produtos e mercadorias. A relação com a natureza se amplia como postura e ação frente à conservação e preserva-

ção dos recursos hídricos e vegetais, pois são elementos necessários à reprodução da vida. A escolha do campo como espaço da vida social e a noção de interdependência da natureza apontam o estabelecimento de sistemas ecológicos mais resilientes e um caráter muito menos destrutivo da produção.

Desta forma, dentro das experiências camponesas, a cisão extremada da totalidade homem/mulher, entre proprietário e trabalhador, ou seja, a supressão prática do ser social enquanto existência integradora sofre fortes abalos. O homem e a mulher, enquanto totalidade em sua ação social produtiva sobre a natureza, parecem dar sinais vitais na experiência camponesa. O trabalho se mostra mais perto de ganhar sentido dentro da reprodução da vida enquanto criatividade, escolha, satisfação das necessidades e desejos humanos. Esse processo está marcado na fala dos agricultores, ao se sentirem mais livres, não serem controlados, terem sua própria horta, sua própria criação, em seu próprio pedaço de terra e poderem organizar a produção como desejam. O camponês parece, então, mais próximo do humano como ser mediador da natureza em seu autodesenvolvimento.

Referências bibliográficas

- ALTIERI, Miguel A; TOLEDO, Victor, M. La Revolución Agroecológica en América Latina: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. Versión al español del artículo “The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants”. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, julho 2011, p. 587-612.
- _____. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Tradução de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. *III Congresso Brasileiro de Agroecologia*. Florianópolis, 2005.
- COSTABEBER, José Antônio. A transição agroecológica: do produtivismo à ecologização, in: CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio (org). *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a*

- promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa, estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, José et al. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, Adalberto Martins. Agroecologia: modelo que une alimentos saudáveis e luta por reforma agrária. *Revista Sem Terra: edição especial Agroecologia*, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MST – Coordenação Nacional. O papel estratégico da agroecologia para o MST. *Revista Sem Terra: edição especial Agroecologia*, 2010.
- SAUER, Sérgio. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Bases sociológicas de la agroecología, in: *Encuentro Internacional sobre Agroecología e Desenvolvimento Sustentável*. (Texto para conferência). Botucatu, 2001.
- _____. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*. La Paz-Bolivia: Plural Editores, 2011.
- _____. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenv. Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 2, n. 1 p. 35-45, jan./mar. 2000b.
- STEDILE, João Pedro. A Agroecologia e os movimentos sociais do campo, in: PETERSEN, Paulo (org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.
- TARDIN, José Maria. Brasil não tem política para agroecologia. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1863>>. Acesso em: 3 out. 2013. Entrevista concedida a Rodrigo Ponce e Solange Engelmann 6 de junho de 2006 e publicada no site do MST.
- VIA CAMPESINA. *De Maputo a Jakarta: 5 anos de agroecologia em La Vía Campesina*. Jakarta: Via Campesina, 2013.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade, in: *Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*. Porto de Galinhas, 2010.
- _____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov, in: FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio (orgs.). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998, p. 29-49.
- _____. Raízes históricas do campesinato brasileiro, in: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999.
- _____. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis

Francisco Roberto Caporal
José Antônio Costabeber

Introdução

O presente artigo pretende ser uma contribuição ao debate conceitual sobre agroecologia e, ao mesmo tempo, um texto de apoio para os formuladores e executores de programas de assistência técnica e extensão rural que venham a se basear na nova Política Nacional de Ater, instituída no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que destaca a importância de ações capazes de dar sustentação a um efetivo processo de transição agroecológica, baseada nos princípios da agroecologia.

Como se pode verificar ao longo do artigo, a necessidade de buscar uma maior precisão no uso dos conceitos é de fundamental importância para que as estratégias de desenvolvimento sustentável e de construção de estilos de agriculturas sustentáveis¹ possam lançar mão de todo o potencial técnico-científico que tem a agroecologia para impulsionar uma mudança substancial no meio rural e na agricultura e, para reorientar ações de asses-

¹ A expressão agriculturas sustentáveis (no plural) pretende marcar a importância que o enfoque agroecológico dá às especificidades socioculturais dos atores sociais que trabalham na agricultura, assim como a necessidade de adaptação da agricultura aos diferentes agroecossistemas.

soria ou assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure a sustentabilidade socioambiental e econômica dos territórios rurais.

Neste sentido, antes de abordar o que é a agroecologia, enquanto uma nova ciência em construção inicia-se este artigo com uma abordagem que pretende desvelar alguns equívocos conceituais (gnosiológicos) que podem prejudicar o avanço da transição agroecológica, especialmente em razão do reducionismo conceitual, tático e estratégico embutido em alguns enfoques alternativos ao modelo convencional de agricultura. Para finalizar, são feitos alguns alertas sobre aspectos que parecem importantes quando o tema é a implementação de novos estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis, em especial, os riscos de uma nova onda de diferenciação social que pode surgir em decorrência de enfoques que privilegiam a orientação pelo mercado e por nichos de consumidores que permitem o acesso a grupos restritos de agricultores.

O que não é agroecologia

Em anos mais recentes, a referência constante à agroecologia, que se constitui em mais uma expressão sociopolítica do processo de ecologização², tem sido bastante positiva, pois nos faz lembrar de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovem a inclusão social e proporcionam melhores condições econômicas aos agricultores. Nesse sentido, são comuns as interpretações que vinculam a agroecologia com “uma vida mais saudável”; “uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho”; “uma agricultura socialmente jus-

² O conceito de ecologização aqui utilizado está inspirado na perspectiva adotada por Buttel (1993, 1994), como a introdução de valores ambientais nas práticas agrícolas, na opinião pública e nas agendas políticas para a agricultura. Ver também Caporal (1998); Costabeber (1998); Caporal e Costabeber (2000, 2001).

ta”; “o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o”; “o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais”; “o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais”; “um novo equilíbrio nas relações homem e natureza”; “uma agricultura sem destruição do meio ambiente”; “uma agricultura que não exclui ninguém”; entre outras³. Assim, o uso do termo agroecologia nos tem trazido a ideia e a expectativa de uma nova agricultura capaz de fazer bem ao homem e ao meio ambiente.

Entretanto, mostra-se cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos, prejudicam o seu entendimento como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não raro, tem-se confundido a agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da revolução verde. Exemplificando, é cada vez mais comum ouvirmos frases equivocadas do tipo: “existe mercado para a agroecologia”; “a agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional”; “a agroecologia é menos rentável que a agricultura convencional”; “a agroecologia é um novo modelo tecnológico”. Em algumas situações, chega-se a ouvir que, “agora, a agroecologia é uma política pública” ou “vamos fazer uma feira de agroecologia”. Apesar da provável boa intenção do seu emprego, todas essas frases estão equivocadas, se entendermos a agroecologia como um enfoque científico. Na verdade, essas interpretações expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável.

³ As “falas” entre aspas foram anotadas pelos autores durante uma reunião realizada no município de Santa Rosa, no ano de 2000.

Agriculturas alternativas de base ecológica

Desde muito tempo os homens vêm buscando estabelecer estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente e capazes proteger os recursos naturais, conservar o meio ambiente, além de serem mais duráveis no tempo, tentando fugir do estilo convencional de agricultura que passou a ser hegemônico a partir dos novos descobrimentos da química agrícola, da biologia e da mecânica ocorridos já no início do século XX. Em diversos países, passaram a surgir estas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, biodinâmica, permacultura etc., cada uma delas seguindo determinados princípios, tecnologias, normas, regras e filosofias, segundo as correntes a que estão aderidas. Não obstante, na maioria das vezes, tais alternativas não conseguiram dar as respostas para os problemas socioambientais que foram se acumulando como resultado do modelo convencional de desenvolvimento e de agricultura que passaram a predominar, particularmente, depois da Segunda Grande Guerra.

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de *agriculturas de base ecológica ou sustentáveis*, como veremos adiante.

A opção pela terminologia “agricultura de base ecológica”, em primeiro lugar, tem a intenção de distinguir os estilos de agricultura resultantes da aplicação dos princípios e conceitos da agroecologia (estilos que, teoricamente, apresentam maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazos), tanto do modelo de agricultura convencional ou agroquímica (um modelo que, reconhecidamente, é mais dependente de recursos naturais

não renováveis e, portanto, incapaz de perdurar através do tempo), como também de estilos de agricultura que estão surgindo a partir das orientações emanadas das correntes da “intensificação verde”, da “revolução verde verde” ou “dupla revolução verde”, cuja tendência, marcadamente ecotecnocrática, tem sido a incorporação parcial de elementos de caráter ambientalista ou conservacionista nas práticas agrícolas convencionais (*greening process*), o que se constitui numa vã tentativa de *recauchutagem* do modelo da revolução verde, sem, porém, qualquer propósito ou intenção de alterar fundamentalmente as frágeis bases que até agora lhe deram sustentação⁴.

Em segundo lugar, se pretende marcar a distinção entre agriculturas de base ecológica, baseadas nos princípios da agroecologia e outros estilos de agricultura alternativa que, embora apresentando denominações que dão a conotação da aplicação de práticas, técnicas e/ou procedimentos que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais, não necessariamente terão que lançar ou lançarão mão das orientações mais amplas emanadas do enfoque agroecológico. A título de exemplo, cabe afirmar que não se deve entender como agricultura baseada nos princípios da agroecologia aquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. No limite, uma agricultura com esta característica pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos agricultores não têm ou não tiveram acesso aos insumos

⁴ Como temos tentado ressaltar em outros lugares (Caporal, 1998; Costabeber, 1998; Caporal e Costabeber, 2000a; 2000b; 2001), o processo de ecologização da agricultura não necessariamente seguirá uma trajetória linear, podendo seguir distintas vias, mais próximas ou alinhadas com a corrente *ecotecnocrática* (*modelo da revolução verde verde, da dupla revolução verde ou da intensificação verde*) ou com a corrente *ecossocial* (*agriculturas de base ecológica*), havendo diferenças fundamentais entre as premissas ou bases teóricas que sustentam cada uma dessas correntes. E são essas diferenças que marcam os espaços de ação e de articulação dos distintos atores sociais comprometidos com uma ou com outra perspectiva.

modernos por impossibilidade econômica, por falta de informação ou por ausência de políticas públicas adequadas para este fim. Ademais, algumas opções desta natureza podem estar justificadas por uma visão tática ou estratégica, visando conquistar mercados cativos ou nichos de mercado que, dado o grau de informação que possuem alguns segmentos de consumidores a respeito dos riscos embutidos nos produtos da agricultura convencional, supervalorizam economicamente os produtos ditos “ecológicos”, “orgânicos” ou “limpos”, o que não necessariamente assegura a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através do tempo⁵. Neste sentido, temos hoje, tanto algumas agriculturas familiares ecologizadas, com a presença de grandes grupos transnacionais que estão abocanhando o mercado orgânico em busca de lucro imediato, como vem ocorrendo com os chamados “alimentos corporgânicos”.⁶

Em síntese, é preciso ter clareza que a agricultura ecológica e a agricultura orgânica, entre outras denominações existentes, conceitual e empiricamente, em geral, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes convencionais, normalmente estabelecidas de acordo e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros⁷. Contudo e,

⁵ Em recente artigo em que analisam a evolução e dificuldades da “produção biológica” em Portugal, Cristóvão *et al.* (2001) apontam que o produtor biológico “médio” apresenta perfil distinto do produtor convencional médio, “em termos de idade, nível de escolaridade e formação profissional, sendo suas explorações predominantemente médias a grandes e estritamente ligadas ao mercado”. Por sua vez, os consumidores de produtos biológicos formam “um nicho ainda restrito, constituído por elementos com maior poder de compra, mais informados e com mais consciência em matéria de saúde humana e ambiente”.

⁶ Sobre os alimentos “corporgânicos”, sugerimos a leitura do artigo de Ruíz Marrero, C. (2003). Os interessados neste tema podem buscar mais informações na página <www.corporganics.org>.

⁷ No extremo, se encontram tipos de agricultura alternativa que já estão subordinadas a regras e normas de certificadoras internacionais ou usando

como já dissemos antes, estas escolas ou correntes da agricultura alternativa não necessariamente precisam estar seguindo as premissas básicas e os ensinamentos fundamentais da agroecologia. Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma *agricultura ecológica* em sentido mais amplo. É preciso ter presente que a simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados pode não ser solução, podendo inclusive causar outro tipo de contaminação. Como bem assinala Nicolas Lampkin,

(...) é provável que uma simples substituição de nitrogênio, fósforo e potássio de um adubo inorgânico por nitrogênio, fósforo e potássio de um adubo orgânico tenha o mesmo efeito adverso sobre a qualidade das plantas, a susceptibilidade às pragas e a contaminação ambiental. O uso inadequado dos materiais orgânicos, seja por excesso, por aplicação fora de época ou por ambos motivos, provocará um curto-circuito ou mesmo limitará o desenvolvimento e o funcionamento dos ciclos naturais (Lampkin, 1998, p. 3).

Por outro lado, Riechmann (2000) lembra que:

(...) alguns estudos sobre agricultura ecológica põem em evidência que as colheitas extraem do solo mais elementos nutritivos que os aportados pelo adubo natural, sem que pareça diminuir a fertilidade natural do solo. Isto convida a pensar que na produção agrícola nem tudo se reduz a um aporte humano de adubo e um processo vegetal de conversão bioquímica, segundo a visão reducionista inaugurada por Liebig, mas que entre as lides humanas e o crescimento da planta se intercalam processos ativos que têm lugar no solo por causa de uma ação combinada de caráter químico e biológico ao mesmo tempo.

insumos orgânicos importados, produzidos por grandes empresas transnacionais que encontraram no mercado de insumos orgânicos um novo filão para aumentar seus lucros, para citar alguns exemplos.

Citando Naredo (1996), o mesmo autor sugere que:

(...) nem a planta é um conversor inerte, nem o solo é um simples reservatório, mas ambos interagem e são capazes de reagir modificando seu comportamento. Por exemplo, a aplicação de doses importantes de adubo nitrogenado inibe a função nitrificadora das bactérias do solo, assim como a disposição da água e nutrientes condiciona o desenvolvimento do sistema radicular das plantas. Em suma, se impõe a necessidade de estudar não apenas o balanço do que entra e do que sai no sistema agrário, mas também o que ocorre ou poderia ocorrer dentro e fora do mesmo, alterando a relação planta, solo, ambiente (Riechmann, 2000).

Ademais, faz-se necessário considerar, também, que a prática da agricultura envolve um processo social, integrado a sistemas econômicos e que, portanto, qualquer enfoque baseado simplesmente na tecnologia ou na mudança da base técnica da agricultura pode implicar no surgimento de novas relações sociais, de novo tipo de relação dos homens com o meio ambiente e, entre outras coisas, em maior ou menor grau de autonomia e capacidade de exercer a cidadania. O antes mencionado serve como reforço à ideia segundo a qual os contextos de agricultura e desenvolvimento rural sustentáveis exigem um tratamento mais equitativo a todos os atores envolvidos – especialmente em termos das oportunidades a eles estendidas –, buscando-se uma melhoria crescente e equilibrada daqueles elementos ou aspectos que expressam os avanços positivos em cada uma das seis dimensões da sustentabilidade (Costabeber e Caporal, 2003).

Agroecologia: uma ciência para um futuro sustentável

A agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2000a; 2000b; 2001, 2002). Partindo, especial-

mente, de escritos de Miguel Altieri, observa-se que a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica⁸. Sendo assim, a partir de um enfoque sistêmico, adota o *agroecossistema*⁹ como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis. Então, mais do que uma disciplina específica, a agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas” que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico (Guzmán Casado *et al.*, 2000, p. 81). Por outro lado, como nos ensina Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, num horizonte

⁸ Entre outros importantes estudiosos que têm prestado inestimável apoio na construção coletiva da agroecologia a partir de diferentes campos do conhecimento, ver também Altieri (1989, 1992, 1994, 1995; 2001); Gliessman (1990, 1995, 1997, 2000); Pretty (1995, 1996); Conway (1997); Conway e Barbier (1990a, 1990b); González de Molina (1992); Sevilla Guzmán y González de Molina (1993); Carroll, Vandermeer & Rosset (1990); Leff (1994); Toledo (1990, 1991, 1993); Guzmán Casado, González de Molina y Sevilla Guzmán (2000); Sevilla Guzmán (1990, 1995a, 1995b, 1997, 1999); Martínez Alier (1994); Martínez Alier y Schlüpmann (1992).

⁹ Agroecossistema é a unidade fundamental de estudo, no qual os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais (Altieri, 1989).

temporal, partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica¹⁰.

Portanto, na agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança que ocorre através do tempo nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de *inputs* industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Por isto mesmo, quando se fala de agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que

¹⁰ Observe-se que se está usando a expressão “partindo do conhecimento local”. Esta explicação é necessária, pois há setores pouco informados que interpretam esta expressão como algo que vai em direção ao atraso. Na verdade, o “partir” quer significar um ponto de início de um processo dialógico entre profissionais com diferentes saberes, destinado à construção de novos conhecimentos. Neste processo o conhecimento técnico também é fundamental, até porque o salto de qualidade que propõe a agroecologia e a complexidade da transição a estilos de agriculturas sustentáveis não permitem abrir mão do conhecimento técnico-científico, desde que este seja compatível com os princípios e metodologias que podem levar a uma agricultura de base ecológica.

incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade. Por esta razão, o complexo processo de transição agroecológica não dispensa o progresso técnico e o avanço do conhecimento científico (Costabeber, 1998; Caporal e Costabeber, 2000a). Uma definição mais ampla é proporcionada por Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), para quem a agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para “através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica” reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilita a implementação de estilos de agricultura potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural.

Resumindo, a agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos, com maior capacidade para orientar não apenas o *desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*, mas também processos de *desenvolvimento rural sustentável*. É preciso deixar claro, porém, que a agroecologia não oferece, por exemplo, uma teoria sobre desenvolvimento rural, sobre metodologias participativas e, tampouco, sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Mas busca nos conhecimentos e experiências já acumuladas ou através da investigação-ação participativa ou do diagnóstico rural participativo, por exemplo, um método de intervenção que, ademais de manter coerência com suas bases

epistemológicas¹¹, contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis.

Adicionalmente, é preciso enfatizar que o processo de transição agroecológica adquire enorme complexidade, tanto tecnológica como metodológica e organizacional, dependendo dos objetivos e das metas que se estabeleçam, assim como do “nível” de sustentabilidade que se deseje alcançar. Neste sentido, segundo Gliessman (2000), podemos distinguir três níveis fundamentais no processo de transição ou conversão para agroecossistemas sustentáveis. O primeiro, diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de inputs externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. Esta tem sido a principal ênfase da investigação agrícola conven-

¹¹ Epistemologia é a parte da Filosofia que estuda os limites da faculdade humana de conhecimento e os critérios que condicionam a validade dos nossos conhecimentos. É o conhecimento sobre o conhecimento. Segundo Noorgard, as bases epistemológicas da agroecologia mostram que, historicamente, a evolução da cultura humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência à cultura humana. Ou seja: a) os sistemas biológicos e sociais têm potencial agrícola; b) este potencial foi captado pelos agricultores tradicionais através de um processo de tentativa, erro, aprendizado seletivo e cultural; c) os sistemas sociais e biológicos coevoluíram de tal maneira que a sustentação de cada um depende estruturalmente do outro; d) a natureza do potencial dos sistemas social e biológico pode ser mais bem compreendida dado o nosso presente estado do conhecimento formal, social e biológico, estudando-se como as culturas tradicionais captaram este potencial; e) o conhecimento formal, social e biológico, o conhecimento obtido do estudo dos sistemas agrários convencionais, o conhecimento de alguns insumos desenvolvidos pelas ciências agrárias convencionais e a experiência com instituições e tecnologias agrícolas ocidentais podem se unir para melhorar tanto os agroecossistemas tradicionais como os modernos; f) o desenvolvimento agrícola, através da agroecologia, manterá mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá menor deterioração cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais por si sós (Noorgard, 1989).

cional, resultando disso muitas práticas e tecnologias que ajudam a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional. O segundo nível da transição se refere à substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital, contaminantes e degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico. Neste nível, a estrutura básica do agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. O terceiro e mais complexo nível da transição é representado pelo redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base a um novo conjunto de processos ecológicos. Nesse caso, se buscaria eliminar as causas daqueles problemas que não foram resolvidos nos dois níveis anteriores. Em termos de investigação já foram feitos bons trabalhos em relação à transição do primeiro para o segundo nível, porém estão recém começando os trabalhos para a transição ao terceiro nível, quando se estaria mais próximo de estilos de agriculturas sustentáveis (Gliessman, 2000).

Como se pode perceber, os três *níveis* da transição agroecológica, propostos por Gliessman, afastam, ainda mais, a ideia equivocada de agroecologia como um tipo de agricultura, um sistema de produção ou uma tecnologia agrícola, por mais bondosa que esta possa ser. Além disso, estas breves considerações dão a dimensão exata da complexidade dos processos socioculturais, econômicos e ecológicos envolvidos e reforçam a natureza científica da agroecologia, bem como o seu *status* de enfoque ou campo de conhecimentos multidisciplinar e orientado pelo desafiante objetivo de *construção de estilos de agriculturas sustentáveis, no médio e longo prazos*. O que se está tentando dizer é que, como resultado da aplicação dos princípios da Agroecologia, pode-se alcançar *estilos de agriculturas de base ecológica* e, assim, obter *produtos de qualidade biológica superior*. Mas, para respeitar aqueles princípios, esta agricultura deve atender *requisitos so-*

ciais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, apoiar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável.

A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de *inputs* comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (Giesman, 1990). Para Altieri, a expressão agricultura sustentável se refere à “busca de rendimentos duráveis, a longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas”, o que requer a “otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de um produto específico” (Altieri, 2002a). Por sua parte, o Centro de Agroecologia da Universidade da Califórnia, *campus* de Santa Cruz (EUA), definiu agricultura sustentável como “aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações” (Gliessman, 2000).

Logo, como se fala de agricultura sustentável, se está falando de estilos de agricultura de base ecológica que atendam a requisitos de solidariedade entre as gerações atuais e destas para com as futuras gerações, o que alguns autores chamam de uma “ética da solidariedade”.

Considerações finais

Como vimos, a agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de *agriculturas sustentáveis*, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade. Apesar de seu vínculo mais estreito com aspectos técnico-agronômicos (que tem sua origem na agricultura, enquanto atividade produtiva), essa ciência se nutre de diversas disciplinas e avança para esferas mais amplas de análise, justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (a cultura dos homens em coevolução com o meio ambiente).

Assim, a título de considerações finais cabe destacar que: a) há consenso de que o atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável no tempo, dada sua grande dependência de recursos não renováveis e limitados. Ademais, este modelo tem sido responsável por crescentes danos ambientais e pelo aumento das diferenças socioeconômicas no meio rural; b) a par disso, está em curso uma mudança de paradigma na qual aparece com destaque a necessidade de se buscar estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que assegurem maior sustentabilidade ecológica e equidade social; c) a noção de sustentabilidade tem dado lugar ao surgimento de uma série de correntes do desenvolvimento rural sustentável, entre as quais se destacam aquelas alinhadas com a perspectiva ecotecnocrática e aquelas que vêm se orientando pelas bases epistemológicas da agroecologia, numa perspectiva ecossocial; e d) a construção deste processo de mudança tem impulsionado uma transição agroambiental, que se materializa pelo estabelecimento de diferentes estilos de agricultura ecológica ou orgânica, entre outras denominações, ademais de novos enfoques de desenvolvimento local ou regional que levam em conta as realidades dos distintos agroecossistemas.

Não obstante, observa-se que os diferentes enfoques conceituais e operativos, que vêm sendo adotados pelas distintas correntes da sustentabilidade, estão levando a um afastamento cada vez mais evidente entre as posições por elas assumidas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. De um lado, a corrente agroecológica sugere a massificação dos processos de manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional. Outras correntes, por sua vez, se orientam, principalmente, pela busca de mercados de nicho, centrando sua atenção na substituição de insumos químicos de síntese por insumos orgânicos ou ecológicos, restringindo-se, portanto, aos dois primeiros níveis da transição. Como evidência das principais diferenças de enfoque entre as correntes, destacamos os dois aspectos a seguir:

enquanto a corrente agroecológica defende a construção de agriculturas de base ecológica que se justifiquem pelos seus méritos intrínsecos, ao incorporar sempre a ideia de justiça social e proteção ambiental, independentemente do rótulo comercial do produto que gera ou do nicho de mercado que venha a conquistar, outras propõem uma “agricultura ecológica”, que se orienta exclusivamente pelo mercado e pela expectativa de um prêmio econômico que possa ser alcançado num determinado período histórico, o que não garante sua sustentabilidade no médio e longo prazos, porque, no limite teórico, uma agricultura ecológica mundialmente não guardaria espaço para um diferencial de preços pela característica ecológica ou orgânica de seus produtos.

enquanto a corrente agroecológica sustenta a necessidade de que sejam construídos processos de desenvolvimento rural e agriculturas sustentáveis que levem em conta a busca do equilíbrio entre as seis dimensões da sustentabilidade, antes citadas, outras correntes, por estarem orientadas principalmente pela expectativa de ganhos econômicos individuais e de curto prazo, acabam minimizando certos compromissos éticos e socioambientais. Sob a perspectiva de uma *agricultura ecológica* e desprovida destes compromissos,

podemos até supor que venha a existir uma *monocultura orgânica* de larga escala, baseada em *mão de obra assalariada, mal remunerada e movida a chicote*. Essa “*monocultura ecológica*” poderá até atender aos anseios e caprichos de consumidores *informados* sobre as benesses de consumir produtos agrícolas “limpos”, “orgânicos”, isentos de resíduos contaminantes. No entanto, o grau de informação ou de esclarecimento de dito consumidor talvez não lhe permita identificar ou ter conhecimentos das condições sociais em que o denominado produto *orgânico* foi ou vem sendo produzido; talvez, nem mesmo lhe interesse saber. Neste caso, no limite teórico e sob a consideração ética acima mencionada, nenhum produto será verdadeiramente ecológico se a sua produção estiver sendo realizada à custa da exploração da mão de obra. Ou, ainda, quando o não uso de certos insumos (para atender convenções de mercado) estiver sendo “compensado” por novas formas de esgotamento do solo, de degradação dos recursos naturais ou de subordinação dos agricultores aos setores agroindustriais.

Neste momento do debate sobre agroecologia, cabe alertar, ainda, que, simplificações como as acima mencionadas – que, muitas vezes, centram os esforços e recursos apenas na mudança da base técnica, objetivando gerar produtos diferenciados e de nicho – podem provocar um novo tipo de *espiral tecnológica*, gerando novas contradições e outros tipos de diferenciação social na agricultura. Atualmente, já é possível observar-se a existência de categorias de “agricultores ecológicos ou orgânicos” que recém começam a ser consideradas como novas categorias sociais nos estudos sobre a agricultura brasileira. Ou seja, estamos diante do perigo de se ampliar as diferenças entre os agricultores que têm e os que não têm acesso a serviços de assessoria técnica, assistência técnica e extensão rural, crédito, tecnologias de base ecológica, assim como entre os que dispõem e os que não dispõem de apoio para se organizar em grupos com o objetivo de conquistar nichos de mercado que melhor remunerem pelos produtos limpos ou ecológicos que oferecem (Costabeber, 1998).

Finalmente, cabe reconhecer os enormes desafios que estão pela frente se o objetivo é fazer avançar o enfoque agroecológico, numa perspectiva de *agriculturas e desenvolvimento rural sustentáveis*. Tais desafios são muito grandes e complexos, mas não são, em absoluto, intransponíveis. Sua superação depende, primeira e principalmente, da capacidade de diálogo e de aprendizagem coletiva que se possa estabelecer entre diferentes setores da sociedade, assim como do reconhecimento de que a *sustentabilidade* encerra não apenas abstrações teóricas e perspectivas futuristas, mas também elementos práticos que devem ser adotados na vida cotidiana. Soma-se a isso o fato de que muitos dos já comprovados impactos negativos causados pela *agricultura química* ainda não aparecem como um problema na opinião pública, pelo menos na intensidade necessária, retardando o debate e a possível tomada de consciência da sociedade, no sentido de apoiar a construção processos de desenvolvimento rural e de estilos de agricultura mais ajustados à noção de sustentabilidade. Destaque-se ainda que a socialização de conhecimentos e saberes agroecológicos entre agricultores, pesquisadores, estudantes, extensionistas, professores, políticos e técnicos em geral – respeitadas as especificidades de suas áreas de atuação –, é, e seguirá sendo, uma tarefa imperativa neste início de milênio, o que determina a necessidade de participação ativa do Estado. Se isto é verdadeiro, cabe também a todos os cidadãos o dever – e também o direito – de trabalharmos pela ampliação das oportunidades de construção de saberes socioambientais necessários para consolidar um novo paradigma de desenvolvimento rural, que considere as seis dimensões (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética) da sustentabilidade. Como enfoque científico e estratégico de caráter multidisciplinar, a agroecologia apresenta a potencialidade de fazer florescer novos estilos de agricultura e processos de desenvolvimento rural sustentável que garantam a máxima preservação ambiental, respeitando princípios éticos de solidariedade sincrônica e diacrônica.

Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. A. ¿Por qué estudiar la agricultura tradicional? *in*: GONZÁLEZ ALCANTUD, J. A. y GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (ed.). *La tierra. Mitos, ritos y realidades*. Barcelona: Anthopos, 1992, p. 332-350.
- _____. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).
- _____. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.
- _____. El “estado del arte” de la agroecología y su contribución al desarrollo rural en América Latina, *in*: CADENAS MARÍN, A. (ed.). *Agricultura y desarrollo sostenible*. Madrid: Mapa, 1995, p. 151-203.
- _____. Sustainable agriculture, *in*: *Encyclopedia of Agricultural Science*, v. 4, Berkeley: Academic Press, 1994, p. 239-247.
- CAPORAL, F. R. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.
- _____; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar., 2000a.
- _____; _____. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural, *in*: ETGES, V. E. (org.). *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: Edusc, 2001, p. 19-52.
- _____; _____. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova extensão rural, *in*: World Congress of Rural Sociology, 10, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Irsa, 2000b.
- _____; _____. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-Ascar, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).
- CARROLL, C. R.; VANDERMEER, J. H.; ROSSET, P. M. (eds.). *Agroecology*. New York: McGraw-Hill, 1990.
- CHAMBERS, R. *Rural development: putting the last first*. London: Longman, 1983.
- CONWAY, G. *The doubly green revolution: food for all in the twenty-first century*. London: Penguin Books, 1997.
- _____. & BARBIER, E. D. *After the green revolution: sustainable agriculture for development*. London: Earthscan, 1990a.
- _____; _____. Después de la revolución verde: agricultura sustentable para el desarrollo. *Agroecología y Desarrollo*, n. 4, p. 55-57, dic. 1990b.
- COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. (Tese de Doutorado) Pro-

- grama de Doctorado en Agroecología, Campesinado e História, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.
- _____; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável, in: VELA, H. (org.). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p. 157-194.
- _____; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, n. 4, p. 50-60, out./dez. 2000.
- CRISTÓVÃO, A.; KOEHNEN, T.; STRECHT, A. Produção agrícola biológica (orgânica) em Portugal: evolução, paradoxos e desafios. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 2, n. 4, p. 37-47, out./dez. 2001.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
- _____. *Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture*. Chelsea: Ann Arbor Press, 1997.
- _____. Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal, in: GLIESSMAN, S. R. (ed.). *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. New York: Springer-Verlag, 1990, p. 366-399.
- _____. Sustainable agriculture: an agroecological perspective. *Advances in Plant Pathology*, v. 11, p. 45-57, 1995.
- _____. (ed.). *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. New York: Springer-Verlag, 1990.
- GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Agroecología: bases teóricas para una historia agraria alternativa. *Agroecología y Desarrollo*, n. 4, p.2 2-31, dic. 1992.
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord.). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.
- LAMPKIN, N. *Agricultura Ecológica*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1998.
- LEFF, E. *Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994.
- _____. *Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: PNUMA e Ed. Vozes, 2001.
- MARTÍNEZ ALIER, J. *De la economía ecológica al ecologismo popular*. 2.ed. Barcelona: Icaria, 1994.
- _____; SCHLUPMANN, K. *La ecología y la economía*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- NAREDO, J. M. Sobre la reposición natural y artificial de agua y de nutrientes en los sistemas agrarios y las dificultades que comporta su medición y seguimiento, in: GARRABOU Y NAREDO (ed.) *La fertilización en los sistemas agrarios. Una perspectiva histórica*. Madrid: Argentario-Visor, 1996 (Colección Economía y Naturaleza).

- NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia, in: ALTIERI, M. A. (ed.). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989, p. 42-48.
- PRETTY, J. N. Participatory learning for sustainable agriculture. *World Development*, v. 23, n. 8, p. 1247-1263, aug. 1995.
- _____. *Regenerating agriculture: policies and practice for sustainability and self-reliance*. London: Earthscan, 1996.
- RIECHMANN, J. *Agricultura ecológica y rendimientos agrícolas: aportación a un debate inconcluso*. Documento de Trabajo 2/2000. Madrid: Fundación 1º de Mayo, 2000. Mimeo.
- _____. *Ética y ecología: una cuestión de responsabilidad*. Documento de Trabajo 4/1997. Barcelona: Fundación 1º de Mayo, 1997.
- RUIZ MARRERO, C. Los alimentos corporgánicos. *Revista Biodiversidad en América Latina*. Disponível em: <<http://biodiversidadla.org/article/articleprint/3162/-1/15/>>, 2003.
- SEVILLA GUZMÁN, E. El marco teórico de la agroecología, in: *Materiales de Trabajo del Ciclo de Cursos y Seminarios sobre Agroecología y Desarrollo Sostenible en América Latina y Europa. Módulo I – Agroecología y Conocimiento Local (La Rábida, 16-20 de enero de 1995)*. Huelva, La Rábida: Universidad Internacional de Andalucía, 1995a, p. 3-28.
- _____. *Ética ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica*. Córdoba: ISEC-ETSIAM, Universidad de Córdoba, España, 1999. Mimeo.
- _____. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável, in: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997, p. 19-32.
- _____. Para una sociología del desarrollo rural integrado, in: *Materiales de Trabajo del Ciclo de Cursos y Seminarios sobre Agroecología y Desarrollo Sostenible en América Latina y Europa. Módulo II – Desarrollo Rural Sostenible (La Rábida, 27 a 31 de marzo de 1995)*. Huelva, La Rábida: Universidad Internacional de Andalucía, 1995b, p. 3-76.
- _____. Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico. *Agricultura y Sociedad*, n. 55, p. 201-237, abr./jun. 1990.
- _____; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (ed.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 1993.
- SIMÓN FERNÁNDEZ, X.; DOMINGUEZ GARCIA, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 2, n. 2, p. 17-26, abr./jun. 2001.
- TOLEDO, V. M. *El juego de la supervivencia: un manual para la investigación etnoecológica en Latinoamérica*. Santiago: Clades, 1991.
- _____. La racionalidad ecológica de la producción campesina, in: SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (ed.). *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 1993, p. 197-218.
- _____. Modernidad y ecología: la nueva crisis planetaria. *Ecología Política*, n. 3; p. 9-22, 1990.

Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética¹

Dominique Guhur

No presente texto, esboçamos algumas notas para uma abordagem materialista dialética da questão ambiental ou ecológica, especialmente em suas manifestações na agricultura, apoiando-nos, para tanto, na crítica da economia política. Ao final, buscamos situar a possível contribuição da agroecologia, a partir do entendimento que vem sendo construído pela Via Campesina.

Observamos que boa parte do debate ambiental contemporâneo acaba por se perder na perspectiva dualista de oposição entre humanidade e natureza, que restringe o problema a uma questão de valores. Essa despolitização da ecologia se reflete em: “um discurso pomposo e vazio, com o qual se constrói o mito reacionário de que, diante da degradação ecológica, toda a humanidade é igual em responsabilidade (sem distinção de classes ou países) e estaria unida pelos laços indissolúveis de interesses comuns de sobrevivência” (Coggiola, 2006, p. 15).

É preciso superar o idealismo subjacente a grande parte do pensamento “verde”, cuja crítica desconsidera as bases materiais do desenvolvimento humano (Augustín; Almeida, 2006), para buscar,

¹ Agradecemos a José Maria Tardin pela leitura e sugestões.

ao contrário, a origem da exploração do homem e da natureza até o esgotamento nos fundamentos do modo de produção capitalista.

Isso não quer dizer que não tenha existido depredação da natureza nas sociedades existentes anteriormente ao capitalismo; os estudos atuais permitem considerar a importância do fator ecológico para o colapso de civilizações inteiras, em vários lugares e épocas (assírios, fenícios, do vale do Indo, maias, entre outras). Até mesmo na América pré-hispânica, a extinção de mamíferos gigantes foi, muito provavelmente, obra de sociedades de caçadores e coletores. Entretanto, é preciso considerar algumas diferenças importantes. Nas sociedades anteriores ao capitalismo, o escasso desenvolvimento das forças produtivas é que estava na origem da depredação, a qual era de amplitude local ou regional. Ao contrário, na sociedade capitalista, é o tremendo desenvolvimento das forças produtivas que tem permitido uma pilhagem da natureza em grande escala, a um ritmo muito maior do que em qualquer período anterior e numa amplitude planetária (Foladori, 2001).

E isso devido a uma diferença fundamental. Os modos de produção existentes anteriormente ao capitalismo caracterizavam-se pela produção de valores de uso, destinados à satisfação imediata das necessidades humanas (a circulação mercantil pré-capitalista era localizada, restrita.). De modo diverso, o modo de produção capitalista se caracteriza pela produção de mercadorias, que, contraditoriamente, são valores de uso não para seus proprietários, mas para seus não proprietários, de modo que o valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. “(...) A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (Marx, 1988a, p. 125).

O modo de produção capitalista se orienta pelo movimento de busca permanente e ilimitada do lucro e, assim, inversamente, as necessidades humanas acabam submetidas às necessidades de acumulação do capital:

(...) o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva (Marx, 1988b, p. 163).

Não é o objeto desse texto, uma análise pormenorizada do funcionamento do modo de produção capitalista. Por isso focalizamos apenas alguns efeitos da concorrência capitalista sobre o ambiente, de modo a evidenciar a complexidade do desafio que representa a construção de outro projeto de campo, como pretendido pelos movimentos da Via Campesina e no qual se insere a agroecologia. Então, vejamos.

– *No interior de cada ramo de produção*, a concorrência capitalista fixa os preços de mercado para as mercadorias similares, independentemente da existência de condições e custos de produção diferenciados. A redução dos custos de produção se torna então um imperativo, com efeitos muito evidentes no ambiente:

Desde que certas empresas ou países possam incorporar matéria-prima de origem natural sem preço, competirão vantajosamente com aqueles que devem pagar pelas matérias-primas naturais e obterão lucro extraordinário. O resultado é uma *tendência à pilhagem dos recursos naturais sem preço*.

Quando os objetos de trabalho ou matéria-prima já têm preço, procura-se aumentar a velocidade de rotação do capital, utilizando-se, dessa forma, mais intensivamente a infraestrutura e o capital fixo; em consequência, uma parte de menor valor desses últimos se converte em custos de produção, surgindo um lucro extraordinário da diferença com os parâmetros de velocidade de rotação prevalentes. O resultado é uma *sobreexploração da terra e dos recursos monopolizados* (Foladori, 2001, p. 173, grifos nossos).

Como exemplo, podemos citar a caça até o extermínio (ou quase) de animais de pele preciosa e de baleias (cuja gordura era utilizada como combustível), bem como a pesca predatória, em várias partes do mundo; o esgotamento de reservas minerais de todo tipo (destacando-se o ouro e a prata, na América); a drástica redução da cobertura florestal em todos os países; o esgotamento do solo, incluindo processos de desertificação; o monopólio da água potável e, mais recentemente, o patenteamento de organismos vivos. Essa possibilidade tem conduzido grandes empresas à biopirataria nos países periféricos, resultando na obrigatoriedade de pagamento de *royalties* para a venda de produtos derivados de espécies da flora nativa brasileira, como o cupuaçu, a andiroba, a copaíba, a ayahuasca e o quebra-pedra (Afonso, 2003).

O avanço das fronteiras agrícolas sobre solos “virgens”, com a apropriação de terras pertencentes ao Estado ou a comunidades tradicionais, merece ser analisado mais atentamente: ao avançar sobre terras “virgens”, “sem dono”, “(...) as empresas madeireiras se apropriam da fertilidade histórica do planeta, uma renda diferencial de ‘fundação’” (Foladori, 2001, p. 188), acumulada nas toras de madeira de lei, que demoraram décadas para crescer e que não lhes custa nada. Além disso, durante os primeiros anos de exploração agrícola, as terras desmatadas apresentam uma produtividade excepcional, em função dessa fertilidade acumulada. Assim, o desmatamento, sob as relações capitalistas, rende um lucro extraordinário (acima do lucro médio).

– *Entre ramos de produção diferentes*, a concorrência capitalista conduz à migração dos capitais para o ramo de produção em que (temporariamente) seja possível obter maiores taxas de lucro, independentemente da demanda por aquele produto (não se confunda com necessidade – trata-se de capacidade de compra, no mercado), gerando assim episódios frequentes de sobreprodução. A super oferta de uma determinada mercadoria faz com que seu preço de mercado caia a um nível que não permite a realização da taxa média de lucro; as consequências são a destruição de

mercadorias, o abandono de estruturas produtivas e a subutilização de terras agrícolas.

Entretanto, a destruição ou o desperdício não são problemas do ponto de vista do capital:

O desperdício sempre crescente – e catastrófico, em suas implicações finais – é inseparável, no sistema do capital, da forma irresponsável em que bens e serviços são *utilizados*, a favor da expansão lucrativa do capital. Perversamente, quanto mais baixa a sua taxa de utilização, maior é o alcance da substituição lucrativa – absurdo que decorre da alienada perspectiva do capital que é incapaz de uma distinção significativa entre *consumo* e *destruição*. Pois a *destruição* totalmente perdulária, da mesma forma que o consumo genuíno correspondente à utilização, podem ambos deflagrar e atender, da mesma maneira, à demanda exigida pela autoexpansão do capital para um novo ciclo lucrativo de produção (Mészáros, 2007, p. 19, grifos no original).

A obsolescência programada, especialmente de eletrodomésticos e equipamentos eletroeletrônicos, é o exemplo mais próximo dessa identidade entre consumo e desperdício, abrindo novas oportunidades de acumulação, mesmo que isto signifique geração de detritos e poluição e acelere ainda mais o esgotamento de recursos naturais. Somente quando a depredação dos recursos ou a poluição alcançam magnitude tal, que repercutem numa elevação significativa dos preços das matérias-primas, é que ocorre uma substituição por outros materiais mais baratos ou a adoção de processos produtivos mais eficientes ou ainda o aproveitamento dos detritos (a reciclagem, tão na moda atualmente). Todavia, essas medidas não são capazes de frear a tendência à produção ilimitada; apenas reduzem o ritmo da depredação/poluição (Foladori, 2001). Nas palavras de Coggiola (2006, p. 13), “(...) a ‘ecologia’ tem que ser rentável (desde o ponto de vista capitalista) para que possa ser realizável. Os limites do capitalismo e, portanto, sua irracionalidade intrínseca, não são outros que a necessidade do capital de sobreviver e reproduzir-se”.

É preciso reconhecer que o consumo predatório dos recursos naturais (e da força de trabalho também, diga-se de passagem) é um corolário da acumulação capitalista. Despertando capacidades até então inimagináveis de expansão, *o capital transforma o incremento da produção num fim em si mesmo*, sendo, portanto, o produtivismo uma característica que lhe é intrínseca e que escapa a toda tentativa de um maior controle racional (Mészáros, 2007).

O consumismo, frequentemente apresentado como um “desvio de comportamento” que se generaliza cada vez mais, é a outra face da moeda, um correspondente necessário a esse produtivismo. Na relação dialética produtivismo-consumismo, “vai se modificando o que é definido como o indispensável para a sobrevivência, que é um dado cultural e histórico” (Sader, 2000, p. 85). Assim, apelar a argumentos moralistas contra o consumismo (atribuindo toda a responsabilidade aos indivíduos isoladamente, na melhor tradição liberal) e pretender um capitalismo “não produtivista”, como propõem algumas correntes “ecoreformistas”, é uma contradição nos termos.

De outro lado, o problema ambiental traz para o debate algumas questões importantes, às quais não se vinha dando a devida atenção. Revisitando uma passagem bastante conhecida de Engels, nos deparamos com uma percepção aguda da questão ecológica:

Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevisíveis e que, com frequência, anulam as primeiras. Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e outras regiões devastavam os bosques para obter terra de cultivo nem sequer podiam imaginar que, eliminando com os bosques, os centros de acumulação e reserva de umidade,

estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. (...) Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que com esse tubérculo farináceo difundiam por sua vez a escrofulose. Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada (Engels, 2006, p. 7).

Mais adiante, entretanto, o autor adverte que, para alcançar esse controle, *o simples conhecimento não basta*: é preciso revolucionar completamente toda a ordem social até então existente. Também no pensamento marxiano, a ideia de progresso está subordinada à de revolução, à libertação do ser humano de suas amarras sociais e o que Marx pensava poder realizar-se num horizonte histórico bastante próximo (Chesnais; Serfati, 2003). Assim, Marx (e também Engels) não considera o desenvolvimento das forças produtivas como positivo em si mesmo; ele compreende o progresso técnico material conectado à forma social que assume (Foladori, 2001; Coggiola, 2006).

Essa linha de reflexão nos conduz a uma temática ainda pouco discutida: a necessidade de uma análise crítica dos *rumos tomados pela evolução da ciência e da tecnologia sob o capitalismo* ou, na expressão de Chesnais e Serfati (2003), é impossível continuar ignorando as “formas materiais concretas” do desenvolvimento ou dar-lhes importância secundária, como vinha fazendo o movimento socialista até então (veja-se a gravidade dos problemas ambientais nos países em que se alcançou uma revolução proletária, especialmente na ex-União Soviética e na China).

Numa passagem da *A ideologia alemã*, Marx observa que: “no desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em

que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e *não são mais forças de produção, mas forças de destruição* (maquinaria e dinheiro) (...) (Marx; Engels, 2007, p. 41, grifo nosso).

Nessa passagem (como no conjunto de sua obra), Marx não estava tratando diretamente dos problemas ambientais, que são problemas de nosso tempo histórico. Entretanto, ele nos chama a atenção para a existência de uma tendência à conversão, no quadro das relações capitalistas, das forças potencialmente produtivas em forças destrutivas², às quais inicialmente se prestou pouca atenção, em função de seu tempo relativamente longo de gestação (Chesnais; Serfati, 2003). E é talvez no âmbito da agricultura que esta tendência se mostra hoje mais evidente, embora também seja possível pensar a questão mais ampla da alimentação (de qualidade cada vez mais duvidosa) e da saúde humanas (medicalização do corpo), campos em que as formulações da ciência, por vezes contraditórias, parecem bastante relacionadas às possibilidades de acumulação do capital.

Consideremos, por exemplo, as pesquisas recentes na área da ciência do solo, que revelaram tratar-se de um organismo vivo, em complexa interação com as plantas, o ar e a água; a partir delas, técnicas de manejo do solo foram desenvolvidas, destinadas a preservar a sua fertilidade (como o plantio direto, a conservação de microbacias, as curvas de nível, dentre outros). Entretanto, esses avanços correram paralelamente ao desenvolvimento de outras tantas técnicas de efeito reconhecidamente degradante: a homogeneização genética dos cultivos alimentares, o padrão de monocultivo em grandes extensões, o uso de uma quantidade cada vez maior de fertilizantes sintéticos e de pesticidas, a compactação do solo, em função do seu revolvimento (inadequado ao solo tropical) e do trânsito intensivo de máquinas são, em conjun-

² Mészáros (2007) fala em produção destrutiva; Foster (2007), em criatividade destrutiva.

to, responsáveis pelo avanço da degradação ambiental, levando imensas porções de terra à depauperação e, em muitos casos, à desertificação³, à poluição (e assoreamento) dos cursos d'água e lençóis freáticos, à perda da biodiversidade... (sem contar os prejuízos para as comunidades tradicionais, camponesas e indígenas). De fato, como observa Foladori (2001, p. 182),

O problema não é técnico ou de desconhecimento. É social, derivado da vigência da aplicação do capital na terra. A seleção de modalidades agrônômicas, de tecnologias de produção, de cultivos para cada parcela não é um resultado exclusivamente agrônômico, nem sequer é prioritariamente agrônômico. É, primeiramente, econômico.

A sobrexploração do solo, ou seja, sua utilização a um ritmo e uma intensidade maiores que as possibilidades naturais de reposição, que nos parece emblemática do problema ambiental, deve-se à possibilidade de que, sob as relações capitalistas de produção, o produtor rural se aproprie de uma parte do excedente econômico, se produzir a um ritmo ou intensidade superiores àqueles vigentes no momento, o que ele faz mediante o emprego das tecnologias altamente intensivas (como aquelas anteriormente descritas). Como explica Foladori (2001, p. 185),

o resultado é uma tendência a aplicações sempre crescentes de capital no solo (na forma de máquinas e insumos industriais), ainda que com rendimentos físicos decrescentes (reveladores de uma diminuição da capacidade produtiva do solo, de sua fertilidade), até que em um determinado momento acontece uma crise ecológica.

As técnicas agrícolas tidas como as mais “modernas” e “avançadas” são, portanto, aquelas que permitem um aumento

³ De acordo com Coggiola (2006), em nível mundial, estima-se que anualmente, os desertos avancem uma extensão equivalente à metade da superfície da França.

nos lucros, mesmo que os danos ambientais (e humanos) sejam imensos, quiçá irreversíveis. Caso mais grave ainda é o dos organismos geneticamente modificados (OGMs), que são objeto de grande controvérsia no meio científico. Embora ainda não exista um consenso quanto a uma margem segura de utilização, tanto para o ser humano como para a natureza, os OGMs são plantados em escala cada vez maior, num contexto de concentração sem precedentes da indústria de sementes⁴. Outro resultado nada inesperado de tanto “progresso” é que o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxicos (aos quais as variedades transgênicas são resistentes).

O que se quer destacar aqui é que na agroecologia não se trata, como observamos em muitos debates, de se contrapor “à evolução das forças produtivas”, substituindo técnicas as mais “modernas e avançadas” por práticas arcaicas e supersticiosas. Trata-se de escolher as tecnologias apropriadas, de acordo com parâmetros que não são redutíveis à “eficiência” fetichista da acumulação capitalista, num momento em que o capitalismo financeiro pressiona por apostas tecnológicas cegas, de uma irresponsabilidade social total, como no caso dos OGMs ou da decodificação do genoma.

Lembremos uma vez mais que, muito embora destacando os avanços da técnica sob o capitalismo de sua época, mesmo Marx, no século XIX, apontava para sua potencial transformação em “forças destrutivas”. Analisando a breve mas fecunda ex-

⁴ Um estudo envolvendo o monitoramento do fluxo gênico do milho transgênico, feito pelo Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária do Estado do Paraná, revelou a ineficiência das medidas de segurança atualmente adotadas para impedir a contaminação de lavouras não transgênicas. O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antônio Barreto de Castro, reconheceu a contaminação, mas ponderou que “as regras (de segurança da CTNBio) foram estabelecidas levando em conta que nem sempre a contaminação resulta em prejuízo para os agricultores que cultivam variedades ditas crioulas”; ignorando assim os prejuízos econômicos, que dirá ambientais (Glass, 2009, p. 14).

periência da Comuna de Paris, ele sentenciou: “A ciência só pode jogar seu verdadeiro papel na República do Trabalho” (...), para tornar-se enfim “(...) um instrumento não de dominação de classe, mas sim uma força popular” (Marx; Engels, 1983, p. 93).

Uma passagem de o capital, em especial, tem sido bastante referida como uma intuição genial da questão ambiental que já se desenhava. Marx observou que a concentração da população em grandes centros urbanos perturbava

(...) o *metabolismo entre homem e terra*, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário (...). E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. (...) Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 1988b, p. 100, grifo nosso).

Essa progressiva depauperação do solo, só em parte contornada pelo uso de fertilizantes sintéticos (que se tornaram, por sua vez, importantes fontes de contaminação), encontrava (e encontra) sua contrapartida na poluição das cidades, especialmente nos “modernos” sistemas de esgoto⁵ e nos aterros sanitários (lixões), revelando a complexidade do problema e a insuficiência de medidas de correção parciais. Entretanto, Marx avançou além da simples constatação, apontando para a necessidade de uma restauração metabólica: “mas, ao destruir as condições desse metabolismo, desenvolvidas espontaneamente, obriga-o, simultaneamente, a restaurá-lo de maneira sistemática, como lei reguladora

⁵ Marx apontava a poluição do rio Tâmsa, em Londres, como contrapartida necessária da depauperação do solo inglês, em função da exploração intensiva, já naquela época.

da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano” (Marx, 1988b, p. 100).

Pensamos que é esta a contribuição específica que pode trazer a (agro)ecologia: por meio da reconstrução ecológica e cultural da agricultura, contribuir para a restauração da fratura metabólica, numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano; algo que, entretanto, só pode ser plenamente alcançado numa ordem social qualitativamente orientada, que supere as relações capitalistas, uma vez que governar racionalmente esse metabolismo “excede completamente as capacitações da sociedade burguesa” (Foster, 2005, p. 229).

Evidentemente, não há uma conceituação única e consensual da agroecologia, especialmente no que tange ao aspecto político. Na esteira do debate ambiental hegemônico, existe uma pressão por reduzi-la a seus aspectos técnicos e mesmo uma tentativa de apropriação pelo “capitalismo verde”. A Via Campesina, por seu lado, vem amadurecendo uma posição cada vez mais coerente, em que a agroecologia passa a ser assumida como “(...) modo de vida, no interior dos antagonismos, das contradições e dos conflitos com a forma hegemônica do capital sobre o campo – o agronegócio – e a humanidade planetariamente – o capitalismo” (Tardin, 2015).

Assim, apesar da aparente despolitização do discurso ambiental hegemônico, é importante ter presente que a questão ecológica envolve, na atualidade, “(...) a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e até mesmo, de certos países” (Chesnais; Serfati, 2003, p. 1), destacando-se os camponeses dos países da periferia do capitalismo. Para os movimentos integrantes da Via Campesina,

A agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade onde não haja a propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão nem de exploração, cujo fim não seja a acumulação. Acreditamos na agro-

ecologia como uma ferramenta na construção de outra maneira de produzir e reproduzir a vida. É parte de um projeto socialista, uma aliança entre os trabalhadores e as organizações populares do campo e da cidade (Via Campesina, 2013, p. 46-47).

Nessa perspectiva, a agroecologia se insere na busca por construir *uma sociedade de produtores livremente associados com a sustentação de toda a Vida* (Via Campesina, 2006), que como sujeitos históricos autônomos, estejam no pleno controle do processo produtivo, este conscientemente subordinado à satisfação das necessidades humanas e não a uma riqueza fetichizada; na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana.

Referências bibliográficas

- AFONSO, Henrique. Do cupuaçu a Cancún – quais os direitos? *Jornal da Câmara*, ano 5, n. 1058, Brasília, 28 ago. 2003, p. 2.
- AUGUSTIN, Sérgio; ALMEIDA, Ângela. Da compreensão materialista e dialética das relações ecológicas ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ano 4, n. 7, p. 73-94, jan.-jun. 2006.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, v. 1, n.16, 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf>>. Acesso em: nov. 2008.
- COGGIOLA, Osvaldo. Crise Ecológica, Biotecnologia e Imperialismo (n. l.). Instituto Rosa Luxemburgo, 2006. Disponível em: <<http://insrolux.org>>. Acesso em: nov. 2009.
- ENGELS, Friederich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). *Trabalho Necessário*, ano 4, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN4%20ENGELS,%20F..pdf>>. Acesso em: nov. 2009.
- FOLADORI, Guillermo. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- FOSTER, John Bellamy. A ecologia da destruição. *O comuneiro: Revista Eletrônica*. Lisboa, n. 4, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ocomuneiro.com>>. Acesso em: jan. 2009 (não paginado).
- _____. *A ecologia de Marx – materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- GLASS, Verena. A ciência segundo a CTNBio. *Revista Sem Terra*, n. 53, p. 9-14, nov./dez. 2009.
- MARX, Karl. *O capital*: Livro I, v. 1. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.
- _____. *O capital*: Livro I, v. 2. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.
- _____; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____; _____. *Textos sobre educação e ensino* (antologia). São Paulo: Moraes, 1983.
- MÉSZÁROS, István. A única economia viável. *O comuneiro: Revista Eletrônica*. Lisboa, n. 5, set. 2007. Disponível em: <<http://www.ocomuneiro.com>>. Acesso em: jan. 2009 (não paginado).
- SADER, Emir. *O século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- TARDIN, José Maria. Agroecologia: prática, cosmovisão e posicionamento político da CLOC/La Via Campesina na produção do sustento da vida e na transformação da sociedade. 2015. No prelo.
- VIA CAMPESINA; MST. Biodiversidade, Organização Popular, Agroecologia. *5ª Jornada de Agroecologia*. Cascavel, 2006.
- _____. Declaração Final do II Encontro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos, in: VIA CAMPESINA. Comissão Internacional sobre Agricultura Camponesa Sustentável. *De Maputo a Jakarta: 5 anos de agroecologia em La Via Campesina*. Jakarta, 2013.

Parte 4

Mundialização, trabalho, gênero e juventude do campo

A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares

Rogério Fernandes Macedo

Sobre a mundialização do capital

O conceito mundialização pretende sintetizar a configuração inédita adquirida pelo sistema de produção e reprodução do capital, a partir da década de 1970 até a atualidade. Neste esforço, apreende a série de particularidades, relativamente distinta daquelas presentes em décadas anteriores, a que alcançou o sistema capitalista, capacitando-o desse modo a controlar, conforme lhe convenha, todos os processos sociais produtivos e reprodutivos em qualquer parte do planeta¹.

A mundialização do capital se edifica sobre a massiva elevação da composição orgânica do capital, mediante a intensa incorporação, a partir da década de 1970, de uma base tecnológica fundada na robótica, na microeletrônica, na automação setorial total ou parcial, controlada por sistemas informacionais integrados, que contam com redes sensoriais de alta precisão, as quais proporcionam fluxo de informação em tempo real permitindo

¹ O capital pode, de acordo com suas pretensões seletivas, orientadas por postulados internos e pela linha de menor resistência, apartar vastas áreas e suas respectivas populações de suas determinações estritamente econômicas. Sobre isso, ver: Chesnais (1995, 1996, 2005).

formas de manutenção, controle e reparo de alta eficiência. Vale mencionar que, a partir da data considerada, essa nova composição orgânica – acompanhada da elevação do desemprego formal, em face da substituição do trabalho vivo por morto, no interior dos processos produtivos – proporcionou uma elevação sem igual da capacidade produtiva do capital, concomitante a uma diminuição na proporção entre a massa agigantada de mercadorias produzidas e a massa apequenada de novo valor produzido. Tudo transcorrendo em um cenário de elevação dos custos de produção, impactados – não exclusivamente, mas fortemente – pela alta dos preços das matérias-primas; pela mudança no cenário da concorrência capitalista internacional, agora não mais sob controle exclusivo da burguesia estadunidense; pela depreciação dos ativos em dólar e do próprio dólar na qualidade de moeda de referência mundial e pela inflação levada adiante pelos grandes oligopólios². Tudo concorrendo para que a lei tendencial de queda da taxa média de lucro³ se mostrasse mais uma vez algo dramaticamente concreto, em forma de crise.

Simultaneamente a esse conturbado processo de mundialização do capital, surge uma nova divisão internacional das funções ativas das elites burguesas globais. Continuamente, destacam-se elementos especializados na manipulação das variadas expressões do capital fictício que, por seu turno, fora hipertrofiado paulatinamente no pós II Guerra e, depois, aceleradamente, nas décadas de 1960 e 1970⁴. Tais elementos darão origem a grupos atuantes sobre uma estrutura institucional especializada, exclusivamente dedicada a tal fim⁵. Constam de suas funções,

² Sobre o assunto, ver: Mandel (1990). Deste livro, ver principalmente os sete primeiros capítulos.

³ Sobre a referida lei, consultar seção III, do livro terceiro, denominada lei da queda da taxa de lucro, de Marx (1985).

⁴ Consultar Block (1980).

⁵ Trata-se especialmente de “(...) instituições financeiras bancárias, mas, sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços

lucrar, expandir e acumular a partir de rendas financeiras geradas dentro da esfera produtiva⁶ e, porém, reproduzidas de forma brutalmente ampliada na esfera financeira, a qual se distancia quantitativamente da massa de valores novos criados no conjunto dos processos produtivos⁷.

Desdobram-se desses fatos uma nova estratificação social acompanhada de um reordenamento do poder de classe da elite mundial. De fato, consolida-se um estrato de classe financeiro-rentista, crescentemente fortalecido, que passará a subsumir as funções das demais parcelas da burguesia⁸, notadamente daquelas dedicadas ao controle das atividades produtivas⁹. O exer-

particulares. Esse capital busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos” (Chesnais, 2005, p. 35).

⁶ Para uma explicação mais detida sobre o tema, vale consultar: Hilferding (1985), principalmente as partes primeira e segunda. Ver ainda: Chesnais (1996), notadamente o capítulo 11.

⁷ Vale ler o seguinte trecho: “Correntemente designado pelo nome de ‘investidores institucionais’, esses organismos (fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação, sociedade de seguros, bancos que administram sociedade de investimento) fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira de grande dimensão” (Chesnais, 2005, p. 36).

⁸ Chesnais, ao qualificar propriedade patrimonial, mostra a posição do estrato financeiro-rentista em relação à produção, tal como segue: “A propriedade patrimonial cria direitos a rendas sob a forma de aluguéis, de rendas do solo (urbano ou rural) e de fluxo de rendas relacionadas às aplicações em Bolsa. A finalidade dela não é nem o consumo nem a criação de riquezas que aumentem a capacidade de produção, mas o ‘rendimento’. A propriedade patrimonial se faz acompanhar de diferentes estratégias de investimento financeiro” (Chesnais, 2005, p. 50).

⁹ Há de se registrar que também as atividades próprias da esfera da circulação são subsumidas pelos estratos financeiro-rentistas; porém, as consequências disso não serão discutidas neste presente artigo.

cício de tal poder terá amplitude planetária, a partir de dinâmismos contraditoriamente positivos e negativos, considerado aqui exclusivamente o conjunto de atividades burguesas, claro. Positivo porque as funções financeiras rentistas permitirão, do ponto de vista sistêmico, ampliar as suas forças expansivas, minorando quando for o caso aqueles efeitos deletérios da lei tendencial de queda da taxa média de lucro¹⁰. De outra parte, negativo porque a ampliação do movimento expansivo do capital e a ativação do efeito redutor das ondas de impacto da referida lei tendencial ocorrerão à sombra do constante aumento da parcela da mais-valia global destinada à remuneração dos juros médios, em prejuízo das categorias lucro médio e, sobretudo, investimento médio produtivo. Desta feita, depois de estabelecidos os vínculos entre o capital fictício, controlado principalmente pelo estrato financeiro-rentista e o produtivo, este se vê subjugado pelo peso crescente da remuneração dos juros e pelo estreitamento da sua margem de manobra. As burguesias que controlam predominantemente (para não dizer exclusivamente) o capital produtivo, como ação reativa e protetiva, buscam jogar água no moinho da extrema concentração e centralização de seus capitais, além do desemprego, subemprego e da superexploração, tudo para aliviar os custos de produção¹¹.

¹⁰ Tendência que, dentro do recorte histórico em tela, mostrou-se muito concreta em diversas ocasiões, em decorrência do aumento da composição orgânica do capital, em ramos industriais de relevância global, no contexto concorrencial entre as bases tecnológicas e organizacionais toyotista e fordista. Para uma exposição crítica e muito didática, ver: Souza (2009), notadamente do capítulo 6 a 8.

¹¹ “A pressão ‘impessoal’ dos ‘mercados’, exercida sobre os grupos industriais pelo viés do nível comparado da taxa de juros sobre os títulos da dívida e dos lucros industriais, se multiplica em formas de controle muito mais diretas, que beneficiam construções teóricas feitas sob medida. Impõem-se novas formas de rentabilidade, que geram pressões bastante acentuadas sobre os salários, tanto em termos de produtividade e de flexibilização do trabalho, como de mudanças nas formas de determinação dos salários” (Chesnais, 2005, p. 42).

Pronto: estão brevemente expostos os alicerces do poder dos estratos financeiro-rentistas sobre as demais burguesias e sobre os trabalhadores.

Da relação entre mundialização e a crise estrutural do capital

Buscando uma qualificação da situação histórica a que chegou a mundialização do capital, pode-se dizer que ela disparou a crise estrutural do capital¹². Esta, cuja forma se tornou mais nítida a partir da década de 1970, denota o momento a partir do qual o sistema do capital esgotou sua trajetória de ascensão e, simultaneamente, iniciou o processo de sua decadência, no exercício da regulação global da produção e reprodução social humana. É característico dessa crise o estancamento da capacidade do sistema de articular, por um lado, a integridade de seus postulados internos expansivos e cumulativos e, por outro, a geração de significativas positivities à humanidade¹³.

Trata-se do processo (Mészáros, 1989, 2009) do qual resulta o aprofundamento da impossibilidade histórica dessa relação social controlar, respondendo aos seus imperativos sistêmicos internos, a produção e a reprodução social humana mediante outros expedientes e dinanismos que não aqueles profundamente marcados pela presença de negatividades destrutivas. Nota-se que esta crise estrutural abarca dimensões amplas, fatalmente perigosas¹⁴, delineando-se como uma crise da civilização regu-

¹² Sobre a crise estrutural do capital, ler Mészáros (2009), principalmente a parte 3.

¹³ Para uma exposição instigante sobre os determinantes e consequências da produção destrutiva, ver: Mészáros (1989). Ver também: Mészáros (2004), com ênfase no último tópico do capítulo 5. E consultar: Mészáros (2006), capítulo 1.

¹⁴ Mészáros (2009), item 2, do capítulo 16.

lada pelo capital e não como crises cíclicas¹⁵, em que pese essas estarem contidas naquela¹⁶.

Inevitavelmente, a crise do capital espalha sua força destrutiva por toda a extensão do sistema capitalista. Essa destrutividade é elevada à estratosfera pela regência financeiro-rentista. Isso porque seus estratos burgueses se encontram em posição de exterioridade ou de completo distanciamento impessoal, em relação aos processos produtivos, suas burguesias e seus trabalhadores. Tais estratos especulativos se transformaram em proprietários apenas patrimoniais dos oligopólios industriais e comerciais, de modo que suas decisões e ações são tomadas em um escritório qualquer, sem nenhuma preocupação com as negatividades globais geradas¹⁷. Não se trata apenas daquelas apontadas, exclu-

¹⁵ Sobre a dinâmica das crises cíclicas, ver instrutiva publicação: Marx, Karl. *As crises econômicas do capitalismo*. São Paulo: Edições Populares e Ched Editorial, 1982.

¹⁶ A seu modo, Mandel trata dessa relação entre o que chama de *crise social global* e as *crises cíclicas clássicas*: “A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação. (...) Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui” (Mandel, 1985, p. 398). Também a seu modo, entendida como *crise rastejante*, Chesnais apreende a história transcorrida após a década de 1970, evidenciando a falência da possibilidade de civilizar o sistema do capital, aproximando-se da questão civilizatória, tal como segue: “Desde a recessão de 1974-1975, que marcou o início desta longa crise rastejante cuja ‘saída’ os economistas tiveram tanta dificuldade em enxergar, o capital tudo fez no sentido de romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder ‘civilizá-lo’. Teve êxito em grande medida, se bem que de modo bastante desigual, conforme cada país, e derrubou a ilusão, nascida das conquistas anteriores, de que era possível domá-lo no âmbito dos modos de regulação nacionais.” (Chesnais, 1995, p. 2).

¹⁷ A exterioridade está fundada na tese segundo a qual “(...) os detentores das ações e de volumes importantes de títulos da dívida pública devem ser definidos como proprietários situados em posição de exterioridade à produção, e não como ‘credores’. (...) O termo ‘credor’ remete a empréstimos, cuja figura tutelar é a banca e no que a ‘finança’, sob a forma de crédito,

sivas às atividades burguesas produtivas, mas, sobretudo, exterioridade em relação aos profundos impactos negativos à classe trabalhadora mundial, redundante em um processo em escala inédita de destruição massiva¹⁸. A posição de exterioridade aumenta o caráter destrutivo do capital, principalmente após a consolidação das particularidades sistêmicas citadas anteriormente, concorrentes para a consolidação da crise.

Crise estrutural, decadência sistêmica e a ativação dos limites absolutos ao capital

A trajetória ascendente do capital foi marcada por comportamentos erráticos e oscilantes, determinados pela presença constante de crises cíclicas, com maior ou menor agudeza, a depender do momento histórico. Ao longo desses séculos, em meio a tal percurso ascensional, o capital se deparou com diversos constrangimentos, frente aos quais operou saídas complexas destinadas à ampliação de sua área de atuação e de seus dinamis-mos, calibrados pelas necessidades das múltiplas burguesias concorrentes¹⁹. Por meio dessa trajetória evolutiva, mundializou-se, ativando contraditoriamente uma série de importantes limites à sua expansão e acumulação. Paulatinamente, tais limites foram se tornando absolutos, impelindo as burguesias mundiais à criação de alternativas conduzidas pelo critério relativamente rígido

engendra relações diretas entre a banca e os benefícios do empréstimo cuja base é um financiamento efetivo. [Em contrapartida,] a instituição central da finança é o mercado secundário de títulos, que negocia somente ativos já emitidos, cujos resultados do financiamento, se existiram, pertencem ao passado” (Chesnais, 2005, p. 48-49).

¹⁸ Ver Mészáros (1989).

¹⁹ Dentre essas saídas, ver importante discussão em: Mészáros (1989), capítulo 1. Nesta mesma obra, o autor reflete sobre a instrumentalização do orçamento público, como meio de fuga, desde os primórdios do século XX, dos limites históricos autoimpostos pelo capital: discussão muito interessante e relevante para a atualidade.

da linha de menor resistência²⁰. Tal reação a esses limites proporciona até o presente atrozes conseqüências, oriundas tanto deles, quanto das reações a eles²¹. Esse dinamismo redundando na arte de administrar a crise e de deslocar, na melhor das hipóteses, suas tensões irreversíveis ao futuro²².

Desta feita, a referida crise implica no bloqueio do avanço das revoluções burguesas e seu cortejo de bandeiras humanamente positivas²³. Ademais, recai sobre todas as conquistas alcançadas em sua fase de ascensão um meticuloso processo de destruição, mundialmente em curso²⁴. Trata-se de aspecto típico, em que a destrutividade do capital exige o desmonte das bandeiras revo-

²⁰ Sobre a linha de menor resistência, ver: Mészáros (1989), capítulo 2.

²¹ Dentre essas conseqüências, tem-se: “(...) níveis altíssimos de concentração da riqueza material socialmente produzida, de políticas de incentivo ao desemprego crônico, da perda progressiva de direitos trabalhistas, da degradação inigualável das condições de trabalho – entre as quais cresce a ocorrência das relações de escravidão e a proposição, pouquíssimo clara, de uma nova modalidade de ‘trabalho decente’. Sem mencionar ainda a alarmante destruição do ecossistema” (Pinassi, 2009, p. 76).

²² Essa dinâmica é típica do sistema do capital, presente desde a aurora dos seus primeiros dias. Atualmente, ela se distende ao limite do imaginável, redundando na crise estrutural do capital. Marx já havia apreendido tal dinâmica na celebre passagem: “A sociedade burguesa (...) assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. (...) Uma epidemia (...) desaba sobre a sociedade – uma epidemia de superprodução. (...) O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las” (Marx e Engels, 2005, p. 45).

²³ Sobre as positivities burguesas, diria Marx: “Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras” (Marx e Engels, 2005, p. 44).

²⁴ O tema da falência do espaço histórico de atuação das revoluções burguesas já foi abordado com mais vagar em Lima Filho e Macedo (2011).

lucionárias burguesas²⁵. A tal movimento de bloqueio e desmonte – por conta de sua posição contrária à perspectiva da revolução burguesa – denomina-se contrarrevolução burguesa²⁶. Sua ação faz avançar a regressão social universal²⁷.

A contrarrevolução alcança amplitude global e transcorre com desenvoltura, operando um reordenamento das forças burguesas globais, com as burguesias estadunidenses à cabeça do processo, principalmente a financeira rentista²⁸. As consequências dramáticas dela não podem ser superadas dentro da ordem

²⁵ O apoio a essa tese pode ser buscado nos seguintes trechos: “O que torna todo esse desenvolvimento extremamente problemático é o fato de que as determinações primordiais do sistema do capital orientam-se (...) à *auto-expansão do capital como tal*, e apenas coincidentemente ao crescimento de *valores de uso* correspondentes às necessidades humanas genuínas. Eis porque uma característica dinâmica, que em uma fase anterior do desenvolvimento histórico representa um avanço *positivo* na medida em que caminha de mãos dadas com a satisfação das necessidades humanas legítimas, em nosso tempo se transforma na determinação potencialmente mais destrutiva. Pois o interesse contraditório do ímpeto autoexpansivo do capital tem de prevalecer a todo custo (...)” (Mészáros, 2007, p. 335). De outra parte, Pinassi, estudiosa do tema, assevera que “(...) desde finais da década de 1960, o sistema esgota todas as suas possibilidades, digamos civilizatórias, concluindo uma longa fase de ascensão histórica impulsionada com a vitória das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX. Isso quer dizer que (...) os novos padrões de expansão e acumulação do capital só conseguem ser ativados, em termos globais, mediante mecanismos absolutamente destrutivos. [Crescentemente, se confirma] como uma totalidade social completamente *irreformável*” (Pinassi, 2009, p. 76). Mais reflexões da autora podem ser encontradas em sua tese de livre docência: consultar Pinassi (2009a).

²⁶ Sobre a dialética entre revolução e contrarrevolução burguesa, consultar: Marx (1987, 2008) e Engels (2008).

²⁷ A contrarrevolução global põe em tela a citada regressão, a qual possui diversas dimensões dramáticas, tal como segue: “A regressão social universal nos faz vislumbrar a boca do inferno: dessolidarização, fragmentação, exclusão, guerra civil e genocídio, dessimetriação expansiva e xenofobia recrudescida, racismo e intolerância religiosa, pauperização global” (Lima Filho, 1997, p. 244).

²⁸ Consultar, dentre muitos autores que tratam do tema, Tavares (1998).

burguesa, tampouco remediadas, falidas as experiências históricas capitalistas de controle social sobre o capital²⁹. As burguesias estão de mãos atadas frente à necessidade de abordar os problemas criados por elas próprias. Desse modo, articulam-se duas dinâmicas, quais sejam: 1) a impossibilidade da burguesia, por dentro da ordem, abordar com alguma profundidade os problemas impostos às maiorias trabalhadoras e 2) a possibilidade bem real da burguesia ter que lidar com a elevação das tensões sociais, levadas ao cabo por movimentos de trabalhadores³⁰.

Crise estrutural do capital e sua sanha destrutiva: o caso da força de trabalho³¹

Enquanto a classe trabalhadora tenta se empenhar em elevar seus níveis de consciência e de organicidade, com o intuito de confrontar os postulados estruturantes da ordem do capital, a crise estrutural põe em marcha acelerada a sua sanha destru-

²⁹ “Desatadas as amarras políticas que atavam o novo bloco dominante do capital financeiro, este passa, celeremente, a completar a obra (...) já iniciada desde o imediato pós-guerra, mas com trajeto mais universal e eficaz a partir dos anos 1960. Esta situação polariza decisivamente as burguesias do mundo, encadeando-as aos desígnios globais do núcleo reitor monopolista e seus Estados, com os Estados Unidos à cabeça, potência econômica e bélica dominante” (Lima Filho, 2004, p. 519).

³⁰ Diria Mandel: “A consequência essencial e intrínseca do fim da onda longa expansionista do pós-guerra, e da luta intensificada pela taxa de mais-valia desencadeada a partir de 1965, é uma tendência mundial a conflitos de classe qualitativamente intensificados, que levarão a crise endêmica das relações de produção capitalistas ao ponto de explosão” (Mandel, 1985, p. 398). Tal referência pode ser complementada com a seguinte: “Na verdade, a ordem existente demonstra-se insustentável (...) devido às crescentes ‘disfunções’ socioeconômicas resultantes da imposição diária de suas desumanidades sobre milhões de ‘infelizes’ (...)” (Mészáros, 2009, p. 41).

³¹ Relacionada à alienação do trabalho, ao emprego precário e ao desemprego, a destruição dos trabalhadores sempre esteve presente, compelindo-os ao estado crescente de desespero. Porém, é preciso reforçar que ela foi, a partir da década de 1970, convertido em catástrofe.

tiva. Essa atinge todas as mercadorias em conjunto, incluídas as de consumo, os meios de produção e instalações, bem como – e sobremaneira relevante ao presente artigo – destrói parte importante da força mundial de trabalho³². Certamente, tais processos em sua completa articulação sistêmica merecem ser esmiuçados teoricamente. No entanto, tal tarefa será postergada ao futuro para concentrarmos mais atenção na apreensão deste processo de destruição da força de trabalho: uma verdadeira catástrofe.

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global³³, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista³⁴. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo

³² Consultar Mészáros (1989, 2002, 2006).

³³ Sobre essa subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, especificamente no que se refere à questão urbana, ver: Davis (2006).

³⁴ Sobre a referida lei, ver o capítulo XXIII, do livro I, de Marx (1985), denominado “A lei geral da acumulação capitalista”. Ali, pode-se ver o seguinte trecho: “O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. (...) Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superprodução consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista*” (Marx, 1985, grifos do autor, p. 209).

(igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares³⁵. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares.

Os três mecanismos do complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares

Desde os estudos de Josué de Castro (Castro, 1965, 1965a), médico brasileiro, nascido na cidade de Recife e que dedicou toda sua vida aos trabalhadores, sabe-se que a fome é uma tragédia universal, cindida em duas escalas: a crônica e a oculta. Em outras palavras, respectivamente, como sinônimos, pode-se usar fome quantitativa (ou total) e fome qualitativa (ou parcial).

O mecanismo epidêmico da fome crônica é (Castro, 1965, 1965a) aquele que se revela a qualquer pessoa, mesmo que não

³⁵ Trata-se dos grandes Estados imperialistas, dos oligopólios agroindustriais, dos oligopólios comerciais, dos ramos agroquímicos, de implementos agrícolas, de pesquisas em biotecnologia, em geoengenharia, em nanotecnologia, em tecnologia nuclear; trata-se das poderosas ONGs do capital, das instituições internacionais ditas multilaterais, das instituições de avaliação e regulação sanitárias, dos oligopólios farmacêuticos, dos de diagnóstico de precisão em saúde, dos de pesquisa sobre doenças epidêmicas, dos oligopólios financeiros envolvidos, das seguradoras, entre outros. Todos concorrem para compor, conscientes ou não, o complexo da fome e da degradação, acima referido. Consultar: Ziegler (2013).

seja médica ou habilitada para diagnósticos em saúde, dada sua expressão escancarada e aterrorizante. Trata-se de uma fome quantitativa, acompanhada de carências nutricionais de amplo espectro e, sobretudo, de carência energética profunda, comprometedora do conjunto das funções vitais do organismo. Ela converte humanos em seres irreconhecíveis, esqueléticos, que se autoconsomem para sustentar atividade metabólica mínima, mantenedora do núcleo duro dos sistemas vitais: se tais indivíduos são colocados em pé, permanecem com dificuldades; no mais das vezes, acomodam-se novamente em posição adequada à falta de energia.

De outra parte, o mecanismo epidêmico da fome oculta é (Castro, 1965, 1965a) aquele que se reveste de mil estratégias para se esconder atrás de um biombo de saúde aparentemente perfeita, revelando-se apenas sob o exame de um médico preparado. Trata-se de uma fome qualitativa, de carências nutricionais específicas; leia-se, de micronutrientes tais como minerais e vitaminas. Diuturnamente, a classe trabalhadora é acometida pelas doenças decorrentes desse perfil de fome, mas não o sabem, pois em geral são enfermidades silenciosas, cujo primeiro sinal já traz consigo consequências medianas ou graves³⁶.

Por último, o mecanismo epidêmico da degradação dos hábitos alimentares é aquele que opera a substituição dos alimentos vivos, ricos em nutrientes, por mercadorias debilitantes da saúde do trabalhador. Essas últimas, em geral, são saturadas de sal, açúcar, gorduras, conservantes, aditivos químicos, que realçam sabores artificiais, além de possuírem fortes resquícios de agrotóxicos. Tal degradação alimentar, quando acompanhada de rotina ociosa, tabagismo, uso de bebidas alcoólicas, vida estressante e exposição aos poluentes, não exclusivos, mas tipicamente urba-

³⁶ Sobre a fome oculta, além de Josué de Castro, pode-se recorrer ao livro de uma autora contemporânea. Trata-se de Angelis (1999).

nos, fragiliza o organismo de cada trabalhador, que passa a ser afetado por várias doenças, de alto impacto epidêmico³⁷.

As consequências dos mecanismos da fome oculta e da degradação dos hábitos alimentares: os mortos viventes

Sobre a crise estrutural, o específico complexo destrutivo da força de trabalho global opera o mecanismo da fome oculta que fragiliza os trabalhadores para uma série de doenças, dentre elas (Angelis, 1999; Castro, 1965, 1965a; Ziegler, 2013) a anemia, por falta de ferro; a cegueira, por carência de vitamina A; o beribéri, decorrente da pouca ingestão de vitamina B; o escorbuto, por falta de vitamina C e, em crianças, tal carência causa raquitismo; o bócio, pela ausência de iodo; entre outros micronutrientes, tais como o ácido fólico e o zinco.

O mecanismo da degradação dos hábitos alimentares abre as portas para doenças epidêmicas crônico-degenerativas, também chamadas de doenças crônicas não transmissíveis, cuja causa não está (Lessa, 1998) vinculada a um microrganismo propriamente dito³⁸. Delas, são exemplos as doenças cardiovasculares, as cerebrovasculares, o câncer e o diabetes³⁹. Todas são caracterizadas, além da “(...) não transmissibilidade, pelo longo curso clínico e pela irreversibilidade” (Lessa, 1998, p.29). Ademais, são (Lessa, 1998) doenças com longo curso assintomático,

³⁷ Tais convicções sobre o mecanismo da degradação dos hábitos alimentares, posta em movimento pelo complexo destrutivo específico, foram formadas, dentre outras, a partir da leitura da seguinte bibliografia: Lessa (1998); Gerson (2002); Gerson e Bishop (2012); Cousens (2011); Chabousou (2006); Anjos (2006); Carvalho (2004); Smith (2009); Novaes (2012), notadamente capítulo 2; Bethein (2010); Peres e Moreira (2003); Ziegler (2013) e Martins (2004).

³⁸ Não obstante, existe um conjunto de doenças crônicas das quais se suspeita que a causa esteja vinculada com um microrganismo. Ver lista na p. 30, de Lessa (1998).

³⁹ Podem ser consultadas as seguintes bibliografias: Lessa (1998); Gerson (2002); Gerson e Bishop (2012); Cousens (2011) e Anjos (2006).

situando os trabalhadores como vítimas acomodadas atrás do biombo da suposta saúde perfeita. Quando são diagnosticadas, possuem um transcurso clínico lento, prolongado e permanente, colocando o trabalhador em estado de morbidade⁴⁰, no mais das vezes, vitalícia. Por serem degenerativas, em geral, impactam o portador, na melhor das hipóteses, incapacitando-o parcial ou totalmente, o que respectivamente estreita ou bloqueia a venda de sua força de trabalho. De outra parte, na pior das hipóteses, impacta o portador com a morte.

Por ter longo curso assintomático e transcurso clínico lento, prolongado e permanente, pode-se dizer que as doenças crônico-degenerativas ou não transmissíveis, consideradas do ponto de vista do indivíduo afetado, até que permitem uma sobrevida relativamente grande, embora mórbida⁴¹. Não obstante, da ótica da saúde pública, ao nível populacional, tais doenças são consequências altamente letais da degradação dos hábitos alimentares movida pelo complexo destrutivo. Considerada desta perspectiva, a morbidade aqui referida é, em larguíssima medida, a incômoda antessala da morte, tal como mostraremos adiante. Nela, levas de trabalhadores aguardam em um estado de saúde profundamente debilitado.

O complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares, enquanto verdugo, mata preferencialmente aos poucos, destruindo em massa a vitalidade dos trabalhadores⁴². Tais po-

⁴⁰ A morbidade a que se refere aqui está relacionada à morbidez, ao estado do corpo mórbido, relativo à doença. Sobre o verbete, consultar: Dicionário Priberam. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/morbidades>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

⁴¹ Lessa, Inês. Epidemiologia das doenças crônicas *versus* terceira idade, *in*: Lessa (1998), p. 203-222.

⁴² Toma-se, dentre muitos caso de subtração da vitalidade de populações inteiras, o exemplo apontado pela autora Kátia V. Bloch, tal como segue: “Evidências epidemiológicas e experimentais atestam que populações que ingerem uma dieta rica em carboidratos, geralmente do tipo complexo, têm baixas incidências de doença coronariana e de outras condições trombo-

pulações estão vivas, em muitos casos se alimentam com rotina diária; porém, contraditoriamente, a cada refeição debilitante estão ocultamente famintas de nutrientes ausentes, embora abarrotadas de calorias e de substâncias pouco nutritivas ou, de tudo, tóxicas. Pelo acúmulo dessas e ausência daquelas, são convertidos em potenciais mortos, que seguem sua trágica história aquém-túmulo, perambulando pelas ruas mundo afora, na condição de mortos vivos. Situação que em tudo se assemelha a um genocídio.

Por ora, apresentam-se alguns dados sobre o assunto, com o intuito de sustentar a tese da destruição em massa da classe trabalhadora, sob a determinação da crise estrutural do capital.

Tomada a fome crônica como referência, é suficiente dizer que, de acordo com Ziegler (2013), para o ano de 2012 e mundialmente falando, a cada cinco segundos, uma criança com menos de dez anos de idade morreu de fome⁴³. Desdobrando tais dados⁴⁴ – e atenta-se: considerando somente crianças com menos de 10 anos de idade, bem como somente o ano de 2012 –, tem-se o seguinte: são 720 crianças mortas de fome por hora, o que significa 17,2 mil crianças mortas por dia, implicando na destruição de 6,3 milhões delas, em todo o mundo, apenas em 2012. Tomando dados mais amplos, o mesmo autor informa que 57 mil

ticas. (...) Na Hungria, país com elevada ingestão de sal e baixa ingestão de gordura polinsaturada, tem havido um aumento da ingestão de gordura total e saturada e essas mudanças nutricionais se acompanham de um aumento na mortalidade global e por doenças cardiovasculares. A expectativa de vida no país aumentou apenas 0,7 anos entre 1967 e 1987. Já na Bélgica, a diminuição da ingestão de sal e de gordura saturada e o aumento da ingestão de gordura polinsaturada vêm acompanhados de uma diminuição da mortalidade global e por doenças cardiovasculares. A expectativa de vida aumentou 4,6 anos entre 1967 e 1987” (Bloch *apud* Lessa, 1998, p. 49).

⁴³ Conforme o autor, todos esses dados foram coletados junto aos pesquisadores responsáveis pelas estatísticas da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), das Nações Unidas. Vale registrar que Ziegler foi assessor da FAO por diversos anos.

⁴⁴ Cálculo próprio baseados na informação inicial de Ziegler (2013).

pessoas morreram em 2012, por dia, de fome. Desdobrando os dados⁴⁵, tem-se: 1,7 milhões por mês e 20,8 milhões de pessoas destruídas pela fome ao redor do mundo, no ano de 2012. Eis o caráter destrutivo do mecanismo da fome crônica, colocada em andamento pelo complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares, sob determinação da crise estrutural do capital.

Considerando a fome oculta, Ziegler (2013), apoiado no relatório *Vitamin and mineral deficiency: a global assessment*⁴⁶, da Unicef (s/d.), nos informa que a carência de vitamina A, que pode causar cegueira, afeta cerca de 40 milhões de crianças ao redor do mundo. Dessas, a cada ano, 13 milhões perdem sua capacidade de enxergar. O autor também alerta que, em virtude da deficiência de ácido fólico, essencial para a formação fetal, estima-se em “(...) 200 mil por ano os recém-nascidos mutilados pela ausência desse micronutriente.” (Ziegler, 2013, p. 57). Ainda: as estatísticas levantadas pelo autor demonstram que quase um bilhão de pessoas sofrem de carência natural de iodo. “Quando esta não é compensada, sobrevêm ao bócio graves transtornos de crescimento e desordens mentais (cretinismo). Para as mulheres grávidas (e, pois, para os fetos), a falta de iodo é fatal” (Ziegler, 2013, p. 58). Registra ainda que a carência de zinco provoca problemas nas faculdades cerebrais e motoras, além de diarreias, geralmente mortais em crianças de pouca idade. Estima-se que tal carência cause a morte de aproximadamente 400 mil pessoas por ano. Ademais, segundo um relatório da Unicef (2004), estima-se que ela pode causar entre 40 e 60% de redução da capacidade mental, proporcionando sequelas vitalícias. Ainda mostra que aproximadamente 500 milhões de mulheres sofrem de anemia e que 60 mil morrem no parto todos os anos, em decorrência da carência de ferro.

⁴⁵ *Idem* à nota 44.

⁴⁶ Além desse relatório, para um efeito comparativo no interior da década de 2000, sugere-se aqui a leitura de Unicef (2004).

Focando um pouco no Brasil e considerando o mecanismo da degradação dos hábitos alimentares e seu séquito de enfermidades, basta dizer que dados do Ministério da Saúde (2014), presentes em seu Portal da Saúde⁴⁷, dão conta de mostrar que, somente em 2011, 834 mil pessoas foram levadas a óbito por doenças crônicas não transmissíveis. Este número corresponde a “(...) 72,7% do total de óbitos registrados no país (...)” (Ministério da Saúde, 2014)⁴⁸. O mesmo Portal da Saúde informa que as referidas doenças crônicas degenerativas são responsáveis por 63% dos óbitos mundiais⁴⁹.

Considerações finais

Vale reforçar que a destruição em massa, retratada anteriormente, é consequência do funcionamento dos mecanismos das epidemias da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Esses dois mecanismos se edificaram através das atividades produtivas, comerciais e financeiras, específicas ao complexo da fome e da degradação. Atuando sob a determinação da crise estrutural, posta em movimento pela mundialização do capital, tal complexo distende as tensões sociais ao extremo do imaginável, levando ao limite a capacidade burguesa de administrar tais disfunções, deslocando-as ao futuro. O problema é que, estritamente dentro da ordem sistêmica do capital, tais burguesias estão crescen-

⁴⁷ O referido Portal da Saúde lança mão de um instrumento denominado vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel). Sobre ele, consultar: Ministério da Saúde (2015).

⁴⁸ Para chegar ao número de 834 mil pessoas, considerou 72,7% do total absoluto de óbitos, para o ano de 2011, informado pelo IBGE (2015), a saber: 1.148.165 de pessoas. Em termos relativos, considerando o índice 100 para o ano 2003, tem-se o mesmo índice 100 para 2011, revelando que a proporção de óbitos em face da população total permaneceu inalterada.

⁴⁹ É preciso apontar que existe uma intersecção entre o número de óbitos, decorrentes das epidemias de fome oculta por um lado, e das doenças crônicas não transmissíveis, por outro. Todavia, deixaremos para abordar essa questão em oportunidade futura.

temente impossibilitadas de intervir na tragédia aqui abordada, precisamente porque o tempo histórico das positivities revolucionárias burguesas terminou no abismo da contrarrevolução capitalista global. A burguesia já não é mais guardiã da civilização e em seu estado decadente, bloqueia qualquer iniciativa em benefício das maiorias trabalhadoras. Assim, elas e seu sistema de produção e reprodução social expõem sob luz meridiana a totalidade de sua miséria. Resta aos trabalhadores a árdua e cada vez mais complicada tarefa de auto-organização, conscientemente conduzida para a superação dessa catástrofe, para a superação do sistema do capital.

Referências bibliográficas

- ANGELIS, Rebeca Carlota. *Fome oculta. Impacto para a população do Brasil*. São Paulo: Atheneu, 1999.
- ANJOS, Luiz Antônio dos. *Obesidade e Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. (Coleção Temas em Saúde).
- BENTHIEN, Patrícia Faraco. Transgenia agrícola e modernidade: um estudo sobre o processo de inserção comercial de sementes transgênicas nas sociedades brasileira e argentina a partir dos anos 1990. Tese de doutorado. Universidade de Campinas. Agosto de 2010.
- BLOCK, F. *Las origenes del desorden económico internacional*. México: Fondo de Cultura, 1980.
- CARVALHO, José Carlos Tavares. *Fitoterápicos anti-inflamatórios: aspectos químicos, farmacológicos e aplicações terapêuticas*. Ribeirão Preto: Tecmedd, 2004.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*. 9ª ed., cap. 5. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- _____. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*, 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1965a. 2 v.
- CHABOUSSOU, Francis. *Plantas doentes pelos uso de agrotóxicos. Novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século, in: *Revista Economia e Sociedade*. Campinas, v. 4, n. 2, dez. 1995. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V4-F2-S5/01-CHESNAIS.pdf>>.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos, in: _____. (org.) *A finança mundializada – raí-*

- zes sociais e políticas, configuração, consequências.* São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-67.
- COUSENS, Gabriel. *A cura do diabetes pela alimentação viva: o programa de 21 dias do Tree of Life.* São Paulo: Alaúde Editorial, 2011.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela.* São Paulo: Boitempo, 2006.
- DICIONÁRIO Priberam. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/morbididade>>. Acesso em: 3 abr. 2015.
- DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob hegemonia norte-americana, in: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configurações, consequências.* São Paulo: Boitempo, 2005.
- ENGELS, Friedrich. Revolução e contrarrevolução na Alemanha, in: _____ . *A revolução antes da revolução*, v. I. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.165-301.
- GERSON, Max. *A Cancer Therapy: results of fifty cases and the cure of advanced cancer by diet therapy.* 6 ed. San Diego: The Gerson Institute, 2002.
- GERSON, Charlotte e BISHOP, Beata. *Terapia Gerson. Cura del cancer y otras enfermedades crónicas.* Editorial Alan Furmanky. 2012.
- HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). 348p.
- IBGE. Óbitos ocorridos no ano por sexo. 2015. Disponível em: <<http://serie-sestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=RC81&t=obitos-ocorridos-ano-sexo>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- LESSA, Inês. *O adulto brasileiro e as doenças da modernidade. Epidemiologia das doenças crônicas não transmissíveis.* São Paulo e Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.
- LIMA FILHO, Paulo Alves de. A emergência do novo capital, in: DOWBOR, Ladislav et al. (orgs.). *Desafios da globalização.* Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. O golpe de 1964: a vitória e a vitória da ditadura, in: *Revista Projeto História*, v. 20, n. 2, dez. de 2004. São Paulo. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9979>>. Acesso em: 1º jan. 2005.
- _____. e MACEDO, Rogério Fernandes. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria, in: BENINI, Edi et al. (org.), *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária.* São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 275-301.
- MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo – A economia da política externa dos Estados Unidos.* São Paulo: Hucitec, 1978.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio.* 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os economistas).
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista.* São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARX, Karl. *As crises econômicas do capitalismo.* São Paulo: Edições Populares e Ched Editorial, 1982.

- _____. *O Capital: crítica da economia política do capital*. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).
- _____. *A burguesia e a contrarrevolução*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *A revolução antes da revolução*, v. II. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Coleção Assim lutam os povos).
- MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989. (Cadernos Ensaio. Pequeno formato), v. 5, p. 105.
- _____. *Para além do capital: rumo ao uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. (Mundo do trabalho).
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Mundo do trabalho).
- _____. *Século XXI. Socialismo ou barbárie?* 2ª reimp. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 116. (Mundo do trabalho).
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Mundo do trabalho).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Sistema de Vigilância de Doenças Crônicas não Transmissíveis*. 27 de março de 2014. Disponível em: <<http://portalsau-de.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/doencas-cronicas-nao-transmissiveis>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- _____. *Notas Técnicas. Vigitel*. 2015. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/vigitel/vigteldescr.htmdescvar>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- NOVAES, Henrique Tahan. *Reatando um fio interrompido: a relação universidade movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PERES, Frederico e MOREIRA, Josino Costa (orgs.). *É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- PINASSI, Maria Orlanda. A ideologia da crise e o surto incontrolável da irrazão, in: SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de A. *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, p.75-96.
- _____. *Da miséria ideológica à crise do capital. Uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo. 2009a. (Mundo do trabalho).
- SMITH, Jeffrey M. *Roleta genética: riscos documentados dos alimentos transgênicos sobre a saúde*. São Paulo: João de Barro Editora, 2009.
- TAVARES, Maria Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana, in: _____ e FIORI, J. L. (orgs). *Poder e Dinheiro*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOUSSANT, Eric. *A bolsa ou a vida – a dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.
- ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa geopolítica da fome*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil¹

Antonio Thomaz Junior

*A você Ari
Amigo e incansável incentivador
para fazer avançar as pesquisas
em Geografia e a construção de um
mundo liberto da destruição do capital*

Para entendermos o campo e o conjunto das relações que se expressam materialmente nas diferentes formas de arrumação e de estruturação, temos na categoria trabalho, a porta de entrada para o exercício da “leitura” geográfica. Mas também, por esse caminho temos nos esforçado para entendermos as mediações existentes que requalificam em importância e magnitude os vínculos com a dimensão subjetiva do trabalho e, portanto, a complexa trama de relações que reconfiguram a geografia do trabalho ou suas formas concretas de arrumação/organização. Ainda mais, quando consideramos a riqueza da dialética da luta

¹ Esse texto é produto das reflexões parciais possibilitadas pela consecução do Projeto de Pesquisa “Território em transe: metabolismo societário do capital e as mutações no mundo do trabalho”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na alínea Produtividade em Pesquisa (PQ), (2001 a 2003). A oportunidade de tê-lo apresentado no XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, em dezembro de 2002, nos possibilitou ampliar ainda mais as linhas de interlocução com outros pesquisadores e, conseqüentemente, aprimorarmos nossas reflexões teóricas, base primordial para futuras investigações que pretendemos desenvolver também no exterior

de classe, que nos permite entender as diferentes faces da relação capital e trabalho e, particularmente, as ações dos movimentos sociais, sobretudo aqueles comprometidos com a emancipação social da classe trabalhadora. Os exercícios teóricos e as ações de pesquisa voltados à temática do trabalho estão sendo construídos ao longo de uma trajetória que se fortalece nos últimos anos, tornando-se, pois, elemento central das investigações internamente ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), sendo que também podemos contar com a rica contribuição dos nossos interlocutores no Brasil² e no exterior³, bem como reconhecemos a necessidade de contarmos com as contribuições de pesquisadores das demais áreas do conhecimento para darmos conta de compreendermos algumas particularidades do trabalho⁴.

Sabendo, pois, que o trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espço, nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe a apreender a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica, pois tanto a necessidade de refazermos os caminhos da interlocução com as demais áreas do conhecimento científico, quanto

² Dentre esses, destacamos os professores Ricardo Antunes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Giovanni Alves, Ariovaldo Santos, Bernardo Mançano Fernandes; Ruy Moreira, João Edmilson Fabrini; Manoel Calaça; Edvaldo César Moretti, Diamantino Pereira, Douglas Santos, José Jorge Gebara, Cátia Antonia da Silva, José Juliano de Carvalho Filho etc.

³ É necessário lembrar os professores Rubén Loiz Gonzáles, Joan-Eugeni Sanchez, Horácio Capel (Espanha), João Ferrão (Portugal) e, mais recentemente, Neil Smith (EUA).

⁴ Tivemos a oportunidade de tratarmos dessa questão no texto “O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica”, a ser publicado na *Revista Geografia*, AGB/Bauru, fevereiro de 2003.

com outras formas de conhecimento, são a base de uma reflexão profunda e necessária que nos propomos apontar nesse ensaio.

Parece-nos que se faz necessário elegermos o metabolismo societário do capital como referência para entendermos as possíveis ligações existentes entre as fragmentações detectadas no nível do conhecimento científico, com as fragmentações presentes no tecido social, particularmente no mundo do trabalho e os efeitos imediatos para a classe-que-vive-do-trabalho, tendo em vista as travagens imperantes no universo relacional sob o controle do capital, particularmente diante dessa nova maneira de fazer as coisas, pautada na produção *flexível* e suas derivações e combinações.

As mudanças nas formas de organização do processo de trabalho são o nosso foco de preocupações, ou seja, (do taylorismo-fordismo ao toyotismo restrito/sistêmico e/ou outras combinações), que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador e em outras tantas formas precarizadas, bem como a despossessão. No entanto, a cada dia, os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmentam, complexificam e heterogenizam o mundo do trabalho e todos os sentidos assumidos pela polissemização – promovem profundos rearranjos territoriais e conseqüentemente, redefinições locais do domínio espacial e mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, refletindo diretamente na crise porque passa os movimentos sociais populares em geral e, em particular, o sindical e operário.

Em *Condição pós-moderna*, Harvey (1994, p. 212), nos alerta para as relações entre as inovações *tecnológicas* (passadas e recentes) e a remoção de *barreiras espaciais*, quando pondera que “têm tido imensa significação na história do capitalismo, transformando-a numa questão geográfica – as estradas de ferro e o telégrafo, o automóvel, o rádio e o telefone, o avião a jato e a televisão e a recente revolução das telecomunicações...”

O que nos têm revelado as pesquisas⁵, principalmente no âmbito das ciências humanas e sociais, a cargo, sobretudo, dos sociólogos, historiadores e economistas, é que há um conjunto de relações e de mediações específicas ao mundo do trabalho – redefinido pela reestruturação produtiva do capital – que nos permitem compreender a magnitude e a escala do processo de dominação do capital. Reconhecendo sua vinculação direta à busca constante da elevação dos índices de produtividade e dos melhores resultados econômicos, percebe-se o imbricamento disso com os procedimentos destinados ao exercício sempre refeito da gestão e do controle do trabalho em todas as instâncias da vida da classe trabalhadora.

Os desdobramentos espaciais e territoriais ocasionados pelo complexo da reestruturação produtiva do capital, tendo em vista o novo choque de competitividade imposto pelas transformações neoliberais a partir do final da década de 1980, rebateram sobre o mundo do trabalho, em todas as suas expressões ou especificamente para a classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade, especialmente para os diversos sentidos que o trabalho assume na viragem do século XXI, sendo, pois, o que nos ocupa nesse texto.

As mudanças tecnológicas, as inovações de processo e as formas de gestão e controle do trabalho compatíveis promoveram uma nova divisão social-técnica-territorial do trabalho, fundada em novas relações de poder entre capital e trabalho, ou seja, um outro tempo-espaço com impactos profundos na luta de classe.

É no interior, pois, da luta de classes que entendemos a (des) territorialização dos atores sociais envolvidos nesse processo, que na rabeira da expansão do parque fabril à escala planetária, anuncia uma fase específica do capitalismo e que desde o início

⁵ Referimo-nos ao Projeto de Pesquisa “Território em transe: metabolismo societário do capital e as mutações no mundo do trabalho”, financiado pelo CNPq (PQ), em consecução desde março de 2001.

do século XX direcionou a migração constante dos trabalhadores de um lugar a outro.

Ao recorrermos ao caso brasileiro, notamos que se num dado momento a desterração significou a expulsão de milhões de camponeses e índios da terra rumo aos centros urbanos, em momento recente, a desterritorialização dos trabalhadores proletarizados em geral, mas, sobretudo urbanos, que expressa a cisão do vínculo empregatício ou perda do emprego, move parte desses trabalhadores ao retorno à terra⁶, sendo, pois, a fração majoritária vagueia de lugar a lugar em busca de novas colocações⁷. Assim, entendemos o desenho societal dos sem terra no Brasil, como recurso para se entender a complexa trama de relações que envolve uma gama de trabalhadores e de movimentos sociais que se dedicam à luta pelo acesso à terra, à resistência na terra e pela reforma agrária e que evidenciam, através da dinâmica territorial do processo social em pauta, a peculiaridade de encontrarem-se atomizados e fragmentados por diversas entidades e lugares/regiões.

Esse contínuo e conflituoso processo de (re)territorialização do trabalho também apresenta faces específicas em relação ao retorno à terra ou ainda, à permanência na terra, mas não mais como proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, mas como assalariado, assentado, ocupante etc.

É possível identificar que ao contingente expressivo de trabalhadores excluídos do campo se juntam, crescentemente, os trabalhadores urbanos proletarizados e semiproletarizados (inseridos na informalidade, majoritariamente) para terem acesso à terra, como forma de busca da dignidade e do direito ao trabalho perdidos. É nesse eixo que se enraiza e se explicita o conflito so-

⁶ Esse assunto foi abordado por nós em “Desenho societal dos sem terra no Brasil” de 2001.

⁷ Desenvolvemos essa questão em “Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade!” de 2000; sendo, pois, esse um dos perfis do trabalho que estamos investigando através do Projeto de Pesquisa “Território em transe”.

cial ou a centralidade das confrontações no plano econômico e também político-ideológico da luta de classes.

Assim, com as atenções voltadas para explicarmos as transformações sociais e territoriais do mundo agrário, sugerimos refletir alguns aspectos: 1) o processo de luta pela terra, através das ocupações e dos enfrentamentos com os latifundiários e com o Estado; 2) a *mudança* de posicionamento do capital, do Estado e de setores da intelectualidade *orgânica* que apostam no desenvolvimento rural⁸; 3) as diferentes formas de organização dos trabalhadores camponeses; 4) a diminuição quantitativa do trabalho assalariado na agricultura ou particularmente nas atividades agroindustriais mais tecnificadas e os impactos nas formas de organização dos trabalhadores (associações, sindicatos, cooperativas); 5) o descaso histórico com as comunidades indígenas, que continuam sendo desterritorializadas. Da mesma forma, quando estamos com as atenções voltadas para o mundo urbano, quando se põem em cena situações diferenciadas em relação à inserção do trabalho e suas decorrentes territorialidades.

É importante notar que esse processo de reterritorialização do trabalho explicita aspectos específicos em relação ao retorno à terra, como também da permanência na terra, todavia não mais como proprietário, arrendatário, parceiro, mas sim como assalariado, assentado etc.

Vimos que a face espacial e o conteúdo territorial da inserção do trabalho no processo social capitalista só podem ser entendidos se levarmos em consideração as contradições imanentes e termos na totalidade o referencial para o empreendimento analítico. Seria o mesmo que dizer que os recortes estanques que ora correspondem às especializações, ora se confundem com subáreas ou até disciplinas, podem nos impossibilitar compreender a dialética do processo social.

⁸ Essa questão foi abordada especificamente por Montenegro Gómez, 2002, em sua dissertação de mestrado recentemente defendida e por nós orientada.

Enfim, nos sentiríamos impossibilitados para entender o conteúdo e a característica espacial do mundo do trabalho sem que considerássemos as contradições da processualidade social que marcam as transformações territoriais, fundamentalmente, o intercambiamento e as determinações em todos os níveis escalares da dimensão do trabalho, entre o urbano e o agrário, entre o material e o imaterial, entre o produtivo e o improdutivo, entre formal e o informal etc. Ou seja, há uma complexa trama de relações que imprime certa plasticidade à nova sociabilidade expressa na dinâmica da sociedade, a espacialidade. Para tanto, o trabalho nas mais diferentes inserções e formas de exercitação ontológica não pode mais ser entendido em si, deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam seu redefinir constante.

Com os resultados obtidos com as pesquisas em vigência⁹, pensamos poder apontar algumas pistas para repensarmos o quadro social (plural) atual do trabalho e os efeitos sobre as instâncias organizativas dos trabalhadores, assunto, aliás, objeto das nossas investigações. Isso nos estimula a formular que a classe trabalhadora, hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, requer que a consideremos como setores integrantes: a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho; b) aqueles que se garantem com relativa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores não proprietários dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho domiciliar urbano e familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que

⁹ Reportamo-nos ao Projeto de Pesquisa “Território em transe: metabolismo societário do capital e os desdobramentos para o trabalho”, financiado pelo CNPq, na alínea PQ.

lutam por terra, inclusive os camponeses deterritorializados e f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, sob diferentes modalidades de subproletarização (temporário, *part time* e outros), da produção e venda de artesanatos, pescadores etc.

Na literatura que investigamos e com a qual mais nos aproximamos teoricamente (Antunes, 1999; 2002; Iasi, 2002; Alves, 2000), não há sustentação para a presença dos trabalhadores sem terra ou pequenos camponeses no arco da definição de classe trabalhadora. Nossa insistência deve-se por avaliarmos que há um significado político e histórico em nossa avaliação que em nada atropela teoricamente a formulação desses autores, ao contrário, complementa e adiciona alguns elementos que esperamos ser agregadores de *novos* sentidos com vistas a recolocar em debate a identidade de classe, a unificação orgânica do trabalho, para além da fragmentação cidade-campo e, portanto, sugerir a imprescindibilidade do debate de um tema tão distante dos eventos na área das ciências humanas e sociais, particularmente da geografia.

No entanto, o que ainda não foi compreendido desse processo, na mesma proporção, é o conteúdo e a dinâmica dos rearranjos espaciais e territoriais do metabolismo do capital. Entendemos que através da operação das categorias de base da geografia (lugar, paisagem, território e espaço), poderemos apreender as faces da estrutura espacial e os seus recortes territoriais, enquanto materialidade locacional do domínio espacial do fenômeno, vistos, pois, a partir de dois momentos articulados, o da dimensão metabólica do trabalho em relação à natureza e o da dimensão da regulação socioespacial. É desse movimento dialético e das mediações teóricas requeridas, que faremos do trabalho um tema permanente para a geografia.

O silêncio e/ou a incompreensão reinantes podem explicar a inexistência do diálogo entre a geografia – enquanto discurso organizado sob o referencial científico – e as demais áreas das

ciências sociais ou humanas. Com o propósito de tornar esse exercício mais estimulante, tomaremos como base de reflexão, algumas dificuldades, a princípio, particulares da nossa experiência e que resultam do esforço de realizar interlocução com pesquisadores e estudiosos de outras áreas das ciências sociais, com o propósito de desvendar a dinâmica territorial recente das alterações que ocorrem no mundo do trabalho, em especial no Brasil.

As dificuldades de nos lançarmos à efetivação do diálogo com as demais especialidades das ciências sociais, talvez tenha como fundamento, o próprio monólogo que edifica o saber e o conhecimento geográficos sobre a temática do trabalho. Isto é, a não amplificação do assunto e sua devida ampliação enquanto temática específica e base de formulação de linhas de pesquisas, pode ser atestado pela quase ausência da geografia e dos geógrafos do cenário que a temática do trabalho envolve, como o movimento sindical e operário, os movimentos sociais populares de forma geral ou as diferentes frentes de luta dos trabalhadores que desdobram de motivações e especificidades tático-estratégicas também diferenciadas tanto na cidade quanto no campo.

De posse do material que estamos pesquisando, com o avanço das reflexões que conseguimos sistematizar em “Por uma geografia do trabalho”¹⁰ e o que estamos apontando nessa sequência das pesquisas¹¹, o trabalho sob o enfoque geográfico é compreendido por nós, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser*, está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (ine-

¹⁰ Cf. Thomaz Junior, 2002b.

¹¹ Estamos nos referindo à próxima etapa do projeto Produtividade em Pesquisa (PQ/CNPq), na qual pretendemos desenvolver (no período de março de 2003 a fevereiro de 2005), o Projeto “Território minado: metabolismo societário do capital e os desafios para a organização do trabalho”.

xistente na natureza) e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa¹² que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal.

Na verdade, estamos diante de uma questão de extrema importância, tendo em vista que o referencial a ser adotado tem nos objetivos pedagógicos a possibilidade de suplantarmos os estreitos marcos da cientificidade enraizada na identificação das disciplinas e rumar para um roteiro que expresse a ruptura dos caminhos trilhados até então.

Se, de um lado, estabelece-se que a apreensão das relações locacionais, do reordenamento territorial ou da ordem territorial dos fenômenos e as regras que orientam sua dinâmica nos lugares sob o comando do metabolismo societário do capital ou da processualidade social contextualizada, é o campo demarcatório sobre o qual a geografia deve ser entendida, as contribuições das demais áreas do conhecimento, podem e devem instrumentalizar aprofundamentos e vice-versa.

A título de exemplo, achamos ser possível intentarmos explicitar o ordenamento territorial resultante do trabalho no Brasil ou sua explicitação nos passos do movimento operário e sua dinâmica, contextualizada, nos lugares, podendo contar com as contribuições valiosas dos cientistas sociais, em especial, dos sociólogos, dos historiadores e dos economistas, tendo em vista serem os que há mais tempo se dedicam às investigações do mundo do trabalho, tamanha é a abrangência que o assunto em pauta impõe para que possamos privilegiar a compreensão das mediações específicas que dão sentido e formato ao comportamento do trabalho, nos diferentes momentos e lugares e, portanto, o próprio movimento contraditório de (re)construção da sociedade.

¹² Em Lukács encontramos reflexões preciosas sobre essa questão. Autor responsável por obra destacada sobre a compreensão marxiana da ontologia do ser social, nossos primeiros passos nessa literatura estão sendo primorosos para a compreensão das contradições presentes no mundo do trabalho.

Vê-se que, paralelamente à redução quantitativa do operariado tradicional, opera-se uma alternativa qualitativa profunda da forma de ser do trabalho, o que pode ser identificado na significativa heterogeneização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho, dada pela subproletarização do trabalho, expresso nas formas de precário, parcial, temporário, autônomo etc. Isto é, as características espaciais desse processo que revela um *novo* universo das confrontações¹³, contra a lógica destrutiva do capital e particularmente a tradução disso em ações concretas e os conteúdos tático-estratégicos específicos, é o que vai nos permitir entender a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes.

O mundo do trabalho expõe, então, um cenário polêmico. A tese do fim do trabalho, não nos permite compreender que o que está em questão é o emprego, sendo, pois, a principal evidência a diminuição crescente do operariado industrial tradicional e ao mesmo tempo a desproletarização do trabalho manual, a heterogeneização, a subproletarização do trabalho ou, ainda, sob o impacto da flexibilização e dos efeitos das derivações do taylorismo-fordismo para o toyotismo ou formas combinadas.

Entendemos, portanto, que esse processo reconfigura uma *nova* materialidade do trabalho que não se resume na mudança ocupacional e de funções, em particular diante das hordas de trabalhadores desempregados, em grande medida desqualificados para as *novas* exigências do processo produtivo¹⁴. Os desdobra-

¹³ Não é o caso de tecer afirmações, mas de atentarmos para as reflexões que Soja (1996) nos aponta em “Thirdspace”, no que se refere à diferenças enquanto significado de poder que subjuga o território, o trabalho... Sugerimos consultar o capítulo “Exploring the spaces that difference makes: notes on the margin” da referida obra.

¹⁴ Esse assunto está sendo investigado mediante o projeto de pesquisa em nível de doutorado, “As novas territorialidades do trabalho diante da (des)qualificação profissional e do adestramento da força de trabalho pelo capital (uma contribuição para a Geografia do Mundo do Trabalho nessa viragem do século XXI)”.

mentos disso para o âmbito da subjetividade do trabalhador re-põem em questão reentendermos os *novos* referenciais culturais, de classe, de gênero etc., que vão repercutir nas instâncias de organização (sobretudo nos sindicatos, mas também nas associações, cooperativas etc.).

Diante disso, pensamos que os resultados das pesquisas em consecução nos autorizam indagar como desconsiderarmos para a explicação dos conflitos sociais em torno da luta pela terra no Brasil, os elementos condicionantes do edifício social como um todo¹⁵. Ainda que esse processo esteja sendo ampliado, com os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital, a questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente, na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais entraves para o alavancamento da luta pela terra por parte dos movimentos sociais e também para a reforma agrária.

Esse referencial teórico nos permite visualizar o desenho societal dos trabalhadores sem terra no Brasil, como produto de uma complexa trama de relações que envolve trabalhadores e movimentos sociais que se dedicam à luta de resistência, de ocupação da terra e pela reforma agrária, como: posseiros; atingidos por barragens, organizados ou não no âmbito do Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB); pequenos produtores desarticulados da estrutura oficial dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), das Federações e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); seringueiros; índios; pescadores; Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com o apoio da Via Campesina; Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mast), produto, fundamentalmente, de dissensões internas ao MST, mas que se diferencia qualitativamente quanto

¹⁵ Esse assunto foi abordado no ensaio “Desenho societal dos sem terra no Brasil”, 2001.

às ações de enfrentamento com o Estado e com os latifundiários, apostando mais numa política conciliatória; os assalariados rurais temporários, envolvidos no corte da cana-de-açúcar, especialmente em Pernambuco, Alagoas e em São Paulo, sendo neste Estado mediante a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)¹⁶; em menor escala os trabalhadores organizados em nível dos sindicatos dos trabalhadores na agricultura familiar (Sintraf), com atuação nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul; os trabalhadores desempregados urbanos etc. Estes, consoante o estágio de precarização e de exclusão do mercado formal de trabalho, se inserem nas atividades informalizadas, especialmente a camelotagem, sendo que em grande parte já foram sindicalizados¹⁷ e também participaram de cursos de (re)qualificação profissional.

Encontramos, também, outros níveis de determinação e das relações sociais que mediatizam o desenvolvimento das forças produtivas materiais e o processo metabólico do capital, que nos permitem apreender que a identificação que o trabalho (assalariado/proletarizado), já fragmentado corporativamente (em profissões identificadas¹⁸ com as dimensões da divisão técnica) tem com o território, é referenciada nos limites das determinações impostas pelo regramento jurídico-político¹⁹.

Portanto, é no âmbito da regulação que o Estado comparece para fazer respeitar, de acordo com as conveniências, o estatuto

¹⁶ Mais detalhes cf.: Thomaz Júnior, 2002b.

¹⁷ Há muito que se conhecer sobre esse fato, mas as pesquisas em desenvolvimento sob nossa orientação e sob a responsabilidade do Nera (Núcleo de Estudos e projetos de Reforma Agrária), coordenado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, têm revelado alguns aspectos desse panorama.

¹⁸ Como prescreve a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mais detalhes, cf.: Thomaz Júnior, 2001.

¹⁹ No projeto de tese de doutorado, concluído em 1996, pudemos nos dedicar a essa questão, quando estudamos especificamente a relação capital x trabalho na agroindústria canavieira em São Paulo e os desdobramentos para o movimento sindical. Mais detalhes, cf.: Thomaz Jr., 2002a.

social dos códigos de leis (código civil, constituição, CLT etc.). Então, a identificação do trabalho, de um lado, distanciada do seu pertencimento de classe e diante do conflito social, enraizada, pois nas nomenclaturas da divisão técnica e por outro, as identidades que daí se estruturam para o nível da representação política (sindicatos, associações), ancorada, por via de consequência, na fragmentação em categorias, nos revela o significado do que simbolicamente estamos denominando de *território minado*²⁰.

É essa pluralidade de combinações e contradições fundadas na sociedade do capital e as consequentes estruturas societárias que nos revelam as características espaciais e as expressões territoriais que nada mais são do que os marcos da relação capital-trabalho e as derivações e desdobramentos daí decorrentes.

Então, dos posseiros aos desempregados da indústria metalúrgica do ABC, passando pelos pequenos produtores familiares endividados e pelos assalariados rurais temporários, o que se percebe é que está em foco um novo cenário para o trabalho, no qual as desigualdades sociais oriundas do campo (concentração da propriedade da terra e a modernização seletiva), da cidade (desqualificação/precarização do trabalho e desemprego em massa) e a convergência de determinados atributos que influem no aumento crescente da exclusão, nos estimulam a pensar não ser mais possível persistir nos esquemas prévios de interpretação que não privilegiem o entendimento das diferentes faces do trabalho em torno de questões mais gerais, como luta pela terra, reforma agrária, política nacional de emprego, tempo livre, diminuição da jornada de trabalho, alianças políticas no âmbito da classe-que-vive-do-trabalho, para discutir noções fundantes do pertencimento de classe.

O *insight* teórico, na nossa avaliação, reside exatamente na possibilidade de entendermos as articulações e as combinações entre as diferentes faces e aspectos do trabalho (urbano-rural,

²⁰ Título do novo projeto de pesquisa para o qual estamos solicitando renovação de Bolsa PQ/CNPq.

material-imaterial, produtivo-improdutivo etc.), como forma de superarmos as fragmentações colocadas e reproduzidas pela ciência de maneira geral, pela Geografia e pelos geógrafos de maneira particular, o que tem nos motivado às investigações.

A concreção de uma geografia do trabalho fundada na compreensão histórica do trabalho e conseqüentemente, na estrutura espacial que o regula, é o que nos permitirá dialogar com a comunidade interessada (pesquisadores, estudantes, trabalhadores, sindicalistas etc.), sobre os rumos do mundo do trabalho no âmbito da luta emancipatória e das transformações territoriais, a fim de superarmos os limites da “leitura” geográfica, restrita aos fragmentos e recortes, sem tampouco referenciar-se na totalidade do processo social e suas contradições imanentes.

Em outras palavras, as diferentes frentes de manifestação e organização do trabalho no campo, as peculiaridades e características que identificam cada qual à fragmentação e alienação do trabalho e por sua vez, aos diferentes objetivos estratégicos e desenhos societais almejados é o que se apresenta como questão fundante para as nossas reflexões, a fim de entendermos o que se passa com a classe trabalhadora, quais os sentidos e os desafios presentes nesta viragem do século XXI para o trabalho.

Portanto, não há oportunidades para tergiversarmos da luta emancipatória da classe trabalhadora em nível mundial; mesmo considerando-se nossos limites intelectuais e da ciência de maneira geral, temos, pois, que estar sempre a esse servir.

Referências bibliográficas

- ALVES, G. *O novo e precário mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Práxis, 2001.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. O proletariado e a classe trabalhadora hoje. *Debate Sindical*. São Paulo, v. 15, n. 41, p. 22-23, 2002.
- ARAÚJO, A. (org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

- BEYNON, H. As práticas do trabalho em mutação, *in*: ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 9-38.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOITO JÚNIOR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Campinas: Xamã, 2000.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo: Brasil (2001)*. Goiânia: Loyola, 2002.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, 2002.
- FONTENELLE, I. *O nome da marca*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- FRANÇA G. C. Geografia e mundo do trabalho, *in*: Encontro Nacional da Anpege, 4. *Anais...* São Paulo: (s. n.), 2002.
- GEORGE, P. O trabalho, *in*: _____. *Sociologia e geografia*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HARVEY, D. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. Cidade do México: Fundo de Cultura, 1990.
- _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *Spaces of hopes*. Los Angeles: University of Califórnia Press, 2000.
- IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IASI, M. Quem forma o proletariado hoje? *Debate Sindical*. São Paulo, v. 155, n. 41, p. 24-51, fev. 2002.
- LA BLACHE, P. V. *Princípios de geografia humana*. Lisboa: Cosmos, 1954.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos, *in*: FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 85-169.
- MACILROY, J. *Os sindicatos e o Estado: do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, R. *O discurso do avesso*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.
- _____. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? *in*: Jornada sobre o trabalho, 2. *Anais...* Presidente Prudente: (s. n.), 2001.
- PEREIRA, D. A. C. Espacialidade da produção e do trabalho industrial: uma geografia da Ford Motor Company na escala do Brasil e do mundo. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre a ciência*. Porto: Edições Afrontamento, 1987.
- _____. *Crítica à razão indolente*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SANTOS, D. Conteúdo e objetivo pedagógico no ensino da geografia. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente, n. 17, p. 37-59, 1995.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

- RANIERI, J. *A câmara escura*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do caos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- SANCHEZ, J-E. *Espacio, economia y sociedad*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1991.
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____. *Thirdspace*. Los Angelis: Bkcell, 1999.
- THOMAZ JÚNIOR, A. qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? *in*: Colóquio Internacional de Geocritica, 2, 2000. *Anais...* Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn-43htm> Acesso em: 11 nov. 2000.
- _____. Desenho societal dos sem terra no Brasil. *Revista Abra*, Campinas, v. 28, n. 25, p. 31-46, 2001.
- _____. *Por trás dos canaviais, os nós da cana*. São Paulo: Fapesp, 2002a.
- _____. Por uma geografia do trabalho, *in*: Colóquio Internacional de Geocritica, 4, 2002. *Anais...* Barcelona: (s.n.), 2002b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2002.

Mulheres rurais, trabalho associado e agroecologia

Bruna Mendes de Vasconcellos

As mulheres populares estiveram historicamente engajadas em diferentes formas de organização social para contribuir ao processo de transformação social na América Latina, seja nos movimentos sociais, nos partidos e sindicatos, em movimentos de mulheres, em organizações informais seja como parte de associações e redes politicamente engajadas. Dizer que essas mulheres populares constituem um sujeito político, no entanto, não é algo banal. Desde diferentes frentes da literatura e da mobilização social, é possível observar a pouca visibilidade dada ao papel e à atuação das mulheres no contexto da luta popular.

O contexto de pobreza e desigualdades sociais no campo brasileiro atinge diferencialmente homens e mulheres, assim como jovens, adultos e idosos e, no entanto, nos discursos mais recorrentes, a agricultura familiar segue sendo tratada como um todo homogêneo. Permeia a experiência cotidiana das famílias no campo uma divisão sexual do trabalho, na qual a roça é vista como espaço dos homens e a casa, os cuidados domésticos e de cuidados, são vistos como responsabilidade das mulheres. Ainda que essa seja uma representação e que no cotidiano do trabalho familiar as mulheres e jovens ocupem espaço significativo na pro-

dução agrícola, seu papel segue tido como “ajuda” e isso legitima o papel dos homens como gestores dos recursos monetários da família. A invisibilidade do trabalho das mulheres rurais e uma maior vulnerabilidade econômica e social delas têm sido uma das grandes pautas na luta das mulheres do campo.

Desde os anos 1980, a então emergente luta das mulheres rurais já enfrentava essa questão a partir da demanda de reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, com direito, portanto, a direitos trabalhistas como aposentadoria, sindicalização, licença maternidade, entre outros. Disputavam sua legitimidade não apenas ante a lei, mas frente a um imaginário social, reproduzido por homens e mulheres, que historicamente toma seu trabalho como auxiliar e invisibiliza o sem-fim de trabalhos reprodutivos realizados por elas. Ao longo dos anos de luta, no entanto, as mulheres rurais foram buscando diferentes vias para impulsionar a autonomia econômica das mulheres, como caminho na conquista de sua autonomia social e política e encontraram na construção da agroecologia e no trabalho Associado potenciais espaços para essa busca.

O Trabalho associado e a agroecologia são tomados, portanto, como projetos políticos na construção da autonomia econômica das mulheres e no enfrentamento ao avanço das forças capitalistas no campo e têm demonstrado na prática serem mais que tudo um espaço de inserção política das mulheres para esferas além daquela da organização autônoma de pequenos grupos de mulheres. Essas experiências são, no geral, a porta de entrada das mulheres para outras esferas de ação política de assentamentos, comunidades e movimentos e espaços a partir dos quais iniciam um processo de reflexão e questionamento das desigualdades de gênero em sua vida cotidiana. No entanto, discutimos ao longo deste capítulo a potencialidade, todavia pouco explorada, do Trabalho Associado e da Agroecologia não apenas de inserir as mulheres na sua construção, mas de refletir e agir sobre a ruptura histórica que se coloca entre trabalho produtivo e reprodu-

tivo, repensando não apenas o lugar das mulheres, mas também as estruturas materiais que sustentam o capitalismo patriarcal.

Destacamos finalmente como o movimento de mulheres segue protagonizando a luta pela transformação das relações de gênero e a disputa pelo modelo agroecológico, exercendo um potente e importante papel, sobretudo no enfrentamento público e político contra a agricultura industrial e a disseminação das plantações transgênicas no país.

Sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais¹

Em todas as sociedades conhecidas, há uma representação que difere o trabalho de homens e mulheres e lhes confere também valores econômicos e sociais desiguais, autoras feministas como Kergoat (2009) a definem como divisão sexual do trabalho² e argumentam que essa divisão irá variar segundo classe, raça e cultura. No campo, isso também ocorre, com suas especificidades. Prevalece a organização de uma divisão sexual do trabalho que designa aos homens a responsabilidade de provedores da família, de “chefes de família” e, portanto, encarregados do trabalho produtivo “na roça” e delega-se às mulheres a função dos cuidados e do trabalho doméstico, além das atividades que circundam as proximidades do seu território “tradicional”, as casas, incluindo o cultivo das hortas e os cuidados de pequenos animais. Os homens tendem a ser os encarregados das decisões e da gestão das tarefas produtivas e, conseqüentemente, dos recursos

¹ Essa parte do trabalho foi inicialmente escrita para um relatório elaborado pela autora no âmbito do projeto MDA (N. 015/2013 – Projeto UTF/BRA/083/BRA), executado pela Fundação Carlos Chagas (FCC).

² Conforme Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho tem basicamente dois princípios organizadores: o da separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquização (os trabalhos dos homens valem mais que os trabalhos das mulheres). Assim, o trabalho doméstico é mal remunerado (quando externalizado) ou realizado de forma gratuita, na sua maior parcela, por mulheres.

gerados, enquanto o trabalho das mulheres tende a ser desvalorizado e visto como “ajuda”.

A invisibilidade do trabalho das mulheres rurais gerindo esses recursos monetários ou não, é um dos elementos centrais para compreender as relações de gênero no campo.

Historicamente encarregadas dos trabalhos domésticos e de cuidados, é socialmente esperado que as mulheres sejam boas mães, esposas e cuidadoras, assim elas cumprem cotidianamente um sem-fim de tarefas: cuidam de crianças, doentes e idosos, cozinham, lavam, limpam, organizam, cuidam das hortas, dos pequenos animais, colhem, plantam etc. Apesar da sua contribuição para garantir a soberania alimentar e subsistência (e sobrevivência) das famílias, essa é pouco valorizada pelas famílias, comunidades e Estado (Butto, 2011; Nobre, 2012).

Para além da invisibilidade do trabalho não remunerado das mulheres, seu trabalho produtivo é também visto como pouco importante. A maioria das mulheres que sobrevivem da agricultura familiar trabalha efetivamente na roça lado a lado com seus maridos, mas como não fazem parte dos processos decisórios de planejamento produtivo e gestão dos recursos, sua ação é vista sempre como uma “ajuda” e o círculo vicioso se repete e se alimenta, uma vez que essa visão deslegitima sua participação nas decisões sobre o gasto dos recursos (Carneiro, 2001; Deere; León, 2002). As mulheres também contribuem, muitas vezes, com os ingressos nas casas, comercializando produtos da horta, alimentos que saem de suas cozinhas ou por meio da produção de artesanato. Essa renda é, porém, também vista como secundária e menos importante no balanço geral das contas familiares (Paulilo, 2004).

Outra marca da pouca visibilidade do trabalho feminino é encontrada na maior parte das estatísticas sobre o trabalho no campo, em que o homem é colocado como “trabalhador remunerado”, enquanto mulheres, filhos e filhas são os “membros não remunerados da família” (Carneiro, 1994; Melo; Sabbato, 2010).

Para Paulilo (2004), isso representa um reconhecimento implícito de que o homem tem maior poder de decisão sobre a renda familiar, tendo em vista que, em teoria, ele também não é remunerado na agricultura familiar.

Essa invisibilidade do trabalho feminino está atrelada a uma visão econômica capitalista e androcêntrica que permeia a sociedade e apenas atribui valor àquilo que possa ser transformado em mercadoria (Carrasco, 2004, 2006). Cristina Carrasco (2004), economista espanhola e uma das principais autoras da economia feminista, argumenta que historicamente o pensamento econômico insiste em restringir suas análises apenas ao âmbito mercantil e monetário, excluindo destas toda a variedade de trabalhos de cuidado e reprodução da vida, tradicionalmente feito por mulheres e necessários para a sustentabilidade da vida humana. Segundo a lógica desse pensamento, que influencia as políticas e, portanto, o modo de vida da população rural, as mulheres são vistas como mães e esposas, dependentes economicamente dos homens.

Carrasco (2004) enfatiza que a grande tensão colocada por essa forma de pensamento é o conflito de fundo entre a obtenção do lucro e o cuidado da vida humana. A questão da subsistência das pessoas é vista pela economia como “externalidade” e designada ao âmbito doméstico, transformando a “família” no centro de gestão dos cuidados. A centralidade posta no trabalho mercantil e a forma machista de organização do trabalho contribuem para obscurecer a importância dessas atividades de cuidado, assim mascarando o fato de que a sociedade também precisa de cuidado e não só de bens materiais ou de mercadorias. Elemento que ajuda a compreender a desvalorização do papel das mulheres rurais na garantia da produção para autoconsumo das famílias agricultoras.

Seguindo na linha de pensamento de Carrasco (2004), ao apresentar como autônomo o sistema econômico, ela oculta não a existência do trabalho doméstico em si, senão a conexão de

dependência que este mantém com o trabalho produtivo. A exteriorização do trabalho de cuidados para o âmbito doméstico garante um modo de produção baseado na superexploração da unidade doméstica, transferindo os gastos de reprodução das pessoas para as casas, onde são as mulheres que amortecem, por exemplo, os custos sociais gerados para garantir a subsistência das pessoas no campo.

Entretanto, se no âmbito agrícola as mulheres também ocupam os espaços produtivos, geradores de valor monetário, trabalhando nas roças ou vendendo sobras da produção doméstica, as estruturas sociais não se modificaram para garantir uma redistribuição do trabalho doméstico e de cuidados. Nesse sentido, Faria (2011) argumenta que a inserção econômica das mulheres não altera sua responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho reprodutivo³.

Essa construção ideológica marcada pela exigência de que as mulheres sejam boas cuidadoras e de homens bons provedores está profundamente introjetada nas mulheres e homens no campo e isso contribui para que elas sigam aceitando a execução do trabalho reprodutivo como algo inerente ao ser mulher, mesmo nos casos em que sustentam as famílias (Faria, 2011) Scott e Cordeiro (2013) destacam que mesmo que haja uma aceitação do papel de cuidadoras, e até reclamações acerca da incompetência masculina em cumprir essas funções, são as mulheres que recorrentemente explicitam o seu descontentamento com a pouca participação masculina nas tarefas domésticas, enquanto eles convenientemente alegam sua incapacidade em colaborar.

³ Foi durante a década de 1970 que autoras feministas debateram sobre a natureza econômica do trabalho doméstico; desse debate, resultou a reformulação e ampliação do conceito marxista de reprodução, que trata do trabalho necessário à reprodução biológica do trabalhador e da sua força de trabalho. Para Kergoat (2009), o trabalho doméstico nada mais é do que a forma que a reprodução assume na sociedade salarial.

Há de se mencionar que existem casos, por exemplo, em que ocorrem variações desta divisão mais tradicional do trabalho, quando por alguma razão a mulher precisa se ausentar e assim os maridos e/ou filhos acabam tendo que assumir as tarefas domésticas ou mulheres que assumem a gestão do trabalho produtivo porque o marido está doente ou ausente. Mas essas mudanças momentâneas nada mais são do que confirmação da “regra”, pois não significam que exista um questionamento da divisão em si ou das relações de poder, mas apenas um estado provisório, ficando claro para as duas partes que tarefa cabe a quem em tempos de estabilidade (Nobre, 2005). Carneiro (1994) menciona, por exemplo, que quando as mulheres se incorporaram de forma expressiva ao mercado de trabalho agrícola nos anos 1980, não houve um rompimento na divisão sexual do trabalho ou questionamento das hierarquias.

Por outro lado, Silva e Schneider (2010) analisando experiências mais recentes de mulheres que conciliam trabalhos na agricultura com aqueles fora da propriedade, avaliam que a participação feminina em trabalhos fora das casas pode significar aumento de sua autonomia, socialização e valorização de seu trabalho, ainda que não necessariamente uma ruptura da divisão sexual do trabalho, exatamente como acontece no trabalho associado, conforme exploramos mais adiante. A chamada pluriatividade presente hoje no campo é definida pelos/as autores/as como a “combinação entre trabalho agrícola e atividades fora da propriedade”. Se antes esta era vista como uma forma de vivência transitória na organização da população rural, hoje assume renovada importância e parece tornar-se mais duradoura na experiência da agricultura familiar, sendo um dos principais recursos encontrados pelas famílias para garantir sua subsistência e permanência no campo (Silva; Schneider, 2010). No entanto, para as mulheres que realizam tarefas fora das propriedades, e não encontram formas de repartir os trabalhos domésticos, isso geralmente representa uma sobrecarga de trabalho.

Essa responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados tem consequências também sobre suas possibilidades de envolvimento com o trabalho associado, a agroecologia e a participação política. Ainda que haja uma importante e significativa participação atualmente das mulheres nos movimentos de luta pela terra, nos sindicatos, nos movimentos autônomos de mulheres, nos grupos de mulheres nos assentamentos, na organização das ocupações e acampamentos, sua condição de gênero lhes impõe uma série de barreiras à efetiva participação política.

Por um lado, a relação de poder que mantêm com os maridos dificultam que as mulheres deixem esse papel mais tradicional de donas de casa. Assim, geralmente têm que encontrar formas de garantir a realização dessas tarefas para conseguir participar em atividades fora da casa (Brumer; Anjos, 2010). São recorrentes os discursos de mulheres que antes de sair devem deixar tudo “encaminhado” nas casas, comida pronta, roupa lavada ou, ao contrário, deixar os espaços de reunião para fazer o jantar ou ainda levar seus filhos para as assembleias; há também mulheres que abandonam as atividades para poder cuidar de algum membro da família que adoeceu (Siliprandi, 2009; Vasconcellos, 2011).

Por outro lado, essas relações de poder sujeitam as mulheres a necessitar de aprovação dos maridos para participar dos espaços, sendo que muitos deles desaprovam sua participação, desencorajando ou mesmo proibindo sua inserção nas atividades organizativas dos assentamentos. E mesmo quando este não é o caso, há na maioria das vezes um processo de negociação a ser feito pelas mulheres para viabilizar sua ausência do espaço doméstico (Aguiar; Stropasolas, 2010).

Há de se destacar, no entanto, que certos contextos podem contribuir para superar essas barreiras. Um exemplo significativo disso são os processos de organização das ocupações e organizações dos acampamentos. A literatura sobre o assunto converge

sobre a situação privilegiada da organização dos acampamentos para a inserção e efetiva participação das mulheres, já que toda a demanda por organização do cotidiano para atender às necessidades coletivas tornam todo o processo de sobrevivência social politizável (Brumer; Anjos, 2010). Nos acampamentos, as mulheres ficam normalmente encarregadas das tarefas coletivas tidas como mais “femininas”: a educação, saúde e alimentação das pessoas. A coletivização dessas tarefas aumenta por um lado sua visibilidade e importância, em contextos normalmente muito precários de sobrevivência, contribuindo para a politização do cotidiano e por outro lado a existência de uma viva organização comunitária facilita um processo de inserção das mulheres nas decisões e vida política dos acampamentos. As mulheres durante esses momentos ganham espaço para articularem e atuarem politicamente e passam a perceber outras situações de opressão e injustiças, favorecendo ao seu futuro engajamento, em alguns casos formando-se como lideranças (Rua; Abramovay, 2000)⁴.

Apesar disso, a mudança de cenário gerada pela conquista da terra e a organização dos assentamentos geralmente representam uma diminuição da participação política das mulheres. O distanciamento entre os lotes e a redução dos espaços coletivos levam a que se acentue a divisão sexual dos trabalhos entre homens e mulheres, contribuindo para o processo de desarticulação delas (Brumer; Anjos, 2010; Rua; Abramovay, 2000).

De forma geral, alguns pequenos grupos de mulheres conseguem se manter articulados nos assentamentos e costumam ser

⁴ Brumer e Anjos (2010) destacam que para muitas mulheres rurais a organização dos acampamentos é a primeira possibilidade concreta de inserção e formação política, e cumpre, portanto, o importante papel de formar algumas das lideranças femininas. Segundo as autoras, as demais lideranças femininas encontradas nos assentamentos têm algum tipo de formação política prévia em sindicatos, organização das igrejas ou nos movimentos e destacam que para compreender a liderança feminina rural é importante compreender que há diferenças entre estas e as mulheres assentadas.

bastante diversificados, debatendo não apenas gênero ou a situação das mulheres, mas articulando possibilidades de permanência na terra para os jovens, atividades para gerar renda para as mulheres, organização de produção coletiva, problematizando as dívidas das famílias. Sua mobilização é muitas vezes disparadora da ação mais ampla dos sindicatos e dos movimentos (Brumer; Anjos, 2010).

A organização dos assentamentos também pode representar uma vulnerabilidade maior das mulheres à violência doméstica. A proximidade das pessoas e da organização social dos acampamentos permitem um controle e coibição maior dos casos de violência, enquanto nos assentamentos os casos tendem a ser mais facilmente ocultados (Vasconcellos, 2011). Com o sugestivo nome de “Onde mal se ouvem os gritos de socorro” Scott, Rodrigues e Saraiva (2010) destacam a situação absolutamente desfavorável para as mulheres rurais ainda hoje denunciarem ou se protegerem contra a violência doméstica. Sem nenhuma estrutura para buscar ajuda, seja pela distância, pela falta de transporte ou mesmo a ausência de delegacias na região, essas mulheres dificilmente conseguem se fazer ouvir. Nos casos em que fazem o longo percurso para chegar até as delegacias, em cidades muitas vezes sem rede de atendimento estruturada, as mulheres têm que fazer suas denúncias em delegacias não especializadas, onde recorrentemente são desencorajadas de fazer o boletim de ocorrência e quando o fazem há alto grau de impunidade. Nesse contexto, é recorrente que as mulheres dependam mais do apoio das relações de parentesco, amizade e vizinhança para combater as situações de violência do que do poder público (Scott; Cordeiro, 2013; Scott; Rodrigues; Saraiva, 2010).

Esse conjunto de problemas vivenciados pelas mulheres no meio rural são algumas das razões para o que é definido por Scott e Carneiro (2013) como *desfeminilização* do campo, termo usado para identificar um processo migratório mais acentuado das mulheres, especialmente as jovens, para as cidades. Em de-

trimento de uma ideia inicial de masculinização do campo, as autoras argumentam que não há um aumento da população masculina, mas uma evasão das mulheres em busca de condições melhores de vida. Para algumas autoras, essa migração indica que há uma insatisfação das mulheres com o papel a elas destinado no campo: a invisibilidade e desvalorização de seu trabalho, a sobrecarga de trabalho, a dificuldade de acesso a recursos, as limitações de lazer e possibilidade de circulação nos espaços públicos são elementos vistos como possíveis causas desse processo migratório (Brumer; Anjos, 2010; Melo; Sabbato, 2005; Nobre, 2012).

Ainda que persista uma intrínseca relação desigual, baseada na divisão sexual do trabalho, na invisibilidade do trabalho feminino e uma conseqüente vulnerabilidade econômica e social das mulheres rurais, a literatura sobre o tema, que se expandiu muito nos últimos anos com a publicação de algumas coletâneas a partir de 2006, aponta que há sinais de ascensão e melhora na condição das mulheres rurais (Butto, 2011; Scott; Cordeiro, 2013). Mesmo perante as dificuldades mencionadas, as mulheres trabalhadoras rurais conseguiram mobilizar-se nacionalmente e uma conjuntura política favorável a partir de 2003 alavancou a construção de uma série de políticas com viés de gênero, dedicadas especialmente às mulheres do campo e da floresta e encontraram também vias para reforçar suas ações coletivas através do trabalho associado e da agroecologia.

Movimento de mulheres rurais no Brasil

É durante o período de redemocratização dos anos 1980 que ganha força e visibilidade a atuação de um novo sujeito político: a mulher trabalhadora rural. Atuando desde os sindicatos, movimentos sociais emergentes de luta pela terra e também construindo movimentos autônomos, as mulheres trabalhadoras rurais têm cumprido desde então um importante papel na definição de pautas de reivindicações próprias e na pressão sobre o Estado

para a construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero na agricultura (Deere, 2004; Heredia; Cintrão, 2006)⁵.

O eixo central das reivindicações do movimento é o reconhecimento social das mulheres rurais como trabalhadoras e, portanto, com direito aos direitos e políticas destinados à classe trabalhadora. Sendo assim, suas principais demandas históricas são pelo acesso a previdência social especialmente aposentadoria e licença maternidade e direito à sindicalização. Além disso, as trabalhadoras rurais também reivindicam a possibilidade de autonomia produtiva, através do acesso a terra e os benefícios a ela vinculados⁶ (Butto, 2011).

Os sindicatos rurais, junto com a Igreja Católica e partidos políticos, tiveram um papel importante no surgimento das primeiras mobilizações das mulheres trabalhadoras rurais (Heredia; Cintrão, 2006). Apesar disso, historicamente os sindicatos formavam parte no processo de exclusão social das mulheres rurais e no seu não reconhecimento como trabalhadoras. No início dos anos 1980 assumiam que apenas um membro da família deveria ser sindicalizado, privilegiando os homens ao alegar que estes, vistos como chefes de família, garantiam os benefícios a todos os seus membros. É só no congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1985, que o debate sobre a participação das mulheres se dá de forma séria, levado a este espaço pelo recém-articulado Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do Sertão Central (Deere, 2004).

⁵ Cabe mencionar que apesar do crescimento da atuação das mulheres nesse período, havia mulheres atuando antes desse período; podemos destacar a líder sindicalista Maria Margarida Alves e Elisabeth Teixeira, integrante na luta das ligas camponesas e mais adiante do MST.

⁶ Desde este momento as mulheres também já reivindicavam a necessidade de priorização das mulheres chefes de família nas políticas de reforma agrária, e também inseriam em suas pautas questões específicas relacionadas à saúde da mulher (Heredia; Cintrão, 2006).

A partir dessas mobilizações iniciais e de um aumento significativo da participação das mulheres nos sindicatos e movimentos, chegando inclusive a postos de liderança, elas sentiram necessidade de se organizarem em movimentos autônomos, principalmente para ter seu próprio espaço para debater as questões de gênero e os interesses das mulheres⁷. Surgem, nesse contexto, o MMTR-Nordeste e o MMTR-Sul e nos anos seguintes outros movimentos e articulações vão sendo criados. E já no final dos 1980, são efetivados os esforços de unificação nacional dos movimentos autônomos, quando surge a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), com importante papel na luta pela documentação das mulheres trabalhadoras rurais e nos anos 1990 se consolida o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ligado à Via Campesina (Siliprandi, 2009).

Nesse mesmo período, as mulheres também passam a integrar suas pautas ao recém-criado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Siliprandi (2009) indica que inicialmente existia uma barreira por parte do movimento em debater temas relacionados a gênero e só em 1995 – uma década depois de sua fundação – é editado um documento reconhecendo a situação de dureza vivenciada pelas mulheres no campo e em 1996 é organizado o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, que teve como função, a partir daí, levar o debate às instâncias internas do movimento. Surge dentro dele um Setor de gênero, que levou adiante os debates de interesse das mulheres e, entre outros elementos, pautou especialmente a necessidade de participação das mulheres em todos os

⁷ Apesar dos sindicatos e movimentos sociais mais abrangentes terem sido, e ainda serem, importantes espaços de atuação das mulheres e força mobilizadora para suas pautas, o processo de inserção de pautas específicas das mulheres e o reconhecimento das questões de gênero nesses contextos envolvem processos geralmente conflituosos e de intensas disputas de prioridades dentro das organizações, o que leva a um constante processo de aproximação e afastamento entre os movimentos autônomos de mulheres e estes (Deere, 2004; Heredia; Cintrão, 2006).

espaços de luta, nas diferentes instâncias de decisão e organização dos movimentos⁸. Também é estimulada a cotitularidade de terras e créditos e o acesso da família como um todo nas decisões sobre a produção (Heredia; Cintrão, 2006).

Destaca-se nos anos 2000 a organização da primeira Marcha das Margaridas, como um dos importantes marcos na unificação dos movimentos de mulheres rurais, organizado pela Contag, ato político que contou com apoio de diferentes movimentos autônomos e cuja proposta da ação era levar para diálogo direto com o Governo Federal uma pauta de reivindicação específica das mulheres trabalhadoras rurais. Até hoje já foram realizadas quatro edições do evento (2000, 2003, 2007, 2011) e suas demandas se desdobraram em diversas conquistas, inclusive em termos de políticas públicas (Contag, s/d.).

Todo esse processo, de mobilização das mulheres rurais além de conseguir abrir as portas dos sindicatos e movimentos para a sua participação mais efetiva e a incorporação de suas demandas, gerou uma série de conquistas em termos de direitos sociais e políticos para as mulheres trabalhadoras rurais. Uma das primeiras grandes vitórias da organização foi durante o processo de construção da Constituinte de 1988, quando conseguiram garantir acesso a previdência social e possibilidade de titularidade das terras da reforma agrária:

A constituinte pode ser considerada um marco, pois pela primeira vez foi colocada a nível nacional uma negociação de políticas públicas que levava em conta a questão das mulheres trabalhadoras rurais. A partir daí, os movimentos de mulheres rurais ganham visibilidade e têm um impulso para sua nacionalização (Heredia; Cintrão, 2006, p. 7).

⁸ Para garantir a participação das mulheres o movimento organiza “ciras” que são espaços para cuidado e formação política das crianças que ocorrem sempre que há encontros, reuniões e eventos do movimento.

Apesar da conquista por direitos formais que representou esse momento, muitas lutas foram e ainda são travadas no sentido de garantir o real acesso a esses direitos.

Alguns desafios mais atuais do movimento permanecem, no entanto, relacionados à grande concentração de mulheres em atividades voltadas para o autoconsumo das famílias agricultoras e, portanto, seu pouco acesso à renda e assalariamento, em contraposição aos homens que ocupam as atividades que geram recursos monetários às famílias (Butto, 2011). Segundo Butto, as mulheres, dedicadas principalmente às tarefas de horticultura, floricultura, silvicultura e cuidados com pequenos animais, representam a principal razão pela qual 64% das mulheres trabalhadoras brasileiras não auferem remuneração. Nos últimos anos, no entanto, algumas dessas atividades têm ganhado mais espaço nos mercados, contribuindo para uma melhora nas possibilidades de acesso a recursos monetários, ao mesmo tempo que sua capitalização passa a atrair os homens a ocuparem esse espaço.

Desta forma, apesar de se poder destacar, segundo Butto (2011), uma menor proporção de mulheres ocupadas sem remuneração nos últimos anos, a questão da autonomia econômica das mulheres rurais segue sendo um desafio a ser enfrentado por movimentos e políticas públicas. Os avanços feitos no sentido de garantir acesso à documentação, previdência e titularidade da terra, vêm se somar, nesse sentido, a demandas mais recentes do movimento por uma maior inserção das mulheres nas atividades produtivas. E a organização de coletivos de trabalho associado para produção, comercialização e articulação de finanças solidárias e da agroecologia tem sido uma das saídas encontradas por esse grupo de mulheres.

As recentes aproximações ao trabalho associado e a agroecologia

A literatura existente hoje sobre gênero e trabalho associado, apesar de ainda incipiente, tem crescido constantemente nos

últimos anos. Há uma série de estudos de casos, majoritariamente de dissertações e teses e relatos de experiências organizados por entidades de fomento, que buscam analisar as relações de gênero ante as experiências do trabalho associado e, não por acaso, a maioria delas analisa grupos de mulheres rurais, que concentram a maioria das experiências protagonizadas por mulheres⁹.

Seguindo um caráter mais geral da bibliografia sobre o trabalho associado, as leituras feministas também emergem das mais diversas áreas do conhecimento, passando desde as ciências agrárias, educação e sociologia, mas também vindas da geografia, serviço social, estudos étnicos, história e inclusive da engenharia. Essa literatura se concentra, sobretudo no esforço de dar visibilidade às iniciativas das mulheres, seu trabalho, os avanços que conquistam em sua autonomia a partir da auto-organização e a criticar o viés ainda androcêntrico que permeia a construção do pensamento e da prática do trabalho associado e da agroecologia¹⁰.

⁹ Segundo dados do mapeamento da Economia Solidária, a título de exemplo, quase 50% das atividades desenvolvidas pelas mulheres está no campo (Tavares *et al.*, 2013). No entanto, cabe destacar que outros setores têm recebido atenção da literatura feminista sobre o tema, como é o caso das mulheres catadoras, foco desses estudos no meio urbano. Como não são objetivo deste trabalho não analisaremos aqui suas contribuições. Para mais referências nesse setor consultar (Leite; Wirth; Chermem, 2014).

¹⁰ A literatura sobre Gênero e Trabalho associado é mais ampla que aquela focada na experiência das mulheres rurais, da mesma forma que os trabalhos sobre Gênero e Agroecologia também são mais abrangentes que as referências aqui organizadas. O esforço neste capítulo foi de fazer um recorte de trabalhos na intersecção entre Trabalho Associado e Agroecologia. Sobretudo no campo dos estudos sobre mulheres rurais e agroecologia a literatura é vasta, e este mês acaba de ser lançada a quarta edição do Prêmio Margarida Alves, cujo foco são as experiências com agroecologia. O texto completo está disponível no *site* do MDA: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Colet%C3%A2nea%20sobre%20Estudos%20Rurais%20e%20Gen%C3%AAro%20WEB.pdf>.

No bojo das experiências visibilizadas por esses trabalhos se destacam principalmente as iniciativas sendo desenvolvidas no Nordeste com a organização de redes de comercialização e finanças solidárias, como a Xique-Xique, no oeste do Rio Grande do Norte (Castro, 2014; Dantas, 2005); a Rede de Produtoras em Pernambuco¹¹ (Cherfem, 2014); a Rede de Produtoras da Bahia (Firmo, 2008), assim como as ações mobilizadas pela Associação do Semiárido (ASA) com a agroecologia (Santos, 2012), com a construção de cisternas protagonizadas pelas mulheres¹² (CF8, 2006; Dantas, 2007) e as mulheres extrativistas mobilizadas na busca por pesquisas e desenvolvimento de tecnologias adequadas para o processamento do licuri e da mangaba, por exemplo (Jesus *et al.*, 2011; Leão, 2008; Mota *et al.*, 2008; Silva, 2008).

Em outras regiões, como no caso do Sudeste, se destacam estudos sobre experiências de coletivos de mulheres organizados nos assentamentos de reforma agrária da região (Cherfem, 2009; Oliveira *et al.*, 2011; Silva, 2014; Vasconcellos, 2011) e, da mesma maneira, aparecem os trabalhos sobre associações de mulheres agricultoras e artesãs no Sul (Burg, 2005; García-Frías, 2007; Lunardi; Souza, 2004).

No Norte, ressaltamos especialmente os trabalhos sendo desenvolvidos pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco do Babaçu (MIQCB), com trabalhadoras rurais que se mobilizaram na luta pelos babaçuais (acesso e preservação) e pela terra, assumindo a identidade de quilombolas e de quebradeiras de coco e que hoje se constituem em importante sujeito político na construção agroecológica na região (Barbosa, 2007; Porro; Sales, 2013; Porro, 2002). Outro movimento que tem impacto nacionalmente no debate que vincula mulheres rurais, agroecologia e tra-

¹¹ Há de se destacar o papel da Casa da Mulher do Nordeste, como importante entidade feminista mobilizando ações nesse sentido na região.

¹² Destaca-se também o papel de outra entidade feminista, a CF8, mobilizando ações do RN e regiões próximas.

balho associado é o Movimento de Mulheres Campesinas (MMC) e o setor de gênero do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com ações de destaque na disputa contra os transgênicos e pela promoção da agroecologia (Lima, 2014; Siliprandi, 2009).

Central na argumentação destes trabalhos são as formas através das quais as mulheres se fortalecem como sujeitos políticos e ampliam os espaços organizativos para gerar uma série de debates sobre a condição das mulheres rurais, discutindo os problemas enfrentados pela pobreza no campo, reforma agrária e as desigualdades das relações de gênero que afetam seu cotidiano. É unânime a referência da literatura ao processo de empoderamento, autodeterminação e ampliação da autonomia das mulheres, invariavelmente citadas como conquistas obtidas a partir dessa experiência.

Esse engajamento organizativo representa a porta de entrada das mulheres para seu envolvimento com outras atividades políticas de seus assentamentos e comunidades. O trabalho associado e a agroecologia representam espaços de formação das mulheres como sujeitos políticos, impulsionando-as a refletir sobre as normas culturalmente impostas pelo sistema patriarcal, questionando-as e redefinindo a partir daí seu papel e sua importância na sociedade rural contemporânea. O trabalho associado e a agroecologia representam também uma ampliação na capacitação técnica, política e de gestão.

A agroecologia é encampada também como território da luta feminista, na medida em que sua proposta societária abre espaço para revalorizar e recolocar os trabalhos tradicionalmente feitos na invisibilidade pelas mulheres rurais. Diferente da agricultura convencional, que trabalha a agricultura isolada do contexto social, centrada sobretudo na produtividade das plantas e animais, a agroecologia contribui com uma reflexão crítica sobre a separação das esferas reprodutiva/produtiva na agricultura, pois ao analisar o sistema e subsistemas de produção, procuram entender todos os componentes desse sistema (Santos, 2012). Isso significa dizer que a agroecologia valoriza também algumas atividades que foram tra-

dicionalmente desenvolvidas pelas mulheres, como é o caso das hortas, pomares, pequenos animais e processamento de produtos de forma caseira e exige a construção de uma nova maneira de relacionar-se não só com a natureza, mas também com as pessoas, o que abre espaço para o questionamento de relações mais autoritárias, inclusive as de gênero (Siliprandi, 2009).

A participação das mulheres também carrega um elemento de coerência histórica na medida em que, como tradicionalmente encarregadas pelos trabalhos de cuidado das famílias, são elas normalmente que sentem os primeiros efeitos de um processo de degradação ambiental, como falta da água ou de alimentação adequada para as famílias e como indica Siliprandi (2009) isso as impulsiona ao longo da história a ocuparem lugar de destaque nas lutas ambientais. Desde uma perspectiva construtivista do ecofeminismo, Siliprandi argumenta que através do lugar que lhes foi socialmente imposto, as mulheres ocupam um papel importante na construção de relações mais harmoniosas com a natureza, especialmente porque sua condição de maior vulnerabilidade econômica faz com que tenham que buscar formas mais sustentáveis de produção para garantir a subsistência de suas famílias. O encontro com a agroecologia é também fruto da escassez de recursos das mulheres do campo.

O trabalho associado é uma das dimensões articuladas pelas mulheres do campo na busca de viabilizar o escoamento de sua produção agroecológica. Organizando, sobretudo redes de comercialização e finanças solidárias, elas encontram na autogestão a possibilidade de fortalecer suas ações e repensar os moldes capitalistas impostos à produção rural. Também organizam espaços coletivos de produção de artesanato e processamento de alimentos seguindo os preceitos agroecológicos e refletem no mundo público sobre a segurança alimentar.

No entanto, há de se destacar que não todas as mulheres rurais mobilizando ações de trabalho associado se vinculam a projetos agroecológicos, ainda que essa seja uma tendência espe-

cialmente motivada pelas mobilizações nacionais das mulheres do campo e da floresta.

A aproximação entre trabalho associado e agroecologia, desde uma perspectiva feminista, é um dos potenciais espaços à transformação das relações de gênero, não apenas porque questiona as formas capitalistas de produção, mas também porque representa a possibilidade de repensar a reprodução da vida, o lugar do trabalho, do saber tradicionalmente constituído como feminino e das mulheres na sociedade capitalista. A partir da aproximação às críticas da Economia feminista, a agroecologia e o trabalho associado são vistos como potenciais espaços de ressignificação do trabalho reprodutivo, são a possibilidade de rearticular produção e reprodução da vida. E, no entanto, é justamente na ruptura dessa divisão onde é mais difícil perceber as mudanças acontecendo.

Via de regra, a literatura tem criticado o fato de que apesar do empoderamento político das mulheres rurais no bojo dessas experiências, não é possível vislumbrar uma ruptura ou um questionamento dos padrões mais tradicionais da divisão sexual do trabalho, especialmente da eterna responsabilização das mulheres pelo trabalho reprodutivo. As mulheres se recolocam como sujeitos políticos, mas isso não implica que a sociedade encontre respostas coletivas para os trabalhos domésticos e de cuidados acumulados por elas. E se esse é um elemento de desigualdade que marca a vida e o cotidiano das mulheres rurais e urbanas assalariadas, espera-se que no âmbito das reflexões e práticas do trabalho associado e da agroecologia, esse elemento de opressão não seja negligenciado. A separação e a hierarquização dos trabalhos produtivos e reprodutivos precisam ser questionadas para que propostas societárias emancipatórias o sejam também desde uma perspectiva feminista.

Algumas estratégias são lançadas pelas feministas no sentido de avançar nessa disputa, sendo a principal delas o envolvimento das mulheres como protagonistas na construção da

agroecologia e do trabalho associado e seu reconhecimento como sujeitos políticos desses espaços. O empoderamento e reconhecimento das mulheres rurais enquanto sujeitos ativos pelas famílias, comunidades e movimentos são, portanto, um passo necessário para romper com a lógica patriarcal. E a literatura demonstra, também, que as mulheres têm conquistado esse espaço e se tornado lideranças em ações pela conquista da agroecologia.

Talvez o exemplo mais potente de liderança do movimento de mulheres se dê no âmbito da construção da agroecologia e principalmente na luta contra os transgênicos¹³. No último 8 de março uma série de ações foram mobilizadas pelo MMC e também pelo setor de gênero do MST em uma ocupação coordenada de uma das sedes da Suzano Papel e Celulose e da reunião da CTNBio, com o que conseguiram impedir a aprovação da lei que liberaria o uso de eucaliptos transgênicos no país. Não é a primeira vez que as mulheres se colocam publicamente nesta disputa, tendo ocupado outra planta da mesma empresa no ano de 2011.

Lima (2014) ao analisar a experiência desses movimentos e situar a importância radical de sua atuação na disputa por um modelo de produção agrícola e de vida, defende que essas mulheres articulam uma concepção de relação com a natureza capaz de englobar uma “ética feminista” nas relações entre o ser humano e a natureza e que são um sujeito político central na disputa pelos modelos de produção agrícola.

A autora destaca como os movimentos de mulheres camponesas e a agroecologia também avançam na crítica à neutralidade científica e tecnológica. Ao resistirem ao modelo de agricultura industrial, às sementes transgênicas e a outros pactos tecnológi-

¹³ Há também um crescente processo de articulação das mulheres disputando suas pautas no trabalho associado, talvez o exemplo mais concreto esteja se desenvolvendo dentro do Movimento de Economia Solidária, e na criação do GT de mulheres no seu fórum, que vem articulando reuniões e políticas específicas para as mulheres.

cos, estes movimentos estariam questionando também a neutralidade dessas tecnologias e do conhecimento que as definiram. Ao vincular o modo de produção agrícola industrial aos interesses políticos e econômicos das “classes dominantes”, abarcam em suas críticas elementos de uma resistência mais ampla a uma matriz de pensamento formada por componentes ideológicos patriarcais, androcêntricos e antropocêntricos e, ao manter sua articulação, questionam os pontos mais fundamentais dessa constituição ideológica (Lima, 2014).

É pertinente mencionar aqui também algumas outras ações pontuais que estão sendo levadas a cabo pelas mulheres na politização e reconhecimento social dos trabalhos de cuidado, normalmente subjugados ante a priorização das pautas da luta pela reforma agrária.

As mulheres populares do campo sem ter a perspectiva de resolver individualmente a carga do trabalho doméstico e de cuidados sob sua responsabilidade – colocando filhos na creche, contratando babás e empregadas ou comendo em restaurantes, como podem fazer mulheres de classe média, por exemplo – levam constantemente ao espaço público as demandas de cuidado. Esse fato não apenas torna público e, nesse sentido, politiza a questão dos cuidados, como barra de alguma forma as barreiras tão fortemente estabelecidas entre privado-público e principalmente coloca para a sociedade pensar as questões relacionadas à reprodução da vida humana, enquanto tarefa que foi historicamente colocada sobre as costas das mulheres.

Nesse sentido, as experiências de organização que coletivizam o trabalho doméstico, como é o caso dos *comedores populares* peruanos¹⁴ e dos refeitórios do MST são talvez um exemplo

¹⁴ Como forma de resolver o problema da fome de uma população extremamente marginalizada do processo de constituição das cidades peruanas, as mulheres organizaram os chamados “comedores populares”, onde cozinhavam coletivamente para baratear o custo da produção de alimentos no âmbito familiar e distribuíam para as pessoas do bairro. Esta iniciativa

mais destacado de ruptura nos padrões sociais que imputam ao espaço privado a resolução do problema da alimentação. Essas mulheres iniciam um processo de socialização do trabalho doméstico, abrindo uma ruptura na tradicional divisão entre os trabalhos produtivo e reprodutivo (Terribili; Faria; Coelho, 2005).

Defendemos aqui a ideia de que tornar pública e coletiva uma tarefa tradicionalmente realizada pelas mulheres no confinamento do âmbito doméstico pode ter um significado simbólico de ruptura cultural. O envolvimento das mulheres populares rurais e urbanas na construção de uma diversidade grande de projetos políticos hoje no Brasil, que interpelam as mais diversas organizações e movimentos dos quais fazem parte, podem servir de ponto de partida para refletir sobre essa ruptura e analisar em que medida sua atuação tem contribuído ao processo de construção democrática, politizando desde sua ação cotidiana a cultura do cuidado e do trabalho doméstico.

Alguns outros exemplos podem ser citados nesse sentido. A organização pelo setor de gênero do MST das “cirandas” como espaços educativos pensados para as crianças de forma paralela aos eventos do movimento, como uma maneira de viabilizar a participação feminina e também como espaços de formação política para as crianças, é uma proposta significativa no sentido de encontrar soluções coletivas, para problemas *a priori* “individuais”. É uma resposta do movimento social a uma questão historicamente vista como privada e de responsabilidade feminina.

O engajamento dos movimentos de mulheres com a construção de um projeto de soberania alimentar também representa a politização de uma questão tradicionalmente privada, doméstica. Não é sem razão que a maioria dos movimentos que hoje po-

ganhou força, foi se ampliando, chegou a ter em algum momento apoio do governo, mesmo que de forma bastante incipiente, e persiste até hoje. Os dados indicam que são cerca de 7 mil comedores populares em todo o país, com o envolvimento de mais de 100 mil mulheres (Silveira, 2008).

demos observar levantando essa bandeira são quase todos exclusivamente femininos, são elas mais uma vez que consolidam uma pauta política específica para encontrar vias de solução pública para um problema geralmente resolvido no âmbito das decisões familiares. Tornam a falta e/ou pouca diversidade de alimentos um problema público e exigem uma resposta da sociedade, tirando de si a eterna responsabilidade por garantir a segurança daqueles à margem do sistema capitalista moderno.

As preocupações pela questão da preservação das sementes crioulas ou seu engajamento com a tradição das plantas medicinais e mais recentemente a incorporação por muitos movimentos de mulheres populares do projeto da agroecologia, desde essa perspectiva analítica podem ser entendidos como esforços concretos dessas mulheres de politizar o cuidado com a saúde das famílias e com meio ambiente, não perdendo, vale destacar, o norte político de se repensar a questão fundiária e de distribuição de terras.

Existem lacunas, no entanto, que precisam ser mencionadas. Uma delas é o quase total silêncio na literatura com relação à possibilidade de coletivização da produção. Se bem é possível encontrar experiências de coletivização dos trabalhos de reprodução, quando se trata de pensar a produção agrícola coletiva feita pelas mulheres o cenário é muito mais distante, as experiências são ainda muito incipientes e pouco visibilizadas¹⁵. O próprio modelo de agricultura *familiar* parece lançar dificuldades nas possibilidades comunais de produção agrícola e, no caso das mulheres, a situação é ainda mais difícil na medida em que só em anos recentes elas começam a ter acesso, por exemplo, à titularidade da terra e recorrentemente dependem de negociações

¹⁵ Um dos poucos trabalhos encontrados que mencionam ações de coletivização da produção é o de Viviane Zertoline Silva, que analisa uma experiência no interior de MG e, no entanto, destaca formas de manutenção da divisão sexual do trabalho nas nuances dessa coletivização (Silva, 2014).

bastante desiguais na busca de espaços para suas ações coletivas. A posse coletiva de espaços para produção é ainda uma questão a ser enfrentada pela mobilização das mulheres.

Outro elemento pouco presente nas análises atuais são as desigualdades raciais que permeiam também as experiências do trabalho associado e da agroecologia. Cherfem (2014), em sua recente tese, trata de abordar o tema a partir do conceito de co-substancialidade de Kergoat, argumentando pela interconexão entre as definições sociais a partir de classe, raça e gênero. Em análise de diferentes experiências de trabalho associado ela destaca como se mantém uma divisão racial do trabalho, evidenciada pelo próprio fato da maioria dos(as) trabalhadores(as) nesses grupos serem negros(as) ocupando, assim como no mercado formal de trabalho, os postos mais precarizados de trabalho e também pelo persistente silêncio com relação ao racismo, dificultando avanços na superação dessa opressão. Nesse sentido podemos destacar a atuação do MIQCB como um dos poucos movimentos no qual a luta contra o racismo ganha destaque. Essas mulheres se reconhecem como quilombolas, como negras e buscam dar visibilidade a essa disputa, chamando sempre as mulheres a esse autorreconhecimento e destacando as injustiças geradas a partir de sua experiência como população negra. Apesar desses esforços é evidente que ainda há um constrangedor silêncio com relação às desigualdades raciais tanto na literatura e como na militância da agroecologia e do trabalho associado e precisamos encontrar meios para enfrentá-lo.

Conclusões

Ao longo deste capítulo, procuramos situar o contexto das relações de gênero no qual estão inseridas as mulheres rurais, sem pretensões de abarcar toda a diversidade de contingentes sociais que definem a vida dessas mulheres em lugares e momentos específicos. Faz-se aqui um esforço não de generalização de suas

experiências, mas de situar aquelas que foram historicamente as principais críticas elaboradas pelas acadêmicas feministas envolvidas com a luta das mulheres no campo.

Nesse sentido, resgatamos também o histórico de organização dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais, quais foram suas principais conquistas ao longo de mais de três décadas de luta, assim como quais são alguns dos principais desafios enfrentados hoje pelos movimentos. Situamos a aproximação dessas mobilizações ao trabalho associado e à agroecologia, como formas encontradas pelos movimentos para enfrentar a dificuldade de conquista da autonomia econômica das mulheres rurais e de superar a exploração das forças produtivas capitalistas sobre a população rural.

Através da aproximação à Economia feminista, destacamos como o trabalho associado e a agroecologia carregam um potencial que vai além da inserção das mulheres na luta política e da conquista de sua autonomia econômica. Esses projetos são vistos como espaços de ação para repensar a histórica separação e hierarquização entre trabalho produtivo e reprodutivo e consequentemente o papel das mulheres e as relações de gênero. A permanência de um sistema capitalista se sustenta também a partir de suas bases patriarcais, que invisibilizam não o trabalho reprodutivo em si, realizado historicamente pelas mulheres, mas a relação de dependência que existe da produção com relação aos trabalhos domésticos e de cuidados. A Economia feminista sustenta que o pensamento econômico, inclusive aquele engajado com a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, contribui sobremaneira para manter oculto o papel econômico dos trabalhos realizados pelas mulheres e que a transformação do sistema depende de um giro de perspectiva, passando daquela centrada na produção e no lucro, para uma centrada na sustentabilidade da vida humana.

Portanto, para que o trabalho associado e a agroecologia representem verdadeiros espaços de disputa por relações de gê-

nero mais igualitárias é necessário dar passos mais contundentes na crítica ao modelo patriarcal e refletir sobre o giro do lucro para a sustentabilidade da vida humana, questionando não apenas o espaço de produção, mas também aquele da reprodução e, sobretudo a articulação entre essas esferas, convencionalmente separadas para o melhor funcionamento do sistema capitalista patriarcal.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e gerações nas comunidades rurais de Santa Catarina, *in*: SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). *Gênero e gerações em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p. 480.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. Sou quebradeira eu sou! Quebrando coco eu vou!: movimento social, gênero e identidades. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: UFSC, 2007, p. 681-696.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele Dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão, *in*: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea (orgs.). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2010, p. 240.
- BURG, Ines Claudete. As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias, UFSC, 2005.
- BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania, *in*: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs.). *Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011, p. 192.
- CARNEIRO, Maria Jose. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, v. 1/2001, p. 22–55, 2001.
- _____. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 2, 1994.
- CARRASCO, Cristina. La Economía Feminista: uma aposta por outra economia, *in*: VARA, Maria Jesus (org.). *Estudios sobre gênero y economía*. Madrid: Akal, 2006.
- _____. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista, *in*: SILVEIRA, Maria Lucia; TITO, Neuza (orgs.). *Trabalho doméstico e de cuidados – por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2004.

- CASTRO, Mariana Pereira D E. A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, USP, 2014.
- CF8. *Construindo cisternas, desconstruindo tabus*: Mossoró/RN. Disponível em: <http://www.cactustecnologia.com.br/cf8site/promocao/2_artigo.pdf>. CF8, 2006.
- CHERFEM, Carolina Orquiza. Consubstancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo. 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Unicamp, 2014.
- _____. Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, UFSCar, 2009.
- CONTAG. *Marcha das Margaridas*. Disponível em: <www.contag.org.br>. Acesso em: 10 maio 2014.
- DANTAS, Conceição. Organização de mulheres e convivência com o semiárido: a experiência das cisterneiras no Rio Grande do Norte. *Agriculturas*, v. 4, n. 2, p. 28-31, 2007.
- DANTAS, Isolda. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique de comercialização solidária. *Agriculturas*, v. 2, n. 3, p. 27-30, 2005.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.
- _____; LEÓN, Magdalena. *Género, propiedad y empoderamiento: tierra, Estado y mercado en América Latina*. Quito-Ecuador: Flacso, 2002, p. 266.
- FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária, in: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (orgs.). *Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: MDA, 2011.
- FIRMO, Celia Santos. Fundos Solidários: alternativa para construção de autonomia e empoderamento das mulheres rurais. *Agriculturas*, v. 5, n. 4, p. 34-37, 2008.
- GARCÍA-FRÍAS, Zoraida. *Compêndio de estudos de países sobre gênero e terra*. Roma: FAO, 2007.
- HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Nera*, v. 9, n. 8, p. 1-28, 2006.
- JESUS, Djane Santiago De *et al.*. Colhedores de licuri: a agroecologia e a tecnologia social como estratégias para o desenvolvimento rural sustentável no semiárido. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia*, Fortaleza: (s.n.), 2011.
- LEÃO, Mirtania Antunes. Fibras de licuri: um reforço alternativo de compósitos poliméricos. 2008. Dissertação (Mestrado) – Engenharia Mecânica, UFRN, 2008.
- LEITE, Márcia; WIRTH, Ioli Gewehr; CHERFEM, Carolina Orquiza. Trabalho e Resistência na Reciclagem: movimento social, política pública e gênero, in: LEITE, Marcia de Paula;; ARAÚJO, Angela Maria Car-

- neiro;; LIMA, Jacob Carlos (orgs.). *O trabalho na Economia Solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Fapesp, 2014.
- LIMA, Marcia Tait. Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistências aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina. 2014. Tese (Doutorado) – Departamento de Política científica e tecnológica, Unicamp, 2014.
- LUNARDI, Raquel; SOUZA, Marcelino De. Atrizes do turismo rural. *Agriculturas*, v. 6, n. 3, p. 15-17, 2009.
- MELO, Hildete; SABBATO, Alberto Di. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. *Genero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA/Nead, 2005, p. 1-33.
- _____; SABBATO, Alberto Di. O Censo da Reforma Agrária de 1996 a 1997 em uma Perspectiva de Gênero, in: BUTTO, Andrea; LOPES, Adriana (orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2010.
- MOTA, Dalva *et al.*. O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil. *Novos Cadernos Naea*, v. 11, n. 2, p. 155–168, 2008.
- NOBRE, Miriam. Censo agropecuário – Brasil 2006: uma análise de gênero, in: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (orgs.). *As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul*. Brasília: MDA, 2012, p. 220.
- _____. Relações de gênero e agricultura familiar, in: TERRIBILI, Alessandra; FARIA, Nalu; COELHO, Sônia (orgs.). *Feminismo e luta das mulheres*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2005.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza *et al.*. Do silêncio a palavra: relações de gênero associadas a processos emancipatórios em um assentamento de reforma agrária no sul de Minas. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Curitiba: (s.n.), 2011, p. 1-20.
- PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, 2004, p. 229-252.
- PORRO, Noemi; SALES, Sammy. Reflexões sobre a lei formal e as regras locais: A reprodução do conhecimento tradicional através das relações sociais entre gerações em comunidades quilombolas. *Amazônica Revista de Antropologia*, v. 5, n. 3, p. 584-599, 2013.
- _____. Rupture and Resistance: Gender relations and life trajectories in the Babaçu Palm Forest of Brazil. Tese (Doutorado) – Philosophy, University of Florida, 2002.
- RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? Relações de Gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: Unesco, 2000, p. 346.
- SANTOS, Michela Katiuscia Calaça Alves Dos. Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre agroecologia e as questões de gênero. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Serviço Social, UFPE, 2012.
- SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide. Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão, in: VENTURINE, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público*

- e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2013, p. 504.
- _____.; RODRIGUES, Ana Claudia; SARAIVA, Jeiza. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais, *in*: SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). *Gênero e gerações em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p. 480.
- SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado) – Desenvolvimento Sustentável, UnB, 2009.
- SILVA, Carolina Braz de Castilha e; SCHNEIDER, Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade, *in*: SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (orgs.). *Gênero e gerações em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p. 480.
- SILVA, Raimundo Ferreira Da. Projeto de uma máquina para a quebra do coco licuri utilizando cad associado à engenharia de sistemas. Dissertação (Mestrado) – Centro de Tecnologia, UFRN, 2008.
- SILVA, Viviane Zerlotini Da. Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução. Tese (Doutorado) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2014.
- TAVARES, Aline Godois *et al.* O sexo da Economia Solidária apontamentos a partir da Economia Feminista e da prática de incubação, *in*: RODRIGUES, Superexploração; NOVAES, Henrique; BATISTA, Eraldo (orgs.). *Movimentos Sociais, Trabalho associado e educação para além do capital* (v. 2). São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- TERRIBILI, Alessandra; FARIA, Nalu; COELHO, Sônia. *Feminismo e Luta das Mulheres dois textos sobre mulheres rurais*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2005, p. 70.
- VASCONCELLOS, Bruna Mendes. Gênero, tecnologia e Economia Solidária: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Política Científica e Tecnológica, Unicamp, 2011.

Perspectivas e desafios para a juventude rural

Julieta T. Aier de Oliveira
Marcia Regina O. Andrade
Sonia Maria P. P. Bergamasco

Introdução

Falar de juventude rural no contexto da agricultura familiar é falar do futuro deste segmento social. Da sua diversidade. Das particularidades que encerra cada contexto ou categoria social (agricultor familiar, quilombola, indígena, ribeirinho, entre outros). Da sua relação com a terra. Com o trabalho. Com a família. E com seu projeto de vida, que guarda uma relação estreita com a perspectiva que se quer para o desenvolvimento do campo brasileiro.

Diante disto, a ideia deste capítulo é a de problematizar a questão da juventude rural em termos de suas perspectivas no contexto da agricultura familiar brasileira, entendendo esta como unidades que associam o trabalho, a família e a produção.

O texto encontra-se estruturado em quatro tópicos além desta introdução, considerações finais e referências bibliográficas. O primeiro deles é dedicado aos conceitos e definições de juventude apontando a sua complexidade. Em seguida, são apresentadas estatísticas a fim de se obter um quadro geral da juventude rural no Brasil e na América Latina. O que pensam e querem os jovens do campo em relação aos estudos, trabalho,

família e projetos futuros são abordados no tópico seguinte, o qual culmina com a discussão sobre o dilema de muitos jovens de permanecer ou não trabalhando e vivendo no campo. Em que medida as políticas públicas brasileiras estão conseguindo manter o jovem no campo? Com esta questão fecha-se a reflexão sobre algumas importantes perspectivas e dilemas para a juventude rural no Brasil hoje.

Para redação deste capítulo se fez uso de material bibliográfico publicado em revistas, livros e congressos científicos, além de relatórios de pesquisas e trabalhos acadêmicos. Foram levantadas estatísticas e dados oficiais em sites especializados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Resgatou-se, também, informações e análises realizadas pela pesquisa coordenada por Oliveira *et al.* (2009) sobre a juventude e os projetos de vidas dos jovens no contexto da agricultura familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

Juventude, um conceito complexo

Definir conceitualmente juventude é um desafio. Para início de conversa, devemos considerá-la como uma categoria social e historicamente constituída e bastante heterogênea. É um conceito que varia de uma sociedade para outra e mesmo dentro de uma mesma sociedade, em relação à delimitação da duração, conteúdo e significados atribuídos socialmente num processo dinâmico, em movimento, que se modifica ao longo do tempo. Para Castro (2011), a juventude deve ser compreendida a partir dos elementos físicos, psicológicos, faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais e para Galindo (2014) a juventude também precisa ser vista a partir de seus conteúdos étnicos, de gênero, territoriais, religiosos e de orientação afetivo-sexual.

Tomando a noção de juventude numa perspectiva relacional, os jovens são caracterizados pela transitoriedade da passagem de uma condição infantil para a vida adulta, passagem esta

marcada pelos processos de formação e capacitação plena para o desempenho do trabalho, pela busca da autonomia e da responsabilidade reconhecida pela sociedade. É uma condição específica do curso da vida, definida socialmente como uma fase em transição e de preparação para a vida adulta (Pais, 1993). É o período no qual o jovem passa do mundo privado das relações familiares para o mundo dos espaços públicos, ampliando as possibilidades de interação social e mediação do outro no processo de apropriação do mundo. Em outras palavras, é quando o jovem amplia o contato social, interagindo com outros grupos sociais, o que lhe permite fazer outra leitura do mundo para além dos valores da família. A juventude é um importante período ao longo do percurso da vida porque é uma fase de constituição de identidades, de experimentação, das escolhas e caminhos a serem trilhados (Corti, 2004). É a fase de exploração de suas potencialidades individuais, da busca da emancipação, da escolha e definição de valores, de construção de uma identidade social, o que torna a juventude uma categoria bem diferenciada porque é plena de singularidades.

Em termos de faixa etária, pode-se conceituar o jovem como o indivíduo do sexo masculino ou feminino que apresente idade entre 15 e 29 anos. Esta delimitação vem se modificando ao longo do tempo em função das transformações das características econômicas, sociais e culturais atuais da sociedade, como, por exemplo, o aumento da expectativa de vida e das mudanças no mercado de trabalho (Novaes, 2003). A dificuldade dos jovens em se inserirem no mercado de trabalho, o aumento dos anos de estudo, o maior tempo de permanência na residência familiar, o atraso na constituição de uma nova família são fatores que têm implicado no alongamento do período da juventude nos últimos anos. Assim, para aqueles que definem a juventude a partir de uma determinada faixa etária – de 15 a 24 anos –, esses limites estão se alongando face a essas transformações dos tempos modernos.

Para efeito deste capítulo, trataremos mais especificamente de um segmento da juventude localizado territorialmente no meio rural e que são filhos de agricultores familiares ou eles próprios agricultores familiares.

É consenso entre estudiosos do assunto que a juventude rural vem se afirmando por meio de múltiplas identidades – jovem camponês, quilombola, assentado, quebrador de coco, agricultor familiar, ribeirinho, sem terra, indígena e extrativista. Essa multiplicidade de situações precisa ser reconhecida e é marcada pela enorme desigualdade de situações e condições entre os jovens do campo, consequência da não resolução de problemas estruturais agrários, ainda vivenciados pela hierarquia de poder, pobreza e exclusão social (Stropasolas, 2006).

Importante lembrar que o jovem rural enquanto pertencente a uma categoria social é semelhante a qualquer outro jovem urbano, que gosta de estar entre seus pares ou amigos, possui um jeito peculiar de ser e de se vestir, tem suas preferências por grupos musicais. Possui o *ethos* da condição juvenil, ou seja, costumes e traços comportamentais que caracterizam o jovem. Como aponta Wanderley (2007), *“mais do que corresponder a uma faixa de idade ou um momento específico da vida, a noção de juventude está associada a valores e atitudes diante da vida”*. Em sua pesquisa realizada em Orobó, em 2005, valores como liberdade, alegria de viver, descomprometimento em relação às responsabilidades, poder brincar, divertir-se, namorar configuravam o segmento juvenil do meio rural de Pernambuco, tomando como base as relações construídas socialmente e que lhes são próprias.

A juventude, seja no meio urbano ou rural, vive experiências próprias de sua idade, até mesmo legitimada pela sociedade, formatando um modo de viver, de jeito de se vestir, gosto musical, uma noção temporal diferente do adulto.

Juventude é também uma fase culturalmente determinada de transição. É nesse momento que o jovem inicia sua vida pro-

fissional, sai da casa paterna e constitui uma nova família. No contexto do campo, é nesse período que o jovem começa a pensar *o que quer ser e onde quer viver seu futuro*; a questionar se permanece ou não na propriedade dos pais ou opta pela adoção do modo de vida nas cidades (Carneiro e Castro, 2007).

O contexto é o espaço vital onde se realiza a socialização do indivíduo. O jovem do meio rural se constitui nas relações com a cotidianidade social em que está inserido. A existência social vai além do lugar de nascimento ou do grupo social a que pertence, para ocupar o lugar das relações sociais, o local do encontro das subjetividades (Heller, 1992). Neste sentido e concordando com Wanderley (2007), a definição de juventude rural está associada a determinantes psicossociais, ou seja, a formas como os jovens vivenciam estes contextos e os significam. A autora nos alerta que o mundo rural não traduz mais o isolamento, nem a oposição do campo/cidade, são espaços cada vez mais integrados.

A pesquisa coordenada por Oliveira *et al.* (2009) mostrou que para os jovens assentados no Estado de São Paulo, juventude corresponde ao modo de vida que inclui não ter compromissos formais e pela liberdade de agir e pensar, de se divertir, fase para novas experiências, de *“não dar satisfação a ninguém”* e *“não ter juízo”*. Os jovens também identificam juventude com a fase dos estudos, da aquisição de novos aprendizados, assim como ao momento de iniciar-se no mundo das responsabilidades e do trabalho.

Para a maioria destes jovens, a passagem da infância para a juventude pode ser identificada por meio de sua inserção no mundo do trabalho, quando assumem responsabilidades com 12, 13 anos; mas também associam a uma mudança de atitude, quando *“deixam de brincar”*, quando *“ficam mais sérios”* ou quando *“participam mais das discussões da família”*. As moças costumam dar maior relevância ao critério biológico, faixa etária, enquanto os rapazes valorizaram *“a mudança de atitudes”*. A identificação por idade implica, no caso das moças, na primei-

ra menstruação e dos rapazes, a alteração do tom de voz, o crescimento de barba etc. Mudança de atitude significa desinteresse pelas brincadeiras de criança e vontade de ter maior independência dos pais.

Na percepção do marco de entrada para a vida adulta, as opiniões dos jovens dividem-se entre assumir o trabalho e as responsabilidades correlatas e a alteração da situação civil, com o casamento ou quando se tornam pais ou mães. Para estes jovens, ser jovem assume o sentido, legitimado pela sociedade, da irreversibilidade, da formação do indivíduo, do estudo, ainda que muitos deles já estejam inseridos no trabalho desde tenra idade. Tornam-se adultos quando assumem plenamente a responsabilidade do trabalho e tomam para si as rédeas de suas vidas, iniciando uma nova família, independente dos pais ou eles próprios tornando-se pais e mães (Oliveira *et al.*, 2009).

Juventude rural no Brasil e na América Latina

Quantos são os jovens no Brasil? E na América Latina? Que parcela da população total representam? Quantos jovens residem no campo? Perguntas como estas são importantes, pois suas respostas nos permitem compreender o relevante papel que os jovens podem desempenhar para o desenvolvimento de uma sociedade.

No Brasil, segundo os dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 (tabela 1), a população jovem com idades entre 15 e 29 anos era formada por 51.340.473 pessoas, as quais representavam 27% da nossa população total estimada em pouco mais de 190 milhões de habitantes. Esses dados mostram também que, na época da pesquisa, existia um equilíbrio entre os sexos, pois tanto os rapazes quanto as moças respondiam por cerca de 13,5% desta população (Brasil, 2010).

O Brasil apresenta uma forte concentração demográfica nas cidades; nada menos do que 84,36% dos 190 milhões de brasi-

leiros residiam em centros urbanos em 2010 e, portanto, nossa população rural não ultrapassava 29.830.007 pessoas, representando apenas 15,64% deste total. À semelhança do registrado para o conjunto do país, também na zona rural os jovens correspondiam a pouco mais de um quarto do total (26,22%) e, em relação ao sexo, a presença masculina (13,91%) era maior do que a das moças (12,31%) (Brasil, 2010).

São Paulo é, ainda, o Estado mais urbano do que o restante do país, pois apenas 4,06% do total 41.262.199 habitantes residem em regiões rurais, ou seja, quase 96% dos paulistas vivem em áreas urbanas. No entanto, esta pequena porcentagem de moradores rurais correspondia, em 2010, a um contingente expressivo de mais de 1,6 milhões de pessoas, das quais 424.484 (25,31%) eram jovens com idades entre 15 e 29 anos. Também em São Paulo o censo demográfico registrou (tabela 1) a prevalência numérica de rapazes (14,19%) em relação às moças (11,13%) nas zonas rurais (Brasil, 2010).

O atual padrão demográfico da população brasileira começou a se definir há bastante tempo. Já na década de 1940 iniciou-se um tímido movimento de ganhos de qualidade de vida que possibilitaram reduções nas taxas de mortalidade e de fecundidade e no aumento da expectativa de vida das pessoas. Na década de 1960 esse processo se intensifica de forma tal que nos dias de hoje verifica-se uma tendência de maior longevidade da população e a inversão da pirâmide etária¹, aos moldes do que vem ocorrendo em vários países desenvolvidos.

O processo de modernização da agricultura também contribuiu para esta mudança no perfil da sociedade brasileira, que deixou de ser predominantemente rural para ter a maior parte de

¹ Diz-se que há uma inversão na pirâmide etária quando são verificadas reduções na taxa de crescimento populacional e alterações na estrutura etária, com crescimento mais lento do número de crianças e jovens, paralelamente a um aumento da população em idade ativa e de pessoas idosas.

Tabela 1. Demografia da juventude brasileira, 2010.

	Total		15 a 29 anos		Total		15 a 29 anos	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
População total – Brasil								
Total	190.755.799	100,00	51.340.473	26,92	190.755.799	100,00	51.340.473	26,92
Homens	93.406.990	48,97	25.650.090	13,45	93.406.990	48,97	25.650.090	13,45
Mulheres	97.348.809	51,03	25.690.383	13,47	97.348.809	51,03	25.690.383	13,47
Urbana	160.925.792	84,36	43.518.021	22,81	160.925.792	84,36	43.518.021	22,81
Rural	29.830.007	15,64	7.822.452	4,10	29.830.007	15,64	7.822.452	4,10
População rural – Brasil								
Total	29.830.007	100	7.822.452	26,22	29.830.007	100	7.822.452	26,22
Homens	15.696.816	52,62	4.149.293	13,91	15.696.816	52,62	4.149.293	13,91
Mulheres	14.133.191	47,38	3.673.159	12,31	14.133.191	47,38	3.673.159	12,31
População rural – São Paulo								
Total	1.676.948	100,00	424.484	25,31	1.676.948	100,00	424.484	25,31
Homens	911.254	54,34	237.911	14,19	911.254	54,34	237.911	14,19
Mulheres	765.694	45,66	186.573	11,13	765.694	45,66	186.573	11,13

Fonte: Censo Demográfico, Brasil, 2010

sua população vivendo em áreas urbanas. As implicações do êxodo rural daí resultante são amplamente conhecidas² e é por isso que hoje se observa, como nos dados apresentados, uma grande massa de pessoas vivendo nas cidades, muitas vezes em condições de vida precárias e uma pequena parcela vivendo no campo, já marcado pelo contínuo envelhecimento de sua população e o predomínio da população masculina (Abramovay *et al.*, 2003).

Fluxos migratórios de jovens rurais têm sido comuns nas sociedades contemporâneas e podem ser explicados pela atração que as cidades exercem com a possibilidade de educação em níveis mais avançados, colocação no mercado de trabalho e no caso de agricultores familiares a incapacidade da unidade produtiva assimilar toda a força de trabalho de seus membros, exigindo que algum ou alguns tenham que migrar para a cidade (Anderson e Schneider, 2015). Em diversos países da Europa, como França e Itália e no Brasil especialmente na região Sul, os fluxos migratórios do campo para as cidades nas últimas três décadas têm sido predominantemente de jovens e mulheres, estas, em geral, com maiores níveis de escolaridade que os rapazes, acabam encontrando mais possibilidades de inserção nos postos urbanos de trabalho (Abramovay e Camarano, 1998).

Segundo Anderson e Schneider (2015), a pobreza, uma condição que caracteriza parcela significativa da população rural no

² A chamada modernização da agricultura é um processo antigo na agricultura brasileira, que ganha vulto após a II Guerra Mundial e corresponde à mudança na base técnica da produção agrícola que passa de uma produção artesanal para uma produção moderna, intensiva e mecanizada. Alicerçada no uso intensivo de capital, energia, insumos químicos e mecanização, potencializado pelo melhoramento genético vegetal e animal e pela especialização da produção, a modernização agrícola brasileira não logrou resultados positivos em termos sociais pois, entre outros aspectos, promoveu o maior e mais intenso fluxo migratório do campo para as cidades. Nas questões ambientais os impactos negativos foram expressivos na contaminação de cursos d'água e lençóis freáticos por agrotóxicos, na erosão dos solos e na redução da biodiversidade dos agroecossistemas. Há, por parte de alguns estudiosos do assunto, uma forte valorização dos resultados econômicos diante do real aumento da produção e da produtividade agrícola.

Brasil, atua também como um fator importante para o êxodo rural, especialmente entre os jovens que buscam melhores oportunidades de trabalho nas cidades devido à baixa remuneração recebida pelo trabalhador rural. Entre 1996 e 2006 mais de 3 milhões de pessoas com até 29 anos saíram de áreas rurais, o que pode colocar em xeque a viabilidade e reprodução social da agricultura familiar e da disponibilidade de força de trabalho rural no Brasil, especialmente nos Estados da região Sul. Os dados estatísticos sobre o êxodo rural juvenil revelaram, também, que entre os anos 2000 e 2010 cerca de 800 mil jovens saíram do campo; em 2000 a população rural era de 31.835.143 pessoas, sendo que 9 milhões eram jovens e em 2010 a população rural era de 29.830.007 e os jovens correspondiam a 8 milhões, ou seja, cerca de 1 milhão de jovens saíram do campo em dez anos (Brasil, 2010). Este não é um fato isolado que afeta só a sociedade brasileira mas que tem sido preocupação constante também nos países do Norte, ou seja, nos países com alto grau de desenvolvimento, como os Estados Unidos.

Kliksberg (2006) argumenta que sendo os jovens representantes de cerca de 40% da população da América Latina sua importância não se dá apenas no aspecto quantitativo, mas também porque eles são o maior agente potencial de mudanças. Todavia é preciso problematizar que a despeito de que, nos últimos 40 anos, tenham ocorrido diversos processos de democratização, grandes parcelas da população latino-americana ainda se encontram abaixo da linha da pobreza³ e as desigualdades históricas continuam

³ Termo utilizado para descrever o nível de renda com o qual uma pessoa ou família não consegue garantir os recursos necessários para sua sobrevivência. Não há consenso mundial sobre qual valor deve ser adotado como linha de pobreza, sendo o mais aceito atualmente o definido pelo Banco Mundial que estabeleceu, em 1990, que a linha de pobreza mundial é de menos de um dólar por dia/pessoa (Wikipédia, 2014). Ou seja, uma pessoa que ganhe menos de um dólar por dia encontra-se abaixo da linha de pobreza. No Brasil, o governo federal adota o critério de linha de extrema pobreza, que em valores monetários corresponde a R\$ 77,00 *per capita*/mês.

acentuadas entre jovens de classes sociais diferentes, com disparidades assustadoras de condições de vida, acesso a bens materiais e imateriais, oportunidades de educação e trabalho, cultura e lazer.

No quadro prevalente de desigualdades e heterogeneidades do Brasil, a situação entre os jovens também é bastante diversificada, principalmente quando se considera o acesso a direitos, bens e serviços, o que amplia ou restringe as suas possibilidades de obter a um trabalho decente. São diversas juventudes, imersas em diferentes cenários. A exclusão social, a precária inserção no mercado de trabalho e a falta de acesso a um trabalho decente provocam uma situação de desperdício do potencial contribuição dos jovens ao desenvolvimento do país. Kliksberg (2006) alerta que “não é a mesma coisa para um jovem nascer em um ou outro município. Não é a mesma coisa viver numa zona rural e num centro urbano.” Portanto, em se tratando do tema juventude rural é preciso ter sempre em conta a diversidade histórico-cultural. Os jovens rurais são sujeitos de direitos e demandantes de políticas públicas coerentes com suas realidades e com o que pensam e desejam, como será visto a seguir.

O que pensam e querem os jovens do campo

A especificidade do jovem rural está nas diferentes situações juvenis em que vive (Weisheimer, 2013), a partir das experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental. O processo de socialização dos jovens rurais – fase de aprendizagem e de integração à sociedade – se dá nos diferentes grupos sociais em que está inserido: família, trabalho, comunidade, escola, espaços de lazer, movimentos sociais, entre outros.

Stropasolas (2006) destaca que as categorias terra, trabalho e família/comunidade constituem-se como matrizes formativas e produtoras de identidades.

A família é uma dimensão central na vida dos jovens rurais, “caracterizada como uma coletividade, uma comunidade de

interesses, afetos e conflitos” (Wanderley, 2006). Para além dos conflitos geracionais comumente existentes para o jovem rural essa relação é acrescida de uma tensão maior porque a família é concomitantemente a unidade produtora de ocupação e renda familiar e a família cria a expectativa da continuidade da sua permanência no campo.

Para além da autonomia financeira

Os jovens rurais questionam sua condição social no campo e procuram redefinir suas identidades e projetos de vida por meio de iniciativas que visam o acesso e a ampliação dos níveis educacionais, de oportunidades de trabalho e renda, do reconhecimento político como cidadãos. Buscam na cidade oportunidades de emprego e cultura e lazer. A migração do jovem, por muitas vezes, pode significar o rompimento com a autoridade paterna. Mas, muitas vezes retornam ao campo por se depararem com o desemprego. Constatam que o custo de vida no campo é mais baixo do que na cidade. E que o trabalho na terra não depende de patrão, ainda que tenha, em geral, o pai como centralizador da tomada de decisões.

No cotidiano da vida, o pai vive o papel do responsável pela direção e decisões das atividades produtivas e os demais membros da família, como responsáveis pela permanência do patrimônio familiar (Wanderley, 2007). A autoridade paterna impõe ao jovem a condição de subalterno. Ainda para jovens mulheres pesa a cultura patriarcal que molda as relações de gênero e circunscreve as mulheres ao espaço reprodutivo, dos afazeres da casa, da educação e saúde dos filhos, do cuidar dos idosos.

Um espaço importante de socialização para o jovem do campo e que se dá ainda dentro da família é a esfera do trabalho; é comum o jovem inserir-se precocemente no mundo do trabalho, aos 9, 10 anos, por meio de tarefas simples, sendo gradualmente intensificadas. Deste modo, no âmbito da unidade familiar, os jovens

ora são reconhecidos como aprendizes do ofício agrícola nos processos de socialização e de divisão social do trabalho, sujeitos da ação de transmissão de conhecimentos tradicionais e saberes e de dependentes de ordens do pai/patrão; ora como trabalhador fora da unidade familiar de produção, vistos apenas como aqueles que complementam a renda familiar (Carneiro, 2006). Esta condição é que conforma a “invisibilidade” do jovem rural, sempre sob tutela. A condição do jovem aprendiz remete à questão do jovem em fase de formação, se capacitando para assumirem com autonomia e responsabilidade no trabalho produtivo. Porém, os jovens têm questionado esse lugar social inferior e, cada vez mais, afirmam-se como sujeitos de direitos, atores sociais e políticos inseridos nas dinâmicas de produção e organização comunitária.

Os jovens não buscam apenas autonomia do ponto de vista financeiro; buscam também mudanças das formas de ser, agir, falar, vestir... e para isso se ancoram nas experiências pessoais e coletivas no interior da família, da comunidade, da escola, dos movimentos sociais... televisão, internet e redes sociais.

Os jovens valorizam o novo, a tecnologia. Por muitas vezes, consideram a prática da agricultura familiar como rudimentar e atrasada, o que lhes rende uma visão preconceituosa, associada à ideia da ignorância. É comum constatar entre os jovens a recusa em reproduzir o modo de vida de seus pais; rejeitam as condições precárias em que vive a família; sentem vergonha de assumirem que trabalham na agricultura, sentimento este ancorado socialmente na concepção do campo como lugar de carência. No entanto, esta visão atrasada do campo não faz parte da representação social dos jovens mais envolvidos com os movimentos sociais.

No âmbito dos assentamentos rurais, constata-se um contingente significativo de jovens que se envolvem e participam dos movimentos sociais rurais. São jovens com maior nível de escolarização, filhos de lideranças e que muitas vezes constroem sua consciência política nos cursos e eventos organizados pelo movi-

mento social. São jovens que ultrapassam os limites territoriais do assentamento e ampliam a sua visão de mundo, conscientizando politicamente, quando frequentam os cursos organizados pelos movimentos sociais, como, por exemplo, o Curso Técnico em Administração Cooperativista (TAC), do MST (Andrade, 2008). Para Castro (2011), além da participação nos movimentos sociais, os jovens estão se organizando a partir da identidade *juventude*. Participam de eventos e espaços de negociação que vêm conquistando nos últimos tempos, enquanto atores políticos. Por um lado, esse fato inovador é importante, por outro, reforça a imagem da desvalorização do campo pelo jovem que vive no meio rural. A autora trata isso como “o desinteresse pela vida rural, gerando descontinuidade da vida do campo e da produção familiar”.

Os jovens querem ser reconhecidos como portadores de uma profissão que tem valor como qualquer outra na sociedade. Querem ser respeitados, portadores de opiniões e projetos de vida. Os jovens querem ser valorizados na condição de agentes da dinâmica produtiva e comunitária e promotores de mudanças, transformações. Questionam ser reconhecidos como não aptos a participar e a decidir. Buscam pela autonomia não apenas do ponto de vista financeiro, mas que sejam vistos enquanto um sujeito social, portadores de projetos de vida. Querem autonomia. Querem ter voz ativa como sujeitos de direitos e deveres (Stropasolas, 2014). Querem ser protagonistas de suas próprias vidas.

O sonho de prosseguir nos estudos e ter uma profissão

Outro espaço relevante de socialização do jovem é a escola, que encerra uma problemática importante para o jovem rural: o deslocamento para os centros urbanos para dar continuidade aos seus estudos, devido à imensa escassez ou quase inexistência de escolas que oferecem o Ensino Médio ou Técnico Profissionalizante e Superior.

A pesquisa coordenada por Oliveira *et al.* (2009) evidenciou que a grande maioria dos jovens assentados no Estado de São Paulo estudava, mas observou também que havia o abandono escolar, mais acentuadamente revelado a partir dos 19/20 anos, apesar do desejo quase unânime de dar continuidade aos estudos. Ou seja, há uma nefasta contradição colocada para os jovens assentados: eles desejam continuar os estudos, inclusive avançando para o nível superior em cursos como Letras, Matemática, Pedagogia, Direito, Contabilidade, Enfermagem, Medicina, Computação, Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Geologia, Engenharia Mecânica, Administração, Direito e Computação, Medicina Veterinária e Agronomia, mas as condições objetivas como a falta de escolas nos assentamentos, ausência ou precariedade do transporte escolar para as cidades próximas ou a necessidade de trabalhar no lote familiar ou se assalariar fora do assentamento para conseguir seu próprio sustento ou contribuir com a renda de sua família original, impossibilitam a realização deste sonho.

O desânimo e desinteresse pelos estudos foram também identificados pelos jovens como causas da evasão escolar nos assentamentos. Nem sempre os jovens encontram suficiente motivação para engajar-se em processos educativos, que envolvem investimento pessoal e familiar. No estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas sobre motivos da evasão escolar no Brasil⁴, no período de 2002 a 2008, os dados revelam que 40% dos jovens de 15 a 17 anos, ou seja, um em cada cinco jovens abandona a escola por falta de interesse e não pela necessidade de trabalhar (27,1%) ou pela dificuldade de acesso à escola (10,9%).

⁴ Pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, divulgada em 16/abril/2009 na imprensa escrita, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *TV Globo*, entre outros.

O estudo para estes jovens assentados assume, num primeiro momento, o sentido da profissionalização, na medida em que o pode estudo proporcionar uma formação profissional no futuro. No entanto, de modo ambíguo, os jovens associam esta profissionalização ora à ampliação dos conhecimentos sobre a produção agrícola, possibilitando uma melhoria de sua vida nos assentamentos, aplicando os conhecimentos para melhorar o trabalho da família no lote; ora, esta profissionalização está vinculada à possibilidade de arrumar trabalho mais fácil na cidade (Oliveira *et al.*, 2009).

Estudos realizados nas décadas de 1970 a 1990 (Dermartini, 1985) apontaram que a educação escolar sempre foi muito valorizada pela população rural, ainda que vinculada à questão da mobilidade social. Atualmente, vê-se que o estudo não garante o emprego dos jovens urbanos, mas para os jovens no meio rural, o estudo ainda guarda essa importância, mesmo que a chance de sua inserção no mercado de trabalho urbano seja difícil, por várias outras razões.

No caso dos assentamentos paulistas, a maioria dos jovens que trabalham, o fazem dentro do próprio assentamento, dedicando-se prioritariamente às atividades produtivas do lote familiar, tanto na colheita da produção como no gerenciamento do lote, particularmente entre os jovens do sexo masculino ou nos cultivos e criações nos espaços dos quintais e arredores da casa, predominantemente entre as jovens do sexo feminino. Mas é nesse contexto que se manifesta outra “invisibilidade” do jovem, pois, o modo de remuneração pelo seu trabalho é bastante variado, podendo ser diário ou por final de semana, por mês ou ainda por troca de dia ou muitas vezes representando uma mesada que os pais lhe atribuem para suprir suas necessidades de lazer.

Os jovens rurais querem ter acesso à educação pública e a um modelo de educação que coloque a agricultura como uma via para o desenvolvimento econômico; uma educação que dialogue com a realidade do campo, com o contexto em que vivem.

Sair ou permanecer no campo? Um grande dilema

Os jovens querem ficar no campo com qualidade de vida, com alternativas de geração de renda e perspectivas sobre seus projetos de vida. Querem participar das tomadas de decisões no tocante a assuntos da comunidade, nas dinâmicas das organizações sociais.

Barcelos (2012) nos alerta que não se trata de inventar um campo específico para a juventude, mas estender/promover a condições básicas em termos de infraestrutura, estradas, iluminação, comunicação, educação, saúde e cultura, para que se tenha um rural com desenvolvimento econômico, social, cultural, com possibilidades de garantir a permanência dos jovens no campo.

A permanência ou não do jovem no campo encerra uma complexidade muito maior do que a simples leitura da atração pelos atributos da cidade. É importante também lembrar que os problemas enfrentados pelos jovens estão imbricados com os problemas enfrentados pela agricultura familiar como um todo.

O desejo ou não de permanência do jovem no campo vai além dos condicionantes objetivos do “ficar ou sair”, ele diz respeito aos modos como os jovens examinam a sua realidade, as identificações predominantes pelas quais percebem o seu mundo e como significam a si mesmos, aos outros e às suas ações (Andrade, 1998). Mesmo aqueles que expressam o desejo de tornarem-se agricultores como seus pais, encontram dificuldades inerentes às aspirações profissionais no campo, que limitam suas escolhas, impondo a busca de alternativas fora da agricultura.

Assim, a principal problemática do jovem, filho do agricultor familiar é a questão da migração para cidade ou a sua permanência no campo. Os jovens migram por falta de perspectivas que garantam autonomia como jovens trabalhadores rurais. Não possuem condições que viabilizem o seu desenvolvimento econômico por meio do trabalho na terra. Faltam políticas públicas direcionadas à juventude em termos de acesso a terra, financia-

mento, assistência técnica e extensão rural (Ater). O campo é visto pelos jovens como um espaço de carências, pois além da falta de alternativas de trabalho para que tenham uma renda própria, também são privados do acesso à educação, lazer, espaços de convivência e de cultura. O êxodo das jovens mulheres é mais significativo que os jovens homens devido à invisibilidade, a desvalorização e o não reconhecimento do trabalho das mulheres na atividade agrícola, o que redundou no número menor de moças no campo para que construíssem novas famílias.

Constata-se também a migração para o trabalho nas áreas do agronegócio; os jovens se empregam nas grandes fazendas de alta exploração do agronegócio, para complementarem a renda familiar. O trabalho é penoso e precário, mas possibilitam aos jovens a sobrevivência e até a ampliação das possibilidades de aumentar sua propriedade e melhores condições para explorá-la. Como afirma Castro (2011), a saída dos jovens para os centros urbanos constitui-se uma estratégia familiar de reprodução e manutenção da propriedade familiar. Além de um retorno financeiro, conseguem conquistar namoradas, ganham *status* que ampliam seu universo de relações sociais (Paulo, 2014).

Diante deste comum cenário no campo brasileiro, um contexto importante são os assentamentos rurais da reforma agrária. Assentados por meio de uma política fundiária estatal, estes novos atores sociais tentam ser reconhecidos como portadores de direitos, dando continuidade à luta, agora pela busca da cidadania em seu sentido pleno. Além da garantia dos direitos sociais básicos, como educação, saúde e previdência social, estes agricultores também lutam por políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar, na busca de tornarem os assentamentos um espaço de desenvolvimento sustentável para sua geração e para as vindouras.

Neste processo de reconstrução social e econômica das famílias no campo é de fundamental relevância a questão da permanência ou não dos jovens nos assentamentos rurais, na medida

em que estes se constituem como possibilidade de continuidade e revitalização dos projetos como também da política de assentamentos. Abramovay e Camarano (1998) perguntam: quem serão os agricultores/as que darão continuidade aos projetos de assentamentos que, no mínimo têm demonstrado um significativo avanço na construção da cidadania destes atores rurais?

Na opinião dos pais, quando indagados por Oliveira *et al.* (2009) sobre “quem cuidará do lote do assentamento quando o senhor se aposentar?”, cerca de 85% responderam que os filhos deverão assumir a terra, não restringindo esta decisão aos filhos mais velhos⁵. Os pais elegeram também filhos, netos e genros para assumirem esta responsabilidade, explicitando o desejo de continuidade na terra da família expandida e não nuclear.

Quanto à opinião dos jovens, praticamente todas as razões apontadas para justificar a vontade de permanecer no campo eram de natureza subjetiva relacionadas ao gosto e hábito de viver no campo (“estou acostumado a viver no campo”, “gosto de viver no campo ... no assentamento”) ou aos laços familiares e de amizade e, em menor proporção, de natureza objetiva, relacionada aos atributos positivos do campo como segurança, silêncio, tranquilidade e paisagem rural. Por sua vez, as motivações para sair referiam-se principalmente às melhores oportunidades de trabalho e estudo para os jovens na cidade. A cidade foi apontada como o lugar das possibilidades de emprego, de crescimento pessoal e de maior conforto pelo acesso mais fácil aos serviços de comércio e lazer.

É possível inferir que a proximidade do assentamento ao centro urbano permite uma convivência entre o campo e a cidade, onde os jovens transitam tranquilamente usufruindo o que há de melhor nos dois espaços geográficos. Assim, os jovens rurais vi-

⁵ Tradicionalmente no campo brasileiro a sucessão da terra ou no caso dos assentamentos, o direito de concessão da terra, é destinada aos filhos homens mais velhos (Abramovay *et al.*, 2003).

venciam os diferentes espaços sociais, constroem sua identidade na relação entre o mundo rural e os espaços urbanos cada vez mais conectados entre si, ainda que conflituosos e contraditórios, mas ancorados em alicerces valorativos que advém da família e do contexto onde vivem. Não rompem com a tradição do modo de vida camponês, não querem negar seus valores do mundo rural, mas querem viver o que há de melhor no mundo urbano. Como diz Wanderley (2007), “buscam o melhor dos dois mundos”.

Em que medida o Estado tem garantido políticas públicas para a permanência dos jovens no campo?

Nos últimos anos, a juventude rural tem estado presente nos espaços de debate sobre políticas públicas, como nas I e II Conferências Nacionais de Juventude e no I Seminário Juventude Rural e Políticas Públicas⁶, participando ativamente do diálogo com as instâncias governamentais, dando voz às necessidades e demandas dos jovens do campo.

No âmbito das ações públicas voltadas para a agricultura familiar, nos últimos 10 anos, pode-se identificar muitos avanços assim como o quanto ainda é necessário avançar. Um fator positivo evidenciado pelos formuladores de programas e políticas públicas é a preocupação com a diversidade dos grupos sociais presentes no campo brasileiro, num esforço de contemplar as especificidades das populações quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, extrativistas, agricultores familiares entre outros.

As políticas públicas direcionadas para juventude rural para serem eficazes têm que ser conhecidas, acessadas e atenderem às necessidades dos jovens para garantirem as condições de

⁶ O 1º Seminário Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil foi realizado em maio de 2012, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) fruto do encaminhamento da 2ª Conferência Nacional de Juventude (para maior aprofundamento ver Menezes *et al.*, 2014).

seu desenvolvimento no campo. Há jovens demandando terra, que se integram ao movimento de luta pela terra e pela reforma agrária, querem ser assentados e terem acesso ao crédito. No entanto, o acesso a essas políticas é muito burocratizado por parte das agências bancárias que as operacionalizam, o que inviabiliza a sua efetividade. São políticas de enorme relevância para tratar da questão da sucessão dos povos do campo, porém, muitos estudos apontam um desconhecimento significativo dessas políticas por parte dos jovens.

Em atendimento às demandas dos movimentos sociais, foram feitas mudanças significativas no Programa Nacional de Crédito Fundiário, na linha Nossa Primeira Terra destinada a jovem com idades entre 18 e 29 anos para aquisição de seu imóvel rural, promovendo a redução de juros para 1% ao ano e a ampliação de prazo. No entanto, para aprovação do crédito para os jovens, os critérios de renda e patrimônio estão atrelados à família – renda e patrimônio familiar. No processo de seleção das famílias a um lote no assentamento da reforma agrária, os critérios de estado civil (ser casado) e número de filhos são prioritários, dificultando o acesso a terra para jovens na condição de solteiro.

O Pronaf Jovem é outro programa específico para a juventude destinado à obtenção de crédito para investimento na produção de jovens agricultores. A reformulação desse programa foi reiteradamente colocada na agenda de governo e continua na pauta das reivindicações dos jovens para mudança de alguns critérios. No entanto, pode-se constatar mudanças significativas como o aumento do número de concessão do financiamento – cada jovem pode solicitar por três vezes o valor de R\$ 15 mil, com prazo de até 10 anos para pagar e juros de 1% ao ano. Este programa agora também pode ser acessado por qualquer jovem da família de agricultores (neto, sobrinho, nora etc.), não se restringindo apenas à condição de filho, desde que a família apresente a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa e o jovem atenda a algum dos critérios de formação escolar.

Os estudos sobre estas políticas apontam para a inadequação sobre o reconhecimento do jovem enquanto um agente de risco para efetivar o empréstimo de recursos; são tomados como aprendizes em fase de socialização e não um futuro sucessor da propriedade familiar.

Evidentemente que deve-se pensar na importância da formação do jovem que o capacita para atuar como sujeito de seu projeto de vida. Mas em qual perspectiva? Na esfera da educação, a principal reivindicação é ter escolas no campo, ampliar o número de escolas com maior oferta de ensino em todos os níveis educacionais – especialmente o ensino médio e superior, sendo que os princípios orientadores da educação sejam os da Educação do Campo⁷, um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas (Caldart, 2012a). Esta proposição significa uma mudança no currículo das escolas do campo, de modo a estreitar o comprometimento dessa formação humana na proposição de um campo com mais gente, com o fortalecimento da agricultura familiar, com uma agricultura mais

⁷ Educação do Campo nasceu das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo (Caldart, 2012b). Para esta autora, “é preciso reconhecer que o movimento da Educação do Campo foi capaz, com suas lutas e resistências, de fazer avançar a luta pelo direito à educação para os camponeses, em diferentes frentes de ação, entre as quais merecem destaque: a conquista de importantes marcos legais capazes de dar suporte à luta deste Movimento; os programas educacionais destinados a estes sujeitos sociais; a abertura de espaços relevantes no âmbito da produção de conhecimento nas universidades públicas (linhas de pesquisa de mestrado e doutorado em Educação do Campo; Observatórios da Educação do Campo; Cátedra Unesco/Unesp de Educação do Campo); a ampliação da capacidade de articulação entre os diferentes sujeitos coletivos e as organizações que lutam pela Educação do Campo, com a ampliação dos fóruns estaduais e a criação, mais recentemente, do próprio Fonec” (Fórum Nacional de Educação no Campo, realizado em Brasília em 2012).

sustentável e num patamar mais amplo, com outro modelo de desenvolvimento agrário e de sociedade.

No âmbito educacional, há o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, (Pronera), política pública específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, que envolvem a alfabetização do Ensino Fundamental e Médio (EJA), Ensino Médio Profissional, Ensino Superior e Pós-Graduação, incluindo uma ação específica denominada Residência Agrária. Este programa, criado em 1998, é resultado da articulação dos movimentos sociais do campo, embasados nos elevados índices de analfabetismo e no baixo nível de escolarização da população residente nos assentamentos rurais, identificado nos resultados do Censo da Reforma Agrária (1997). É uma política pública reconhecida, porém limitante em seu projeto de promover mudanças profundas na educação pública brasileira (Caldart, 2012).

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), do governo federal, lançado 2012, objetiva oferecer um conjunto de ações articuladas de uma “política de educação do campo”, entre estas, a formação de profissionais para atuar nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, tendo como objeto de estudo e de práticas as escolas de educação básica do campo.

Segundo as informações divulgadas pelo Ministério, o Pronacampo atenderá escolas do campo e quilombolas, a partir de quatro eixos de ação: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação profissional e tecnológica e infraestrutura. Porém, a análise feita no Fonec (Fórum Nacional de Educação do Campo), realizado em agosto 2012, avaliou que o programa ficou muito aquém do inicialmente proposto pelo Decreto de 2010.

(...) O problema estrutural, que entendemos ser fruto dessa hegemonia, é que não fica apontada na política a efetiva construção de um sistema público de educação escolar de qualidade para todos os trabalhadores do campo. Sua ênfase está em garantir elementos de política pública que

permitam avançar na preparação da mão de obra para o agronegócio ou diminuir os focos de conflito com os camponeses, suas organizações de classe. Nessa perspectiva, o Pronacampo não é linearmente contra os trabalhadores, mas também não representa a vitória do polo do trabalho na definição da política (Caldart, 2012).

Segundo Galindo (2014), é preciso aproximar o desenho dessas políticas aos desafios da atual conjuntura.

Um dos maiores desafios da construção de políticas públicas para a juventude do campo é agregar a diversidade, como diz Stropasolas (2014, p.197), um conceito fácil de abordar no campo da teoria, mas de difícil operacionalização no terreno das políticas públicas. Nesta diversidade e do entendimento das diferentes visões de mundo dos jovens rurais, busca-se a construção de sentido de unidade a partir do reconhecimento e da afirmação social e cultural dos anseios dos jovens rurais. As tentativas e as ações implementadas pelo Estado têm se mostrado insuficientes para realizar transformações efetivas para os jovens do campo, apontando para a necessidade de maior controle e participação social da juventude neste processo. Há muito ainda para avançar, mas

(...) a juventude do campo tem se feito presente nos espaços de luta para mudar sua realidade no campo e garantir condições de vida no campo. Mas ainda está distante de se promover a permanência dos jovens em suas propriedades familiares, garantindo sucessão, pois a construção de políticas públicas é muito morosa e burocrática.

Considerações finais

Este capítulo buscou problematizar a questão da juventude rural brasileira na atualidade. Discutiu-se os diferentes conceitos e contextos juvenis. Trabalhou-se nas subjetividades dos desejos e angústias dos jovens em relação à educação, trabalho e família. Abordou-se suas conexões com valores, comportamentos e mo-

vimentos sociais que transcendem as divisas geográficas entre o campo e a cidade. Analisou-se as ações do Estado brasileiro nos últimos anos na formulação de políticas para a juventude rural. Por fim, problematizou-se sobre a inserção dos jovens na sociedade enquanto sujeitos portadores de anseios e aspirações e sobre o insubstituível potencial que representam para o futuro do campo no Brasil.

Procurou-se mostrar que para tratar da juventude rural na contemporaneidade significa mergulhar em uma complexidade que vai desde a conceituação até seus fatores de risco. O dilema de ficar no campo ou ir para a cidade não se limita a um querer de caráter pessoal de cada jovem. Há que se considerar os inúmeros fatores envolvidos nestes processos.

O campo precisa ser provido das condições essenciais de infraestrutura, educação, saúde, lazer e cultura para que os jovens possam, por direito, delas se beneficiarem. Medidas socioeconômicas e de políticas públicas existem e estão sendo implementadas com o intuito de promover um ambiente sustentável de ocupações e geração de renda no campo, mas tais medidas precisam ser ampliadas em termos regionais e com mais recursos alocados, assim como devem ser reduzidos e agilizados os trâmites burocráticos. No contexto das comunidades e famílias, conflitos e contradições ora facilitam ora dificultam a permanência dos jovens no campo, especialmente no trabalho da agricultura familiar, mas a situação ideal é que a decisão do jovem de permanecer ou sair do campo ocorra muito mais por suas vocações e desejos pessoais do que pela falta de oportunidades e perspectivas de um bom futuro no campo.

É imprescindível, portanto, a garantia das condições fundamentais da existência humana digna e a ruptura com as relações estruturais da sociedade que promovem a desigualdade e a exclusão no campo e do campo. Só assim pode-se caminhar para o verdadeiro desenvolvimento, para a garantia da cidadania e do reconhecimento dos jovens como sujeitos politicamente relevantes e com voz ativa nas comunidades, nas instituições e na sociedade.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura*. São Paulo, v. 50 (1), 2003, p. 11-24.
- _____.; CAMARANO, Ana A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Brasília, v. 15, n. 2, 1998, p. 45-66.
- ANDERSON, Jonas S. das N.; SCHNEIDER, Sergio. Brazilian demographic transition and the strategic role of youth. *Espace populations sociétés – Populations et territoires du Brésil*, 2014/2-3, 2015. Disponível em: <<http://eps.revues.org/5774tocto1n5>>. Acesso em: 17 mar. 2015.
- ANDRADE, Marcia R. O. A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Tese (Doutorado) – Unicamp – Faculdade de Educação, Campinas, 1998.
- BARCELOS, Sérgio B. Juventude rural e políticas públicas no Brasil: balanço, perspectivas e questões para debate, *in*: MENEZES, Marilda A. de; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sérgio B. (orgs.). *Juventude rural e políticas públicas*. Coleção Juventude, Série Estudos, n. 1. Brasília, 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*: tabela 3107. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=5&i=P&c=3107>>. Acesso em: 16 mar. 2015.
- CALDART, Roseli S. Notas para análise do momento atual da Educação do Campo. *Fórum Nacional de Educação do Campo* (Fonec), Brasília, 15 a 17 de agosto 2012a.
- _____. Educação do Campo, *in*: CALDART, Roseli S. *et al.* (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b.
- CARNEIRO, Maria José T.; CASTRO, Elisa G. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- _____. Juventude rural: projeto e valores, *in*: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2006, p. 243-262.
- CASTRO, Elisa G. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão, *in*: PAPA, Fernanda C.; FREITAS, Maria Virgínia (org.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo; Petrópolis, 2011, p.281-306.
- CORTI, Ana P. O.; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- DEMARTINI, Zeila B. F. *Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras*. São Paulo: Loyola, 1985.
- GALINDO, Eryka. Em pauta: juventude rural e políticas públicas, *in*: MENEZES, Marilda A. de; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sérgio B. (orgs.). *Juventude rural e políticas públicas*. Coleção Juventude, Série Estudos, n. 1. Brasília, 2014.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

- KLIKSBERG, Bernardo. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 40(5), p. 909-942, set./out. 2006.
- MENEZES, Marilda A. de; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sérgio B. (orgs.). *Juventude rural e políticas públicas*. Coleção Juventude, Série Estudos, n. 1. Brasília, 2014.
- NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso, *in*: FREITAS, Maria Virgínia A. de; PAPA, Fernanda C. *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- OLIVEIRA, Julieta T. A.; ANDRADE, Marcia R. O.; DELFINI, Solange T.; BERGAMASCO, Sonia M. P. P.; JUNQUEIRA, Kellen M. Juventude e projetos de vida: desafios e perspectivas para a agricultura familiar no contexto dos assentamentos de São Paulo. Campinas: Feagri/Unicamp; Brasília: CNPq, 2009 (Relatório final de pesquisa).
- PAULO, Maria de Assunção L. Juventudes rurais do nordeste: as múltiplas realidades numa região de contrastes, *in*: MENEZES, Marilda A. de; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sérgio B. (orgs.). *Juventude rural e políticas públicas*. Coleção Juventude, Série Estudos, n. 1. Brasília, 2014.
- STROPASOLAS, Valmir. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.
- STROPASOLAS, Valmir L. A dimensão da diversidade na concepção de políticas públicas para a juventude, *in*: MENEZES, Marilda A. de; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sérgio B. (orgs.). *Juventude rural e políticas públicas*. Coleção Juventude, Série Estudos, n. 1. Brasília, 2014.
- WANDERLEY, Maria Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro, *in*: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. (org.) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.
- WEISHEIMER, Nilson. Estudo da situação juvenil na agricultura familiar do recôncavo da Bahia, *in*: *Encontro Anual da Anpocs*, 37. São Paulo: Águas de Lindóia, 2013.
- WIKIPÉDIA. Linha de pobreza. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_de_pobreza>. Acesso em: 12 mar. 2015.

Sobre os autores

Alex Yoshinori Kawakami

Possui graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de São Carlos (2003), é especialista em agroecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e mestre profissional em agroecossistemas pela mesma (2010). Participou de intercâmbios culturais e técnicos em Taiwan e na República Popular da China (2011 e 2012). Tem experiência na área de gestão de projetos de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em agroecologia e desenvolvimento rural. Atualmente participa de programa de agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária junto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Angelo Diogo Mazin

Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (2008). Ênfase em história econômica. mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Unesp/Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais. Pesquisa a internacionalização das empresas brasileiras na América do Sul, em especial a exportação de capitais brasileiros através do BNDES para o Paraguai. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é assentado no Projeto de Assentamento Luiz Beltrame, em Gália – São Paulo.

Antonio Claudio Fuzer

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008-2012), foi bolsista do Núcleo de Ensino durante o ano de 2011. Atualmente é professor efetivo de Sociologia da Rede Estadual de Ensino e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp/Marília, onde estuda os cursos de agroecologia do Centro Paula Souza e do MST. Membro do grupo de pesquisa Organizações e Democracia da Unesp/Marília.

Antonio Thomaz Júnior

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/Unesp/Presidente Prudente; pesquisador PQ-1/CNPq; coordenador do CEGeT/CEMOSi/OTIM; coordenador do Coletivo Cetas de Pesquisadores (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde). Correio eletrônico: thomazjrgeo@fct.unesp.br.

Bruna Mendes de Vasconcellos

Possui graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (2005), é mestra e atualmente doutoranda em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (2011). Tem um master em Gênero e Política de Igualdade pela Universidade de Valencia (Espanha) e especialização na área de Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina.

Candido G. Vieitez

Sociólogo, docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *campus* de Marília, faculdade da qual foi diretor. Realizou Pós-Doutorado na Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Autor dos livros *Os professores e a organização da escola*; *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão* e *Educação de-*

mocrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão, dentre outras publicações.

Dominique Guhur

Graduada em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá-UEM; mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM; membro da Coordenação Político-pedagógica da Escola Milton Santos, em Maringá; educadora do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo (UEM/Pronera/Escola Milton Santos), sendo também supervisora do Pibid-Diversidade nessa escola. Correio eletrônico: dominiqueguhur@gmail.com.

Fabiana de Cássia Rodrigues

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001), mestrado em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2013). Atualmente é professora do Centro Universitário Salesiano São Paulo, *campus* São José – Campinas e professora permanente do mestrado em educação da Univás (Universidade do Vale do Sapucaí). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação política, formação de professores, movimentos sociais, questão agrária. Faz parte do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (Ibec). Correio eletrônico: fabicassia@yahoo.com.br.

Francisco Roberto Caporal

Engenheiro Agrônomo, mestre em Extensão Rural (CPGER/UFSM), Doutor pelo Programa de “Agroecología, Campesinado e Historia” (Universidad de Córdoba – España) e Extensionista Rural da EMATER/RS-ASCAR. Correio eletrônico: caporal@emater.tche.br

Henrique T. Novaes

Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp /Marília. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação. Faz parte do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (Ibec), do grupo de Pesquisa Organizações e Democracia (Unesp-Marília) e do GAPI-Unicamp. Correio eletrônico: hetanov@yahoo.com.br.

João Henrique Souza Pires

Mestrando em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília, onde estuda as Escolas de Agroecologia do MST-PR. Possui especialização em Tecnologia Social pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila) (2012) e em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (2012). Membro da equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPR entre (2010-2013), membro convidado da coordenação pedagógica do Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itepa) entre (2010-2013). Membro do grupo de pesquisa do CNPq Organização e Democracia da Unesp/Marília e do grupo de pesquisa Desenvolvimento Local, Sustentabilidade e Contabilidade da UFPR.

José Antônio Costabeber

Engenheiro Agrônomo, mestre em Extensão Rural (CPGER/UFSM), doutor pelo Programa de “Agroecología, Campesinado e Historia” (Universidad de Córdoba – España) e extensionista rural da EMATER/RS-ASCAR. Correio eletrônico: costabeber@emater.tche.br.

Julieta Teresa Aier de Oliveira

Engenheira agrônoma formada pela Unesp-Botucatu, mestre e doutora em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Unicamp. É profissional de pesquisa da Unicamp, professora e orientadora do programa de pós-graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola/Unicamp. Atua na pesquisa, ensino e ex-

tensão com os temas agricultura familiar, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, agroecologia e segurança alimentar e nutricional. Correio eletrônico: julieta@feagri.unicamp.br.

Laís Ribeiro dos Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- campus de Marília (2012). Em sua graduação atuou em pesquisa acadêmica na área de Administração Escolar, realizou aprofundamento curricular na área de Gestão da Educação. Mestre em Educação (Faculdade de Filosofia e Ciências/Unesp *campus* de Marília), na linha de pesquisa 4 : Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais, sob orientação do Prof. Henrique Tahan Novaes com as temáticas da Gestão Democrática, Educação Profissional, Educação do Campo e Movimentos Sociais.

Lizane Lúcia de Souza

Engenheira Agrônoma, formada pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1999). Possui Mestrado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Paraná (2004), Especialização em Agroecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e Mestrado Profissional em Agroecossistemas pela mesma universidade (2010). Tem atuação em trabalhos com reforma agrária, agroecologia e desenvolvimento sustentável. Atualmente está contratada pela Funape – Fundação de Apoio à Pesquisa, desenvolvendo trabalho em agroindustrialização em assentamentos rurais.

Marcia Regina de Oliveira Andrade

É psicóloga social, doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, trabalha na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo como Analista de Desenvolvimento Agrário na área de formação. É pesquisadora das temáticas Educação do Campo, Juventude Rural e Formação do Extensionista Rural. Correio eletrônico: camandra25@gmail.com.

Miguel Enrique Stedile

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do grupo de pesquisas Modos de Produção e Antagonismos Sociais (MPAS) e professor do Instituto de Educação Josué de Castro (RS).

Neusa Maria Dal Ri

Professora livre-docente III da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, *campus* de Marília; coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia; editora do período científico ORG&DEMO; Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Autora de vários livros, capítulos e artigos, dentre eles os livros: *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008; e *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A: Finep, 2001.

Newton Ferreira da Silva

É graduado em Ciências Econômicas pela Unesp/Araraquara e mestre em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. Atualmente, está em fase de conclusão de seu doutorado em Ciências Sociais na Unesp/Marília, onde é bolsista da Capes. Tem um livro sobre o pensamento do revolucionário Ernesto Che Guevara, publicado pela Editora Leopoldianum, no ano de 2013.

Paulo Alves de Lima Filho

Possui graduação em Economia pela Universidade Amizade dos Povos Patrice Lumumba (1974), mestrado em Economia pela Universidade Amizade dos Povos Patrice Lumumba (1975) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) e pós-doutorado na área de Geopolítica da Energia na Unesp/Marília. Tem experiência na área de Econo-

mia, com ênfase em Crescimento e Desenvolvimento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica da economia política, economia política da mundialização, alternativas ao capitalismo da miséria, a especificidade do capitalismo por via colonial e a reprodução capitalista, a educação e a questão energética. Coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (Ibec).

Pedro Ivan Christoffoli

Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Coordenador do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP/UFFS) seção *campus* Laranjeiras do Sul/PR. Correio eletrônico: pedroivanc@gmail.com.

Rogério Fernandes Macedo

Graduado em Ciências Econômicas e mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Pesquisador do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (Ibec); pesquisador do Grupo Trabalho, Movimentos Sociais e Sociabilidade Contemporânea, da Unesp, *campus* Araraquara e professor do Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Correio eletrônico: rogerio.fernandes@ufvjm.edu.br.

Selma de Fátima Santos

Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia – Pedagogia da Terra – Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat) – 1999 a 2003. Curso de Pós-Graduação em Estudo Latino Americano – *stricto sensu* (especialização) Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – 2013 a 2015. Mestranda bolsista da Capes, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – 2014 a 2016.

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Engenheira agrônoma pela Esalq/USP, realizou seus estudos de mestrado (UFV) e doutorado (Unesp) na área de Sociologia e Extensão Rural. É professora titular aposentada da Unesp-Botucatu e da Unicamp, estando atualmente como Bolsista do PNPVS na UFSCar/Araras. Desenvolve trabalhos nas áreas de agricultura familiar, reforma agrária e assentamentos rurais. Tem diversos artigos e livros publicados. Correio eletrônico: sonia@feagri.unicamp.br.